

Comitê Técnico de Acompanhamento do Plano Diretor | **CTPD**

REVISÃO
DO **PLANO**
DIRETOR DE
DESENVOLVIMENTO
URBANO
SUSTENTÁVEL
RELATÓRIO 2021

Gestão 2021-2024

Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro

Eduardo Paes
PREFEITO

Washington Fajardo
SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO URBANO (até 08.2022)

Augusto Ivan de Freitas Pinheiro
SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO URBANO (a partir de 08.2022)

Luiz Gabriel Denadai Ambrósio
COORDENADOR GERAL DE PLANEJAMENTO E PROJETOS (até 10.2021)

Maria Madalena Saint Martin de Astácio
COORDENADORA GERAL DE PLANEJAMENTO E PROJETOS (a partir de 10.2021)

Comitê Técnico de Acompanhamento do Plano Diretor CTPD

Representantes dos órgãos . 2021-2022

Secretaria Municipal de Planejamento Urbano (SMPU) Gerência de Macroplanejamento

(PU/CGPP/GM)
Valéria Magiano Hazan
Bruna Miceli
Julia Francisca D. L. Queiroz
Alberto Taveira
Fabiane Albuquerque (2021)

Gerência de Normas e Informações Urbanísticas

(PU/CGPP/GNIU)
Eugênia Loureiro
Pedro Renault
Felipe Coriolano (2021)

Coordenadoria de Projetos (PU/CGPP/CP)

Daniela Engel Aduan Javoski
Carolina Machado Martins (2021)
Cláudia Grangeiro
Jean Pierre Bettencourt Janot

Coordenadoria de Planejamento Territorial

(PU/CGPP/CPT)
André Peixoto (2021)
Juliana Povoleri
Márcio Menezes Martins

Coordenadoria de Planejamento Local (PU/CGPP/CPL)

Mariana Barroso
Thais Garlet
Christiane Oliveira
Maria Luiza Korenchender
Isabel Bittar (2021)
Marcelo Viseu
Pedro Durão
Tatiana Bif (2021)
Felipe Manhães
Juliana Mattos

Instituto Rio Patrimônio da Humanidade (IRPH)

Jeanice Magina
Michelle Lima

Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos (IPP)

Carlos Alberto Peres Kryktine
Andrea Pulici
Theodoro Fuly (2021)

Secretaria Municipal de Infraestrutura (SMI)

Marcelo Daniel Coelho
Inês Tenório Ribeiro

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Inovação e Simplificação (DEIS/SUBDEI)

Lucas Siqueira Simões
Luiza Szczerbaki Castello Branco
Marcel Grillo Balassiano (2021)

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Inovação e Simplificação (DEIS/SUBCLA)

Carlos Papera Fernandes
Paulo Cesar da Silva

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Inovação e Simplificação (DEIS/SUBCLU)

Ana Paula Perini
Estela Fontenelle

Secretaria Municipal de Meio Ambiente da Cidade (SMAC)

Brasiliano Vito Fico (2021)
Vinícius de Oliveira (2021)
Marcia Giannini

Secretaria Municipal de Fazenda e Planejamento (SMFP)

José Henrique Cantarino Ramos Esteves
Ana Carolina Amaral Martins

Secretaria Municipal de Fazenda e Planejamento (FP/SUBPAR/EPL)

Daniel Mancebo
Brasiliano Vito Fico
Renata Jardim (2021)

Fundação Instituto das Águas do Município do Rio de Janeiro (RIO-ÁGUAS)

André Escovino da Silva (2021)
Carlos Alberto Dos Santos Silva Júnior
Georgiane Costa
Wanderson José dos Santos (2021)

Subsecretaria Municipal de Habitação (SMH)

Adriana Barreto de Lima (2021)
Elizabeth Maria de Avelar Vieira Bessa
Maria Clara Rezende da Silva

Secretaria Especial de Ação Comunitária (SEAC-Rio)

Adriana Barreto de Lima
Bianca da Silva Baldez (2021)
Claudio Barcelos Dutra
Tatiane Alves Regis Lacerda (2021)

Secretaria Municipal de Esportes (SMEL)
Guilherme Nogueira Schleder
Francisco Harilton Alves Bandeira

Secretaria Municipal de Transportes (SMTR)
João Victor Spala Lino
Anira Palomo Vergara

Companhia de Engenharia de Tráfego do Rio de Janeiro (CET-RIO)
Letícia Nóbrega Fonti
Marcos Tognozzi e Rocha (2021)
Ricardo Lemos Gonzaga

Secretaria Municipal de Ordem Pública (SEOP)
Adriano Paraíso da Silva
Gabriela Duailibe Frazão
Luiza Bafti (2021)
Rogério Barros Sganzerla (2021)

Fundação Parques e Jardins (FPJ)
Maria Josefa Lopes (2021)
Sávio Machado
Júlia Bahiana

Secretaria Municipal de Saúde (SMS)
Denise Jardim de Almeida
Eliane Antônio Monteiro Almeida
José Carlos Ortiz Junior (2021)
Rafael do Nascimento Pinheiro (2021)

Secretaria Municipal de Educação (SME)
Frederico Mendonça Leão de Jesus (2021)
Nathália Rocha Barros Costa
Walter Alessandro Pontes dos Santos Passos

Secretaria Municipal de Cultura (SMC)
Marcus Faustini
Flávia Piana

Procuradoria Geral do Município (PGM)
Luiz Roberto da Mata
Tainá Pitanga de Andrade Castro
Zulmira Maria Silva Tostes (2021)

Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS)
Alice Peçanha de Oliveira
Juliana Couto

Fundação Instituto de Geotécnica do Município do Rio de Janeiro (GEO-RIO)
Euri de Almeida Pires
Marcela Tuler Castelo Branco (2021)
Nelson Meirim Coutinho (2021)
Raquel B. M. Fonseca

Companhia Municipal de Limpeza Urbana (COMLURB)
Tarquínio Prisco Fernandes de Almeida
Ricardo Dias de Sena

Empresa Municipal de Urbanização (RIO URBE)
Gisele Raymundo Silva
Teresa Rosolem de Vassimon
Vladimir de Souza (2021)

Fundação RIOLUZ
Caio Toshiro Watanabe Mottinha
Ettore Coutinho dos Santos (2021)
Roberto da Maia
Robson Neylor Guimarães Laudeauser (2021)

Secretaria Municipal de Conservação (SECONSERVA)
Ester Genuncio Dias de Carvalho
Lídeo Peixoto Valle

Centro de Operações Rio (COR)
Ana Carla Badaró
Michele Santos

Assessoria de Comunicação da SMPU (ASCOM)
Isabela Bastos
Thalita Azevedo
Claudio Novaes

Ficha Técnica do Relatório

Coordenação e Revisão final

SMPU/CGPP/GM

Valéria Magiano Hazan

Produção e Consolidação dos Textos

SMPU/CGPP/GM

Alberto Taveira

Bruna Santos Miceli

Fabiane Albuquerque

Julia Francisca Duarte Lira Queiroz

Valéria Magiano Hazan

Colaboração

SMPU/CGPP/CPL

Maria Cecília Safady Guedes

Thaís Garlet Biagini

IPP

Fernando Cavallieri

IRPH

Jeanice Magina

SMH

Rita Valéria Machado Stefenon

Capas

Claudio Novaes

Imagens

Acervo SMPU

SUMÁRIO		pág.
Resumo Executivo		11
1. Introdução		13
1.1. O contexto em 2021		13
1.2. Os desafios da revisão do Plano Diretor		14
1.3. O processo integrado de planejamento		19
1.4. O diálogo com a sociedade civil no contexto da pandemia		21
1.5. As prioridades na revisão do Plano Diretor		22
2. A transparência e publicidade do processo como premissa		24
2.1. A reformulação da plataforma planodiretor.rio		25
2.1.1. Os documentos disponibilizados		26
2.1.2. A participação via plataforma		31
2.1.2.1. Enquetes (<i>Vamos pensar o Rio!</i>)		31
2.1.2.2. Canal <i>Contribua!</i>		33
2.1.3. As ferramentas criadas e disponibilizadas		34
2.2. As apresentações no COMPUR - Conselho Municipal de Política Urbana		36
2.3. As audiências públicas do Poder Executivo		41
2.4. A jornada do Comunitas /Colab		43
2.5. As campanhas de comunicação em redes sociais e mídia aberta		44
3. O processo de elaboração da minuta do Projeto de Lei Complementar		48
3.1. Os subsídios produzidos em 2018 a 2020		49

3.1.1. O Diagnóstico Intersetorial Integrado	49
3.1.2. Oficinas Interativas para discussão dos princípios e objetivos da Política Urbana	51
3.2. A organização do Caderno Ilustrado	53
3.3. O processo participativo de construção da proposta	54
3.3.1. O Chamamento público	55
3.3.2. A participação do CTPD	57
3.3.3. A participação da Comissão de Representação da Câmara Municipal	58
3.3.4. A formação dos seis grupos de trabalho e a estrutura da Lei	62
3.3.4.1. O início dos Grupos de Trabalho	63
3.3.4.2. Os Grupos de Trabalho	64
3.3.4.2.1. O Grupo 1	64
3.3.4.2.2. O Grupo 2	75
3.3.4.2.3. O Grupo 3	82
3.3.4.2.4. O Grupo 4	87
3.3.4.2.5. O Grupo 5	96
3.3.4.2.6. O Grupo 6	100
3.3.4.3. Reuniões Plenárias	106
3.3.5. As propostas advindas das audiências públicas	114
3.3.5.1. 07/06/2021 - 1ª Audiência Pública Temática: Clima e Meio Ambiente	115
3.3.5.2. 08/06/2021 - 2ª Audiência Pública Temática: Vulnerabilidades Sociais	118
3.3.5.3. 09/06/2021 - 3ª Audiência Pública Temática: Economia Urbana	121
3.3.5.4. 14/06/2021 - 1ª Audiência Pública Híbrida: Área de Planejamento 1 (AP1) (4ª Audiência Pública)	123

3.3.5.5. 15/06/2021 - 2ª Audiência Pública Híbrida: Área de Planejamento 2 (AP2) (5ª Audiência Pública)	125
3.3.5.6. 16/06/2021 - 3ª Audiência Pública Híbrida: Área de Planejamento 3 (AP3) (6ª Audiência Pública)	128
3.3.5.7. 17/06/2021 - 4ª Audiência Pública Híbrida: Área de Planejamento 4 (AP4) (7ª Audiência Pública)	129
3.3.5.8. 18/06/2021 - 5ª Audiência Pública Híbrida: Área de Planejamento 5 (AP5) (8ª Audiência Pública)	132
3.3.5.9. 09/08/2021 - 9ª Audiência Pública: Minuta do Projeto de Lei Complementar para o novo Plano Diretor da Cidade do Rio de Janeiro	135
3.4. A compatibilização da minuta com outros planos, leis e propostas	138
3.4.1. O Plano de Desenvolvimento Sustentável e Ação Climática e a Nova Agenda Urbana da ONU	138
3.4.2. O Plano Municipal de Habitação de Interesse Social - PMHIS	139
3.4.3. A Lei Complementar nº 229/2021 (Reviver Centro)	143
3.4.4. A Lei Complementar nº 232/2021 (Lei da Reconversão)	144
3.5. A consolidação da minuta do Projeto de Lei Complementar	145
3.6. O processo contínuo de monitoramento do Plano Diretor	146
4. A versão final da minuta do PLC nº 44/2021	148
5. O acompanhamento do processo pós entrega em 2021	167
6. Considerações finais	170
7. Edital de Chamamento Público SMPU Nº 01/2021 - Integrantes	173

Resumo Executivo

Este relatório descreve e sistematiza as atividades realizadas durante o ano de 2021 pelo Comitê Técnico de Acompanhamento do Plano Diretor - CTPD, na revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Sustentável da Cidade do Rio de Janeiro.

Nele estão esmiuçadas todas as etapas do imenso e árduo trabalho que se reverteu na minuta do PLC 44/2021 e seus Anexos, enviada à Câmara Municipal pelo Exmo. Sr. Prefeito em setembro de 2021.

Espelha o esforço dos técnicos da Prefeitura, em conjunto com entidades da sociedade civil organizada, cidadãos e representantes do Poder Legislativo, contribuindo para a tentativa de redução dos contrastes sociais e urbanísticos cariocas e para a busca por tornar nossa cidade mais justa, humana, resiliente e sustentável, nos próximos 10 anos.

Trata-se de um retrato fiel do trabalho empreendido:

- na pesquisa, coleta e mapeamento dos dados que subsidiaram as propostas;
- nas reuniões internas e dos grupos de trabalho;
- nas audiências públicas temáticas e territorializadas *online* e híbridas (presenciais + *online*);
- na reformulação da plataforma planodiretor.rio;
- na criação de dispositivos para uma efetiva participação da população;
- no processo integrado de planejamento; e
- no respeito aos anseios dos cidadãos cariocas.

Aqui está retratado o processo de elaboração das propostas presentes na minuta do PLC 44/2021, com a síntese das discussões acaloradas e por vezes antagônicas (todas publicadas na plataforma planodiretor.rio), próprias do debate dialético de visões conflitantes, mas, importantes para definir o que a maioria elencou como imprescindível de ser atendido.

A destacar, a compatibilização da minuta com outros planos, leis e propostas pré-existentes e em andamento, e também o acompanhamento do processo pós entrega à Câmara dos Vereadores.

Por fim, esse relatório, obrigação regimental do CTPD, contempla também a superação das dificuldades impostas pela conflagração mundial da pandemia da covid-19, estabelecendo novas formas e canais de participação, comunicação externa, transparência e publicidade para os cidadãos, com a Prefeitura lançando mão de todos os recursos disponíveis para alcançar esses objetivos, sua obrigação e mister, posto que representativa da população carioca.

REVISÃO
DO **PLANO**
DIRETOR DE
DESENVOLVIMENTO
URBANO
SUSTENTÁVEL
RELATÓRIO 2021

1 INTRODUÇÃO



1. Introdução

1.1. O contexto em 2021

O segundo ano da pandemia da covid-19 pelo novo coronavírus foi caracterizado por uma nova e mais letal recidiva do vírus no mundo, ocasionando o colapso do sistema de saúde em várias regiões do Brasil. Entretanto, o surgimento dessas novas variantes do coronavírus, muito mais transmissíveis, como a Gama, a Delta e a recém-descoberta Ômicron, acelerou a vacinação contra a covid-19 no país, graças, em grande medida, à entrada em produção da CoronaVac, imunizante feito pelo Instituto Butantan, de São Paulo.

Durante o ano de 2021 o Brasil atingiu a marca de 80% de sua população-alvo completamente vacinada, além de também começar a oferecer a dose de reforço da vacina contra a covid-19. O final do ano marcou o retorno de atividades essenciais presenciais e um certo relaxamento da quarentena, mas ainda sem a liberação total das medidas restritivas. A Europa e os Estados Unidos viveram o avanço da variante Ômicron, alertando ao mundo para a manutenção das medidas para prevenção, controle e mitigação dos riscos de transmissão do coronavírus.

O ano de 2021 foi o mais letal da pandemia no país. Em 2020, foram registrados 194.976 óbitos e neste ano, mais do que o dobro, 424.133 óbitos, perfazendo um total de 619.109 mortos.

Em 2021, ocorreu também a transição da gestão municipal, com o candidato Eduardo Paes vencendo o segundo turno (29/11/2020) das eleições para prefeito, com 64,07% dos votos válidos (1.629.319 votos), enquanto que Marcelo Crivella obteve 35,93% (913.700 votos). Foram contabilizados 5,03% de votos em branco (157.610 votos) e 13,77% de votos nulos (431.104 votos). Houve ainda o recorde de 1.720.154 abstenções (35,45%), mais do que a votação do vencedor. Somados brancos, nulos e abstenções, chegou-se a 2.308.868 “não votos”, quase metade do eleitorado. Dos 4.851.887 eleitores aptos a votar no Rio, 47,6% ou faltaram ou não escolheram candidato algum. No primeiro ano da sua terceira gestão à frente da Prefeitura do Rio, Eduardo Paes teve como prioridades:

- controlar a pandemia da covid-19 ;
- equilibrar as contas e organizar a economia;
- retomar e melhorar a prestação de serviços; e
- preparar a cidade para o futuro.

Muitos governos municipais, como o da Cidade do Rio de Janeiro, realizaram ou deram continuidade ao processo de revisão de seus planos diretores em plena pandemia, e essa ação foi questionada por diversas entidades da sociedade civil em todo o Brasil. O argumento preponderante era de que se tratava de um momento incomum na história do mundo, prejudicando a já debilitada participação dos setores populares da sociedade, naturalmente aqueles que mais necessitam das políticas públicas viabilizadas pelos planos diretores. Ainda assim, as estratégias para as gestões municipais implementarem seus planos diretores e promoverem a regularização fundiária urbana foram temas de discussão em todo o país, capitaneadas pelas cidades de São Paulo, Belo Horizonte e Rio de Janeiro, mas, também outros municípios repensaram seus instrumentos da política urbana, como

Brasília (DF), Porto Alegre (RS), Fortaleza (CE), Florianópolis (SC), Vitória (ES), Natal (RN), Santos (SP), Londrina (PR), Maringá (PR), Jacareí (SP) e Conde (PB), entre outros.

1.2. Os desafios da revisão do Plano Diretor

A revisão do Plano Diretor no contexto da pandemia e isolamento social trouxe como principal desafio a participação da sociedade civil, conforme previsto no Estatuto da Cidade. Esta questão será melhor descrita nos tópicos 1.4. e 3.3. deste documento.

Além deste desafio, também elencamos os seguintes:

- A compatibilização entre planos de diferentes escalas de abrangência e prazo de duração - o Plano Diretor, o Plano de Desenvolvimento Sustentável e os planos setoriais, conforme descrito no item 1.3.;
- A compatibilização do adensamento populacional e edificação da cidade com a infraestrutura implantada, tendo em vista a tendência observada na última década de crescimento da AP4 e AP5, regiões da cidade com menor área infraestruturada;
- A regulamentação de instrumentos de gestão do solo, contribuindo para a redução de contrastes sociais e urbanísticos;
- A atualização da legislação de parcelamento do solo;
- A atualização da legislação de uso e ocupação do solo.

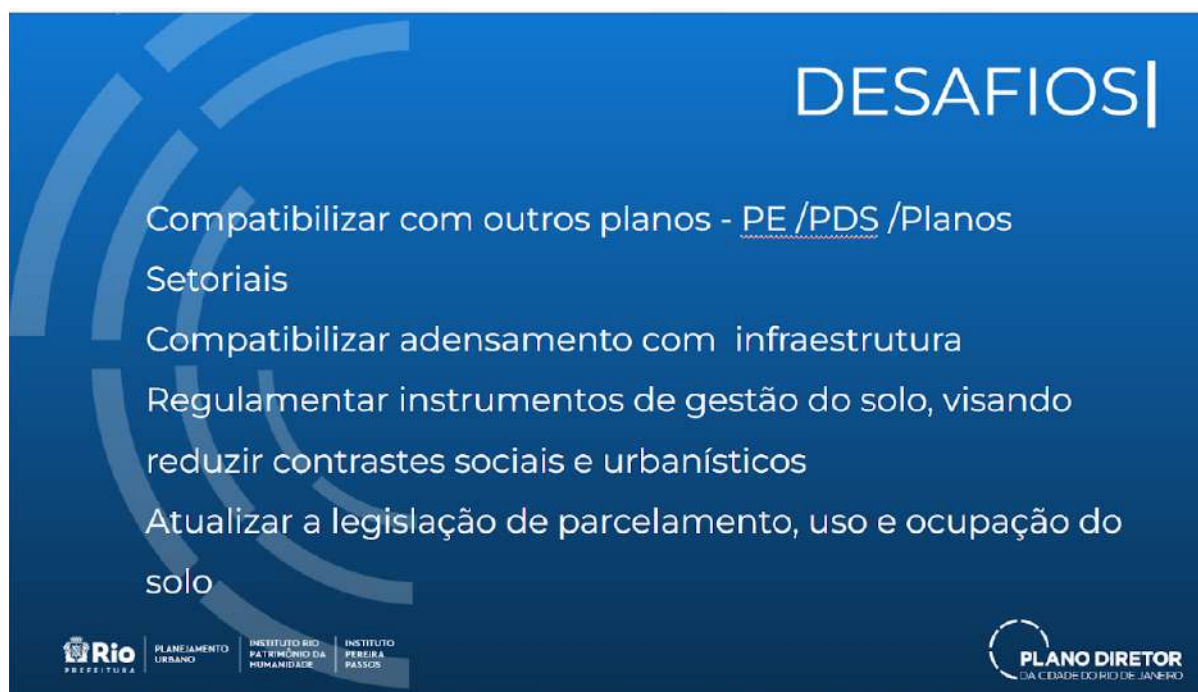


Fig. 1 - Os desafios da revisão do Plano Diretor

Os primeiros desafios - de participação da sociedade civil e de compatibilização entre planos - foram equacionados ao longo do processo de elaboração e discussão da proposta, conforme será demonstrado em tópicos deste relatório.

A compatibilização entre o adensamento populacional e edificado e a infraestrutura implantada é o maior desafio de conteúdo enfrentado, tendo em vista os desejos dos diversos segmentos da população, o tecido urbano existente nas áreas infraestruturadas (Áreas de Planejamento 1,2 e 3) e os grandes terrenos vazios, disponíveis e mais acessíveis nas áreas menos infraestruturadas (Áreas de Planejamento 4 e 5).

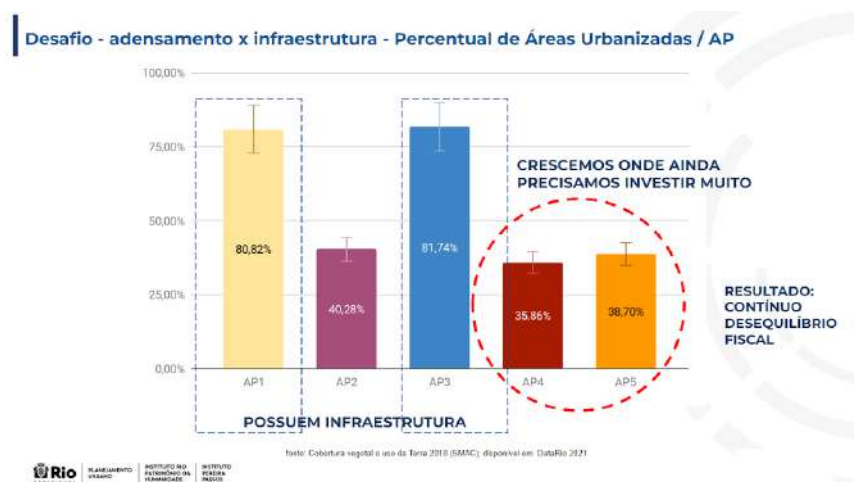


Fig. 2 - O desafio adensamento x infraestrutura urbana, conforme dados da SMAC disponíveis no data.rio

A proposta de regulamentação de instrumentos de gestão do uso do solo no próprio Plano Diretor se mostrou necessária, considerando que a Lei Complementar nº 111/2011 - Plano Diretor em vigor apresenta um extenso “cardápio” de instrumentos que dependem de regulamentação posterior por lei ou decreto e não foram implementados na última década, apesar da elaboração de propostas pela equipe técnica e do envio de projetos de lei à Câmara Municipal, nunca votados.

Tendo em vista esta realidade, a equipe técnica da então SMU elaborou em 2020 o Relatório Técnico Nº 1/2020 - [Instrumentos para implementação de Política Pública | Plano Diretor do Rio](#), consolidando as Notas Técnicas sobre os diversos instrumentos de gestão, sua aplicação no Brasil e no mundo e como poderiam ser utilizados no Rio de Janeiro. Estas notas técnicas subsidiaram as discussões ocorridas em 2021 entre a equipe da SMPU e a sociedade civil no Grupo de Trabalho que se estabeleceu como 3, que será detalhado no item 3.3.4.2.3 deste documento.

Dentre estes, teve destaque nas discussões a implementação do [Instrumento - Outorga Onerosa do Direito de Construir](#), que é a permissão dada pelo Poder Público Municipal para a construção acima do coeficiente de aproveitamento básico do terreno, estabelecido na legislação de uso e ocupação do solo, mediante o pagamento de contrapartida financeira, visando o planejamento do território e o financiamento de políticas públicas, através das finalidades estabelecidas no Estatuto da Cidade.

Este instrumento, conhecido também como solo criado, já é utilizado em quase todas as capitais brasileiras, e também em muitas cidades médias, como se observa na figura a seguir.

A Outorga Onerosa do Direito de Construir em outras Capitais no Brasil



Fig. 3 - A Outorga Onerosa do Direito de Construir nas capitais brasileiras

No Rio de Janeiro, o solo criado era previsto no primeiro Plano Diretor, Lei Complementar nº 16 de 1992, que estabeleceu o coeficiente de aproveitamento 1 em todo o território, com a previsão de regulamentação da fórmula de cobrança por lei específica.

Tendo em vista a realidade atual, a visão do instrumento como sendo também um indutor do desenvolvimento urbano e a sua defesa por urbanistas de diversas entidades internacionais atuantes na capacitação e apoio aos Municípios, como Lincoln Institute, WRI entre outros, este foi o instrumento de maior discussão nos trabalhos de revisão do Plano Diretor, pela expectativa de gerar recursos a serem utilizados em programas habitacionais de interesse social e demais finalidades previstas no Estatuto da Cidade.

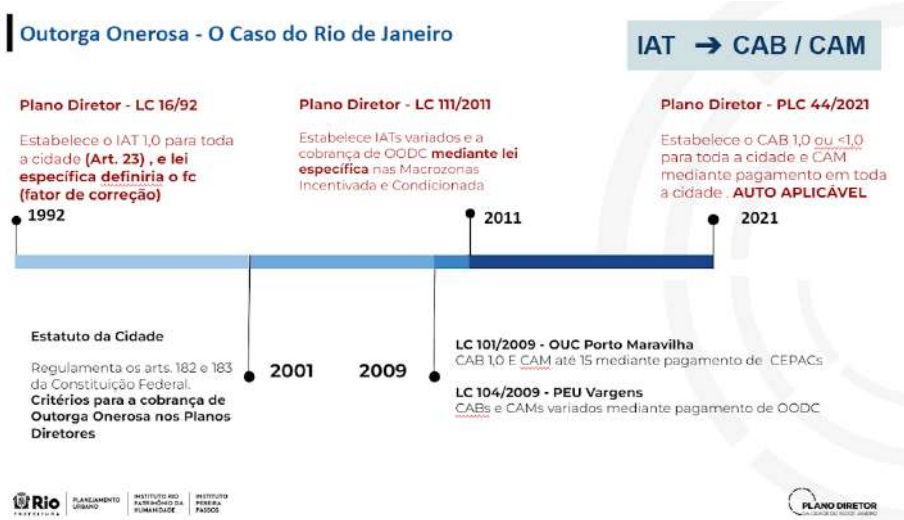


Fig. 4 - Linha do Tempo - a Outorga Onerosa do Direito de Construir no Rio de Janeiro

Além da regulamentação de instrumentos de gestão do uso e ocupação do solo, o grande desafio técnico na revisão do Plano Diretor foi a atualização das regras de parcelamento, uso e ocupação do solo no mesmo projeto de lei.

Essa proposta surgiu a partir da reflexão sobre a efetivação de propostas de ordenamento territorial advindas nos planos diretores anteriores - a LC 16/1992 e o Plano Diretor em vigor - LC 111/2011.

O Art. 329 da [LC 111/2011](#) estabelece o prazo de dois anos para o encaminhamento à Câmara Municipal do Projeto de Lei de Parcelamento do Solo Urbano. Em seu parágrafo único, define que esta lei poderá ser integrada à Lei de Uso e Ocupação do Solo. O Art. 330 estabelece igual prazo para o encaminhamento à Câmara do Projeto de Lei de Uso e Ocupação do Solo, que consolida para todo o território municipal os índices e parâmetros urbanísticos determinados na legislação vigente adequados às disposições do Plano, e no artigo seguinte, define o prazo de um ano para a Câmara iniciar a apreciação deste projeto de lei.

O Poder Executivo cumpriu os prazos estabelecidos e encaminhou à Câmara Municipal em 2013 os projetos de lei da Lei de Uso e Ocupação do Solo (PLC 33/2013) e da Lei de Parcelamento do Solo (PLC 31/2013). No entanto, nenhum dos projetos foi discutido nem aprovado pelo legislativo carioca.

Em 2018, o Poder Executivo retirou os PLCs 31/2013 e 33/2013 da Câmara e encaminhou novas versões dos projetos de lei, após extensa revisão e atualização do conteúdo pela equipe técnica da então Secretaria Municipal de Urbanismo com o apoio de órgãos que constituem o Comitê Técnico de Acompanhamento do Plano Diretor, além de debates com o setor produtivo. Esses projetos de lei receberam as seguintes numerações - PLC 57/2018 (Lei de Uso e Ocupação do Solo) e PLC 56/2018 (Lei de Parcelamento do Solo Urbano) e passaram por debates e audiências públicas na Câmara Municipal, mas novamente não foram levados à votação.

Desta forma, as propostas do Plano Diretor em vigor tornaram-se pouco efetivas em relação ao ordenamento do território. As regras vigentes para o Parcelamento do Solo na cidade do Rio de Janeiro são compostas por um conjunto de leis, decretos e resoluções, sendo o principal o que diz respeito ao parcelamento da terra no [Decreto 3800/1970](#). Possibilitam a expansão do território com a malha viária descontínua, com a ruptura do tecido urbano e a doação de áreas públicas dispersas e com acesso limitado, conforme se observa na figura a seguir.

Título IV - Diagnóstico

Áreas de expansão - AP5

Descontinuidade viária / ruptura do tecido urbano/ áreas públicas doadas dispersas e com acesso limitado.



Fig. 5 - A ruptura do tecido urbano em áreas de expansão possibilitada pelas normas de parcelamento do solo.

Já as normas de uso e ocupação do solo são formadas por um conjunto de leis complementares, leis e decretos, na forma de Planos de Estruturação Urbana (PEUs) e Áreas de Especial Interesse (AEI), além do Regulamento de Zoneamento - [Decreto 322/1976](#), que ainda vigora em boa parte dos bairros da zona sul e da zona norte da cidade.

Diagnóstico - Regramento urbanístico construído em 50 anos

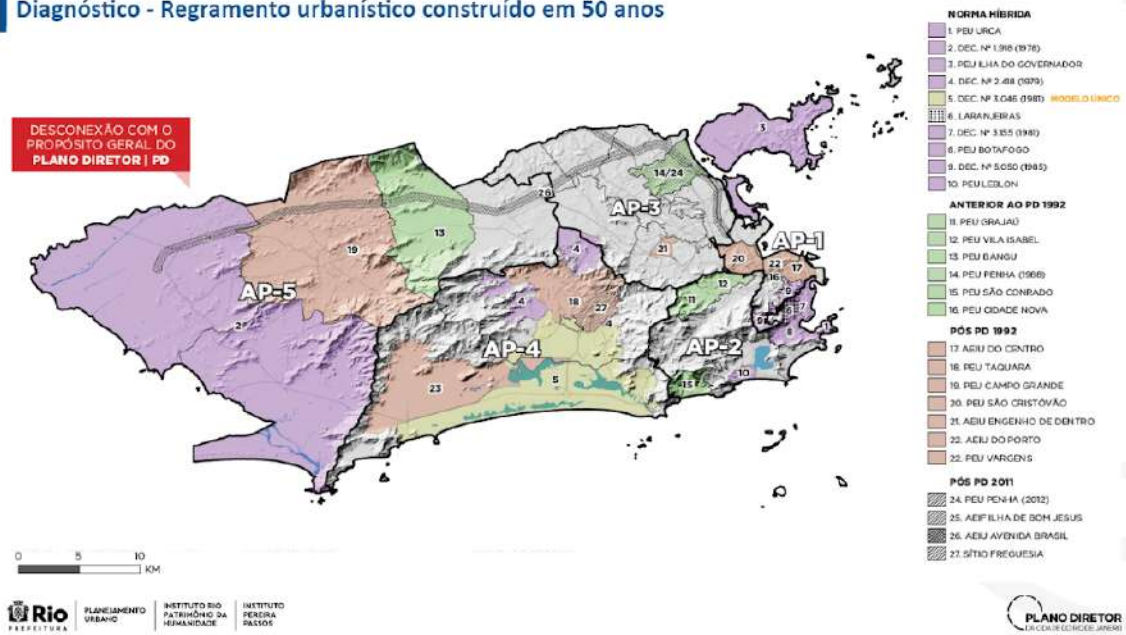


Fig. 6 - A legislação de uso e ocupação do solo em vigor na cidade do Rio de Janeiro

Além da necessidade de atualização de determinadas regras relativas aos usos e atividades, com a tendência à mistura de usos em diversas gradações e sujeitos aos impactos, é fundamental a padronização de conceitos sobre a ocupação dos terrenos, bem como das zonas, gerando coerência entre as diversas áreas da cidade e simplificando a compreensão das regras, com a sistematização em planilhas que apresentam todas as condições para a construção nos terrenos da cidade, eliminando barreiras de compreensão para novos empreendedores e profissionais, além de simplificar o entendimento da legislação urbanística para os moradores.

Esses foram os pontos que levaram à proposta da fusão Plano Diretor + Parcelamento do Solo + Uso e Ocupação do Solo na revisão do Plano Diretor, buscando a maior efetividade da legislação, através de um processo único de discussão e aprovação, com maior coesão do todo da legislação e agregando mais força ao pacto social selado no novo Plano.

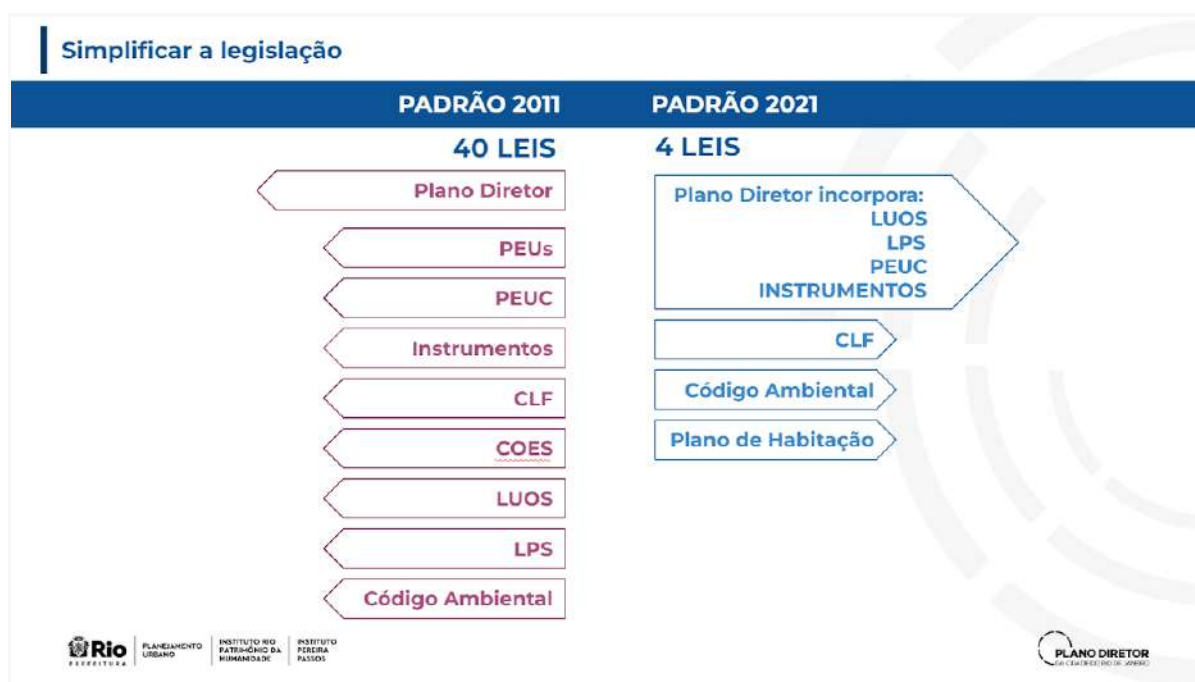


Fig. 7 - A proposta de simplificação da legislação com a fusão do Plano Diretor com a LUOS e a LPS, além de instrumentos de gestão do uso e ocupação do solo

1.3. O processo integrado de planejamento:

O Poder Executivo municipal vem tentando estabelecer um processo integrado de planejamento na cidade do Rio de Janeiro, alinhando planos setoriais e de ação de curto prazo a um planejamento de médio e longo prazo.

Neste sentido, cabe esclarecer que o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Sustentável é o instrumento básico da política urbana, parte integrante do processo de planejamento municipal e visa orientar o desenvolvimento urbano sustentável da cidade, garantir seu pleno funcionamento e o bem-estar de seus habitantes. É revisado a cada dez

anos, a partir de iniciativa do Poder Executivo e aprovação pela Câmara Municipal na forma de Lei Complementar.

É sua finalidade também orientar as ações dos agentes públicos e privados, indicando as prioridades para aplicação dos recursos orçamentários e investimentos no que concerne ao planejamento urbano.

O Plano Diretor se relaciona a planos de grande escala e prazo, como o [Plano de Desenvolvimento Sustentável e de Ação Climática](#) que integra, em uma única matriz de planejamento e gestão, o legado de sustentabilidade firmado a partir de 1992 e renovado em 2012, outros compromissos internacionais e instrumentos municipais, para a construção de uma visão de longo prazo para a cidade, alinhada aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas.

O primeiro princípio do projeto de lei de revisão do Plano Diretor define que a política urbana será implementada com base no alinhamento com os Preceitos de Cidades da Agenda 2030 e seus Objetivos do Desenvolvimento Sustentável - ODS e aos princípios e diretrizes da Nova Agenda Urbana da Organização das Nações Unidas - ONU desenvolvidos no Plano de Desenvolvimento Sustentável da Cidade do Rio de Janeiro - PDS. A partir deste princípio, todo o conteúdo do Plano Diretor traz propostas para tornar a cidade mais sustentável.

O Plano Diretor se relaciona também aos [planos setoriais](#) desenvolvidos pelos órgãos executores das políticas públicas municipais, com prazos e escopos distintos, no que diz respeito ao rebatimento de suas políticas no território.

Pretende ser orientador das metas e ações estabelecidas pelo [Plano Estratégico da Cidade do Rio](#), documento que contém as principais ações e orçamentos estabelecidos a cada início de gestão municipal, com a duração de quatro anos.

Todos os planos municipais contam com a participação da população através de enquetes, debates e audiências públicas, mas em sua maioria se consolidam na forma de decretos municipais. Já o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Sustentável, além de passar por processo participativo de elaboração e discussão no âmbito do Poder Executivo, passa também por audiências públicas e enquetes organizadas pela Câmara Municipal, se consolidando na forma de Lei Complementar aprovada pelos vereadores e promulgada pelo Prefeito. Tendo em vista esse processo de aprovação, torna-se um documento de Estado, que perpassa diversas administrações.

O processo integrado de planejamento municipal é visualizado na figura a seguir.



Fig. 8 - O processo de planejamento e a compatibilização entre planos.

1.4. O diálogo com a sociedade civil no contexto da pandemia

A partir de outubro de 2019, a então Secretaria Municipal de Urbanismo da Cidade do Rio de Janeiro iniciou um diálogo com diversos segmentos da sociedade civil, através da formação de um Grupo de Interlocutores para a Revisão do Plano Diretor, que reuniu cinquenta e seis entidades convidadas - associações de moradores e movimentos sociais, universidades, setores empresariais e produtivos, organizações não governamentais, entidades de classe e setores das três instâncias de governo, incluindo os membros do Conselho Municipal de Política Urbana - COMPUR e do Comitê Técnico de Acompanhamento do Plano Diretor - CTPD.

O processo de participação social até o final de 2020, bem como os produtos que subsidiaram a elaboração da proposta de revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Sustentável está descrito no [Relatório CTPD 2019-2020](#).

No início de 2021 iniciou-se nova fase de debates sobre a revisão do Plano Diretor com a sociedade civil.

Devido à necessidade de revisão da lei a cada dez anos, conforme instituído no parágrafo único do art. 1º Plano Diretor em vigor - [Lei Complementar nº 111/2011](#) e devido ao fato desta lei ter completado dez anos de vigência em 01 de fevereiro de 2021, o Poder Executivo teve que estabelecer novas estratégias e plano de trabalho para viabilizar sua revisão e encaminhamento à Câmara Municipal em 2021.

Em fevereiro de 2021 foi realizada reunião liderada pela Secretaria Municipal de Planejamento Urbano, que sucedeu a Secretaria Municipal de Urbanismo na coordenação do Plano Diretor, com representantes do Grupo de Interlocutores da sociedade civil estabelecido na gestão anterior. Na ocasião, foi encaminhada a proposta de se ampliar este grupo e a forma mais democrática foi o estabelecimento de um convite à sociedade através de um Edital de Chamamento Público simplificado, explicado no item 3.3.1. deste documento.

A participação se deu pela formação de seis grupos de trabalho que mesclaram técnicos dos órgãos municipais, representantes das entidades que atenderam ao Chamamento Público, representantes de entidades convidadas, além de assessores legislativos da

Câmara Municipal e a equipe do Núcleo de Terras e Habitação da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro.

As reuniões foram realizadas em ambiente virtual, através da plataforma Zoom, semanalmente, por dois meses - abril e maio de 2021. Além das reuniões por grupos, foram realizadas plenárias em que todos os integrantes dos grupos foram convidados a participar e realizar apresentações pertinentes às propostas para a revisão do Plano Diretor.

Para ampliar o processo de participação social, na plataforma virtual houve, ainda:

- a promoção de duas enquetes, totalizando 10.122 respostas na primeira e 3.598 respostas na segunda;
- a criação da ferramenta CONTRIBUA!, com mais de 400 contribuições dos cidadãos, que receberam, da Coordenação Geral e dos Coordenadores dos seis grupos de trabalho, o retorno por *email* com respostas personalizadas, além da publicação de suas propostas e pareceres;
- a criação da ferramenta de consulta a dados espaciais, um aplicativo com os mapas do diagnóstico, para uma livre combinação de possibilidades; e
- a criação do Mapa Colaborativo, um aplicativo aberto aos integrantes dos seis grupos de trabalho para inserção de propostas territorializadas.

Por fim, foram realizadas oito audiências públicas pelo Poder Executivo em junho de 2021.

Foram três audiências temáticas com convidados externos, realizadas pela plataforma Zoom e cinco audiências territoriais, sendo uma em cada Área de Planejamento da cidade, em formato híbrido. Como havia ainda restrições sanitárias devido à pandemia da covid-19, foram realizadas inscrições prévias para a participação nas audiências.

Foi realizada ainda mais uma audiência pública virtual em 08 de agosto de 2021.

1.5. As prioridades na revisão do Plano Diretor

A pandemia de covid - 19 agravou a crise econômica em todo o país, no estado do RJ e na cidade do Rio de Janeiro, devido à ampla participação dos setores de comércio e serviços, além do turismo, na economia municipal.

Com a crise, ficaram mais evidentes demandas que já existiam na cidade, identificadas pelo [Diagnóstico Intersectorial Integrado](#) publicado em 2018, e também foram vislumbradas novas prioridades, elencadas a seguir:

- habitação/moradia;
- produção de alimentos;
- recuperação da economia de comércio e serviços;
- resiliência às mudanças climáticas; e
- criação de espaços de uso público e áreas verdes, especialmente na AP3 e AP5.

O novo Ordenamento Territorial do Plano deveria ter construção democrática, simplificar a legislação, gerar meios de financiar a urbanização reduzindo as desigualdades territoriais e fomentar espaços de uso público de qualidade nas áreas mais densas.

As prioridades e os debates urgentes



Fig. 9 - As prioridades e os debates urgentes na revisão do Plano Diretor em 2021

Tendo em vista essas prioridades, foi conduzido o processo de elaboração do [Projeto de Lei Complementar 44/2021](#), que consolidou as propostas de revisão do Plano Diretor.

REVISÃO
DO **PLANO**
DIRETOR DE
DESENVOLVIMENTO
URBANO
SUSTENTÁVEL
RELATÓRIO 2021

2

**A TRANSPARÊNCIA
E PUBLICIDADE
DO PROCESSO
COMO PREMISSA**

**PLANO
DIRETOR**
Rio PLANEJAMENTO
URBANO

2. A transparência e publicidade do processo como premissa

2.1. A reformulação da plataforma planodiretor.rio

A plataforma planodiretor.rio foi criada em 2018, como canal de comunicação e divulgação das propostas iniciais para a revisão do Plano Diretor. Foi viabilizada em parceria pela equipe técnica da então SMU/CGPP/GM com o IPP, a partir da premiação da primeira no I Concurso de Ideias do SIURBLab, conforme descrito no Relatório CTPD 2019-2020.

Foi concebida como um canal dinâmico e interativo, com conteúdo sintético nas páginas iniciais, mas também como repositório de toda a documentação do Siplan - Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Urbana e do CTPD - Comitê Técnico de Acompanhamento.

No início de 2021, a equipe técnica da SMPU verificou a necessidade de sua reformulação, para que tivesse uma navegação mais direta e pudesse abrigar todos os documentos do processo participativo de elaboração da minuta do novo Plano Diretor, com a criação dos grupos de trabalho com a sociedade civil, advindos do Edital de Chamamento Público.



Fig. 10 - A página inicial da plataforma após a sua reformulação

Tendo em vista o curto prazo e a falta de recursos disponíveis para a contratação externa, a plataforma foi reformulada e atualizada em parceria entre servidores públicos da SMPU e IPP.

Nela estão disponibilizados todos os documentos produzidos pelo Poder Executivo sobre a revisão do Plano Diretor, constantemente atualizados conforme o andamento dos trabalhos.

Com a reformulação, tornou-se o principal canal de comunicação e consulta sobre a proposta, tendo obtido mais de cem mil visitas no ano de 2021.

A seguir, são apresentados os principais documentos disponibilizados na plataforma.

2.1.1. Os documentos disponibilizados

A reformulação da plataforma planodiretor.rio viabilizou a manutenção dos documentos que já abrigava anteriormente, bem como a criação de uma nova seção sobre a revisão em 2021.

Desta forma, sobre os documentos produzidos até dezembro de 2020, permaneceram os links para todas as [atas e apresentações](#) do Comitê Técnico de Acompanhamento do Plano Diretor - CTPD, além do [Plano Diretor em vigor](#) (LC 111/2011), o [Diagnóstico Intersectorial Integrado](#), os [principais mapas](#) que compõem o diagnóstico, abrangendo desde os limites administrativos e a estrutura urbana básica da cidade, até registros de ocorrências policiais, passando por avaliações geológico-geotécnicas, áreas suscetíveis a deslizamentos e áreas vulneráveis às mudanças climáticas. Permaneceram também disponíveis todas as Notas Técnicas e documentos organizados em 2020, sobre o [Macro ordenamento Territorial](#), [Políticas Setoriais](#), [Instrumentos para a Implementação das Políticas Públicas](#), além do acesso aos links dos Planos Setoriais Municipais.

Em março de 2022 foi organizado e publicado pelas equipes da SMPU/CGPP/GM e do IPP o [Caderno Ilustrado do Diagnóstico do Plano Diretor](#), com os principais mapas e breves textos, de forma a simplificar o acesso ao Diagnóstico pelos participantes dos grupos de trabalho e pela população em geral.



Fig. 11 - Capa do Caderno Ilustrado do Diagnóstico Intersectorial Integrado

Nesse período, a principal mudança na plataforma foi a adaptação da mesma para a recepção dos documentos relacionados ao Edital de Chamamento Público para a participação de entidades da sociedade civil na elaboração do Plano Diretor. Assim, foram divulgados os seguintes documentos relativos a esse edital:

- [Edital de Chamamento Público](#), Anexos e Ficha de Inscrição;
- Resultados do Edital com as listas das entidades e representantes por grupo de trabalho;
- Plano de trabalho / cronograma;
- Documentos produzidos em cada reunião por grupo - [apresentações e atas](#);
- Gravações das reuniões por zoom;
- Apresentações realizadas nas plenárias;
- Ferramentas interativas, a serem explicadas nos itens 2.1.2. e 2.1.3.;
- Textos disponibilizados a pedido da sociedade civil;
- Boletim semanal com a síntese dos trabalhos de cada grupo, denominado [Atualize-se!](#)

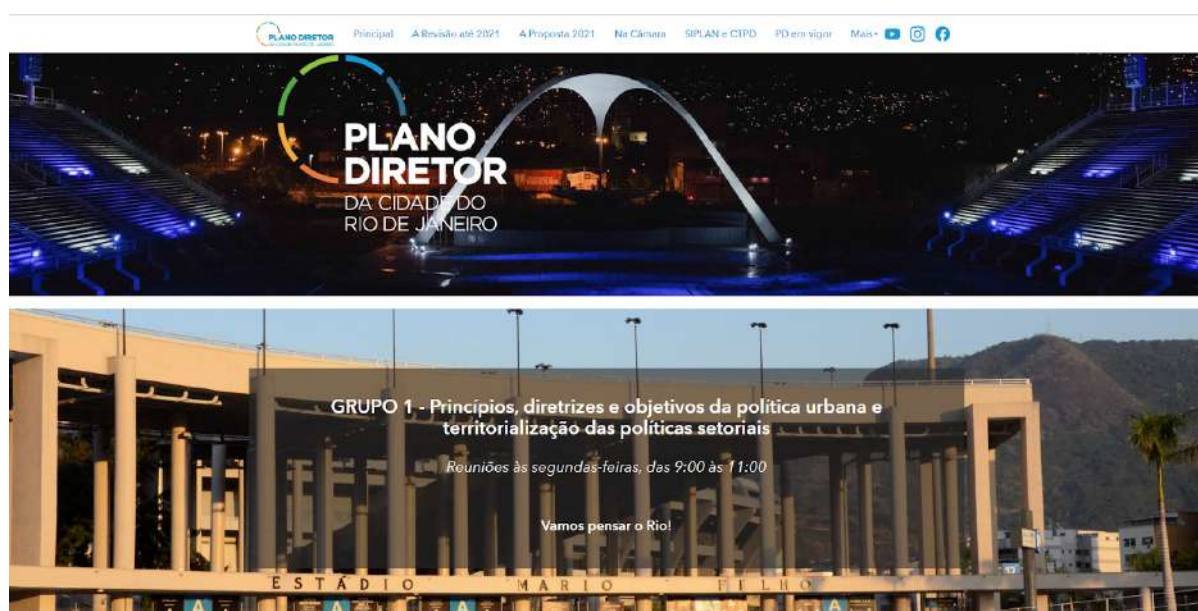


Fig. 12 - Página inicial com o conteúdo do Grupo 1(foram disponibilizadas páginas para os seis grupos de trabalho)

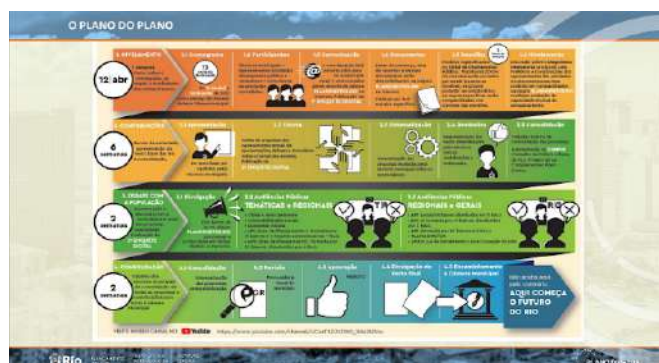


Fig. 13 - Imagem da primeira apresentação realizada em plenária, com o plano de trabalho/cronograma com os grupos advindos do Chamamento Público e disponibilizado na plataforma



Visão Geral

A primeira semana dos trabalhos do Plano Diretor com o engajamento da população foi iniciada com diversas novidades na plataforma [plandiretor.rio](https://plandiretor-porjhulha.arcgis.com/).

Foi lançado a primeira enquete pública sobre o cotidiano do carioca e sua relação com a cidade. A enquete, que pode ser preenchida em cinco minutos, ainda está aberta e acessível através do link <https://plandiretor-porjhulha.arcgis.com/pages/enquete-publica>.

Também foi publicado o vídeo de boas-vindas do Secretário de Planejamento Urbano, arquiteto e urbanista Washington Fajardo, com o convite a todos os representantes de entidades que participaram do chamamento público para iniciarem o processo colaborativo de elaboração da revisão do Plano Diretor. O vídeo está no link <https://www.youtube.com/watch?v=3mzADQz-QW>.

O planejamento das duas semanas, período em que será elaborada a revisão do Plano Diretor, está no Plano do Plano, infográfico que explica cada etapa do processo, disponível no link <https://plandiretor-porjhulha.arcgis.com/>.



GRUPO 1

Princípios, diretrizes e objetivos da política urbana e territorialização das políticas setoriais
reunião em 24.05.21 de 9:00 as 12:00

Na sexta e última reunião programada, deu-se continuidade aos trabalhos nos quatro subgrupos, que agregam políticas setoriais afins. Em cada subgrupo foi lido e discutido o material inicial de trabalho (Título 1- corpo da lei e Ações Estruturantes), previamente publicado na plataforma do Plano Diretor. O novo material com as contribuições dos representantes da sociedade e dos técnicos foi publicado na plataforma do PD no dia 26 de maio.

A coordenadora geral da revisão do Plano frisou que a questão que pauta o Título 1, 6 política, no sentido de que representa o desejo da cidade. Para resguardar os princípios do PD, eles têm que ter refletido nas diretrizes e objetivos. Lembrou também, que devemos envogar os Objetivos e Diretrizes das Políticas e suas Ações Estruturantes, para que o Plano seja mais objetivo e conciso de forma a torná-lo aplicável.

Foi solicitado que os programas para ocupação de imóveis ociosos e subutilizados com habitação de interesse social são mais detalhados na política habitacional e que na política urbana os dispositivos a respeito são mais genéricos. Comentou-se que os diagnósticos das ações sobre

Fig. 14 - Vistas de páginas dos boletins semanais produzidos e divulgados durante as oito semanas de reuniões dos grupos de trabalho simultâneos para a elaboração do Plano Diretor

Além de todo o espaço dedicado aos seis grupos de trabalho, foi também criado no primeiro semestre de 2021 um menu específico para a interação com a população em geral através de enquetes sobre os temas relacionados às propostas para o Plano Diretor, e um canal de contribuições livres, que serão melhor descritos no item 2.1.2.

Foram também publicadas as apresentações realizadas em reuniões na Câmara Municipal relativas às propostas para as cinco Áreas de Planejamento da cidade.



Fig. 15 - Página da plataforma com a disponibilização das apresentações realizadas nas plenárias dos grupos do Chamamento Público e nas reuniões na Câmara Municipal

Em junho de 2021 a plataforma serviu também de canal de inscrição para as audiências públicas virtuais e híbridas realizadas pelo Poder Executivo, bem como para a divulgação de todo o conteúdo relacionado às mesmas - apresentações, atas e gravações. No item 2.3. deste relatório serão informados mais detalhes sobre estas audiências.



Fig. 16 - Página da plataforma com os documentos das Audiências Públicas promovidas pelo Poder Executivo em 2021

Após o ciclo de audiências públicas realizadas em junho de 2021, o Poder Executivo sistematizou todas as propostas discutidas com a sociedade civil na primeira minuta proposta para a revisão do Plano Diretor, que foi disponibilizada na plataforma por quarenta e cinco dias para toda a população. Durante esse período, foi mantido o canal de contribuições livres, designado Participe!, que recebeu quarenta contribuições ao texto, devidamente respondidas pelos técnicos da Secretaria Municipal de Planejamento Urbano.

Findo esse período, foi realizada nova audiência pública virtual em 09 de agosto de 2021, também divulgada através da plataforma. Após, o texto do projeto de lei foi consolidado pela equipe técnica e encaminhado à Procuradoria Geral do Município (PGM) para análise.



Fig. 17 - A divulgação das audiências públicas na plataforma planodiretor.rio

A Manifestação Técnica da PGM e o parecer da SMPU com o cumprimento dos questionamentos previamente ao envio do projeto de lei à Câmara Municipal também foram divulgados na plataforma, visando dar transparência a todo o processo.



Fig. 18 - A Manifestação Técnica da PGM e o Parecer Técnico da SMPU na plataforma

Em 21 de setembro de 2021 a versão consolidada do Projeto de Lei foi encaminhada pelo Exmo. Sr. Prefeito à Câmara Municipal, na forma do PLC 44/2021. Em seguida, o texto do projeto de lei, bem como seus anexos, foram publicados na plataforma.



Fig. 19 - A página com o PLC 44/2021 e seus anexos na plataforma

Tendo em vista a previsão de revogação de dezenas de normas urbanísticas pelo PLC 44/2021, foram também disponibilizadas todas essas normas na plataforma, visando facilitar o acesso e conhecimento por toda a população.

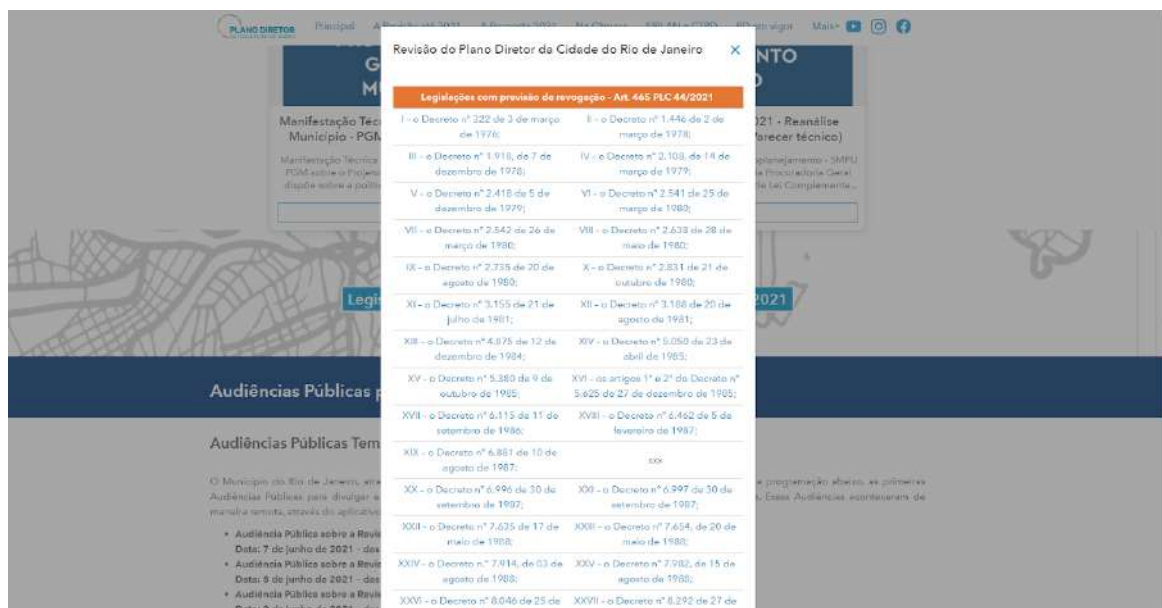


Fig. 20 - Legislações com previsão de revogação - links para os textos

Foram ainda disponibilizados os *shapes* do macro e do zoneamento para exportação e também foi publicada uma ferramenta interativa, que permite a visualização dos mapas de macrozonas e zonas e camadas básicas de forma ágil e simples por qualquer cidadão, e será melhor explicada no item 2.1.3. deste relatório.

Em 2022 a plataforma planodiretor.rio foi novamente atualizada em função do processo de discussão do PLC 44/2021, ampliando o seu papel de repositório da revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável da Cidade do Rio de Janeiro.

2.1.2. A participação via plataforma

Durante o ano de 2021 houve várias formas de participação técnica e popular disponibilizadas na plataforma planodiretor.rio, conforme apontado nos subitens a seguir.

2.1.2.1. Enquetes (*Vamos pensar o Rio!*)

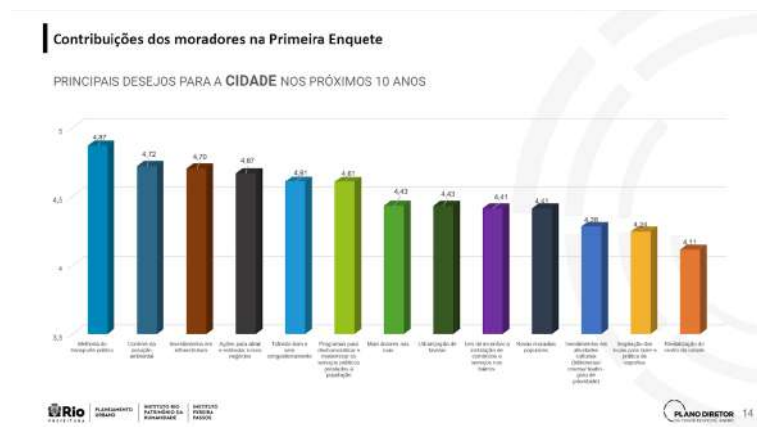
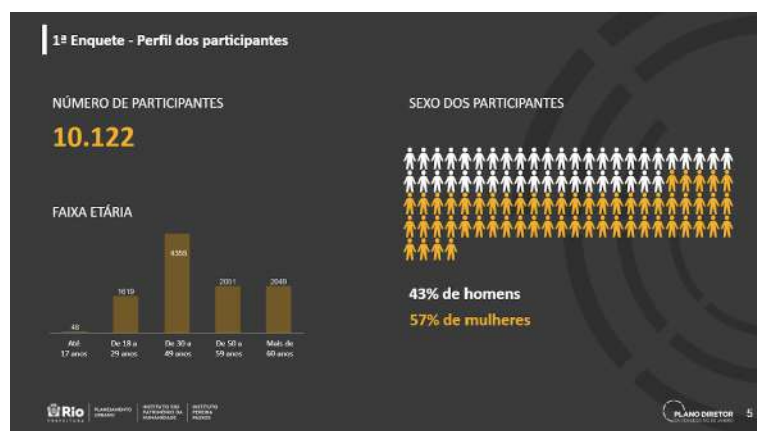
A Prefeitura, desejosa de ampliar a discussão sobre o progresso e os problemas do Rio, realizou duas enquetes para identificar as carências da população carioca, organizadas pela equipe da Coordenadoria Técnica de Projetos Especiais do Instituto Pereira Passos. Foi primordial ouvir a opinião de quem vive e também pensa a cidade, pois, entender o olhar de quem mora, trabalha e percorre o território é fundamental para empreender um planejamento mais democrático, que aproxime o cidadão do poder público.

Toda essa diversidade levou os técnicos da Prefeitura a buscarem compreender as demandas e necessidades específicas de cada região, numa busca constante para mitigar as desigualdades do território, observando essas especificidades. Foi nessas duas frentes - participação da sociedade civil e um olhar especial para cada região - que a população foi convidada a opinar sobre alguns aspectos que perpassam o cotidiano de nossa cidade.

Participaram das duas enquetes cerca de 15 mil pessoas, contribuindo para formatar um painel significativo das principais necessidades a serem atendidas pelo Plano Diretor.

A primeira enquete, que recebeu 10.122 contribuições, foi publicada na plataforma em 21/03/2021 e permaneceu aberta para respostas até 17/05/2021.

As primeiras questões diziam respeito ao perfil do respondente - sexo, faixa etária, faixa de renda, orientação sexual etc. Em seguida, foram questionados os desejos para a cidade, além de perguntas sobre mobilidade urbana, segurança pública e características sobre os bairros em que os respondentes residiam. Os resultados foram consolidados, publicados na plataforma e apresentados nas audiências públicas regionais realizadas em junho de 2021. Também foram disponibilizadas as planilhas com os [dados abertos](#) para baixar.



Figs. 21, 22 e 23 - Páginas na plataforma com os resultados da 1ª enquete realizada.

A segunda enquete, que recebeu 3.598 contribuições, foi publicada na plataforma em 20/05/2021 e permaneceu aberta para respostas até 08/08/2021.

Como foi publicada após a etapa de grupos de trabalho para elaboração da minuta do projeto de lei, visou avaliar as propostas do plano junto à população. Seus dados também foram consolidados, publicados na plataforma e apresentados na audiência pública realizada em 09/08/2021.



Fig. 24 - Os resultados da 2ª enquete na plataforma planodiretor.rio

2.1.2.2. Canal *Contribua!*

Visando abrir ao público a contribuição à revisão do Plano Diretor de forma livre, foi instituído um canal para contribuições da sociedade civil (*Contribua!*) como menu específico na plataforma.

Todas as contribuições foram publicadas, analisadas e respondidas pela equipe de técnicos da SMPU (coordenação geral e dos grupos de trabalho) e aquelas pertinentes, incorporadas ao texto da minuta da revisão do Plano Diretor. Ao todo foram recebidas 405 contribuições com até 500 caracteres, distribuídas da seguinte forma:

- TÍTULO I - DO PLANO DIRETOR, DA POLÍTICA URBANA E DAS POLÍTICAS SETORIAIS - 30 contribuições
- TÍTULO II - DO ORDENAMENTO TERRITORIAL - 22 contribuições
- TÍTULO III - DOS INSTRUMENTOS DA POLÍTICA URBANA - 17 contribuições
- TÍTULO IV - DO PARCELAMENTO DO SOLO - 13 contribuições
- TÍTULO V - DO USO E OCUPAÇÃO DO SOLO - 6 contribuições
- TÍTULO VI - DAS ESTRATÉGIAS DE IMPLEMENTAÇÃO, ACOMPANHAMENTO E GESTÃO DEMOCRÁTICA DO PLANO DIRETOR - 52 contribuições
- CONTRIBUIÇÕES GERAIS - 265 contribuições



Fig 25 - O painel das contribuições recebidas e respondidas através do canal [Contribua!](#)

2.1.3. As ferramentas criadas e disponibilizadas

Durante o processo de discussão das propostas de revisão do ordenamento territorial da cidade, no âmbito do GRUPO 2 estabelecido através do Chamamento Público, verificou-se a necessidade de criação de uma ferramenta de mapa colaborativo, acessível pela plataforma planodiretor.rio.

Essa ferramenta foi criada por técnicos do Instituto Pereira Passos (IPP) e serviu de mecanismo de veiculação de ideias para os bairros, trazidas por representantes de entidades da sociedade civil. Ficou acessível na plataforma entre os meses de abril e junho de 2021, tendo recebido 213 contribuições. Todas foram analisadas por um grupo interno, formado por geógrafos da SMPU e do IPP, e serviram de subsídios para as discussões dos demais grupos de trabalho, em especial o Grupo 2, que trabalhou sobre o Ordenamento Territorial.

Em uma etapa posterior, com a publicação da minuta preliminar do projeto de lei do Plano Diretor, foi criada pelo geógrafo Felipe Coriolano, da SMPU/CGPP/GNIU, um [Aplicativo de Consulta](#) com camadas georreferenciadas de diversas bases da estrutura urbana, a legislação de uso e ocupação do solo vigente e as propostas para o Macrozoneamento e para o Zoneamento, permitindo a combinação de diversas camadas e a busca por endereço, tal como funciona no aplicativo Legislação Bairro a Bairro, da SMPU.

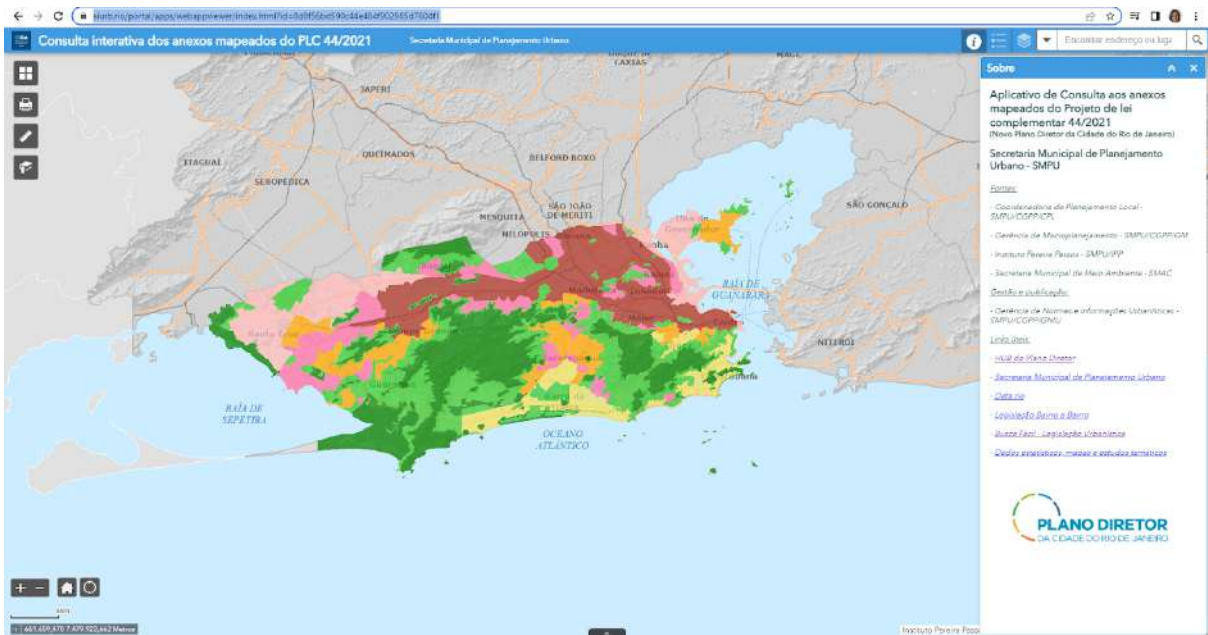


Fig. 27 - Tela do Aplicativo de Consulta com o Macrozoneamento proposto

Essa ferramenta se mostrou de grande utilidade para viabilizar a visualização das alterações propostas por qualquer cidadão, e foi atualizada após a entrega da minuta do projeto de lei à Câmara Municipal, em setembro de 2021.

Somente foi possível a publicação desta ferramenta graças ao desenvolvimento das propostas de Macro e Zoneamento em camadas de Arcgis pela equipe técnica da SMPU.

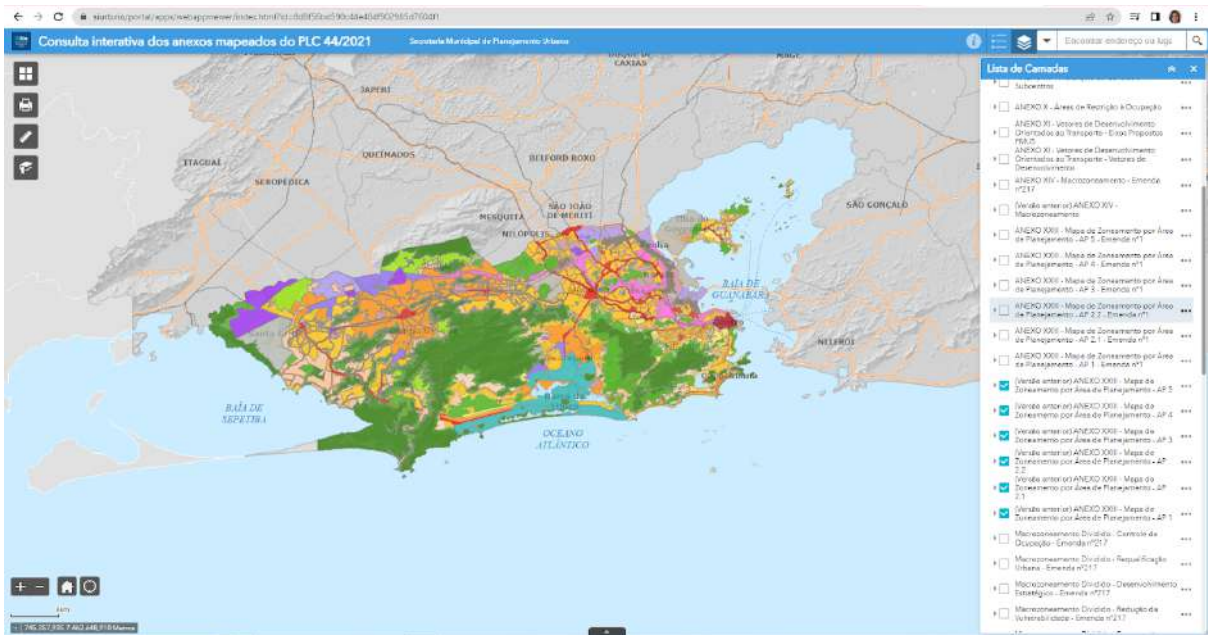


Fig. 28 - Tela do Aplicativo de consulta com o zoneamento proposto e as camadas passíveis de combinação

2.2. As apresentações no COMPUR - Conselho Municipal de Política Urbana

No ano de 2021 o COMPUR foi um importante espaço de debate e proposições para o novo Plano Diretor. Nesse fórum, foram realizadas diversas apresentações e esclarecimentos nas reuniões ordinárias, permitindo que os conselheiros acompanhassem o desenvolvimento da minuta do projeto de lei do Plano Diretor em diversas etapas, bem como trouxessem contribuições. A seguir, são destacados os principais pontos apresentados e discutidos em cada reunião.

As atas, apresentações e gravações das reuniões do COMPUR estão disponíveis neste [link](#).

Reunião do COMPUR 15/04/21 - Principais pontos:

- apresentação dos resultados do Edital de Chamamento Público;
- apresentação da organização do processo de revisão participativa do Plano Diretor
- apresentação da organização da Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo;
- apresentação da plataforma planodiretor.rio; e
- esclarecimento de dúvidas sobre o processo.

O PLANO DO PLANO

Composição dos grupos

- Representantes titulares ou suplentes das entidades
Chamamento Público
- Vereadores e Assessores
Câmara Municipal
- Representantes entidades convidadas
Consultores
- Representantes entidades do COMPUR
COMPUR
- Representantes órgãos municipais
Comitê Técnico de Acompanhamento do Plano Diretor
- Secretaria Municipal de Planejamento Urbano + Instituto Pereira Passos + Instituto Rio Patrimônio da Humanidade
Equipe Interna

6 grupos simultâneos de discussão

1 grupo interno de análises espaciais

reuniões nos horários pré agendados

+ de 500 pessoas envolvidas

A composição dos grupos está no site [planodiretor.rio](#)

Rio PLANEJAMENTO URBANO INSTITUTO RIO PATRIMÔNIO DA HUMANIDADE INSTITUTO PEREIRA PASSOS
PLANO DIRETOR

Fig. 29 - Tela da apresentação realizada no COMPUR em 15/04/21

A apresentação intitulada “O Plano do Plano” tinha por objetivo esclarecer o processo geral de revisão e formulação do Plano Diretor, a fim de promover a autonomia e engajamento dos mais diferentes grupos internos e externos ao poder público.

Reunião do COMPUR 06/05/21 - Principais pontos:

- Informações sobre o andamento dos trabalhos

- Disponibilização dos boletins Atualize-se! com os resumos dos trabalhos realizados nas três primeiras semanas

Reunião do COMPUR 27/05/21 - Principais pontos:

- Informações sobre o andamento dos trabalhos

Reunião do COMPUR 10/06/21 - Principais pontos:

- Apresentação de um balanço das audiências públicas temáticas; e
- Esclarecimento de dúvidas sobre o processo.

Tendo sido realizadas até então 3 audiências públicas temáticas, foi feito um resumo dos temas e do conteúdo levado pelos respectivos profissionais envolvidos nas audiências.

O BALANÇO DAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS TEMÁTICAS - VULNERABILIDADES SOCIAIS

Audiência Pública Temática: Vulnerabilidades Sociais – 08/06/2021

Pelo um YouTube foi obtido um pico de **41** espectadores assistindo ao vivo. O vídeo da audiência já está público e possui **261** visualizações, sendo 26,8% de origem externa e 23% do site do plano diretor ou do linktree. A origem externa compõe principalmente o WhatsApp, Facebook e Gmail.

Pelo Zoom, o máximo de participantes foi **110**.

4 APRESENTAÇÕES SOBRE O TEMA

- 1. SMS - DANIEL SORANZ**
O ambiente saudável como fator de promoção da Saúde
- 2. REDES DA MARÉ - DIRETOR EDSON**
A desigualdade estrutural na cidade
- 3. IPP - FERNANDO CAVALLIERI**
As vulnerabilidades socioterritoriais e o Plano Diretor
- 4. SMH - MARCELA ABLA**
As necessidades habitacionais e os programas da SMH

DEBATE - PRINCIPAIS PONTOS

Daniel Soranz - Secretário de Saúde

- considerar os serviços de saúde no planejamento urbano;
- eliminar os vazios sanitários no território.

Edson Diniz - Redes da Maré

- assentamentos informais – o exemplo da Maré
- políticas de Estado para integrar favelas à cidade

Nando Cavallieri- IPP

- vulnerabilidades como falhas na provisão de bens e serviços públicos
- vulnerabilidades urbanas e fortalezas cariocas
- propostas do Plano Diretor

Marcela Abla - Subsecretaria de Habitação

- déficit e inadequação das moradias
- plano municipal de habitação de interesses social
 - principais programas

Rio PLANEJAMENTO URBANO INSTITUTO DE PLANEJAMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS INSTITUTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PLANO DIRETOR

Fig. 30 - Tela da apresentação realizada no COMPUR em 10/06/21

As demais Audiências Públicas Temáticas realizadas até então foram sobre os seguintes assuntos: Clima e Meio Ambiente – 07/06/2021; e Economia Urbana – 09/06/2021, e as sínteses das mesmas também foram apresentadas na ocasião.

Reunião do COMPUR 24/06/21 - Principais pontos:

- Apresentação da minuta preliminar do texto da revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Sustentável

Tendo em vista que até esta data ainda não havia sido concluída a minuta, foi realizada uma apresentação geral sobre o texto no estágio em que se encontrava e sua estrutura. Nessa ocasião, houve críticas sobre a estrutura dos títulos, que foram acatadas, levando à reestruturação proposta para a minuta do projeto de lei.

Reunião do COMPUR 29/07/21 - Principais pontos:

- Apresentação da minuta do texto da revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Sustentável

A partir de críticas feitas na reunião anterior do COMPUR, foram feitas as mudanças sobre a estrutura do PLC, e o mesmo foi disponibilizado na internet na plataforma planodiretor.rio e debatido nesta data, virtualmente pela plataforma Zoom .

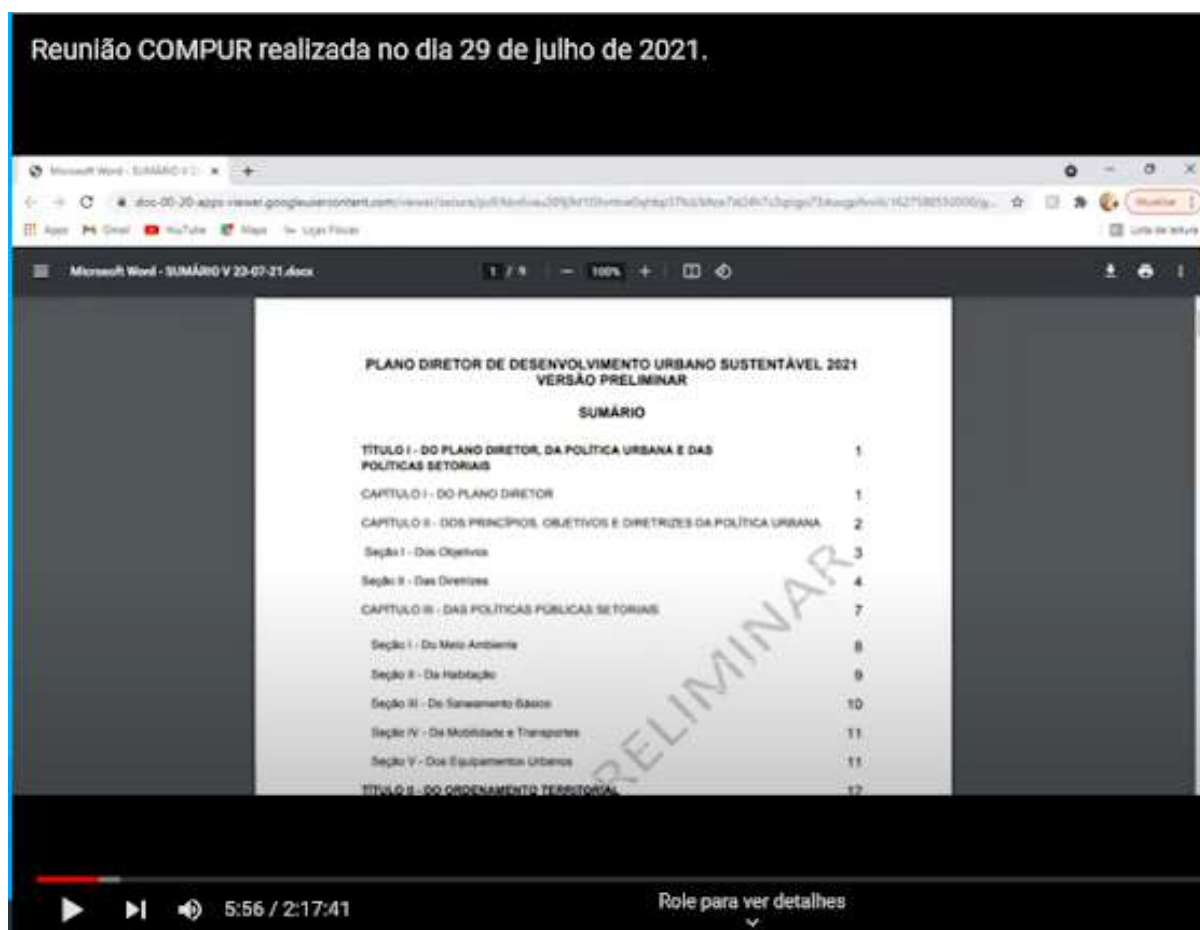


Fig. 31 - Tela da apresentação da minuta preliminar do PLC do novo plano diretor em reunião pela plataforma Zoom no COMPUR

Reunião do COMPUR 02/09/21 - Principais pontos:

- Avaliação e proposições dos Conselheiros sobre a minuta do projeto de lei do Plano Diretor e dos anexos disponíveis na plataforma planodiretor.rio na internet.

Esta reunião teve por objetivo disponibilizar a equipe técnica da SMPU para o debate com os conselheiros sobre a minuta do Plano, sem apresentações.

Conforme já informado neste relatório, o PLC nº 44/2021, que consolidou as propostas de revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Sustentável, foi encaminhado à Câmara Municipal pelo Exmo. Sr Prefeito em 21/09/2021. Mesmo após esse fato, o COMPUR permaneceu acompanhando e debatendo o andamento da proposta, bem como sua relação com outros projetos de lei relacionados ao desenvolvimento urbano da cidade.

Reunião do COMPUR 23/09/21 - Principais pontos:

- Informes gerais;
- Apresentação e discussão do quadro síntese dos títulos referentes à política urbana e às políticas setoriais e ordenamento territorial do Plano Diretor em vigor (Títulos I, II e IV) e do Plano proposto (Títulos I e II).

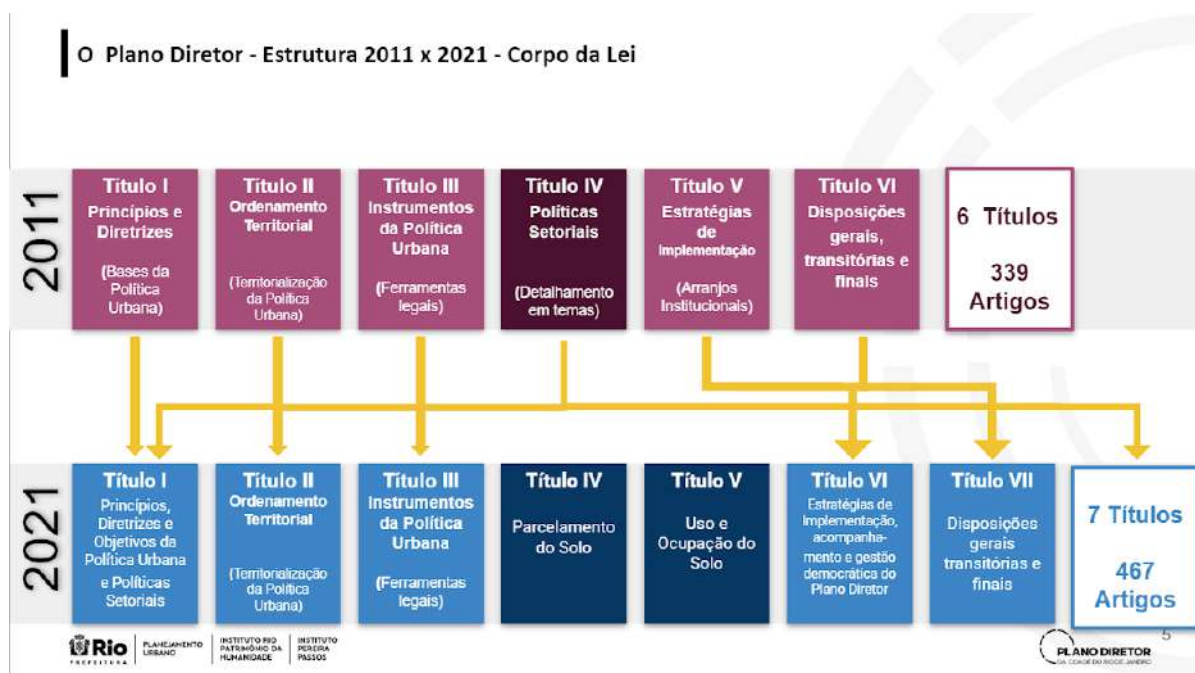


Fig. 32 - Tela de parte da apresentação realizada no COMPUR em 23/09/21

Reunião do COMPUR 21/10/21 - Principais pontos:

- Apresentação do Título V - DO USO E OCUPAÇÃO DO SOLO
 - padronização de conceitos para toda a cidade respeitando suas particularidades;
 - definição de parâmetros de uso e ocupação alinhados ao macro-ordenamento territorial;
 - estímulos para locação social, criação de espaços privados de uso público; e
 - definição de parâmetros para projeto em espaços públicos.

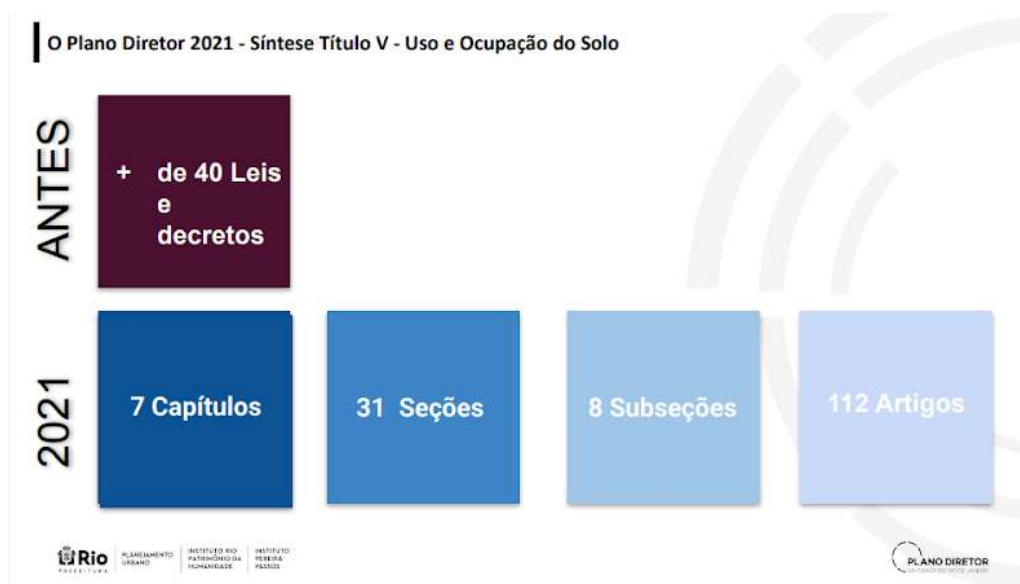


Fig. 33 - Tela de parte da apresentação realizada no COMPUR em 21/10/21

Reunião do COMPUR 11/11/21 - Principais pontos:

- Informes gerais; e
- Continuação da apresentação e discussão do PLC 44/21 - Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Sustentável - Título V - Do Uso e Ocupação do Solo; Parâmetros.

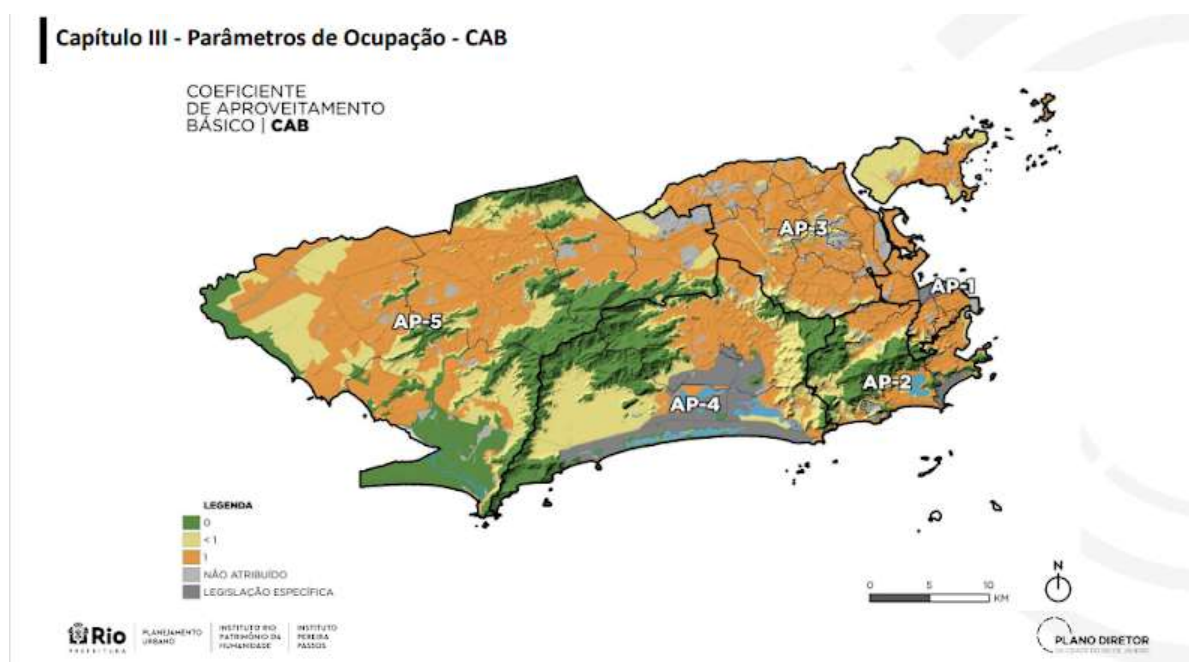


Fig. 34 - Tela de parte da apresentação realizada no COMPUR em 11/11/21

Reunião do COMPUR 25/11/21 - Principais pontos:

- Instalação de Câmaras Técnicas para detalhar determinados aspectos do PLC 44/21;

- Discussão do PLC 44/21 - Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Sustentável - Título IV - Normas de Parcelamento do Solo.

Cabe ressaltar que foram realizadas 14 reuniões do COMPUR em 2021, sendo 11 delas dedicadas total, parcialmente ou ao menos com informes acerca do processo de revisão do Plano Diretor.

2.3. As audiências públicas do Poder Executivo

O Município do Rio de Janeiro, através da Secretaria Municipal de Planejamento Urbano, realizou 9 audiências públicas (3 temáticas, 5 híbridas e 1 de leitura e discussão da minuta) para divulgar e debater o Projeto de Lei Complementar de revisão do Plano Diretor da Cidade do Rio de Janeiro, à saber:

- 1ª Audiência Pública (*online*) - Temática sobre CLIMA e MEIO AMBIENTE (07/06/2021);
- 2ª Audiência Pública (*online*) - Temática sobre VULNERABILIDADES SOCIAIS (08/06/2021);
- 3ª Audiência Pública (*online*) - Temática sobre ECONOMIA URBANA (09/06/2021);
- 4ª Audiência Pública (híbrida: *online* / presencial) - sobre as áreas de planejamento da cidade – AP1 (Centro e Paquetá) (14/06/2021);
- 5ª Audiência Pública (híbrida: *online* / presencial) - sobre as áreas de planejamento da cidade – AP2 (Tijuca e Zona Sul) – 15/06/2021;
- 6ª Audiência Pública (híbrida: *online* / presencial) - sobre as áreas de planejamento da cidade – AP3 (Zona Norte) – 16/06/2021;
- 7ª Audiência Pública (híbrida: *online* / presencial) - sobre as áreas de planejamento da cidade – AP4 (Jacarepaguá e Barra da Tijuca) – 17/06/2021; e
- 8ª Audiência Pública (híbrida: *online* / presencial) - sobre as áreas de planejamento da cidade – AP5 (Zona Oeste) – 18/06/2021; e
- 9ª Audiência Pública (*online*) - sobre a MINUTA DO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR PARA O NOVO PLANO DIRETOR (09/08/2021)

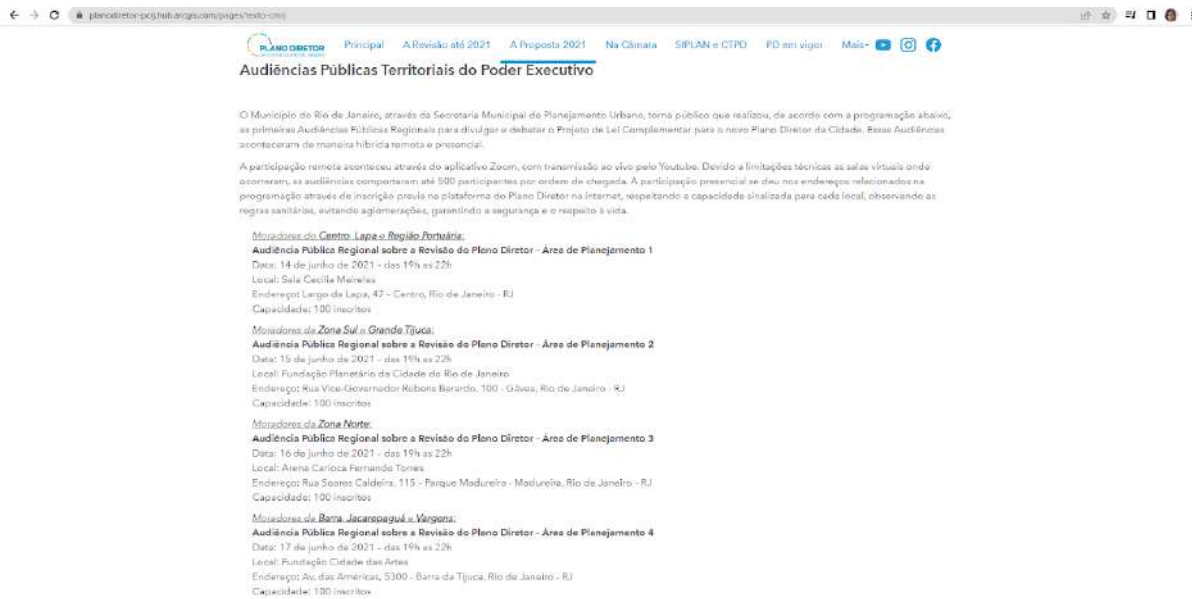


Fig. 35 - A divulgação das audiências públicas na plataforma planodiretor.rio

Todas as audiências foram publicizadas na plataforma planodiretor.rio, com inscrições prévias, no caso das presenciais, em função das medidas restritivas em relação à pandemia da covid-19 naquele período.

Foram registradas no total 5.883 participações nas audiências, presenciais e on-line. Como todas ficaram disponíveis no canal do YouTube da Secretaria Municipal de Planejamento Urbano, mais pessoas tiveram acesso a visualizá-las e conhecer as propostas.

Também foram publicadas na mesma plataforma todas as [atas](#), apresentações e listas de presença das audiências, a fim de dar transparência ao processo.

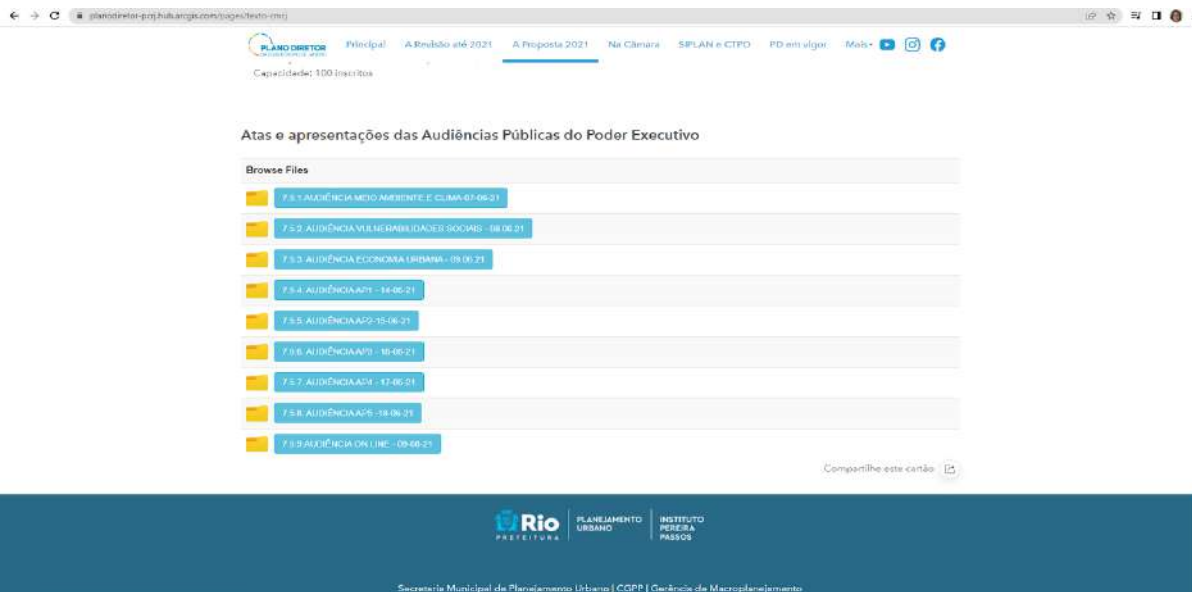


Fig. 36 - Página da plataforma planodiretor.rio com as atas e apresentações das audiências públicas

A participação foi bastante diversificada, principalmente nas audiências regionais, que trouxeram para o debate moradores, empresários, trabalhadores e profissionais de áreas ligadas ao desenvolvimento urbano e mercado imobiliário.

Após as audiências, foi organizado um relatório com as principais contribuições sistematizadas, visando colaborar para a revisão de propostas antes da finalização do projeto de lei.

2.4. Jornada em parceria com o **Comunitas / Colab**

Simultaneamente ao processo participativo elaborado pelo Poder Executivo municipal, foi firmado um convênio entre o Instituto Pereira Passos (IPP) e a entidade [Comunitas](#), organização da sociedade civil especializada em modelar e implementar parcerias sustentáveis entre os setores público e privado, visando ampliar a participação cidadã através de duas jornadas *online* sobre a revisão do Plano Diretor.

Para estruturar essas jornadas, a Comunitas teve como parceiro técnico a [Colab](#), que elaborou duas jornadas com *quizzes* e questionários em seu aplicativo próprio, reunindo 1.013 participações entre 26 de abril e 26 de setembro de 2021. A Jornada do Plano Diretor ficou disponível no aplicativo da Colab até março de 2022.

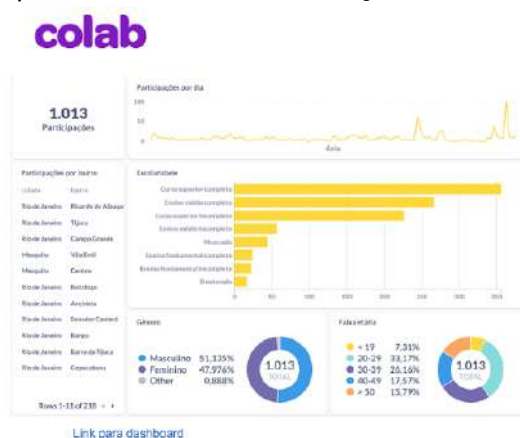


Fig. 37 - Painel com o perfil dos dos participantes da jornada do Plano Diretor

O objetivo da ação proposta foi engajar os cidadãos do Rio de Janeiro e da Região Metropolitana em uma jornada de conteúdos educativos, para aprenderem mais sobre o Plano Diretor e a gestão da cidade. No período em que a Prefeitura esteve com as ferramentas próprias de participação na revisão do Plano Diretor aberta, o objetivo era também direcionar estes participantes da Jornada para os canais de participação oficiais, ou seja, para a plataforma [planodiretor.rio](#) e para as redes sociais da Prefeitura.

As jornadas são processos formativos que remetem à lógica da gamificação: cidadãos percorrem um caminho, avançam entre etapas, respondem perguntas para testar seu conhecimento, e ganham pontos. Dentro do aplicativo Colab, era possível que o cidadão visse quantos pontos já tinha, e comparasse seu desempenho em relação a usuários de sua rede, pessoas de sua cidade ou pessoas de todo o Brasil. Este diferencial é uma estratégia de engajamento e de estimular o esforço para destacar-se.

Para o conteúdo, foi adotado o uso da linguagem simples, com o objetivo criar proximidade entre a locutora (a personagem Mari) e os participantes da jornada. A linguagem também tem papel fundamental na simplificação de conteúdo por vezes complexos e/ou de baixo conhecimento, mas que são importantes na formação do cidadão.

Em relação às estratégias de divulgação, foram duas frentes : (i) para os próprios usuários do Colab; (ii) para a atração de novos usuários. A comunicação para os próprios usuários envolveu e-mails, notificações no celular e mensagens no próprio aplicativo, com o objetivo de retomar o cidadão sobre a importância do conteúdo da jornada e estimular a sua participação.

A comunicação para a atração de novos usuários foi feita através do impulsionamento de conteúdos nas redes sociais, feitos a partir da definição de públicos específicos, e com metodologia de marketing digital. Além disso, o contato com assessoria de imprensa e a busca por parcerias com órgãos locais foram outras formas adotadas para trazer novos usuários para a participação nas jornadas do Colab.

Após o encerramento das jornadas, o objetivo principal foi engajar os cidadãos nas jornadas no próprio aplicativo e estruturar uma continuação dos conteúdos e das estratégias de envolvimento para que o cidadão mantivesse-se ativo.

Para tanto, foi implementado o Programa de Embaixadores, que teve 409 inscritos de 103 bairros diferentes do Município do Rio de Janeiro, com o objetivo de tornar cidadãos cariocas multiplicadores das jornadas de conteúdo.

O Programa de Embaixadores consistiu em convidar cidadãos para, voluntariamente, participarem como multiplicadores da ação realizada. Eles se inscreveram através do aplicativo do Colab, e tiveram como missão divulgar a jornada, a partir de um link personalizado, para suas redes de contatos. Esse *link* personalizado, rastreável, possibilitando um monitoramento de quantas pessoas cada embaixador atingiu. Os embaixadores foram apresentados a uma série de recompensas, conforme o número de pessoas que atingiram, o que também atuou na motivação deles.

Em uma segunda etapa, foi implementada uma jornada educativa sobre o Poder Legislativo, com conteúdos sobre o funcionamento dos Três Poderes, mas especialmente a apresentação do caminho a ser percorrido pelo Plano Diretor na Câmara dos Vereadores, para que o cidadão pudesse acompanhar o processo de revisão do início ao fim.

2.5. As campanhas de comunicação em redes sociais e mídia aberta

Conforme já foi descrito anteriormente, a plataforma planodiretor.rio estabeleceu-se como o principal canal de comunicação entre a Prefeitura e a população para informações sobre o processo de revisão do plano diretor. Apenas em 2021, alcançou mais de 120.000 visualizações.

Essa comunicação foi reforçada através de campanhas de divulgação nas redes sociais da Prefeitura, da Secretaria Municipal de Planejamento Urbano, do Instituto Pereira Passos, em jornais de grande circulação através de matérias espontâneas e em redes e blogs de entidades e pessoas físicas especializadas no assunto.

As campanhas nas redes sociais foram elaboradas e veiculadas pela equipe da Assessoria de Comunicação da SMPU, que acompanhou o passo a passo do trabalho da equipe técnica, o que viabilizou inclusive a promoção de campanhas educativas, trazendo para uma linguagem simples as informações mais relevantes sobre as propostas de ordenamento territorial para a revisão do Plano Diretor.



Fig. 38 - Vista de conteúdo explicativo sobre as macrozonas propostas no Instagram [smpu.rio](#).



Fig. 39 - Visualização de postagem retrospectiva da campanha do Plano Diretor em 2021 no Instagram [smpu.rio](https://www.instagram.com/smpu.rio)

O material publicado nas redes sociais está disponível nos seguintes endereços:

- <https://www.facebook.com/ipprio>
- <https://www.instagram.com/institutopereirapassos/>
- <https://www.facebook.com/smpu.rio>
- <https://www.instagram.com/smpu.rio/>
- <https://www.facebook.com/irph.rio>
- <https://www.facebook.com/patrimonioculturalcarioca/>
- <https://www.instagram.com/riopatrimoniodahumanidade/>

Foi criada uma aba específica na plataforma planodiretor.rio, intitulada [na mídia](#) para a organização das matérias publicadas espontaneamente sobre o processo de revisão do plano diretor, constantemente atualizada pela equipe da Assessoria de Comunicação Social da SMPU. Nesta aba também é possível se inscrever no canal do [YouTube](#) da SMPU para acessar todas as gravações de reuniões e audiências públicas realizadas.



Fig. 40 - Print da página do jornal [O Dia](http://odia.com.br) on line, com conteúdo sobre a revisão do Plano Diretor, cujo link está disponível na plataforma planodiretor.rio



Fig. 41 - Print da página do jornal [O Dia](http://odia.com.br) on line, com conteúdo sobre a revisão do Plano Diretor, cujo link está disponível na plataforma planodiretor.rio

REVISÃO
DO **PLANO**
DIRETOR DE
DESENVOLVIMENTO
URBANO
SUSTENTÁVEL
RELATÓRIO 2021

3

**O PROCESSO DE
ELABORAÇÃO DA
MINUTA DO PROJETO
DE LEI COMPLEMENTAR**

**PLANO
DIRETOR**
 **Rio** PREFEITURA PLANEJAMENTO
URBANO

3. O processo de elaboração da minuta do Projeto de Lei Complementar

3.1. Os subsídios produzidos em 2018 a 2020

Em 2018, a então SMU, através da Gerência de Macroplanejamento da Coordenadoria Geral de Planejamento e Projetos, no Comitê Técnico de Acompanhamento do Plano Diretor (CTPD), centrou esforços:

- no planejamento da revisão do Plano Diretor;
- na atualização do Diagnóstico Urbano e Ambiental da Cidade;
- no monitoramento das ações estruturantes do Plano Diretor de 2011, realizado pela primeira vez em 2015; e
- na discussão intensa das Bases da Política Urbana e das Políticas Setoriais que a complementam.

3.1.1. O Diagnóstico Intersectorial Integrado

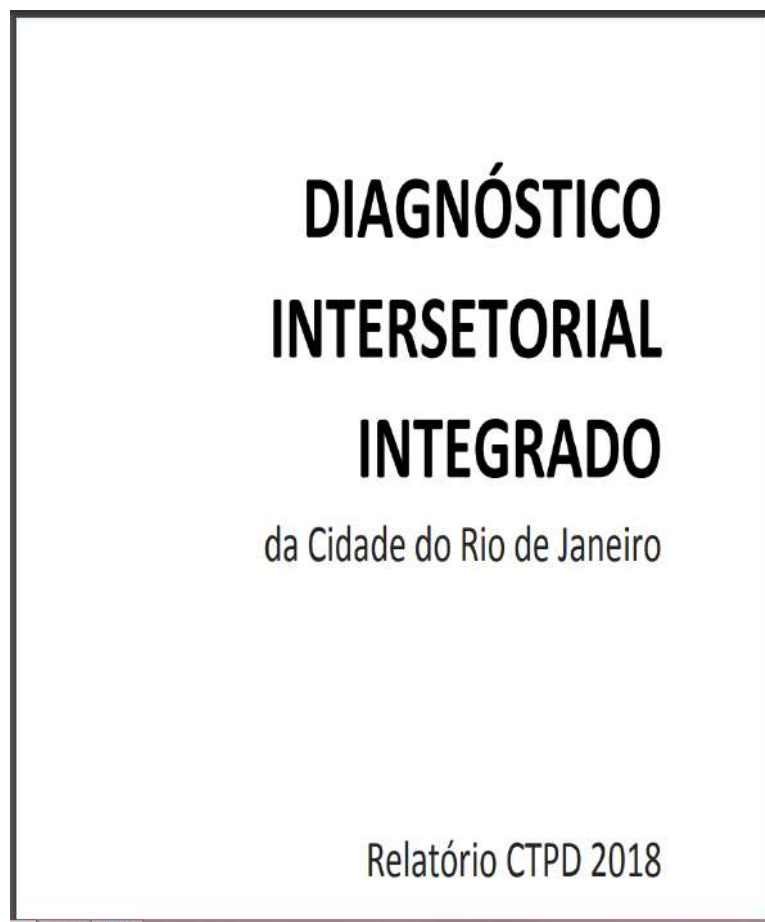


Fig. 42 - Print da capa do Diagnóstico Intersectorial Integrado para a revisão do Plano Diretor, disponível na plataforma planodiretor.rio neste [link](#)

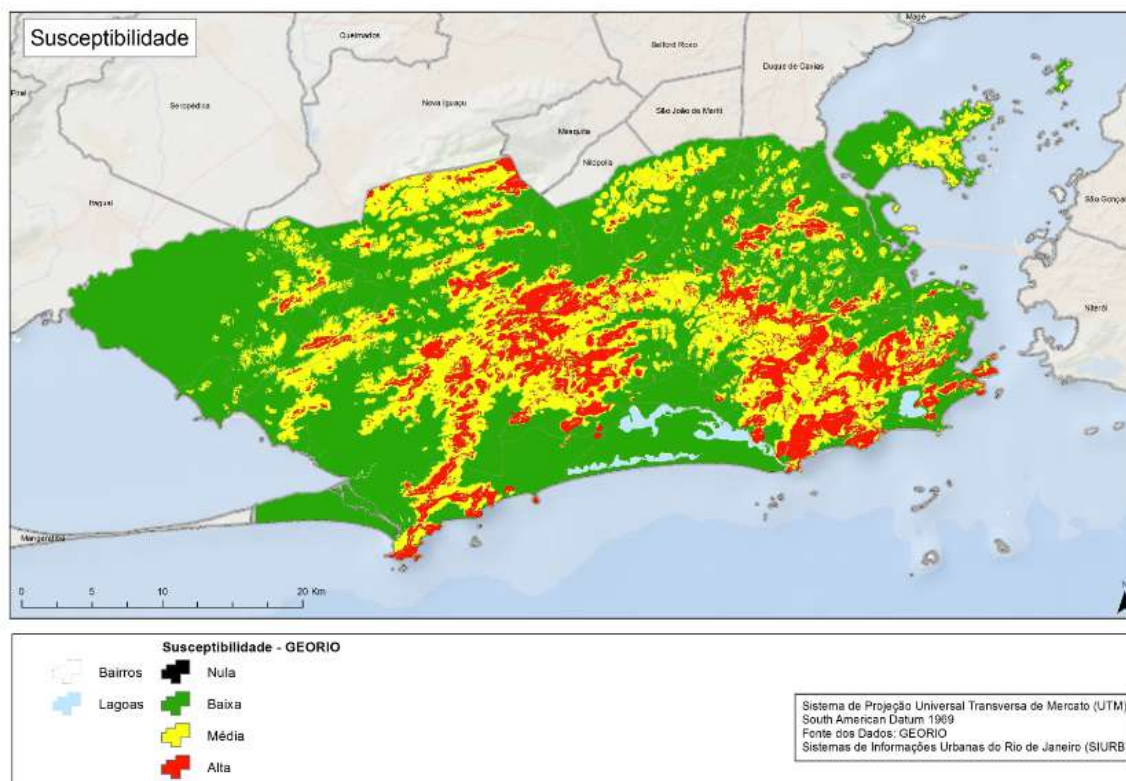


Fig. 43 - Mapa de Suscetibilidade à Risco (GeoRio), um dos 38 mapas produzidos para o Diagnóstico Intersetorial Integrado

Esse extenso diagnóstico da Cidade, com um total de 699 páginas, registrou as primeiras etapas, realizadas entre 2018 e o início de 2019, do processo de revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Sustentável da Cidade do Rio de Janeiro, instituído em 2011.

Apresenta inicialmente uma breve contextualização do procedimento cíclico de formulação, acompanhamento da implementação, avaliação e revisão desta normativa, bem como da Política Urbana definida por este instrumento. Registra as indicações e recomendações oriundas do processo de Avaliação do Plano, também determinado pela lei que o instituiu e realizado em 2016, e os caminhos percorridos para a materialização de um diagnóstico intersectorial integrado, a partir da compilação, produção e análise de dados de fontes diversas e do conhecimento acumulado dos técnicos da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, que compõem o Comitê Técnico de Acompanhamento do Plano Diretor - CTPD, e de outras instâncias governamentais, bem como de especialistas convidados.

Em síntese, o relatório registra a metodologia adotada para identificar e sistematizar, numa visão técnica, os grandes desafios a serem enfrentados pela Cidade na revisão de seu Plano Diretor.

O Capítulo I apresenta uma caracterização ambiental, social e econômica da cidade. Já o Capítulo II detalha a dimensão territorial (urbana-ambiental), destacando as vulnerabilidades ambientais e sociais da cidade e o Capítulo III registra o processo de sistematização dos principais desafios da cidade e as interfaces e interseções entre a

Política Urbana e as demais políticas setoriais complementares para solucioná-los, de forma a embasar a indicação de estratégias territoriais para fomentar o desenvolvimento urbano, a proteção ambiental, a coesão social, a vida saudável e o desenvolvimento econômico.

3.1.2. Oficinas Interativas para discussão dos princípios e objetivos da Política Urbana

Bases da Política Urbana: Princípios e Objetivos Oficinas Interativas (Julho 2018)



Fig. 44 - Registros fotográficos de uma das oficinas interativas, cujo link está disponível na plataforma planodiretor.rio

Para o aprofundamento das Bases da Política Urbana e das Políticas Setoriais que a complementam, foram realizadas Oficinas Interativas no âmbito do Comitê Técnico de Acompanhamento do Plano Diretor - CTPD, com os representantes deste comitê para a identificação, do ponto de vista técnico, dos problemas e dos desejos de cidade, que emergiram das discussões a partir de janeiro de 2018, e para o alinhamento de consensos sobre os princípios, os objetivos e as diretrizes da Política Urbana e das Políticas Setoriais, destacados a partir de julho de 2018, os quais orientaram o processo de revisão do Plano Diretor e a definição das novas ações estruturantes.

O estabelecimento de consensos no âmbito do CTPD, nessa etapa, foi importante para servir de base e fio condutor do processo de revisão com a participação da sociedade e, paralelamente, para orientar a política de desenvolvimento urbano sustentável para a Cidade, de sua formulação à sua implementação, através do desdobramento e do detalhamento dos princípios, objetivos e diretrizes em regras claras, refletidas em políticas públicas setoriais articuladas.

A partir de agosto de 2018 foi iniciado o I Ciclo de Oficinas Interativas para Territorialização da Política Urbana do Rio de Janeiro, com a presença de especialistas no assunto, representantes de universidades e de organizações não governamentais. Essas oficinas foram organizadas pela World Resources Institute - WRI, sob a coordenação de Henrique

Evers, Luiza de Oliveira Schmidt e Luisa Feyo Guimarães Peixoto. Foram realizadas oficinas sobre os temas:

- Evolução da Ocupação Urbana e Dinâmica da Cobertura Natural;
- Sistema de Espaços Livres e Segurança Pública;
- Desenvolvimento Econômico, Moradia e Emprego;
- Interfaces entre Saúde Coletiva, Saneamento e Inadequação Habitacional;
- Áreas Frágeis, Uso e Ocupação do Solo e Mudanças Climáticas;
- Mobilidade, Infraestrutura e Uso do Solo; e

OBS: em janeiro de 2019 foi realizada a última oficina sobre Instrumentos Urbanísticos para Promoção do Direito à Cidade, encerrando o I Ciclo de Oficinas para Territorialização da Política Urbana do Rio de Janeiro, no âmbito do CTPD.

Ao longo de 2020 foi aprofundado o processo de atualização da proposta de Macrozoneamento da Cidade do Rio de Janeiro e a proposição do Mesozoneamento, contendo estudos e mapeamentos para subsidiar a proposta; conceituação; definição de objetivos e diretrizes; definição de critérios de enquadramento; e delimitação em mapas. As Macrozonas definidas na proposta foram:

- Macrozona de Redução da Vulnerabilidade e Estruturação Socioeconômica - cujos objetivos eram a redução da vulnerabilidade social; a recuperação do tecido urbano e social e a recuperação da base produtiva municipal e local, com as seguintes Mesozonas:
 - Mesozona de Estruturação e Integração;
 - Mesozona de Redução da Vulnerabilidade Social; e
 - Mesozona de Desenvolvimento Estratégico.
- Macrozona de Controle, Qualificação e Otimização da Urbanização - cujos objetivos eram o controle; a manutenção do bem-estar; a valorização da paisagem urbana; e a recuperação da capacidade de investimento, com a seguinte Mesozona:
 - Mesozona de Controle e Qualificação da Urbanização.
- Macrozona de Proteção, Recuperação e Uso Sustentável - cujos objetivos eram: a proteção dos serviços ambientais; a proteção do patrimônio natural e cultural; e a recuperação ambiental, com as seguintes Mesozonas:
 - Mesozona de Proteção Integral do Ambiente Natural; e
 - Mesozona de Recuperação e Uso Sustentável.

Em 2021, ao longo das discussões com novos atores, houve adaptações nessa proposta, com a supressão das três macrozonas e a redefinição das mesozonas como macrozonas, visando simplificar o entendimento dos recortes territoriais pela população. Além disso, as novas sete macrozonas tiveram adaptações nas designações e nos recortes territoriais.

3.2. A organização do Caderno Ilustrado

Em 2021, houve a demanda de apresentação e divulgação de um diagnóstico simplificado, com os principais mapas, para subsidiar as discussões entre técnicos e os representantes da sociedade civil nos grupos de trabalho. Tendo isso em vista, foi organizado o [Caderno Ilustrado do Diagnóstico](#), publicado na plataforma planodiretor.rio.

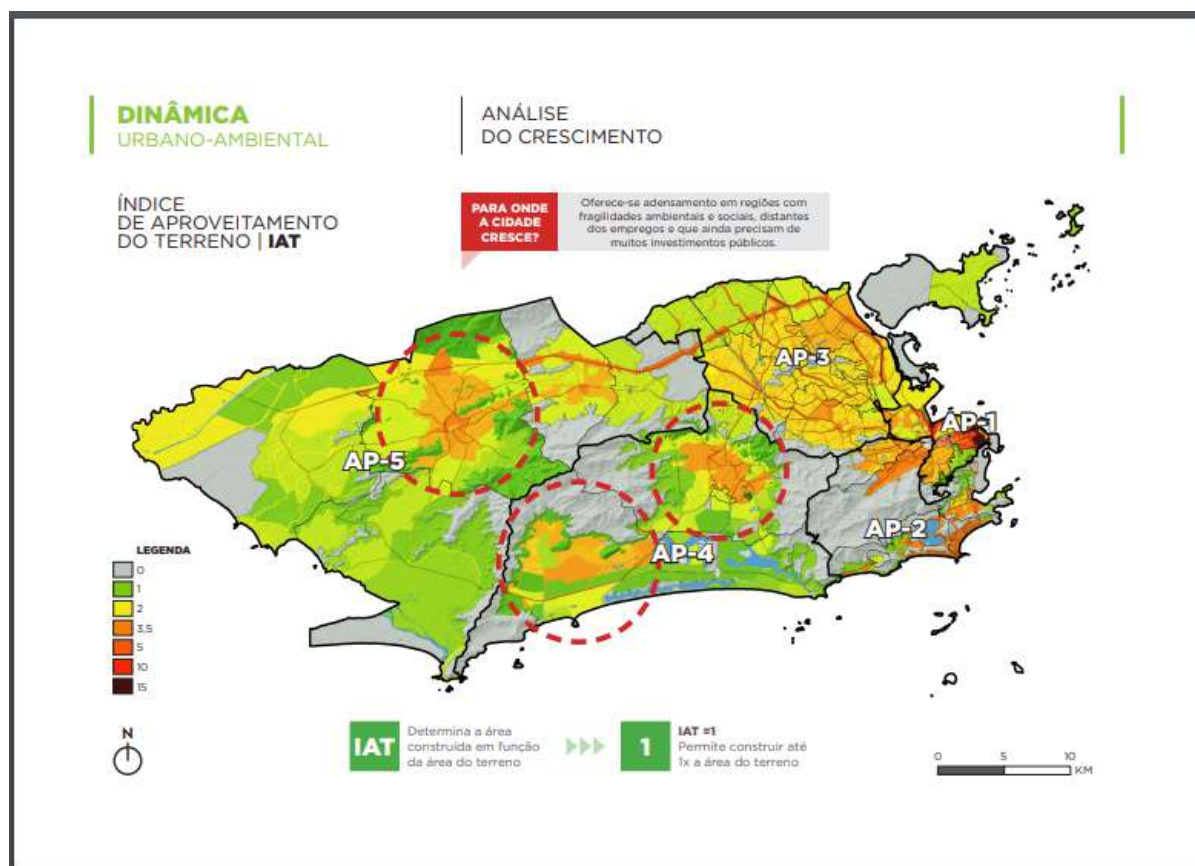


Fig. 45 - Mapa da Análise do Crescimento (adensamento construtivo e populacional) , cujo link está disponível na plataforma planodiretor.rio

O Caderno Ilustrado teve como fonte o Diagnóstico Intersetorial Integrado, de 2018, resumindo suas quase 700 páginas para um padrão baseado em mapas, gráficos e esquemas multicoloridos com apenas 29 slides. Nele a população pode ampliar seu conhecimento sobre a leitura técnica dos desafios da Cidade apontados no Diagnóstico e entender como contribuir, pois, sua compreensão está focada numa abordagem mais palatável àqueles que não dominam o jargão técnico do Urbanismo. O caderno está organizado da seguinte forma:

- Introdução - A Cidade dos Desejos;
- Caracterização da Cidade;
- População e Economia;
- Dinâmica Urbano-Ambiental;
- Vulnerabilidades na Cidade;
- Desafios Intersetoriais;
- Considerações e Encaminhamentos (principais pontos);

- Implementar LPUOS Lei de Uso e Ocupação do Solo + Lei de Parcelamento do Solo; e
- Implementar Outorga Onerosa do Direito de Construir em toda a cidade + Fundo de Desenvolvimento Urbano

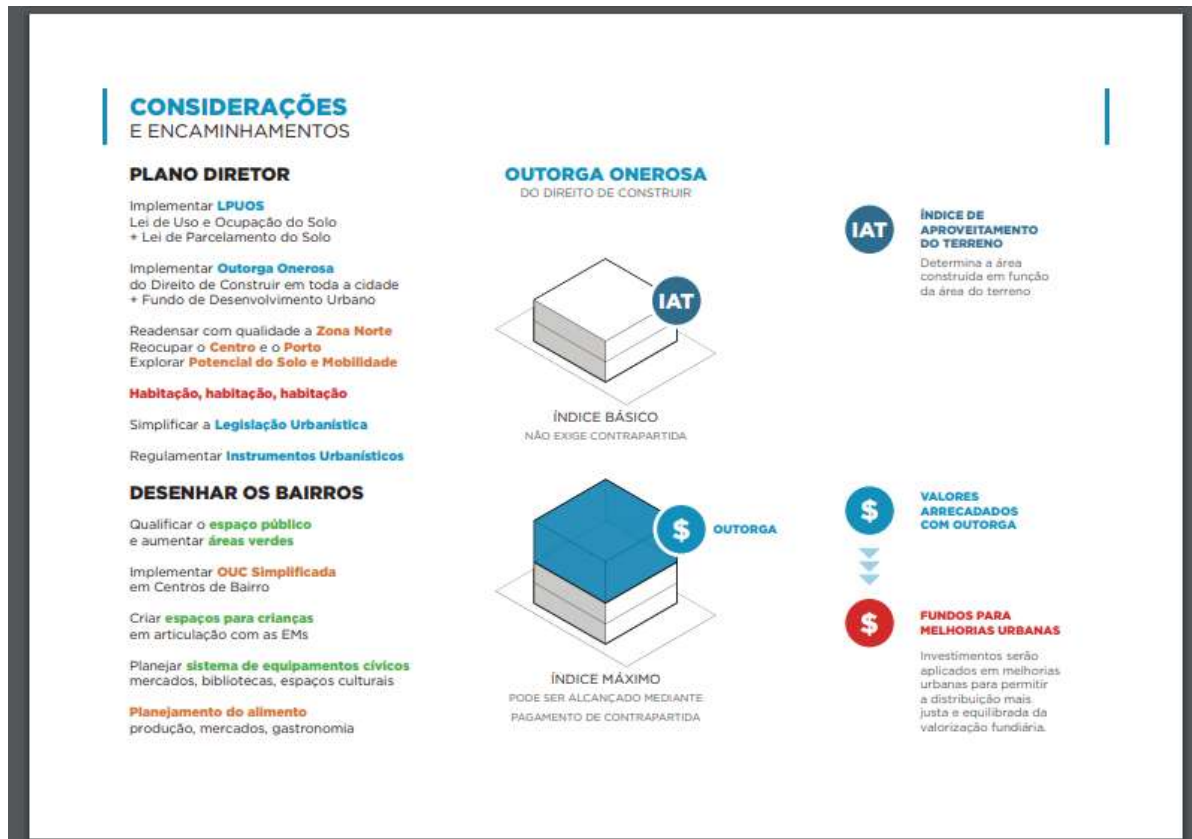


Fig. 46 - Representação gráfica dos Índices de Aproveitamento do Terreno - IAT, e Máximo para a Outorga Onerosa, cujo link está disponível na plataforma planodiretor.rio

3.3. O processo participativo de construção da proposta

Em 2019, conforme já mencionado no início deste Relatório, o processo de participação social para a revisão do Plano Diretor da Cidade do Rio de Janeiro foi iniciado com o convite a cinquenta e seis instituições para se reunirem mensalmente com técnicos municipais a fim de participarem de apresentações e discussões sobre temas relevantes para o novo Plano Diretor. Diversos segmentos - governamentais, não governamentais, universidades, movimentos sociais, entidades de classe e do empresariado - formaram o Grupo de Interlocutores, que participou de nove reuniões até dezembro de 2020, mesmo durante a pandemia de covid-19. Essa etapa da participação social está descrita no [Relatório CTPD 2019-2020](#).

Em 2021 esse processo foi ampliado, visando a elaboração coletiva de propostas para a revisão do Plano Diretor. Para isso foi publicado um [Edital de Chamamento Público](#) simplificado em março, que será detalhado no subitem 3.3.1., a seguir.

3.3.1. O Chamamento público

Embora o Grupo de Interlocutores tivesse uma participação relevante de diversos setores da sociedade, entendeu-se que o mesmo deveria ser ampliado e diversificado, de forma a reproduzir uma amostra mais representativa dos cidadãos cariocas. Assim, a nova gestão municipal, em março de 2021, resolveu instituir um edital para o *Chamamento público para seleção de organizações da sociedade civil para participar do processo de elaboração da Revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Sustentável e da Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo da Cidade do Rio de Janeiro - LPUOS*.



ATA DA REUNIÃO DE DELIBERAÇÃO SOBRE O
"Chamamento público para seleção de organizações da sociedade civil para participar do processo de elaboração da Revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Sustentável e da Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo da Cidade do Rio de Janeiro - LPUOS".

Fig. 47 - Print de parte da Ata que definiu as entidades da sociedade civil selecionadas pelo [Chamamento público](#), cujo link está disponível na plataforma [planodiretor.rio](#)

Este Chamamento Público, publicado no DO RIO em 10/03/2021, nas páginas 89 a 91 e na plataforma [planodiretor.rio](#), teve por finalidade selecionar entidades - organizações da sociedade civil, entendidas como entidades privadas sem fins lucrativos, nos termos da Lei Federal 13.019 /2014; universidades; entidades de classe e movimentos sociais organizados - para participarem ativamente do processo de elaboração da revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Sustentável da Cidade do Rio de Janeiro e da Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo do Município do Rio de Janeiro.

A proposta do Edital era ser o mais inclusivo possível, tendo em vista que pretendia trazer um grande e diversificado número de entidades para as discussões e não envolveu nenhum tipo de remuneração ou ajuda de custo para as entidades, sendo considerado trabalho de relevante interesse público.

O Edital teve o prazo de dez dias corridos, a partir da publicação no DO RIO para as inscrições, através do envio de ficha de inscrição modelo preenchida e assinada pelo representante legal da entidade e carta compromisso de participação. Os documentos foram enviados por e-mail para planodiretor.smpu@gmail.com.

Todos os documentos foram analisados e arquivados pela equipe técnica da Gerência de Macroplanejamento da Secretaria Municipal de Planejamento Urbano, e validados pela Comissão designada na publicação, composta pelos seguintes membros:

I - Secretário Municipal de Planejamento Urbano, que presidiu a Comissão;

II - Coordenador Geral de Planejamento Urbano;

III - Gerente de Macroplanejamento;

IV - Procurador da Procuradoria Geral (PGM) do Município designado como representante da PGM no processo de revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Sustentável.

Foram considerados como critérios para a seleção das entidades participantes:

a) A distribuição geográfica das representações no território;

b) A diversidade social, de gênero e etnia que representam;

c) O tempo de existência formal;

d) A quantidade de membros formalmente inscritos;

e) A representatividade da instituição e suas relações com outras instituições da sociedade civil.

f) Experiência da entidade em processos de participação popular.

Foram acatadas todas as inscrições realizadas por entidades dentro do prazo previsto e foram eliminadas apenas as inscrições realizadas fora do prazo ou por pessoas físicas. Foi também eliminada a inscrição do Partido Comunista do Brasil - PC do B, a pedido do presidente da direção regional da entidade, via email, para a organização do edital de chamamento público.

A ata de deliberação foi publicada no DO RIO em 23/03/2021 e na plataforma planodiretor.rio, acessível neste [link](#), com a lista de todas as entidades acatadas.

No total, foram 111 entidades validadas, distribuídas em seis grupos de trabalho. A lista de todas elas está disponível no final deste relatório e também foi publicada na plataforma, neste [link](#), distribuída por grupo.

Os seis grupos de trabalho foram organizados sob os seguintes temas, com reuniões em horários pré definidos, pelo Zoom da SMPU.

Os temas de cada grupo se relacionam à proposta de estrutura da minuta do projeto de lei complementar de revisão do Plano Diretor. Essa estrutura foi organizada pela equipe da Gerência de Macroplanejamento da SMPU.

GRUPO 1 - Princípios, diretrizes e objetivos da política urbana e territorialização das políticas setoriais

Reuniões às segundas-feiras, das 9:00 às 11:00

GRUPO 2 - Ordenamento Territorial

Reuniões às terças-feiras, das 9:00 às 11:00

GRUPO 3 - Instrumentos da Política Urbana

Reuniões às quartas-feiras, das 16:00 às 18:00

GRUPO 4 - Estratégias de Implementação e Controle

Reuniões às quintas-feiras, das 9:00 às 11:00

LEI DE PARCELAMENTO, USO E OCUPAÇÃO DO SOLO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

GRUPO 5 - Parcelamento do Solo

Reuniões às segundas-feiras, das 16:00 às 18:00

GRUPO 6 - Uso e Ocupação do Solo

Reuniões às terças-feiras, das 16:00 às 18:00

As reuniões ocorreram ao longo dos meses de março e abril de 2021, e algumas entidades participaram de dois ou mais grupos. Além destas reuniões, foram realizadas plenárias, unindo os interessados de todos os grupos, para apresentação e debate dos temas mais relevantes discutidos em cada semana.

As entidades e seus representantes receberam uma Carta de Agradecimento ao final dos trabalhos.

Todas as entidades selecionadas e seus representantes tiveram seus nomes publicados na plataforma planodiretor.rio, por grupo de trabalho, e também estão descritas ao final deste relatório.

Juntaram-se a essas entidades representantes de entidades convidadas, como a FIOCRUZ, a FECOMÉRCIO, o Comitê das Bacias da Baía de Guanabara, e também da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, através do Núcleo de Terras e Habitação (NUTH) e do Instituto Rio Metrópole.

Houve ainda a participação de representantes de órgãos municipais, através do CTPD, conforme descrito no item 3.3.2. e de gabinetes de parlamentares da Câmara Municipal, conforme descrito no item 3.3.3.

3.3.2. A participação do CTPD

O CTPD - Comitê Técnico de Acompanhamento do Plano Diretor - teve relevante participação na avaliação do Plano Diretor vigente, na elaboração do Diagnóstico Intersetorial Integrado, na discussão das bases da política urbana e também na construção das propostas para a revisão do Plano Diretor junto às entidades da sociedade civil.

Como houve mudança na gestão municipal, em janeiro de 2021 foram enviados ofícios a todos os órgãos municipais participantes do CTPD e outros criados na nova estrutura, com a solicitação de designação de representantes para as discussões da revisão do Plano Diretor junto à sociedade civil.

Cada órgão definiu os grupos de trabalho de que gostaria de participar, conforme suas atribuições.

Tendo em vista o papel dos órgãos como gestores e implementadores das políticas setoriais, foi fundamental a troca de seus representantes com a sociedade civil.

Após o encerramento das discussões com as entidades da sociedade civil nos grupos de trabalho, os membros do CTPD continuaram acompanhando a revisão do Plano Diretor através das audiências públicas, das reuniões mensais do CTPD e também com contribuições para a minuta do projeto de lei de revisão do Plano Diretor.



Fundamentos do CTPD

Como um primeiro produto do Processo de Revisão do Plano Diretor, com início em julho de 2018, através das Oficinas Interativas do CTPD, foram consolidadas as Bases da Política Urbana, com Princípios, Objetivos e Diretrizes formulados através de alinhamento com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 25 de setembro de 2015.

Bases da Política Urbana consensualizadas no CTPD

Fig. 48 - Print da aba sobre o CTPD, cujo link está disponível na plataforma planodiretor.rio

3.3.3. A participação da Comissão de Representação da Câmara Municipal

Em 27/01/2021, à pág. 02 do Diário Oficial da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, o Vereador Carlo Caiado, Presidente daquela Casa de Leis, publicou a Resolução da Mesa Diretora nº 10.392/2021 constituindo a Comissão de Representação para “Estudo e avaliação do vigente Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Sustentável do Município do Rio de Janeiro, instituído pela Lei Complementar nº 111, 1º de fevereiro de 2011, com vista a subsidiar a apresentação do respectivo Projeto de Lei Complementar por Comissão Especial específica de revisão decenal no ano em curso de 2021”.

A referida Resolução determinou que a Comissão fosse composta por representantes de cada uma das bancadas partidárias com assento na Câmara Municipal, com manifestação de interesse na participação das suas lideranças, e fosse presidida pelo Vereador Rafael Aloisio Freitas, com o prazo para apresentação do relatório de noventa dias.

A Comissão de Representação, instituída pela Resolução nº 10.392/2021 e alterada pela Resolução nº 10.559/2021, iniciou os seus trabalhos no dia 02/03/2021, conforme registro em ata de sua primeira reunião publicada no DCM nº 050, do dia 18/03/2021, págs. 138 e 139. O encerramento de suas atividades ocorreu em reunião realizada no dia 02/09/2021, convocada através do Comunicado do Presidente, em atendimento ao contido no Ofício GVRAF nº 1440/2021, publicado no DCM nº 162, do dia 1º de setembro de 2021.

Posteriormente, em 02/07/2021, à pág. 03 do Diário Oficial da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, o Vereador Carlo Caiado publicou a Resolução da Mesa Diretora nº 10.559/2021 que alterou o art. 4º da Resolução da Mesa Diretora nº 10.392/2021, ampliando o prazo para cento e oitenta dias para apresentação do respectivo relatório.

A Comissão de Representação acompanhou os trabalhos de revisão do Plano Diretor participando dos grupos de trabalho criados pela Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e convocando paralelamente reuniões da Comissão na Câmara, nas quais a Secretaria Municipal de Planejamento Urbano apresentou a avaliação do atual Plano, o diagnóstico e as propostas da revisão de forma territorializada.

Os temas escolhidos pela Comissão foram o processo de participação na avaliação e revisão e o seu reatamento territorial nas cinco Áreas de Planejamento da Cidade (APs).

Finalmente, a Comissão optou por elaborar uma série de recomendações que foram entregues ao presidente com vistas à Comissão Especial do Plano Diretor, que foi instituída para acompanhar a mensagem do Executivo na Casa. Foram estas as recomendações:

- A 1ª Recomendação era para que a futura comissão que discutiria a revisão do Plano Diretor, quando a mensagem do Executivo chegasse àquela Casa Legislativa, viabilizasse um diagnóstico claro e objetivo dos impactos sociais e econômicos da pandemia no biênio 2020/2021, que agravaram uma crise econômica que a Cidade vivia no período pós grandes eventos. Informações como o agravamento da questão da moradia; o aumento da população em situação de rua (cujo censo foi realizado no final de 2020); a precarização do emprego e a redução dos postos formais de trabalho, precisariam ser o pano de fundo da revisão do Plano Diretor, que deveria dialogar com o Plano Estratégico, também apresentado pela atual administração e já enviado àquela Casa. A Câmara precisava entender como os impactos desta profunda crise se reatavam no território, para entender quais as prioridades que o novo plano deveria estabelecer. Ainda em relação ao contexto da pandemia e aos seus impactos, precisavam entender como estes afetaram o processo participativo de discussão do Plano;

- A 2ª Recomendação era para a necessidade de aprofundar alguns debates urgentes para a Cidade do Rio de Janeiro. O Rio estava duas décadas atrasado no debate sobre as formas de financiamento urbano possibilitadas desde 2001 pela Lei Federal nº 10.257/2001 - Estatuto da Cidade - e amplamente disseminada pelo extinto Ministério das Cidades.

Especialistas calculavam que o Rio perdeu bilhões de reais ao se limitar a captar mais valias fundiárias na região do Porto Maravilha, e somente após dez anos da aprovação do Estatuto da Cidade. A Câmara saudava a iniciativa do Executivo de finalmente incorporar e implementar a recuperação de mais-valias através da Outorga Onerosa do Direito de Construir e de alteração de uso para todo o Município, mas considerava que precisava aprofundar o debate sobre as fórmulas de financiamento; sobre a aplicação do IPTU progressivo enquanto instrumento de enfrentamento à retenção especulativa do solo urbano (e urbanizado) e assim estimular uma produção imobiliária mais inclusiva; de encarar o debate sobre um Fundo Municipal de Terras e Imóveis Públicos, tão urgente no Rio de Janeiro, pois ainda existe muito estoque fundiário com situações jurídicas complexas pelo fato da Cidade já ter sido Distrito Federal, Cidade-Estado da Guanabara, e tornar-se município capital do Estado do Rio de Janeiro, unificado e núcleo da Região Metropolitana em 1975;

- A 3ª Recomendação, que coincidia com posição externalizada pela atual gestão do prefeito Eduardo Paes, era para favorecer a cidade compacta e para quebrar as barreiras da cidade partida, articulando os chamados “subúrbios” com novas centralidades a partir do eixo da Avenida Brasil, através de uma discussão mais aprofundada sobre os instrumentos para efetivamente promover uma renovação integradora, e não simplesmente propor uma zona franca de liberdade urbanística para ficar no papel ou viabilizar empreendimentos isolados e fragmentados. Considerava que a Prefeitura do Rio tinha muito acúmulo de informações para esse debate, e não apresentar isso naquele momento era uma contradição. A Câmara considerava necessário que esta discussão se incorporasse a da integração das favelas e das franjas de favela, que podem ofertar alternativas de moradia formal acessível. Quando em 2018 foi aprovada Lei Complementar nº 192 - que estabelecia “condições especiais para o licenciamento e a legalização de construções e acréscimos nas edificações no Município do Rio de Janeiro e dá outras providências” -, e mais tarde, em 2020, a Lei Complementar nº 219, que dispôs sobre incentivos para pagamento da contrapartida, poderia ter sido realizada uma discussão sobre a mudança de parâmetros urbanísticos nas franjas de favela, com um olhar específico e com uma série de incentivos e alterações de parâmetros para conter a ocupação informal e ao mesmo tempo criar conexões mais inteligentes entre a cidade infraestruturada e a cidade a estruturar, inclusive, pensando em fundos específicos e fontes de financiamento localizadas para as favelas, para recuperação e construção de infraestrutura e requalificação dessas áreas;

- A 4ª Recomendação estava ligada à anterior, e era sobre a discussão da habitação social propriamente dita. Sabia-se que o Plano Diretor não substituiria o Plano de Habitação, embora o Rio de Janeiro precisasse não apenas de outro plano de habitação, mas principalmente de fortalecimento dos fundos de habitação, que poderiam ser estimulados no Plano Diretor através da aplicação de instrumentos indutores do desenvolvimento urbano inclusivo e de financiamento urbano aplicado e do uso de imóveis públicos neste processo, com foco na redução das desigualdades;

- A 5ª Recomendação era uma novidade positiva apresentada como reivindicação em especial da Zona Oeste, sobre as áreas de produção alimentar, uma proposta que a Câmara considerava que deveria ganhar mais peso, principalmente, com um debate e recorte que não tem no Plano Diretor, que é o da Cidade Verde. A Câmara avaliava que as indicações do Plano Diretor eram frágeis em relação ao reflorestamento; à recomposição das áreas verdes da Cidade e da área vegetada; além da falta de debate sobre parques urbanos, que precisaria ter uma forma mais clara, principalmente em relação às mudanças climáticas. Seria muito ruim não incluir indicadores de resiliência urbana ambiental na

avaliação do Plano Diretor do Rio de Janeiro em 2020, no pós covid-19 , não falar em melhoria da qualidade da água, do ar e da massa vegetada nos próximos dez anos;

- A 6ª Recomendação era a respeito de outro tema sensível para o carioca e para o morador da região metropolitana em geral, o da necessidade de que a política urbana dialogasse mais com a política de mobilidade urbana, na qual é necessário um encaminhamento mais assertivo sobre transporte ativo; sobre estimular o transporte individual; sobre promover a integração modal e intermodal; e sobre “estabelecer diretrizes para evitar o espraiamento urbano e promover o uso eficiente da infraestrutura urbana, aproximando as áreas de moradia e as oportunidades de emprego por meio de incentivo ao uso misto do solo próximo aos corredores e eixos de transporte coletivo”. É consenso de que esses benefícios colaboram para o desenvolvimento econômico, social e a qualificação ambiental das áreas urbanas, e que o Plano Diretor deve dialogar com os planos municipais de Mobilidade Sustentável e de Habitação de Interesse Social;

- A 7ª Recomendação referia-se à divulgação. A Câmara recomendava o aperfeiçoamento e a disseminação do Caderno Ilustrado do Diagnóstico Intersetorial Integrado, produzido pela Secretaria Municipal de Planejamento Urbano - SMPU, com o intuito de que a população ampliasse seu conhecimento sobre a leitura técnica dos desafios da Cidade apontados por este, para entender como contribuir para as discussões. Sugeria também a divulgação da síntese do diagnóstico do Plano Diretor numa linguagem gráfica que permitisse aos cidadãos a compreensão espacial e o entendimento de como o território em que habita, trabalha e circula é enxergado e principalmente, a avaliação do quanto se avançou em 10 anos em relação às diretrizes e objetivos do Plano de 2011, visando a justificar os ajustes dessa revisão em 2021; e

- Por último, mas não menos importante, a 8ª Recomendação que a Comissão de Representação fazia era a da divulgação de balanço qualificado da participação cidadã na discussão do diagnóstico do Plano de 2011 e da discussão da minuta da revisão, para servir de base de avaliação das alternativas metodológicas de participação que deverão ser adotadas pela Câmara Municipal para a tramitação do PLC do Plano Diretor. O acesso da população ao material disponível não poderia estar restrito às possibilidades individuais de acesso a *internet*, e acreditavam que tanto o Município quanto a Câmara Municipal poderiam criar as condições para facilitar o acesso a estas informações em terminais digitais conectados à rede de *internet*.

Todos os documentos elaborados por essa Comissão, além das atas de reuniões, estão disponíveis na plataforma da Câmara Municipal neste [link](#).

Após o encerramento desta Comissão, ainda em 2021, foi criada através da Resolução nº 1540/2021 a [Comissão Especial do Plano Diretor](#), também presidida pelo Vereador Rafael Aloisio Freitas, tendo como Vice-Presidentes os Vereadores Alexandre Izquierdo, Rosa Fernandes e Tainá de Paula. A Relatora é a Vereadora Tânia Bastos e os Sub-Relatores os Vereadores Jorge Felipe e Tarcísio Motta. São membros os Vereadores Átila A. Nunes, Dr. Gilberto, Victor Hugo e Pedro Duarte. Esta Comissão Especial teve sua primeira reunião em 05/10/2021, iniciando um calendário de reuniões semanais em outubro e novembro de 2021, com o convite à SMPU para apresentar o PLC 44/2021.

No ano seguinte, além das reuniões, esta Comissão promoveu inúmeras audiências públicas para discussão e divulgação do PLC 44/2021.

3.3.4. A formação dos seis grupos de trabalho e a estrutura da Lei



Fig. 49 - Print da aba sobre os seis grupos de trabalho criados, disponível na plataforma planodiretor.rio

Os seis grupos de trabalho para a discussão das propostas de revisão do do Plano Diretor foram formados por representantes dos seguintes órgãos e segmentos:

- SMPU, IPP e IRPH - coordenadores, sub-coordenadores e relatores;
- CTPD
- Entidades do Edital de Chamamento Público
- Entidades Convidadas
- Assessores da Comissão de Representação da Câmara Municipal

Cada GT se relacionou a um Título da estrutura proposta para a revisão do Plano Diretor, partindo do Título I ao Título VI. A minuta final resultou em sete títulos, sendo o último de Disposições Gerais, Transitórias e Finais, elaborado pela equipe da SMPU.

A SMPU, o IPP e o IRPH tiveram representantes em todos os GTs, com importante e intensa participação de coordenação e relatoria, tendo em vista que todas as reuniões foram registradas em atas disponibilizadas na plataforma planodiretor.rio.

Desta forma, os representantes desses órgãos ficaram ainda incumbidos de reuniões de organização e compatibilização das propostas.

A Coordenadora Geral dos trabalhos e Gerente de Macroplanejamento da SMPU, Valéria Magiano Hazan, participou de todas as reuniões de todos os grupos de trabalho, além das reuniões plenárias, para assegurar o bom encadeamento das discussões.

Grupos do Plano Diretor

A elaboração e redação das Leis - 2021

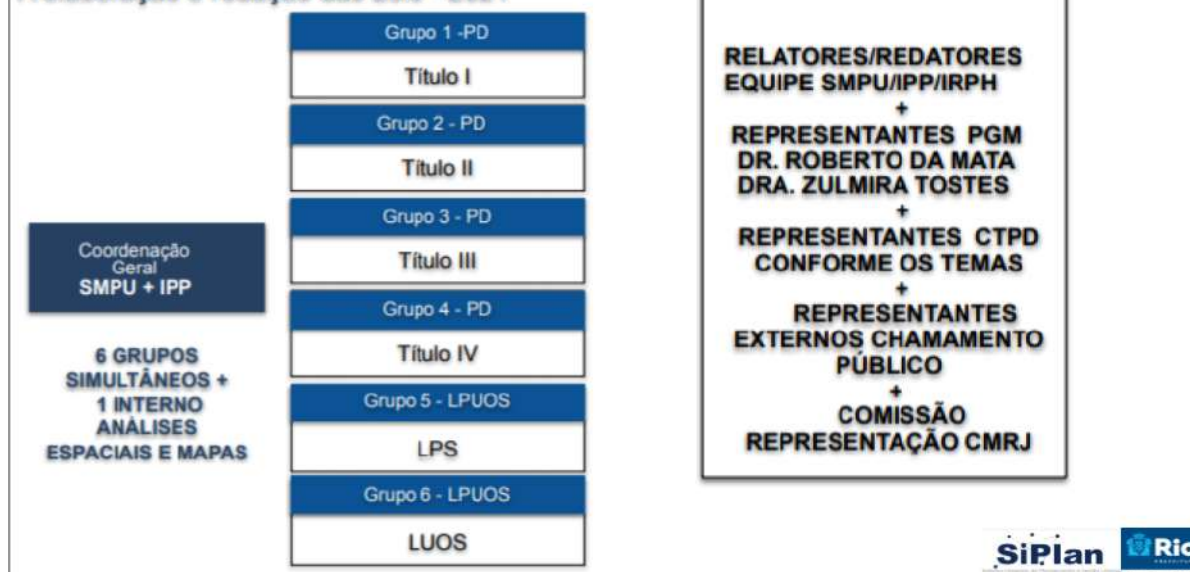


Fig. 50 - A formação dos Grupos de Trabalho do Plano Diretor

3.3.4.1. O início dos Grupos de Trabalho

A primeira semana dos trabalhos do Plano Diretor com o engajamento da população foi iniciada com diversas novidades na plataforma planodiretor.rio, como:

- o lançamento da primeira enquete pública sobre o cotidiano do carioca e sua relação com a cidade;
- a publicação do vídeo de boas vindas do então Secretário de Planejamento Urbano, Arquiteto e Urbanista Washington Fajardo, com o convite a todos os representantes de entidades que participaram do Chamamento Público para iniciarem o processo colaborativo de elaboração da revisão do Plano Diretor. O vídeo foi publicado no YouTube da SMPU no link https://www.youtube.com/watch?v=_3mcA0Oa-Ow;
- a publicação do planejamento das doze semanas de trabalho conjunto com a sociedade na aba Plano do Plano, num infográfico que explicava cada etapa do processo, disponível no link <https://planodiretor-pcrj.hub.arcgis.com/>;
- a criação de um espaço de participação aberto a toda a população. Clicando na aba Contribua! do menu superior, todos poderiam deixar suas ideias para uma cidade melhor. As contribuições foram avaliadas pela equipe técnica; e
- a criação de abas específicas, visando facilitar a comunicação com os grupos de trabalho, onde ficaram armazenadas as sínteses das reuniões e os documentos de

trabalho. Tudo acessível a toda a população, com o objetivo de dar maior transparência ao desenvolvimento do trabalho.

No fim da primeira semana, no dia 16/04/2021, a equipe técnica da Prefeitura, liderada pelo Secretário Fajardo, recebeu todos os representantes das entidades inscritas no Chamamento Público para uma reunião plenária de boas vindas e explicações sobre a proposta da Secretaria Municipal de Planejamento Urbano.

3.3.4.2. Os Grupos de Trabalho

Conforme descrito no item 3.3.4., foram criados seis grupos de trabalho para discutir seis títulos da proposta de revisão do Plano Diretor, conforme detalhado nos subitens a seguir. Após apresentação da minuta preliminar do projeto de lei complementar ao COMPUR em reunião em junho de 2021, houve a alteração na estrutura, com o conteúdo relativo ao Parcelamento do Solo ficando no Título IV, o conteúdo relativo ao Uso e Ocupação do Solo no Título V e as Estratégias de Implementação, Acompanhamento e Gestão Democrática passaram para o Título VI.

Apesar da alteração da estrutura, o conteúdo discutido em cada grupo de trabalho foi amplamente utilizado na proposta encaminhada pelo Poder Executivo em setembro de 2021.

3.3.4.2.1. O Grupo 1

O Grupo 1 teve como Coordenadores Mariana Barroso (SMPU) e Nando Cavallieri (IPP) e discutiu assuntos referentes ao Título I, denominado DOS PRINCÍPIOS, DIRETRIZES E OBJETIVOS DA POLÍTICA URBANA E TERRITORIALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS SETORIAIS DO PLANO DIRETOR.

A base inicial do trabalho do Grupo 1 foi a avaliação do documento elaborado em 2020 pela Gerência de Macroplanejamento, em conjunto com os órgãos que compõem o CTPD, contendo os objetivos, diretrizes e ações estruturantes de cada política setorial. A orientação foi a de destacar deste conjunto o conteúdo que seria objeto do Plano Diretor, ou seja, que tivesse expressão no território, daqueles específicos dos planos setoriais ou mesmo daqueles referentes à atuação do órgão responsável por cada política.

Os representantes do CTPD que integravam o Grupo 1 eram representantes das seguintes Secretarias: SMAC, SMC, SME, SMH, RioÁguas, GeoRio, SMI, e SECONSERVA, além da SMPU, IPP e IRPH. No grupo com maior representação de entidades da sociedade civil, esses servidores tiveram o papel fundamental de esclarecer, atualizar e objetivar o trabalho desenvolvido, visando dar mais efetividade ao conteúdo do Plano Diretor.

O Grupo elaborou o texto legislativo preliminar do Plano Diretor, reunindo o conjunto dos artigos dos Títulos I e IV do Plano Diretor em vigor, o que deu origem a debates internos sobre:

- os princípios do Plano Diretor;

- o conceito de paisagem, envolvendo discussões sobre paisagem cultural e o papel da paisagem como valor fundamental a ser respeitado no desenvolvimento da política urbana; e
- a apresentação das ações estruturantes em anexo, como listagem ou tabela, relacionando as ações aos objetivos e diretrizes relacionados às mesmas.

A decisão de tratar as ações estruturantes dessa forma foi norteada pela heterogeneidade e volume das propostas (mais de 600 ações), cujo conteúdo muitas vezes se referia à própria atividade rotineira dos órgãos ou aquelas cujo detalhamento caberia ao plano setorial específico. Desta forma o conteúdo do Plano Diretor tornar-se-á mais direto e objetivo, facilitando sua compreensão.

O trabalho do Grupo 1

Fase Interna

Nesta primeira etapa do trabalho, interna e restrita à equipe formada por funcionários da Prefeitura (SMPU, IPP e IRPH), foram realizadas 3 reuniões online, pela plataforma Zoom, nos dias 01, 08 e 15 de março de 2021, sempre de 9:00 as 11:00h.

Mariana Barroso(CPL/SMPU) e Nando Cavallieri (CTPE/IPP) foram convidados a coordenar o grupo e ficarem responsáveis pela redação do Título I da proposta de revisão do Plano Diretor. Entre as atribuições destes coordenadores estava a organização e a sistematização do trabalho, que consistia, entre outras atividades, em:

- criar um grupo de e-mail referente ao Grupo 1;
- marcar as reuniões e convidar os demais participantes, elencando os assuntos a discutir;
- atualizar os nomes dos integrantes no grupo de e-mail e repassar essa atualização para as planilhas do Grupo 1 no drive planodiretor.smpu, bem como à Andrea Pulici e Theodoro Fuly, do IPP, sobre os novos integrantes para que seus nomes fossem atualizados no hub do Grupo 1;
- dar acesso ao drive compartilhado somente para os novos integrantes que fizessem parte da Prefeitura;
- atualizar os drives compartilhados com os documentos e a sistemática de organização dos trabalhos do grupo (“plano de vôo” do trabalho, template das apresentações, protocolo para participação nas reuniões, listas de presença, elaboração de atas, etc);
- manter atualizado o calendário das reuniões do grupo em cada drive; e
- dar ciência à Gerente de Macroplanejamento e à equipe do IPP das informações referentes ao Grupo 1.

Como para os demais grupos, foram criadas quatro pastas compartilhadas em drive:

1. Documentos em subsídios;
2. Documentos em elaboração;
3. Atas de reuniões; e
4. Lista de participantes.

Inicialmente o texto do Título 1 do Plano Diretor de 2011 foi compartilhado para que todos do grupo tivessem uma ideia coesa do texto. Ato contínuo iniciou-se a formatação de um novo texto. O Título I proposto foi compartilhado para que todos do grupo pudessem fazer sugestões a este texto base.

Fase Externa

Esta segunda etapa do trabalho, ampliada, contou, além da equipe da Prefeitura (SMPU + IPP + IRPH); com membros do CTPD - Comitê Técnico Permanente de Acompanhamento do Plano Diretor, integrado por diversos órgãos da Prefeitura; diversas entidades da sociedade civil; representantes da Câmara dos Vereadores e convidados, listados no fim deste relatório.

Reuniões

Foram realizadas 6 reuniões online, através da plataforma Zoom, nos dias 19 e 26 de abril e 03, 10, 17 e 24 de maio de 2021, sempre de 9:00 às 11:00h.

Reunião em 19/04/21

A primeira reunião teve por objetivo apresentar aos representantes das entidades e convidados o escopo do Título 1 e a proposta de trabalho do grupo nas semanas seguintes. Este título é o que contém o enunciado dos princípios, objetivos e diretrizes da política urbana e demais políticas setoriais.

Os coordenadores do Grupo - Mariana Barroso e Nando Cavallieri - deram sequência à apresentação, com a comparação do escopo proposto com o do Plano Diretor em vigor (LC 111/ 2011) e as metas importantes a serem contempladas no contexto da pandemia.

Em seguida foi apresentado o calendário das reuniões com os assuntos que foram discutidos nos quatro subgrupos criados, e foi informado o envio por e-mail de um formulário para inscrição dos participantes nos subgrupos de seu interesse. Ao longo da semana, houve muitas respostas ao formulário.

Durante a discussão, foram levantadas importantes questões que foram, depois, incorporadas na apresentação publicada na plataforma [planodiretor.rio](#), na aba do [Grupo 1](#). Também foram disponibilizados na plataforma os dois documentos do Título I que seriam objetos de discussão pelo grupo:

- Corpo da Lei, com objetivos e diretrizes das Políticas Setoriais; e
- Anexo da Lei com as respectivas Ações Estruturantes.

Reunião em 26/04/21

Nesta segunda reunião foram iniciados os trabalhos dos quatro subgrupos criados com base nas preferências dos participantes, em resposta à enquete realizada. Inicialmente foram dados informes gerais, destacando-se as novidades gerais da plataforma [planodiretor.rio](#) e a forma de organização específica do Grupo 1. Os participantes foram, então, encaminhados às suas respectivas subsalas.

Em cada subgrupo foi lido e discutido parte do material, previamente publicado na plataforma, na aba planodiretor.rio/grupo1. Todos os participantes foram avisados por e-mail da disponibilidade desse material, que consistiu em dois arquivos de texto: Título 1 - Corpo da Lei e Título 1 - Anexo Ações Estruturantes. Infelizmente, devido a problemas tecnológicos, os debates foram prejudicados em algumas das subsalas.

Após o trabalho nos subgrupos, todos se reuniram na sala geral e os quatro relatores apresentaram uma síntese do que havia transcorrido nas subsalas. Durante as discussões, foram colhidas sugestões, algumas incorporadas ao texto, na hora, pelos Subcoordenadores. Outras, bem mais extensas, foram recebidas por e-mail e tiveram o mesmo tratamento. O material com as contribuições dos representantes da sociedade foi publicado na plataforma no dia 28 de abril, conforme anunciado.

Reunião em 03/05/21

Na terceira reunião, deu-se continuidade aos trabalhos nos quatro subgrupos, que agregaram políticas setoriais afins. Em cada subgrupo foi lido e discutido o material inicial de trabalho (Título 1 - corpo da lei), previamente publicado na plataforma do Plano Diretor, na aba relativa ao Grupo 1. O material com as contribuições dos representantes da sociedade e dos técnicos foi publicado na plataforma no dia 5 de maio.

Destacaram-se as discussões sobre mobilidade urbana sustentável, caminhabilidade, transporte e saúde, e foi incorporado o conceito de desenho universal (acessibilidade para todos), transversal a muitas políticas setoriais. O representante da Rio-Águas trouxe informações sobre a venda da CEDAE e suas repercussões na competência do Município na área do saneamento. A presença da representante da Secretaria Municipal de Saúde ensejou o retorno às discussões sobre a política específica.

A solicitação de que se desse maior ênfase ao princípio de não remoção das favelas foi acatada e incluída no início do Título 1, nas Diretrizes da Política Urbana.

Reunião em 10/05/21

Na quarta reunião, deu-se continuidade aos trabalhos nos quatro subgrupos, que agregaram políticas setoriais afins. Em cada subgrupo foi lido e discutido o material inicial de trabalho (Título 1 - Corpo da Lei e Ações Estruturantes), previamente publicado na plataforma do Plano Diretor. O material com as contribuições dos representantes da sociedade e dos técnicos foi publicado na plataforma do PD no dia 12 de maio.

Na área de transportes, destacaram-se pontos sobre o Plano de Mobilidade Urbana Sustentável; extensão da rede de VLT; transporte ativo e política tarifária. Quanto à infraestrutura e manutenção da cidade, falou-se acerca do uso de galerias técnicas no subsolo e de incluir árvores frutíferas na arborização. Sugeriu-se que bens de valor arquitetônico e elementos da etnobotânica, como sementes crioulas, integrassem o patrimônio cultural. Considerou-se a inclusão do conceito de sistemas alimentares sustentáveis por estes impactarem também no saneamento e no meio ambiente.

Foi ressaltado que a política de assistência social deveria ser de caráter multidisciplinar e interdisciplinar. A representante da Secretaria Municipal de Saúde salientou que para que o Núcleo de Saúde Urbana fosse o ponto focal de saúde.

Reunião em 17/05/21

Na quinta reunião deu-se continuidade aos trabalhos nos quatro subgrupos. Em cada subgrupo foi lido e discutido o material inicial de trabalho (Título 1 - Corpo da Lei e Ações Estruturantes), previamente publicado na plataforma do Plano Diretor. O material com as contribuições dos representantes da sociedade e dos técnicos foi publicado na plataforma do PD no dia 19 de maio.

Reunião em 24/05/21

Na sexta e última reunião programada, deu-se continuidade aos trabalhos nos quatro subgrupos. Em cada subgrupo foi lido e discutido o material inicial de trabalho (Título 1 - Corpo da Lei e Ações Estruturantes), previamente publicado na plataforma do Plano Diretor. O novo material com as contribuições dos representantes da sociedade e dos técnicos foi publicado na plataforma do PD no dia 26 de maio.

A Coordenadora Geral da revisão do Plano, Valéria Hazan, frisou que a questão que pauta o Título 1 é política, no sentido de que representa o desejo da Cidade, assim, para resguardar os princípios do PD, eles têm que ter rebatimento nas diretrizes e objetivos. Lembrou, também, que deveríamos sintetizar os Objetivos e Diretrizes das Políticas e suas Ações Estruturantes, para que o Plano fosse mais objetivo e conciso, de forma a torná-lo aplicável.

Foi explicado que os programas para ocupação de imóveis ociosos e subutilizados com habitação de interesse social seriam mais detalhados na Política Habitacional e que na Política Urbana os dispositivos a respeito deveriam ser mais genéricos. Comentou-se que os diagnósticos das ações sobre saneamento básico deveriam ser desenvolvidos a partir dos planos de bacias hidrográficas criados pelo Comitês de Bacia. Com relação à política da paisagem, afirmou-se que é fundamental o equilíbrio entre as áreas construídas e os espaços naturais e que é preciso estar aberto a essa dinâmica.

Nas diretrizes relativas à Assistência Social foi colocado que o Poder Público tem o dever de garantir a provisão dos serviços assistenciais previstos em lei, mas que não se pode, no PD, garantir que suas finalidades sejam alcançadas. Foram atualizadas também várias terminologias relativas à Assistência Social. Na área econômica, houve grande rejeição à proposta de incentivo à criação de um ambiente de negócios adequado por meio da desburocratização de normas. Não se chegou a um texto alternativo consensual. Dispositivos voltados à saúde da mulher e outros aspectos da Saúde foram incorporados à minuta da lei. A tabela que estabelece as áreas de abrangência dos equipamentos educacionais deveria ser revista pela Secretaria Municipal de Educação.

Os subgrupos 2 e 3 fizeram ainda uma última reunião, para concluir seus trabalhos, em 31 de maio de 2021.

As propostas do Grupo 1 concentraram-se em temas que foram divididos em 4 subgrupos, cada um com técnicos da Prefeitura e representantes da sociedade civil.

Subgrupos	Temas
1.1	- PLANO DIRETOR - PRINCÍPIOS, OBJETIVOS E DIRETRIZES DA POLÍTICA URBANA - POLÍTICA DE MOBILIDADE E TRANSPORTES
1.2	- POLÍTICA DE MEIO AMBIENTE - POLÍTICA DE GESTÃO DE RISCOS E RESILIÊNCIA ÀS EMERGÊNCIAS CLIMÁTICAS ¹ - POLÍTICA DE PAISAGEM - POLÍTICA DE PATRIMÔNIO CULTURAL - POLÍTICA DE INFRAESTRUTURA E MANUTENÇÃO - POLÍTICA DE SANEAMENTO AMBIENTAL
1.3	- POLÍTICA DE HABITAÇÃO - POLÍTICA DE REGULARIZAÇÃO URBANÍSTICA E FUNDIÁRIA - POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO
1.4	- POLÍTICA DE EDUCAÇÃO - POLÍTICA DE SAÚDE - POLÍTICA DE ESPORTES E LAZER - POLÍTICA DE CULTURA

Propostas

As discussões nos subgrupos, ocorridas em seis sessões, aportaram várias novas ideias, muitas das quais incorporadas ao texto do projeto de lei complementar enviado à Câmara Municipal. Entre outros pontos, podem-se destacar:

- a adoção do princípio do desenho universal, proporcionando a construção de uma “cidade para todos”, com ênfase na acessibilidade, caminhabilidade e adequação das calçadas;
- a criação de política tarifária e de remuneração dos serviços de transporte, com visão metropolitana, que facilite a sua integração, incluindo todos os modais.
- o destaque ao preceito constitucional de direito universal ao meio ambiente e fixação da diretriz de adoção de Soluções baseadas na Natureza SbN nos projetos e intervenções urbanos;
- a ampliação do entendimento do conceito de paisagem cultural, representando um elemento indissociável da cultura e da identidade da cidade, cuja valorização deve fazer parte de todas políticas urbanas, e não ficar restrito ao sítio reconhecido pela UNESCO (Paisagens Cariocas entre a montanha e o mar);
- a elaboração de uma política específica sobre a gestão de risco e o aumento da resiliência diante dos efeitos das mudanças climáticas;
- a não remoção dos assentamentos populares como pressuposto básico das ações de urbanização e regularização dos mesmos;
- a garantia da participação dos interessados nos processos de reassentamento habitacional;
- a consolidação do órgão de gestão e monitoramento da população em situação de rua;

1

- a estímulo à agricultura urbana e à agroecologia, realçando seu papel na produção sustentável de alimentos e na proteção do meio ambiente.
- a inclusão da economia solidária como uma das modalidades do desenvolvimento socioeconômico a ser promovido na cidade.

O desenvolvimento dos trabalhos por meio do diálogo entre técnicos, representantes da sociedade civil, acadêmicos e outros presentes no Grupo 1, fez ver à equipe interna a necessidade de maior detalhamento de outras políticas setoriais ausentes dos documentos iniciais. As novas políticas incluídas no Anexo I, que não chegaram a ser apresentadas nos subgrupos de discussão, foram: proteção e promoção das mulheres; esportes e lazer; e agricultura urbana. A política relativa à crise climática também não constava do escopo inicial, mas foi discutida com os participantes externos.

Principais contribuições incluídas

Os temas pertinentes do Grupo 1 receberam contribuições tanto da equipe técnica interna quanto das organizações participantes durante as discussões dos subgrupos. Dentre essas contribuições, que aportaram novas ideias e permitiram o aprimoramento das existentes, são apresentadas a seguir as principais (destacadas sempre que possível em itálico), já com a redação e numeração do Projeto de Lei Complementar nº 44/2021.

a) No corpo da lei

Art. 3º A política urbana será implementada com base no cumprimento dos seguintes princípios:

XIII - garantia de acessibilidade para todas as pessoas e adoção, em todas as intervenções urbanas públicas e privadas, inclusive no licenciamento de edificações em geral, do conceito de Desenho Universal, entendido como a concepção de produtos, adaptação ou projeto específico, incluindo os recursos de tecnologia assistiva, de acordo com as normas técnicas sobre a matéria;

Art. 6º São objetivos da Política Urbana:

I - garantir a equidade social e territorial de direitos e oportunidades a todos os moradores da cidade, independentemente de idade, gênero, raça, cor, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, classe social, posicionamento político, deficiência física sensorial, intelectual, mental e biopsicossocial;

VI - contribuir para a redução em 20% (vinte por cento) das emissões dos gases de efeito estufa de responsabilidade da cidade até 2030, expressas em dióxido de carbono equivalente, em relação ao nível de emissões do Município no ano de 2017, e para a adaptação da cidade aos efeitos da mudança climática a nível global e local; (a ideia central já existia, mas foi muito aprimorada)

Art. 7º São diretrizes da Política Urbana:

I - a compatibilização entre as diversas escalas de planejamento, considerando o planejamento metropolitano, articulado com o macrozoneamento, o zoneamento e os projetos urbanísticos estruturadores das funções urbanas, dos espaços livres públicos e do desenho da micropaisagem;

V - a promoção da coexistência entre os diferentes usos, nas Zonas e nas edificações, desde que compatíveis entre si, observados os mecanismos de controle de possíveis impactos no sistema viário, no meio ambiente e nas redes de infraestrutura e serviços públicos, incentivando a convivência dos diferentes estratos sociais;

VI - a preparação da cidade à mudança do clima, a partir da adoção de medidas capazes de mitigar ou evitar a interferência antrópica perigosa no sistema climático;

VII - a promoção de ações efetivas de adaptação aos impactos negativos da mudança do clima, protegendo principalmente as populações e ecossistemas mais vulneráveis;

XI - o estímulo à agricultura urbana, de criação de animais de pequeno porte e pesca, por sua importância econômica e de autonomia e segurança alimentar, bem como fortalecendo os circuitos curtos de produção, conforme estabelecido no Pacto de Milão sobre Política de Alimentação Urbana, do qual o Município do Rio de Janeiro é signatário;

XVII - a implementação de princípios e soluções de acessibilidade e caminhabilidade com base no desenho universal, no estabelecimento de parâmetros edilícios e em projetos urbanos visando à garantia de acesso às edificações públicas e privadas, aos espaços públicos, às vias e às calçadas a pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, com base nas normas técnicas em vigor;

XX - a não remoção das favelas e dos loteamentos irregulares e clandestinos de baixa renda, promovendo sua urbanização e regularização, com a implantação de infraestrutura, saneamento básico, equipamentos públicos, áreas de lazer, reflorestamento e agricultura urbana visando à sua integração às áreas formais da Cidade;

XXI - a proibição de construções em áreas consideradas impróprias pela administração municipal, tais como:

a) áreas de risco;

b) faixas marginais de proteção de águas superficiais;

c) faixas de proteção de adutoras e de redes elétricas de alta tensão;

d) faixa de domínio de estradas federais, estaduais e municipais;

e) áreas de Preservação Permanente e Unidades de Conservação da Natureza;

f) áreas que não possam ser dotadas de condições satisfatórias de urbanização e saneamento básico;

g) áreas frágeis de encostas, em especial os talvegues, e as áreas frágeis de baixadas; e

h) logradouros públicos existentes ou planejados.

h) logradouros públicos existentes ou planejados.

Art. 9º Para melhor preparar a Cidade para o enfrentamento de crises sanitárias, que requeiram redução de aglomerações, recomenda-se priorizar as seguintes medidas estruturantes:

I - fortalecimento e Integração das centralidades, novas e existentes, de forma a favorecer a redução dos deslocamentos com criação de oportunidades de emprego próximo às residências;

II - incentivo à mobilidade ativa através da utilização de parte do sistema viário para ciclovias seguras ou parte das calçadas para caminhabilidade segura;

III - garantia de acessibilidade universal, com dimensionamento adequado do espaço público visando à circulação segura dos pedestres e das pessoas com deficiência e mobilidade reduzida;

V - distribuição equilibrada de equipamentos públicos de saúde, educação e lazer;

VI- promoção de melhorias habitacionais, com atuação prioritária nas áreas de maior vulnerabilidade, identificadas pela Saúde, Assistência Social e Defesa Civil;

VII - universalização do saneamento básico;

VIII - ampliação do acesso à internet;

IX - incentivo à atividade agrícola, como garantia da segurança alimentar na Cidade e geração de empregos e renda.

Parágrafo Único - Na vigência de crise sanitária que requeira distanciamento físico-social deve-se garantir as condições de segurança sanitária no transporte coletivo através:

I - do monitoramento dos locais de embarque de passageiros, com grande fluxo de pessoas, prevenindo aglomerações;

II - da garantia do espaçamento seguro entre as pessoas através de aumento da oferta de lugares;

III - da criação de linhas e horários extras temporários, com prazo determinado, nos principais eixos de deslocamento da população.

Art. 13. A Política de Meio Ambiente garantirá o cumprimento do preceito constitucional o qual assegura a todos os habitantes o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

Art 14 (...)

Parágrafo único. A Política de Meio Ambiente promoverá a proteção da cobertura vegetal de áreas de Mata Atlântica e ecossistemas associados, consideradas estratégicas por serem ambientalmente vulneráveis e de importante valor ecológico, paisagístico e ambiental, entre elas:

I - florestas e maciços da Pedra Branca, Tijuca, Gericinó, bem como seus contrafortes, como as serras da Misericórdia, de Inhoaíba e Paciência;

V - florestas de terras baixas, como as do Camboatá, e as localizadas em Campo Grande e Santa Cruz;

Art. 26. Em áreas de aplicação da Reurb S ou de outros instrumentos legais, a regularização urbanística compreenderá:

VII - a elaboração, sempre que necessário, do Projeto Aprovado de Loteamento PAL.

Art. 28. Quando constatada a necessidade de urbanização do assentamento, a execução das obras decorrentes do projeto aprovado pelo Município precederá, sempre que possível, a regularização fundiária e urbanística.

b) No Anexo I

Meio Ambiente

- *Implantar o Parque Municipal da Serra da Misericórdia;*
- *Mapear, cadastrar e proteger as nascentes e mananciais de água subterrânea, bem como suas áreas de recarga;*
- *Compatibilizar o uso e a ocupação do solo com as disposições dos Planos de Bacia;*
- *Manter e ampliar a agricultura urbana conservacionista através da legislação urbanística e ambiental, do incentivo fiscal e do financiamento público como forma de garantir o amortecimento da expansão urbana próxima a fragmentos de vegetação, a permeabilidade e a segurança alimentar da Cidade;*
- *Priorizar e fortalecer as atividades de Educação Ambiental, nas escolas municipais e, nos Centros de Educação Ambiental, nas áreas consideradas de interesse ambiental e demais espaços públicos que visem disseminar conhecimento e estimular a participação ativa e as práticas do cidadão na preservação dos recursos ambientais da Cidade;*

Gestão de Riscos e Resiliência às Emergências Climáticas

Essa política foi toda introduzida durante os trabalhos do Grupo 1 pois não constava do documento inicial sobre o qual se trabalhou. Seu inteiro teor encontra-se no PLC nº 44/2021. Reproduzimos aqui somente os três grandes objetivos delimitados:

- *Promover a gestão integrada visando mitigar os impactos das mudanças climáticas na cidade;*
- *Promover ações integradas visando uma maior preparação e resposta aos eventos climáticos; e*
- *Incluir a exigência de estudos de impactos das mudanças climáticas em todos os projetos e políticas municipais com mais de dez anos de duração.*

Saneamento Básico

- *Assegurar que os Planos de Bacia Hidrográfica indiquem o aproveitamento dos mananciais locais com potencial para consumo humano;*
- *Revisar, implementar e monitorar o Plano Municipal de Saneamento Básico, considerando a integração do Sistema com a Região Metropolitana;*
- *Fiscalizar e garantir, em articulação com a agência reguladora, o cumprimento das metas de desempenho do contrato de concessão, especialmente nas áreas de menor renda; e*
- *Aplicar o instrumento que obriga as instituições envolvidas na gestão dos Sistemas de Água, Esgotos e Drenagem a disponibilizar os Cadastros Técnicos para utilizar no Sistema Municipal de Informações Urbanas – SIURB.*

Paisagem

- *Estabelecer regulamentação com normas e parâmetros técnicos para realização das adoções e parcerias para recuperação e manutenção de áreas públicas, sem comprometer a paisagem com a exibição de publicidade e sem renunciar ao caráter público de usufruto dos espaços públicos da Cidade.*

Educação

- *Promover o acesso às escolas para todos os estudantes e usuários por todos os meios de mobilidade, de modo a facilitar seu trânsito diário e diminuir riscos nos roteiros utilizados;*

- Prover condições de infraestrutura, acessibilidade, sustentabilidade e a instalação de equipamentos e mobiliário adequados às escolas de todos os segmentos e creches públicas, priorizando as áreas com maior vulnerabilidade social, *especialmente nos “corredores de sustentabilidade laranjas”*;
- Identificar os territórios prioritários de expansão da rede (educação) à luz dos corredores de sustentabilidade e áreas mais vulneráveis, bem como visitar metodologias territorializadas de expansão da rede (educação), formas e processos de implantação, *especialmente nos “corredores de sustentabilidade laranjas”*; e
- Considerar na implantação de novas Unidades Escolares, a definição de locais em que exista demanda a ser atendida ou a proximidade com os meios de transporte, *considerando também os “corredores laranja”*.

Cultura

- Promover ações de fortalecimento da cidadania em todas as regiões da cidade, respeitando e incorporando os diferentes grupos étnicos, diversidade de gênero e de orientação sexual, *abrangendo diferentes religiões* e os diferentes grupos etários;
- *Implementar o Sistema Municipal de Cultura, o Conselho Municipal de Cultura e o Fundo Municipal de Cultura, como mecanismos de fomento ao planejamento e à gestão da política cultural;* e
- *Regulamentar e implementar o Plano Municipal de Cultura, prevendo o monitoramento e revisão contínuos.*

Esportes e Lazer

Essa política foi toda introduzida durante os trabalhos do Grupo 1 pois não constava do documento inicial sobre o qual se trabalhou. Seu inteiro teor encontra-se no PLC nº 44/2021. Reproduzimos aqui somente os três grandes objetivos delimitados:

- Assegurar aos cidadãos o direito ao esporte e lazer e considerá-los dever do Poder Público;
- Manter em pleno funcionamento as áreas livres municipais destinadas ao esporte e ao lazer no Município; e
- Oferecer acesso total e integral às práticas esportivas, distribuídas de forma equânime em toda a cidade, desenvolvendo a melhoria da qualidade de vida.

Assistência Social

- *Viabilizar diferentes programas socioassistenciais considerando as peculiaridades do território;*
- *Fomentar permanentemente a integração dos equipamentos de assistência social, priorizando as áreas com maior vulnerabilidade social;* e
- *Consolidar o funcionamento do Comitê Gestor de Acompanhamento e Monitoramento da população em situação de rua.*

Saúde

- Formular estratégias, ações e programas de saúde que considerem populações ou que considerem as variáveis etnias raça/cor, gêneros, graus de escolaridade e faixas etárias mapeadas territorialmente para que o acesso universal e integral à saúde seja realizado de modo equânime, *incluindo planejamento urbano que aborde a saúde física e mental;*
- Estabelecer agenda intersetorial compartilhada de programas e ações para o fortalecimento e integração das ações de Programas da Saúde com outros programas

sociais de Assistência Social, Habitação, Saneamento e Infraestrutura *com ênfase no atendimento à mulher*;

- Manter e ampliar a cobertura da Estratégia de Saúde da Família (ESF), como recomendado pela Política Nacional de Atenção Básica, priorizando os territórios com Determinantes Sociais de Saúde (DSS) que indiquem maior situação de risco e/ou vulnerabilidade social, *com a coleta de informações primárias, visando obter registros qualificados para a análise da situação de saúde*; e
- *Implantar no Centro de Operações, centro de análise epidemiológica utilizando os recursos tecnológicos para subsidiar a gestão da Secretaria Municipal de Saúde na prevenção, vigilância e promoção da Saúde.*

Desenvolvimento Socioeconômico

- Elaborar e implementar planos de ação para as áreas de ciência, tecnologia, economia criativa, *economia solidária* e inovação, estabelecendo acordos de cooperação com outros municípios, com as esferas estadual e federal e com universidades e institutos de pesquisas;
- Adequar a política tributária aos objetivos das políticas de desenvolvimento econômico, científico, tecnológico, de inovação, *economia solidária* e economia criativa; e
- Desenvolver Plano de Desenvolvimento Integrado de Turismo Sustentável propondo ações de qualificação e ampliação da infraestrutura turística, *com soluções de desenho universal*, criação de novos atrativos, capacitação da comunidade local e integração com cidades do entorno.

3.3.4.2.2. O Grupo 2

O Grupo 2 teve como Coordenadores Bruna Santos Miceli (SMPU), Leandro Souza (IPP) e Felipe Mandarin (IPP) e discutiu assuntos referentes ao Título II, denominado DO ORDENAMENTO TERRITORIAL.

Os principais objetivos tratados pelo Grupo 2 foram:

- identificar a melhor unidade espacial para o planejamento urbano (bairro ou setor censitário);
- verificar os principais pontos de conflito entre o macrozoneamento e mesozoneamento propostos em 2020;
- realizar o cruzamento entre o macrozoneamento de 2020 e o zoneamento proposto para a LUOS 2018, por Área de Planejamento;
- realizar o estudo de área piloto – bairro de Campo Grande – com o cruzamento dos setores censitários e o mesozoneamento propostos em 2020;
- realizar o estudo da proposta enviada pela Secretaria de Meio Ambiente sobre as Macrozonas Ambientais;
- realizar enquête para novas sugestões de nomenclaturas de macrozonas e mesozonas; e
- elaborar a minuta prévia do Título II do Plano Diretor, sobre o Ordenamento Territorial.

Os avanços sobre as propostas de 2020 foram:

- o refinamento das diretrizes gerais e específicas por macrozonas e mesozonas;
- a proposição da revisão de nomenclaturas e limites das macrozonas e mesozonas;

- a proposição da confecção de duas ou três versões de macro e mesozoneamento para discussão com a sociedade civil.

O trabalho do Grupo 2

Fase Interna

Nesta primeira etapa do trabalho, interna e restrita à equipe formada por funcionários da Prefeitura (SMPU, IPP e IRPH), foram realizadas 3 reuniões online, pela plataforma Zoom, nos dias 02, 09 e 16 de março de 2021, sempre de 9:00 as 11:00h.

Bruna Miceli (GM/SMPU), Leandro Souza (CTIC/IPP) e Felipe Mandarino (CTIC/IPP) foram convidados a coordenar o grupo e ficarem responsáveis pela redação do Título 2 da proposta de revisão do Plano Diretor. Entre as atribuições destes coordenadores estava a organização e a sistematização do trabalho, que consistia, entre outras atividades, em:

- criar um grupo de e-mail referente ao Grupo 2;
- marcar as reuniões e convidar os demais participantes, elencando os assuntos a discutir;
- atualizar os nomes dos integrantes no grupo de e-mail e repassar essa atualização para as planilhas do Grupo 2 no drive planodiretor.smpu, bem como à Andrea Pulici e Theodoro Fuly, do IPP, sobre os novos integrantes para que seus nomes fossem atualizados no hub do Grupo 2;
- dar acesso ao drive compartilhado somente para os novos integrantes que fizessem parte da Prefeitura;
- atualizar os drives compartilhados com os documentos e a sistemática de organização dos trabalhos do grupo (“plano de vôo” do trabalho, template das apresentações, protocolo para participação nas reuniões, listas de presença, elaboração de atas, etc);
- manter atualizado o calendário das reuniões do grupo em cada drive; e
- dar ciência à Gerente de Macroplanejamento e à equipe do IPP das informações referentes ao Grupo 2.

Como para os demais grupos, foram criadas quatro pastas:

1. Documentos em subsídios;
2. Documentos em elaboração;
3. Atas de reuniões; e
4. Lista de participantes.

Inicialmente, o texto do Título 2 do Plano Diretor de 2011 foi compartilhado para que todos do grupo tivessem uma ideia coesa do texto. Ato contínuo iniciou-se a formatação de um novo texto. O Título 2 foi compartilhado para que todos do grupo pudessem fazer sugestões a este texto base.

Todo o material utilizado pelo Grupo 2, encontra-se publicado na Plataforma do Plano Diretor, [neste link](#).

Fase Externa

Esta segunda etapa do trabalho, ampliada, contou, além da equipe da Prefeitura (SMPU + IPP + IRPH); com membros do CTPD - Comitê Técnico Permanente de Acompanhamento do Plano Diretor, integrado por diversos órgãos da Prefeitura; diversas entidades da sociedade civil; representantes da Câmara dos Vereadores e convidados, listados no fim deste documento.

Reuniões

Foram realizadas 6 reuniões online, às terças feiras, através da plataforma Zoom, nos dias 20 e 27 de abril e 04, 11, 18 e 25 de maio de 2021, também sempre de 9:00 as 11:00h.

Reunião em 20/04/21 ([link para a gravação no Youtube](#))

A primeira reunião teve por objetivo apresentar aos representantes das entidades e convidados o escopo do Título 2 e a proposta de trabalho do grupo nas semanas seguintes.

Foi realizada uma comparação entre os tópicos do ordenamento territorial do Plano Diretor de 2011 e as propostas para o Plano Diretor de 2021.

Foram analisados os resultados da consulta prévia realizada com os participantes do Grupo 2 para verificação dos 3 temas de maior interesse sobre o ordenamento territorial. Os 3 principais temas apontados na enquete foram: Vulnerabilidades Urbanas, Estrutura Urbana Básica e Vetores de Desenvolvimento Orientados ao Transporte.

Também foi realizada uma dinâmica acerca do que se espera do ordenamento territorial para os próximos 10 anos e a apresentação de um Mapa Colaborativo, onde os participantes puderam territorializar suas propostas para a Cidade.

Ao final, houve debate sobre as propostas apresentadas e as questões relativas ao processo como um todo.

Por fim, foi proposto, como encaminhamento, que os interessados se inscrevessem, através de formulário, para apresentar estudos e propostas sobre os temas relacionados ao ordenamento territorial da Cidade do Rio de Janeiro.

Reunião em 27/04/21 ([link para a gravação no Youtube](#))

A segunda reunião foi iniciada com o informe sobre a dinâmica proposta, dividida em quatro apresentações temáticas de 30 minutos cada, referentes às seções previstas na minuta do texto da lei e cada apresentação temática foi iniciada com a leitura das respostas às enquetes enviadas previamente para os integrantes do grupo, seguida de debate aberto aos participantes.

A seguir, as quatro seções previstas na minuta do texto da lei bem como os resultados dos debates:

1. Estrutura Urbana Básica - as principais propostas presentes na enquete e apresentadas pelas entidades durante o debate foram para inclusão e consideração dos seguintes elementos: favelas; principais rios; bacias hidrográficas; orla marítima e Baía de Guanabara; sistemas de serviços e infraestrutura; outros componentes da estrutura de transportes (VLT, aquavias e ciclovias); e áreas para agricultura.
2. Áreas de Restrição à Ocupação - foi inicialmente questionado se todas as áreas já eram protegidas por legislação ambiental, tendo sido esclarecido que as áreas propostas abrangem conceitos e extensões mais amplos. Foi sugerida a inclusão de áreas quilombolas e de populações tradicionais, dadas as suas características de proteção ambiental. Sugeriu-se que as entidades da sociedade civil utilizassem o Mapa Colaborativo para a territorialização dessas áreas. Houve consenso sobre a definição da restrição à ocupação das áreas abaixo da cota de 3 metros, e debateu-se sobre a restrição à ocupação acima da cota de 60 metros.
3. Sistema de Centros e Subcentros - foi sugerida a inclusão de alguns possíveis centros e subcentros, como a Colônia Juliano Moreira e seu entorno, a Rocinha e o Jardim Oceânico.
4. Vetores de Desenvolvimento Orientados ao Transporte - houve consenso sobre o conteúdo apresentado. Quanto às Áreas Estratégicas, foi questionada a inclusão da Ilha do Fundão e do Aeroporto do Galeão e foi sugerida a inclusão das áreas de produção agrícola, dada sua importância como espaço para produção de alimentos e segurança alimentar.

Reunião em 04/05/21 ([link para a gravação no Youtube](#))

Na terceira reunião, o Coordenador Felipe Mandarino informou sobre algumas mudanças de metodologia que passaram a acontecer a partir dessa reunião, por solicitação das entidades do chamamento público, tais como: os microfones passaram a ficar abertos a todos os participantes, os tempos de fala aumentaram para 3 minutos e a relatoria das reuniões passou a ser compartilhada: uma por parte da equipe da Prefeitura e a outra, por parte dos integrantes da sociedade civil.

Como pauta, foram realizadas apresentações da Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SMAC), Fundação GeoRio, Fundação RioÁguas e Rede C40 de Cidades, com o objetivo de apresentar e discutir o panorama das vulnerabilidades sócioambientais da Cidade, levantando desafios e propostas iniciais para o Plano Diretor.

Brasilião Vito Fico (SMAC) apresentou o conceito de vulnerabilidade socioambiental e demonstrou com exemplos históricos como os eventos climáticos, tais como as enchentes, afetam de forma desigual a população que ocupa as áreas ambientalmente mais frágeis do Município.

Nelson Meirim Coutinho (GeoRio) apresentou a atuação institucional do órgão, desde sua criação, e comentou a importância de termos clareza sobre os conceitos de áreas frágeis; susceptibilidade; risco; vulnerabilidade e resiliência. Destacou também a importância conceitual com um comparativo entre os últimos planos diretores do Município com a quantidade de uso de termos relacionados à vulnerabilidade ambiental.

Wanderson Santos (RioÁguas) apresentou um breve histórico sobre a atuação do órgão, com uma argumentação conceitual e exemplos práticos sobre a questão dos rios e áreas inundáveis do Município, baseando-se em estudos técnicos e projetos da Prefeitura.

Bárbara Barros (Rede C40) apresentou o tema da mudança climática, trazendo conceitos, experiências e soluções implementadas no contexto internacional sobre iniciativas para cidades mais resilientes.

Concluídas as apresentações, foi realizada uma atividade utilizando a ferramenta do Mentimeter, para construção coletiva de diretrizes gerais e temáticas para a redução de vulnerabilidades socioambientais, através do Ordenamento Territorial, no Plano Diretor, seguida de debate com os participantes para esclarecimentos de dúvidas e sugestões sobre o tema da reunião.

Como encaminhamento, foi gerado um formulário Google para que os participantes continuassem a contribuir com diretrizes e sugestões para a diminuição de tais vulnerabilidades.

Reunião em 11/05/21 ([link para a gravação no Youtube](#))

Na quarta reunião, a Coordenadora Bruna Miceli, apresentou a pauta da reunião e a sequência de apresentações e lembrou as orientações gerais da dinâmica de participação nas reuniões.

Felipe Mandarino resumiu as principais propostas sobre as diretrizes de vulnerabilidades socioambientais da reunião anterior, enviadas pelos participantes através do Mentimeter e do Formulário do Google, onde quase 70 contribuições foram feitas. Algumas dessas propostas incluem a proteção ambiental de áreas vulneráveis não ocupadas, incentivo e valorização da agricultura urbana e a oferta de habitação de interesse social. Entre as regiões mais citadas estão as Vargens; Guaratiba; AP5 como um todo; zonas costeiras; faixas marginais e encostas.

Fernando Cavallieri (IPP) fez uma apresentação intitulada “As Vulnerabilidades da Cidade do Rio de Janeiro”, demonstrando as metodologias de dois índices gerados pelo IPP: o Índice de Desenvolvimento Social (IDS) e o Índice de Progresso Social (IPS). Destacou a distribuição desigual desses dois índices pelo território da Cidade, tecendo comentários específicos sobre as suas componentes e dimensões, como as características da moradia; acesso à infraestrutura de saneamento; educação e renda.

Andrea Pulici (IPP) deu continuidade apresentando o Programa Territórios Sociais, para identificação das áreas da Cidade com alta vulnerabilidade e a invisibilidade de algumas famílias tanto na oferta dos serviços municipais quanto de infraestrutura. Apresentou os desafios sobre a quantidade de cariocas que passaram a viver na pobreza e da queda da renda proveniente do mercado de trabalho durante a pandemia da covid-19.

Luiz Coelho (IPP) apresentou o Índice de Vulnerabilidade à covid-19, baseado nas suas principais variáveis de disseminação, descrevendo sua metodologia e o resultado na distribuição pela cidade.

Marcela Abla (SMH) apresentou a política habitacional para a Cidade do Rio de Janeiro, o Plano Municipal de Habitação de Interesse Social – PMHIS com os temas e diretrizes tratados neste plano e sua interface com o Plano Diretor. Também fez uma apresentação institucional da Secretaria Municipal de Habitação e do Grupo de Trabalho de Assistência Técnica e Melhorias Habitacionais.

Eugênia Loureiro (SMPU) apresentou a proposta de implantação das ZEIS, e sua relação com o planejamento urbano, como um dos tipos de zoneamento da cidade, e a importância da territorialização de onde concentrar os esforços para enfrentar as vulnerabilidades sociais, com soluções, iniciativas e definição de instrumentos.

Em seguida, houve debate entre os presentes e, ao término da reunião foi informado de que a próxima reunião seria sobre as Áreas Passíveis de Adensamento.

Reunião em 18/05/21 ([link para a gravação no Youtube](#))

Na quinta reunião, a Coordenadora Bruna Miceli apresentou a pauta da reunião e lembrou as orientações gerais da dinâmica de participação nas reuniões. Os objetivos da reunião foram apresentar e discutir propostas de áreas passíveis de adensamento e construir coletivamente diretrizes e ações para a qualificação do adensamento urbano, considerando as vulnerabilidades socioambientais.

Previamente às apresentações, foram divulgados os principais resultados da dinâmica da reunião anterior, que apontaram para a importância:

- da preservação do território das Vargens e de Guaratiba, como forma de amortecimento do impacto das construções residenciais; e
- da indicação de áreas prioritárias para a produção habitacional - como o programa Minha Casa Minha Vida -, como áreas centrais e infraestruturadas, além da utilização dos vazios urbanos.

Dando sequência, o Coordenador Felipe Mandarino, mediador da reunião, deu início às apresentações.

Pedro Correia (GNIU/SMPU) fez uma apresentação sobre as áreas passíveis de adensamento. Iniciou relatando o papel da Gerência de Normas e Informações Urbanísticas (GNIU/SMPU) na estruturação e tratamento de dados, licenças e atos de fiscalização, com estudos de potencial construtivo e densidades e a dinâmica do desenvolvimento urbano.

Apresentou alguns conceitos, indicando o adensamento como expressão territorial da densidade. Além de dados e mapas da Densidade Populacional: Número de habitantes (Censo) / área territorial (IPP Cartografia) e Densidade Construída: área construída / área territorial (ambos tendo como fonte IPP Cartografia), e por fim a relação: densidade populacional x densidade construída. Também apresentou o histórico da mancha de ocupação da Região Metropolitana (1988-2016), a ocupação da cidade formal a partir de dados de licenciamento das edificações (1940-2020), com destaque para a depressão com o fim do BNH nos anos 80-90 e o boom nos anos 2000 com o programa Minha Casa Minha Vida até 2014; dados do Geosislic em três momentos (2009-2012 / 2013-2016 /

2017-2020), sobre a área total licenciada, com destaque para Barra, Jacarepaguá, Recreio, Centro (sobretudo por causa do uso não residencial), Campo Grande e Santa Cruz.

Em seguida mostrou o total de unidades licenciadas, com destaque para Campo Grande e Santa Cruz. Em um mapa síntese densidade populacional x densidade construída, mostrou a diferença e a desigualdade nas regiões da Cidade. Concluiu apresentando uma proposta metodológica de adensamento como ferramenta do ordenamento territorial, tendo por conceitos norteadores de ordenamento territorial: Área Consolidada e Área não Consolidada, Área Adensável e Área Não Adensável.

Bárbara Barros (C40 Cities) fez uma apresentação institucional sobre o C40 e sobre os cenários de expansão urbana para o Rio de Janeiro. Demonstrou como a expansão urbana impacta no clima: espraiamento da mancha urbana - aumento das emissões por transporte e distância percorrida de viagens (mais de 35 das emissões da cidade); novos riscos climáticos ao expor populações e ecossistemas aos impactos climáticos (áreas inundáveis, deslizamento, ressacas); e perda de áreas naturais, fundamentais para manutenção dos ecossistemas naturais, e de áreas agrícolas. Apresentou o cenário tendencial e o planejado, considerando políticas públicas voltadas para o tema. Para o cenário tendencial, indicou a expansão da mancha urbana projetada até 2030 e 2050, mantendo a dinâmica de expansão da Zona Oeste. Para o cenário planejado, indicou a concentração da população na Zona Sul e Zona Norte, com tendência geral de redução da população até 2050, exceção para as RAs de Copacabana, Lagoa e Tijuca. Como considerações finais, apresentou o conceito de cidades de 15 minutos, no qual todos os cidadãos podem satisfazer a maioria de suas necessidades dentro de uma curta caminhada ou passeio de bicicleta a partir de sua casa, e de DOTS (Desenvolvimento Orientado ao Transporte Sustentável).

Iuri Moura (ITPD Brasil) fez uma apresentação institucional do ITPD e depois sobre desenvolvimento compacto, densidades e mobilidade urbana. Seguiu com o conceito de DOTS, e os aspectos do desenvolvimento urbano que podem influenciar na promoção de uma mobilidade mais sustentável e inclusiva nas cidades, com os seguintes princípios: conectar, adensar, misturar e compactar na estrutura urbana. Relacionou morfologia urbana, consumo energético e mudança do clima, indicando como cidades mais compactas possuem menores emissões de gases do efeito estufa se comparadas com cidades de população semelhante mas com maior espraiamento territorial.

Apresentou as premissas para o planejamento voltado ao DOTS, como: desenvolvimento urbano ao longo dos eixos de transporte coletivo; contenção do espraiamento urbano; promoção da equidade social; equilíbrio da distribuição das oportunidades no território e promoção de função social da propriedade urbana. Concluiu falando da integração do planejamento de transporte e do uso do solo como elemento para o ordenamento territorial do Plano Diretor.

Concluídas as apresentações, Tatiana Bif demonstrou a atividade no Mentimeter, através de duas perguntas: Quais atributos o espaço urbano deve ter para qualificar o adensamento populacional / construtivo (opções para ranking); e Quais as principais diretrizes e ações devem ser adotadas no ordenamento territorial para uma cidade mais inclusiva e compacta (livre resposta).

Seguiu-se o debate e Bruna Miceli encerrou a reunião informando que a próxima reunião seria sobre macrozonas e mesozonas.

Reunião em 25/05/21 ([link para a gravação no Youtube](#))

Na sexta e última reunião, a Coordenadora Bruna Miceli (SMPU) iniciou a reunião relembrando as orientações gerais da dinâmica de participação nas reuniões.

Bruna Miceli iniciou a apresentação da proposta de Macrozonas e Mesozonas para a revisão do Plano Diretor 2021, com a evolução do Macrozoneamento em todos os planos anteriores e estudos para projetos de lei. Foi apresentado o Macrozoneamento do Plano Diretor de 1992 e de 2011, este último ainda em vigor, além da proposta para a Lei de Uso e Ocupação do Solo de 2018 e toda a evolução dos estudos de 2020.

Com o auxílio do Mapa Colaborativo, Leandro Souza (IPP) apresentou a proposta de maio de 2021 para as Macrozonas, apontando todos os critérios técnicos para sua definição. Bruna Miceli complementou com as diretrizes prioritárias por Macrozonas, sugeridas pela equipe técnica.

Em seguida, Bruna Miceli (SMPU) apresentou a proposta de Mesozonas de maio de 2021, reforçando a importância desta escala de planejamento para a territorialização de políticas setoriais e aplicação de instrumentos.

Júlia Queiroz (SMPU) encerrou a apresentação com uma proposta de aplicação de instrumentos urbanísticos levantados pelo Grupo 3 e sua relação espacial com algumas das Mesozonas propostas.

3.3.4.2.3. O Grupo 3

O Grupo 3 teve como Coordenadores Eugênia Loureiro (GNIU/SMPU), Julia Queiroz (GM/SMPU), Carolina Martins (CP/SMPU) e Márcio Martins (EPM/SMPU) e discutiu assuntos referentes ao Título III, denominado DOS INSTRUMENTOS DA POLÍTICA URBANA DO PLANO DIRETOR.

Os trabalhos do grupo iniciaram-se com reuniões realizadas com técnicos especialistas no tema, tanto de setores acadêmicos quanto de setores públicos de cidades como São Paulo e Belo Horizonte, buscando compreender as experiências recentes de implantação de instrumentos em planos diretores.

Inicialmente foi analisada uma proposta de estrutura para o Título III, buscando estabelecer e agrupar os instrumentos por assunto e por aplicabilidade imediata, procurando identificar aqueles que pudessem ser incluídos no corpo da lei, prontos para aplicação. O objetivo foi evitar as dificuldades de realização de legislações específicas, que acabam não encontrando espaço na agenda da Câmara de Vereadores, ocasionando a não utilização efetiva dos instrumentos criados.

Posteriormente, foi feita uma discussão a partir do Instrumento de OODC (Outorga Onerosa do Direito de Construir), procurando identificar bases para a valoração das outorgas, estando em estudo fórmulas e bases de valores que permitam a aplicação imediata do instrumento, após a aprovação do Plano.

O grupo estabeleceu três frentes iniciais de trabalho, buscando se aproximar dos temas:

1. ZEIS e AEIS (suas possibilidades e limites);
2. Outorga Onerosa (com a premissa de equilibrar os ônus e bônus financeiros do processo de urbanização e estabelecimento das bases de cobrança); e
3. Patrimônio (buscando estudar instrumentos do Plano Diretor anterior referentes ao tema, mas, que se encontram desatualizados).

O trabalho do Grupo 3

Fase Interna

Nesta primeira etapa do trabalho, interna e restrita à equipe formada por funcionários da Prefeitura (SMPU, IPP e IRPH), foram realizadas 3 reuniões online, pela plataforma Zoom, nos dias 03, 10 e 17 de março de 2021, sempre de 16:00 as 18:00h.

Eugênia Loureiro (GNIU/SMPU), Julia Queiroz(GM/SMPU), Carolina Martins(CP/SMPU) e Márcio Martins(EPM/SMPU) foram convidados para coordenar o grupo e ficarem responsáveis pela redação do Título III da proposta de revisão do Plano Diretor. Entre as atribuições destes coordenadores estava a organização e a sistematização do trabalho, que consistia, entre outras atividades, em:

- criar um grupo de e-mail referente ao Grupo 3;
- marcar as reuniões e convidar os demais participantes, elencando os assuntos a discutir;
- atualizar os nomes dos integrantes no grupo de e-mail e repassar essa atualização para as planilhas do Grupo 3 no drive planodiretor.smpu, bem como à Andrea Pulici e Theodoro Fuly, do IPP, sobre os novos integrantes para que seus nomes fossem atualizados no hub do Grupo 3;
- dar acesso ao drive compartilhado somente para os novos integrantes que fizessem parte da Prefeitura;
- atualizar os drives compartilhados com os documentos e a sistemática de organização dos trabalhos do grupo (“plano de vôo” do trabalho, template das apresentações, protocolo para participação nas reuniões, listas de presença, elaboração de atas, etc);
- manter atualizado o calendário das reuniões do grupo em cada drive; e
- dar ciência à Gerente de Macroplanejamento e à equipe do IPP das informações referentes ao Grupo 3.

Como para os demais grupos, foram criadas quatro pastas:

1. Documentos em subsídios;
2. Documentos em elaboração;
3. Atas de reuniões; e
4. Lista de participantes.

Inicialmente o texto do Título 3 do Plano Diretor de 2011 foi compartilhado para que todos do grupo tivessem uma ideia coesa do texto. Ato contínuo iniciou-se a formatação de um novo texto. O Título III foi compartilhado para que todos do grupo pudessem fazer sugestões a este texto base.

Fase Externa

Esta segunda etapa do trabalho, ampliada, contou, além da equipe da Prefeitura (SMPU + IPP + IRPH); com membros do CTPD - Comitê Técnico Permanente de Acompanhamento do Plano Diretor, integrado por diversos órgãos da Prefeitura; diversas entidades da sociedade civil; representantes da Câmara dos Vereadores e convidados, listados no final deste relatório.

Reuniões

Foram realizadas 6 reuniões online, através da plataforma Zoom, nos dias 21 e 28 de abril e 05, 12, 19 e 26 de maio de 2021, também sempre de 16:00 as 18:00h.

Reunião em 21/04/21

A primeira reunião teve por objetivo apresentar aos representantes das entidades e convidados o escopo do Título 3 e a proposta de trabalho do grupo nas semanas seguintes.

A reunião dividiu-se em 3 partes:

1. apresentação da estrutura do título;
2. rodada de intervenções e
3. encaminhamentos.

Nas intervenções, destacaram-se os seguintes pontos sobre o método de trabalho:

- a exiguidade do tempo para a discussão;
- o contexto de pandemia que dificulta a participação popular; e
- a não realização do Censo, tornando mais complicada a coleta de dados atualizados para as políticas públicas. Foi também solicitada a disponibilização de mais informações sobre os assuntos para avançar nas discussões.

Em relação ao conteúdo, foi elencada a necessidade de discussão dos instrumentos de Acesso à Terra e à Moradia com a Política de Habitação e a questão das Áreas de Especial Interesse Social e Zonas de Especial Interesse Social. Outros assuntos levantados foram a desigualdade e exclusão social na cidade, a relação com a lei federal de regularização fundiária (Lei nº 13.465/2017), a articulação dos instrumentos com as propostas de zoneamento, a aplicação de recursos e o monitoramento do plano.

Após a rodada de inscrições, foi apresentada uma enquete onde os participantes puderam opinar se desejavam a divisão em grupos ou não, com a escolha do grupo de preferência em caso afirmativo. Com a apuração desta enquete, foi decidido que as três primeiras reuniões seriam de discussão por temas e as duas últimas de fechamento e conclusão. A discussão seria conjunta, mas dividida pelos 3 temas da seguinte forma: a primeira sobre o

tema Instrumentos Financeiros e de Gestão, a segunda sobre Acesso à Terra e Moradia e a terceira sobre Patrimônio.

Reunião em 28/04/21

A segunda reunião tratou dos Instrumentos Financeiros e de Gestão a partir de apresentações realizadas pela equipe interna sobre Outorga Onerosa do Direito de Construir – OODC; Parcelamento, Edificação e Utilização Compulsórios – PEUC, Operação Urbana Consorciada - OUC e Operação Urbana Simplificada - OUS. Foram abordados aspectos comparativos com os planos diretores de São Paulo e Belo Horizonte. Foi ressaltada a importância do debate avançar na aplicação dos instrumentos onerosos para financiamento da cidade.

Após as apresentações, foi aberta a rodada de intervenções. Um aspecto recorrente foi a demanda pela definição das áreas de aplicação dos instrumentos, a necessidade de avaliação da OUC Porto Maravilha, bem como a ênfase nos aspectos redistributivos dos instrumentos e no cuidado com a flexibilização dos parâmetros, além da atenção nos aspectos de valorização da terra quando da aplicação e da combinação dos instrumentos.

O grupo concluiu pela adoção do Coeficiente de Aproveitamento Básico (CAB) = 1 para toda a Cidade, havendo consenso de que aqueles que construíssem acima do básico deveriam pagar por isso, observando ainda que essa compreensão do mecanismo da Outorga Onerosa é fundamental. Foi enfatizada a importância de se estender a outorga para a cidade como um todo, de forma que onde há infraestrutura cobre-se a outorga com os recursos indo para as áreas mais desassistidas; a OUC, por sua vez, deveria ser pensada para áreas que precisem de reestruturação urbana. Foi levantada também a necessidade de regulamentação e criação de um órgão específico para a gestão efetiva do PEUC. Foram observadas a importância da constituição de conselhos gestores nas operações urbanas e a garantia da distribuição dos recursos obtidos, além de a aplicação dos instrumentos ser orientada por interesse público e social, com definição clara de percentuais.

Reunião em 05/05/21

A terceira reunião, que contou com 70 participantes, tratou dos Instrumentos de Acesso à Terra e à Moradia, especialmente as Zonas de Especial Interesse Social (ZEIS), e a complementaridade entre os instrumentos. Foi proposta uma alteração da dinâmica da reunião, começando por uma rodada de intervenções, seguida de apresentações pela equipe interna da Prefeitura e nova rodada de intervenções, e a seguir, encaminhamentos. Foi informado que na reunião seguinte seriam abordados os instrumentos do Patrimônio Cultural e os do Meio Ambiente, lembrando que seriam mais duas reuniões para fechamento.

Após a primeira rodada de intervenções, Eugênia Loureiro (SMPU), Adriana Vial (IPP) e Izabel Mendes (SMH) fizeram apresentações sobre a temática do dia. Nas apresentações foi enfatizada a importância da criação de ZEIS no título de Uso e Ocupação do Solo, com a definição de que essas ZEIS seriam implantadas a partir das Áreas de Especial Interesse Social (AEIS) existentes, em especial nas AEIS urbanizadas e urbanizáveis, ou seja, a partir das AEIS em diferentes estágios de urbanização, conforme classificação apresentada por

Adriana Vial. Izabel Mendes informou sobre os trabalhos que estavam sendo desenvolvidos na SMH e em conjunto entre os órgãos, visando o entendimento comum sobre o assunto.

Foi ressaltado que as AEIS/ZEIS deveriam englobar não só favelas, mas também vazios urbanos, áreas abandonadas e subutilizadas, para que sejam incluídas num programa prioritário de requalificação para a produção de moradia popular. Também foi destacada a importância das ZEIS para aplicação clara e estratégica dos instrumentos de acesso à moradia, além da abranger a Zona de Especial Interesse Social do tipo 3 (conforme o Estatuto da Cidade) que insere diferentes usos. Foi lembrado que existem outras propostas de AEIS e a necessidade de considerar assentamentos de baixa renda em áreas da União (como Horto e Guaratiba). Nesse sentido, foi apresentado o aplicativo do Mapa Colaborativo para identificação dessas áreas. Teve destaque ainda a proposição de um perímetro mais abrangente – área de influência – nas ZEIS para aplicação combinada de instrumentos onerosos.

Destaque ainda para a importância da habitação na escala da cidade; do direito à cidade; da oferta de moradia de forma equilibrada no território; e da necessidade de diretrizes e parâmetros para a melhoria da habitação e do desenho urbano. Foi dada ênfase para a ausência de referência à produção de autogestão e à necessidade de pactuar percentuais da outorga para HIS, bem como uma discussão específica sobre o Fundo que receberia esses recursos.

De forma pontuada foi manifestada a discordância sobre a marcação da reunião extra e o prazo curto de comunicação das reuniões, sendo sugerida a mudança de metodologia, para que todo início de reunião tivesse a retomada de um debate da reunião anterior para fechamento e conclusões. Foi lembrada a urgência das famílias em aluguel social.

Quanto aos encaminhamentos, houve a sugestão da criação de dois documentos: ata e documento de contribuições. Foi sugerida ainda para a semana seguinte (quinta-feira) reunião extra para aprofundamento da Outorga Onerosa.

Após a reunião, houve uma apresentação bastante profícua, realizada das 19 às 21h, sobre as diretrizes e as formas de aplicação do Termo Territorial Coletivo – TTC, realizada pela ONG Comunidades Catalisadoras (ComCat).

Reunião em 12/05/21

Na quarta reunião houve uma série de apresentações, seguidas de debate. A primeira apresentação foi sobre a classificação e mapeamento dos vazios urbanos da Cidade, pelo geógrafo do IPP, Leandro de Souza.

A segunda apresentação foi de Daniel Souza, do NUTH (Defensoria Pública), que trouxe a proposta de inclusão de 12 áreas no conjunto das Áreas de Especial Interesse Social - AEIS, com o informe de que todas as comunidades levantadas já se encontram no cadastro do SABREN.

Em seguida, houve as apresentações de Juliana Oakim (IRPH) e de Marcia Gianini (SMAC), sobre preservação urbanística e ambiental. Cláudio Lima (ex Patrimônio) comentou sobre a ênfase demasiada na edificação e na arquitetura em detrimento de outros aspectos sociais

e econômicos relevantes. Observou também que apenas isenção do IPTU é pouco para manter imóvel objeto de algum tipo de preservação.

Felipe Nin destacou a interface entre AEIS/ZEIS e o Patrimônio e o Meio Ambiente e como essa interface deve ser tratada. Considerou que as AEIS propostas e aprovadas pela Câmara muitas vezes procuram atender as demandas sociais.

Henrique Barandier ressaltou as conectividades existentes entre as Unidades de Conservação e a territorialização das propostas do Plano Diretor. Falou na importância de restringir a expansão urbana nas APs 4 e 5.

Como encaminhamentos, Marcio Martins comunicou que seria realizada uma reunião extra para aprofundamento da discussão sobre Outorga Onerosa, com o convite sendo enviado posteriormente. Eugênia Loureiro sugeriu a leitura do Título III, dos instrumentos, para a próxima reunião.

Reunião em 19/05/21

A quinta reunião tratou da redação do texto dos Instrumentos da Promoção da Função Social da Propriedade. A base foi o texto original do Título III – Instrumentos da Política Urbana da LC 111/2011, com algumas propostas de intervenção. O texto foi apresentado de forma editável, para inserção das proposições resultantes das discussões do grupo durante a reunião, com várias propostas sendo enviadas durante a apresentação e pelo chat, que foram sendo estudadas durante a semana seguinte.

Como encaminhamentos, Eugênia Loureiro sugeriu a continuação da leitura do Título III - dos instrumentos, para a reunião seguinte e, na sequência, foram abordados os instrumentos de acesso à terra e moradia; os de gestão do uso e ocupação do solo; os de reestruturação urbana; os de gestão ambiental; os de gestão do patrimônio cultural; os tributários; e os de regulação urbana, edificação e ambiental.

Reunião em 26/05/21

A sexta reunião tratou da redação do texto dos Instrumentos de Gestão do Uso e Ocupação do Solo. A base foi um texto pré-estudado, já aprimorado em relação ao original do Título III do PD 2011. O texto foi apresentado de forma editável, para inserção das proposições resultantes das discussões do grupo durante a reunião. Várias propostas foram enviadas durante a apresentação e pelo chat, que foram sendo estudadas durante a semana seguinte.

Além da reunião seguinte oficial, foi agendada também uma reunião extra para o dia 02/06/2021, às 18:30h, com a apresentação de representante da CDURP sobre a Operação Urbana Consorciada do Porto Maravilha.

3.3.4.2.4. O Grupo 4

Na revisão do Plano Diretor, o Grupo 4 discutiu assuntos referentes ao Título IV (antigo Título V do Plano Diretor de 2011 denominado DAS ESTRATÉGIAS DE IMPLEMENTAÇÃO, ACOMPANHAMENTO E CONTROLE DO PLANO DIRETOR) ora denominado DAS

ESTRATÉGIAS DE IMPLEMENTAÇÃO, ACOMPANHAMENTO E GESTÃO DEMOCRÁTICA
PLANO DO DIRETOR, sendo posteriormente definido, na versão final do Projeto de Lei Complementar nº 44/2021, como Título VI.

O Título IV trata da articulação intersetorial do planejamento urbano municipal e seu objetivo é que os órgãos responsáveis pelas políticas públicas setoriais que integram a Política Urbana, promovam a integração entre seus planos, programas e projetos através da institucionalização de procedimentos administrativos. Esta articulação é realizada com os órgãos municipais a partir da constituição de Sistemas, de Conselhos e dos recursos de Fundos Municipais e com a participação da sociedade, construindo a gestão democrática do Plano Diretor.

O Grupo 4 foi formado por integrantes da equipe da SMPU, IRPH e IPP, que se debruçaram sobre a análise do texto anteriormente elaborado pela Gerência de Macroplanejamento da SMPU, recebendo, de forma contínua, a contribuição de órgãos da prefeitura e construindo a proposta em discussão.

Nessa etapa, o objetivo do grupo foi sintetizar e objetivar as propostas dos sistemas existentes e previstos, bem como analisar a criação de outros sistemas articuladores e organizá-los, de forma a torná-los eficientes e efetivos, atendendo as necessidades da cidade e de seus habitantes.

O tripé fundamental dos sistemas é constituído pelo Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Urbana, Ambiental e da Paisagem Cultural - SIPLAN, articulado ao sistema que trata da fiscalização, monitoramento e regularização do solo, Sistema Integrado de Controle do Uso, Ocupação e Regularização do Solo Urbano - SICOS e ao sistema que trata das informações da cidade, Sistema Municipal de Informações Urbanas - SIURB, mantendo o SIPLAN como Sistema líder e integrador, agregando o Ambiente e introduzindo a Paisagem Cultural, ampliando assim a importância desses tópicos no desenvolvimento do planejamento urbano.

O grupo propôs a criação de um novo sistema, Sistema Integrado de Enfrentamento às Vulnerabilidades Sociais, que insere no Título IV o acompanhamento das questões relacionadas à população mais vulnerável da cidade.

Passaram a integrar o Título IV os Conselhos e Fundos Municipais, que compõem o processo contínuo e integrado de planejamento, com competência definida em lei, assessorando os sistemas e garantindo a participação da sociedade civil na gestão pública.

Os sistemas em análise foram:

- SIPLAN – Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Urbana, Ambiental e da Paisagem Cultural;
- SICOS – Sistema Integrado de Controle do Uso, Ocupação e Regularização do Solo Urbano;
- SIURB – Sistema Municipal de Informações Urbanas;
- SIMDEC – Sistema Municipal de Proteção e Defesa Civil;
- SMINOVA – Sistema Municipal de Inovação; e

- SMVU – Sistema Integrado de Enfrentamento à Vulnerabilidades Social.

Na aba referente ao [Grupo 4](#), as seguintes pastas estão disponíveis: Apresentações, Boas Vindas, Contribuições, Síntese de Reuniões.

Como no Plano de 2011, a articulação intersetorial do planejamento urbano municipal continuou como princípio básico para a implementação da Política Urbana proposta pelo Plano Diretor e base para a elaboração do plano plurianual, das diretrizes orçamentárias e do orçamento anual da cidade do Rio de Janeiro.

Nesse sentido, a Política Urbana, em conjunto com as políticas setoriais, terão por objetivo:

- I. a integração e a complementaridade entre seus programas e planos para o desenvolvimento e ordenamento do território municipal;
- II. a otimização de recursos públicos visando a eficácia das ações afins ou complementares; e
- III. a participação da sociedade civil.

Assim, os órgãos responsáveis pelas políticas públicas setoriais, complementares à Política Urbana, deverão promover a integração entre planos, programas e projetos, consolidando a articulação intersetorial de forma sistemática, as análises conjuntas e a definição de ações articuladas, racionalizadas e potencializadas em que sejam otimizados seus recursos.

Para tanto, são instrumentos dessa articulação intersetorial:

- I. os Sistemas;
- II. os Conselhos e Fundos, associados aos Sistemas acima mencionados;
- III. os planos regionais, coordenados pelo órgão municipal de planejamento urbano e que contarão com a participação dos demais órgãos setoriais responsáveis pelas políticas públicas;
- IV. os planos e programas setoriais, elaborados pelos órgãos setoriais responsáveis pelas políticas públicas; e
- V. os demais instrumentos de política urbana.

Atendendo aos princípios da transparência e da gestão democrática do Planejamento Urbano, foi previsto o acompanhamento e o controle social das atividades, através do amplo acesso às informações e da participação da população e de associações representativas em todas as etapas do processo de planejamento municipal, regional ou local, através:

- I. dos Conselhos Municipais;
- II. dos debates, audiências e consultas públicas;
- III. das conferências sobre assuntos de interesse urbano (Conferência Municipal da Cidade do Rio de Janeiro);
- IV. dos projetos de lei, planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano de iniciativa popular;
- V. da ampla divulgação pela rede mundial de computadores das ações, programas e projetos, bem como de sua execução físico-financeira e orçamentária, em painel com termos de simples compreensão, com atualização periódica.

O trabalho do Grupo 4

Fase Interna

Nesta primeira etapa do trabalho, interna e restrita à equipe formada por funcionários da Prefeitura (SMPU, IPP e IRPH), foram realizadas 3 reuniões online, pela plataforma Zoom, nos dias 04, 11 e 18 de março de 2021, sempre de 9:00 as 11:00h.

Alberto Taveira (GM/SMPU) e Helena Rego (CP/SMPU) foram convidados para coordenar o grupo e ficarem responsáveis pela redação do Título IV da proposta de revisão do Plano Diretor. Entre as atribuições destes coordenadores estava a organização e a sistematização do trabalho, que consistia, entre outras atividades, em:

- criar um grupo de e-mail referente ao Grupo 4;
- marcar as reuniões e convidar os demais participantes, elencando os assuntos a discutir;
- atualizar os nomes dos integrantes no grupo de e-mail e repassar essa atualização para as planilhas do Grupo 4 no drive planodiretor.smpu, bem como à Andrea Pulici e Theodoro Fuly, do IPP, sobre os novos integrantes para que seus nomes fossem atualizados no hub do Grupo 4;
- dar acesso ao drive compartilhado somente para os novos integrantes que fizessem parte da Prefeitura;
- atualizar os drives compartilhados com os documentos e a sistemática de organização dos trabalhos do grupo (“plano de vôo” do trabalho, template das apresentações, protocolo para participação nas reuniões, listas de presença, elaboração de atas, etc);
- manter atualizado o calendário das reuniões do grupo em cada drive; e
- dar ciência à Gerente de Macroplanejamento e à equipe do IPP das informações referentes ao Grupo 4.

Como para os demais grupos, foram criadas quatro pastas:

1. Documentos em subsídios;
2. Documentos em elaboração;
3. Atas de reuniões; e
4. Lista de participantes.

Inicialmente o texto do Título V do Plano Diretor de 2011 foi compartilhado para que todos do grupo tivessem uma ideia coesa do texto. Foram elencadas as instâncias participativas e os conselhos municipais e coligida a legislação que os regulamentava. Ato contínuo iniciou-se a formatação de um novo texto. O agora Título IV (antigo V) foi compartilhado para que todos do grupo pudessem fazer sugestões a este texto base.

Em seguida, foram escolhidos os responsáveis pela revisão dos textos dos sistemas, independentemente de suas contribuições para o texto geral:

- Capítulo II – Do Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Urbana (SIPLAN) - Valéria Hazan (GM);
- Capítulo III – Do Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Ambiental e Cultural - Luiz Leal (IRPH);

- Capítulo IV – Do Sistema Integrado de Informações Urbanas (SIURB) - Luis Murillo Tobias (IPP);
- Capítulo V – Do Sistema Integrado de Defesa da Cidade - Elizabeth Maria de Avelar Vieira (SMH);
- Capítulo VI – Do Sistema Integrado de Controle Uso e Ocupação do Solo - Helena Rego (SMPU);
- Capítulo VII – Do Sistema de Inovação (NOVO) - Alberto Taveira (GM); e
- Capítulo VIII – Do Sistema Integrado de Cultura e Patrimônio Imaterial (NOVO) - Flavia Holleben Piana (SMC).

Fase Externa

Esta segunda etapa do trabalho, ampliada, contou, além da equipe da Prefeitura (SMPU + IPP + IRPH); com membros do CTPD - Comitê Técnico Permanente de Acompanhamento do Plano Diretor, integrado por diversos órgãos da Prefeitura; diversas entidades da sociedade civil; representantes da Câmara de Vereadores e convidados, listados no final deste relatório.

Reuniões

Foram realizadas 6 reuniões online, através da plataforma Zoom, nos dias 22 e 29 de abril e 06, 13, 20 e 27 de maio de 2021, também sempre de 9:00 as 11:00h.

Reunião em 22/04/21

A primeira reunião teve por objetivo apresentar aos representantes das entidades e convidados o escopo do Título 4 - Estratégias de Implementação, Acompanhamento e Controle do Plano Diretor, e a proposta de trabalho do grupo nas semanas seguintes.

Na ocasião foram apresentados os coordenadores do grupo, bem como os demais técnicos da PCRJ presentes. Explicou-se também a proposta de regras de participação, os objetivos do trabalho, a proposta de divisão em subgrupos de acordo com temas e o calendário/cronograma das reuniões seguintes.

Após essa etapa de exposições gerais, foi aberta a participação daqueles que se inscreveram via chat para apresentação de suas considerações e sugestões. A tônica principal das intervenções foi a respeito da não concordância com a subdivisão da discussão dos assuntos em salas separadas com a alegação de que isso prejudicaria a participação efetiva de todos. Ficou acordado então que seria enviado aos participantes um formulário/enquete onde estes deixariam registradas suas opiniões e propostas para definição de uma melhor forma de debate do conteúdo do texto a ser revisado.

Reunião em 29/04/21

A segunda reunião foi iniciada com a apresentação dos resultados da enquete enviada aos participantes e com a consequente revisão do método de trabalho, que passou a contar com uma discussão única sobre todos os temas e não mais a divisão em subgrupos.

Posteriormente, foram apresentados os objetivos e diretrizes do Título IV da proposta de revisão do Plano Diretor, a estrutura correspondente a esse Título no Plano atual e o que foi

efetivamente implementado e, por fim, a proposta de uma nova estrutura com alterações nos sistemas existentes com a introdução de novos sistemas. Houve uma exposição resumida de cada um deles (SIPLAN, SICOS, SIURB, SIMDEC, SMINOVA e SIEV) informando seus objetivos, composição e atribuições.

Com a abertura da fala aos participantes, houve contribuições importantes como a inclusão da instância governamental; a criação de um fórum permanente de acompanhamento com a participação da sociedade civil; a integração das ações do Plano Diretor com o orçamento; e a adoção de uma linguagem mais simples e acessível para melhor entendimento das questões por parte da população em geral, entre outras. A reunião foi bastante propositiva e as sugestões dadas foram avaliadas pela equipe para incorporação ao texto que será debatido nos próximos encontros.

Reunião em 06/05/21

O objetivo dessa terceira reunião foi tratar dos conceitos gerais dos Sistemas, dos Conselhos e dos Fundos Municipais. Uma apresentação inicial destacou a importância da Gestão Democrática do Planejamento Urbano e como os Conselhos configuram-se como um dos instrumentos que garantem o permanente acompanhamento e controle social. Foram listados os principais conselhos que integram ou poderiam integrar o SIPLAN, bem como os Fundos Municipais que têm seus recursos destinados ao planejamento, execução e fiscalização dos objetivos, projetos e programas definidos pelo Plano Diretor.

Com a abertura da fala aos participantes, as principais questões levantadas foram a pluralidade de conselhos existentes, a necessidade de um melhor entendimento do objetivo e composição de cada um, a importância da participação da sociedade civil em todos eles e a demanda por esclarecimentos sobre a origem e destinação dos recursos dos fundos municipais.

Após o debate houve um consenso aparente de que o próximo passo seria a realização de um levantamento sobre os conselhos e fundos existentes; quais estão em atividade atualmente; quem são os participantes; quais os recursos e para onde estes estão sendo direcionados, a fim de se avaliar a efetividade de cada um deles. Percebeu-se também a necessidade de um melhor desenho institucional do que se propõe em relação aos Sistemas, Conselhos e Fundos para que atinjam com eficiência seus objetivos e diretrizes.

Reunião em 13/05/21

Na quarta reunião deu-se continuidade ao debate sobre os Conselhos e Fundos Municipais com exposições de Erica Arruda e Orlando Inácio, convidados representando a Secretaria Municipal de Assistência Social, que trouxeram importantes contribuições. Foi explicado sobre controle social democrático e os fundamentos, objetivos e principais funções dos conselhos e, quanto aos fundos, foram dadas informações sobre a criação, características básicas, origens das receitas, regras para aplicação dos recursos e os responsáveis por esse controle.

Com a abertura da fala aos participantes, houve um consenso de que o assunto estava sendo melhor entendido por todos e a discussão foi aprofundada com sugestões e

comentários no sentido de garantir que a interligação dos Conselhos e Fundos Municipais com os Sistemas propostos, garantam uma efetiva gestão democrática do Plano Diretor.

Ao fim da reunião os participantes foram convidados a ler o conteúdo do texto proposto para o Título IV e enviar contribuições via e-mail para que nas próximas reuniões seja realizada uma leitura crítica em conjunto.

Reunião em 20/05/21

Na quinta reunião do Grupo 4, a pauta foi a leitura conjunta da proposta de texto elaborada para o Título IV. Iniciou-se com o Capítulo I, que trata das Disposições Gerais (Do Princípio e dos Objetivos, Das Diretrizes e Da Articulação Intersetorial) e em seguida foi lida a Seção I do Capítulo II, que trata da Articulação e Coordenação Intersetorial do SIPLAN. Visando um melhor aproveitamento das contribuições, após esse primeiro momento de leitura, abriu-se a fala para que os participantes apresentassem seus comentários.

Na segunda parte da reunião, prosseguiu-se com a leitura da Seção II do Capítulo II, que trata Da Gestão Democrática do Planejamento Urbano (Da Conferência Municipal da Cidade do Rio de Janeiro; Do Conselho Municipal de Política Urbana e Das Audiências Públicas) e da Seção III que trata Dos Conselhos Municipais. Em seguida a discussão foi reaberta para mais uma rodada de debates sobre os novos temas apresentados. Todas as sugestões dadas foram sendo incorporadas ao texto simultaneamente para análise posterior da equipe.

Ao final, foi feita a introdução a um dos assuntos fundamentais a serem discutidos na reunião seguinte: o Sistema de Controle do Uso, Ocupação e Regularização do Solo Urbano - SICOS.

Reunião em 27/05/21

A sexta reunião teve por objetivo a leitura crítica do texto referente aos cinco sistemas ainda não debatidos que fazem parte do Título IV.

A primeira parte da leitura foi dedicada ao Capítulo III, que trata do Sistema de Controle do Uso, Ocupação e Regularização do Solo Urbano - SICOS. Por conter uma temática de grande interesse público, as discussões e contribuições foram intensas, principalmente no sentido da preocupação com as remoções e com a garantia de participação popular na definição das medidas a serem tomadas.

Na segunda parte da reunião foram lidos o Capítulo IV, que trata do Sistema Municipal de Informações Urbanas - SIURB e o Capítulo V, que trata do Sistema Municipal de Proteção e Defesa Civil - SIMDEC. Esses sistemas estão, atualmente, mais consolidados em relação aos outros e a busca é por um aprimoramento de seu funcionamento.

Na parte final foram debatidos os novos sistemas propostos nesta revisão do Plano Diretor: O Capítulo VI, que trata do Sistema de Inteligência e Inovação – SMINOVA; e o Capítulo VII, que trata do Sistema de Enfrentamento às Vulnerabilidades (com definição do nome exato, à época, ainda em discussão). Este último também levou a uma ampla discussão,

principalmente quanto à abrangência de categorias de vulnerabilidades que deveriam ser foco do sistema.

Ao fim da reunião o balanço foi bastante positivo em relação ao trabalho desenvolvido em conjunto pelos participantes nas últimas semanas. Foi destacado, porém, que ele não se encerra aqui e que as contribuições via e-mail ainda poderiam ocorrer, assim como a participação de todos na próxima etapa de Audiências Públicas.

As propostas do Grupo 4

O Grupo 4 teve como principais propostas, acrescidas ao texto do Plano Diretor de 2011, relativas:

- 1) à Articulação Intersetorial (Seção III, Art. 414) - que os órgãos responsáveis pelas políticas públicas setoriais, complementares à Política Urbana, deverão promover a integração entre planos, programas e projetos, consolidando a articulação intersetorial de forma sistemática, análises conjuntas e definição de ações articuladas, racionalizadas e potencializadas em que sejam otimizados seus recursos.
 - Para tanto, os instrumentos da articulação intersetorial serão, segundo o Art. 415:
 - I – os sistemas de que trata essa LC:
 - a) Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Urbana, Ambiental e da Paisagem Cultural – SIPLAN;
 - b) Sistema Integrado de Controle do Uso, Ocupação e Regularização do Solo Urbano – SICOS;
 - c) Sistema Municipal de Informações Urbanas – SIURB;
 - d) Sistema Municipal de Proteção e Defesa Civil da Cidade – SIMPDEC (**novo**);
 - e) Sistema Municipal de Inovação – SMINOVA;
 - f) Sistema Integrado de Enfrentamento da Vulnerabilidade Urbana – SIEVU (**novo**);
 - II – os Conselhos e Fundos associados aos sistemas acima enumerados;
 - III – os planos regionais, elaborados em conformidade com o disposto no Título III desta LC, coordenados pelo órgão municipal de planejamento urbano e que contarão com a participação dos demais órgãos setoriais responsáveis pelas políticas públicas;
 - IV – os planos e programas setoriais, elaborados pelos órgãos setoriais responsáveis pelas políticas públicas; e
 - V – demais instrumentos de política urbana listados no Título III desta LC. Porém, poderão, complementarmente, se constituir em instâncias de cooperação na articulação intersetorial, o Plano Estratégico, a Agenda 2030 e outras que venham a ser criadas com esta finalidade.
- 2) Instituição da Conferência Municipal da Cidade do Rio de Janeiro (Subseção I, Art. 426), realizada a cada dois anos, após aprovado o Plano Diretor.
- 3) Inclusão de alguns novos Conselhos Municipais (Seção III, Art. 429) que integram o SIPLAN no processo contínuo e integrado de planejamento urbano, como órgãos de assessoria de seus respectivos sistemas, com competência definida em lei:
 - I – o Conselho Municipal de Política Urbana;

- II – o Conselho Municipal de Meio Ambiente;
- III – o Conselho Municipal de Cultura;
- IV – o Conselho Municipal de Proteção do Patrimônio Cultural;
- V – o Conselho Municipal de Mobilidade Urbana Sustentável;
- VI – o Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social;
- VII – o Conselho Gestor do Fundo Municipal de Saneamento Básico;
- VIII – o Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência;
- IX – o Conselho Municipal de Controle do Uso, Ocupação e Regularização do Solo Urbano;
- X – o Conselho Municipal de Inteligência e Inovação;
- XI – o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher; e
- XII – o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural.

§ 1º Fica garantida a participação dos Conselhos Municipais no processo contínuo e integrado de planejamento urbano.

4) Criação dos seguintes sistemas:

- 4.1 - Sistema Municipal de Proteção e Defesa Civil da Cidade – SIMPDEC; e
- 4.2 - Sistema Integrado de Enfrentamento da Vulnerabilidade Urbana – SIEVU;

3.3.4.2.5. O Grupo 5

O Grupo 5 teve como Coordenadores André Peixoto (CPT/SMPU) e Juliana Povoleri (CPT/SMPU) e, na revisão do Plano Diretor, discutiu assuntos referentes ao Título V, denominado DA LEI DE PARCELAMENTO, USO E OCUPAÇÃO DO SOLO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO.

O principal assunto tratado pelo Grupo 5 foi a nova Lei de Parcelamento do Solo, tomando como base de estudos e discussão o Projeto de Lei Complementar nº 56 de 2018 - Lei de Parcelamento do Solo (PLC 56/2018).

Os trabalhos iniciaram-se com a apresentação do texto do PLC 56/2018 e dos destaques que esta proposta suscitou com relação ao Regulamento de Parcelamento da Terra (RPT), aprovado pelo Decreto nº 3.800/1970, a saber:

- simplificação do texto, evitando a redundância no tratamento de temas específicos;
- introdução de dispositivo para estabelecer diretrizes para projetos de parcelamento, dando forma a uma previsão da Lei nº 6.766/1979;
- modificação na previsão de cessão de áreas públicas, mesclando e complementando o contido no RPT e na Lei nº 6.766/1979; e
- modificação na limitação de dimensões de quadras, adequando às proposições do PLC nº 57 de 2018 - Lei de Uso e Ocupação do Solo.

Além do resgate de proposições, compilação da legislação vigente e organização de documentos, induzidos pelos pontos acima indicados, as primeiras discussões até aquele momento, giraram em torno de tópicos como:

- a cessão de áreas públicas:

- o percentual adequado, áreas mínimas e a adoção homogênea para todo o território e suas diferenças específicas;
- a possibilidade de múltiplas funções e a necessidade de torná-las claras para todos;
- a pertinência de se tratar/reproduzir temas que contem com legislação específica densa e completa sem, no entanto, deixar de chamar a atenção e firmar posição quanto ao seu cumprimento como, por exemplo, a legislação ambiental;
- a pertinência de se tratar temas que necessitem de regulamentação complexa e pontual no corpo de uma Lei Complementar mas, novamente, deixando assinalada a necessidade de abordar o assunto e, na medida do possível, indicando caminhos como, por exemplo, a regularização fundiária;
- a denominação, reconhecimento, aceitação e defesa dos logradouros; e
- as condições para se exigir o estabelecimento de diretrizes territoriais para projetos de parcelamento e se estas condições não deveriam abranger também outros tipos de iniciativas/empreendimentos.

O trabalho do Grupo 5

Fase Interna

Nesta primeira etapa do trabalho, interna e restrita à equipe formada por funcionários da Prefeitura (SMPU, IPP e IRPH), foram realizadas 3 reuniões online, pela plataforma Zoom, nos dias 01, 08 e 15 de março de 2021, sempre de 16:00 as 18:00h.

André Peixoto(CPT/SMPU) e Juliana Povoleri (CPT/SMPU) foram convidados para coordenar o grupo e ficarem responsáveis pela redação do Título V da proposta de revisão do Plano Diretor. Entre as atribuições destes coordenadores estava a organização e a sistematização do trabalho, que consistia, entre outras atividades, em:

- criar um grupo de e-mail referente ao Grupo 5;
- marcar as reuniões e convidar os demais participantes, elencando os assuntos a discutir;
- atualizar os nomes dos integrantes no grupo de e-mail e repassar essa atualização para as planilhas do Grupo 5 no drive planodiretor.smpu, bem como à Andrea Pulici e Theodoro Fuly, do IPP, sobre os novos integrantes para que seus nomes fossem atualizados no hub do Grupo 5;
- dar acesso ao drive compartilhado somente para os novos integrantes que fizessem parte da Prefeitura;
- atualizar os drives compartilhados com os documentos e a sistemática de organização dos trabalhos do grupo (“plano de vôo” do trabalho, template das apresentações, protocolo para participação nas reuniões, listas de presença, elaboração de atas, etc);
- manter atualizado o calendário das reuniões do grupo em cada drive; e
- dar ciência à Gerente de Macroplanejamento e à equipe do IPP das informações referentes ao Grupo 5.

Como para os demais grupos, foram criadas quatro pastas:

1. Documentos em subsídios;
2. Documentos em elaboração;
3. Atas de reuniões; e

4. Lista de participantes.

Inicialmente o texto do Título V do Plano Diretor de 2011 foi compartilhado para que todos do grupo tivessem uma ideia coesa do texto. Ato contínuo iniciou-se a formatação de um novo texto. O Título V foi compartilhado para que todos do grupo pudessem fazer sugestões a este texto base.

Fase Externa

Esta segunda etapa do trabalho, ampliada, contou, além da equipe da Prefeitura (SMPU + IPP + IRPH); com membros do CTPD - Comitê Técnico Permanente de Acompanhamento do Plano Diretor, integrado por diversos órgãos da Prefeitura; diversas entidades da sociedade civil; representantes da Câmara dos Vereadores e convidados listados no fim deste relatório.

Reuniões

Foram realizadas 6 reuniões online, através da plataforma Zoom, nos dias 19 e 26 de abril e 03, 10, 17 e 24 de maio de 2021, também sempre de 16:00 as 18:00h.

Reunião em 19/04/21

A primeira reunião teve por objetivo apresentar aos representantes das entidades e convidados o escopo dos títulos relativos ao Parcelamento do Solo, bem como fazer um histórico da legislação relativa ao tema e colher sugestões sobre o método de trabalho proposto.

O Coordenador do grupo apresentou a proposta do trabalho, com a divisão dos grandes temas por reunião, abriu espaço para as intervenções dos presentes, tendo sido também realizada uma enquete sobre os temas prioritários.

Os presentes optaram pela discussão em um único grupo, tendo em vista ser um grupo técnico, com conhecimento prévio dos assuntos. O resultado da enquete foi sistematizado e enviado a todos por email, apresentando os seguintes cinco tópicos como os mais relevantes para os participantes, e que serão discutidos nas reuniões seguintes:

- definição de diretrizes territoriais;
- obrigações na execução de obras de urbanização;
- arborização;
- defesa dos cursos d'água; e
- doações de áreas públicas.

Reunião em 26/04/21

Na segunda reunião, o resultado da enquete submetida aos participantes do Grupo na reunião da semana anterior pautou o agrupamento dos grandes temas para apresentação e discussão nessa seção e nas seguintes. Os doze temas foram reunidos em grupos de quatro para serem debatidos em três sessões, deixando-se a última para contribuições com novos temas ou retorno àqueles que se entenda ser necessário estender ou aprofundar.

Foi feita uma breve apresentação dos resultados da enquete e da classificação sugerida dos temas, além de tópicos relativos a cada um dos temas tratados na legislação vigente de 1970 e na proposição de 2018. Coube nesta primeira reunião a discussão dos seguintes temas:

- obrigações na execução de obras de urbanização;
- defesa das encostas;
- categorização de lotes; e
- defesa dos logradouros.

Aberta a sessão à participação dos representantes das entidades inscritos pela sala de bate-papo, os dois primeiros temas foram predominantes nas contribuições e comentários.

A reunião seguinte, na qual houveram apresentações da Fundação RioÁguas e da Secretaria Municipal do Meio Ambiente da Cidade (SMAC), tratou dos temas:

- definição de diretrizes territoriais;
- defesa dos cursos d'água;
- defesa da paisagem; e
- reconhecimento de logradouros.

Reunião em 03/05/21

Na terceira reunião, dando continuidade à discussão dos temas extraídos da legislação vigente sobre parcelamento do solo, foram realizadas apresentações da Arquiteta Márcia Giannini, da Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SMAC), sobre o ambiente natural da cidade e a legislação ambiental, e, do Engenheiro Wanderson Santos, da Fundação RioÁguas, sobre a defesa dos cursos d'água e a drenagem urbana.

Aberta a sessão à participação dos representantes das entidades inscritos pela sala de bate-papo, foram registrados comentários e debates sobre: a qualidade da legislação ambiental e de proteção de cursos d'água; a destinação dos recursos da concessão dos serviços de saneamento que caberão ao Município; a definição de diretrizes de implantação de empreendimentos; os aspectos da aplicação da legislação urbana e da fragmentação do processo de licenciamento e de fiscalização.

A reunião seguinte teve uma apresentação da Fundação Parques e Jardins (FPJ) e foram tratados os temas: Doação de Áreas Públicas, Características Técnicas do Projeto, Arborização e Regularização Fundiária.

Reunião em 10/05/21

Na quarta reunião, dando continuidade à discussão dos temas extraídos da legislação vigente sobre parcelamento do solo, houve uma introdução ao tema da Doação de Áreas Públicas, seguida da apresentação do Engenheiro Florestal Celso Junius, da Fundação Parques e Jardins (FPJ), sobre a arborização urbana e o Plano Diretor de Arborização Urbana (PDAU).

Os dois temas, e sua conjugação, permearam os debates depois de aberta a sessão à participação dos representantes das entidades inscritos pela sala de bate-papo. Neste mesmo escopo, foram registrados comentários sobre a largura das calçadas e a definição do espaço dedicado à arborização, aos pedestres e às redes de serviços públicos; as reservas de arborização; o percentual de doação de áreas públicas e a possibilidade de se estabelecer uma variação neste percentual segundo às carências do local do empreendimento.

No fim da reunião, o coordenador do grupo, André Peixoto, anunciou que na reunião seguinte seria priorizado o tema Regularização Fundiária. Além disso, foram revisitados temas já tratados para um maior aprofundamento, e debatidos outros novos, para a sua inclusão na legislação de parcelamento do solo.

Reunião em 17/05/21

A quinta sessão foi iniciada com a apresentação de uma compilação das contribuições apresentadas e discussões realizadas durante as sessões anteriores, classificadas segundo os temas extraídos da legislação vigente sobre parcelamento do solo.

Em seguida, cumprindo o compromisso assumido na reunião de 10/05/2021, a sessão foi aberta aos debates, iniciando pelo tema Regularização Fundiária.

A troca de ideias envolveu questões ligadas à irregularidade de loteamentos e seus desdobramentos sobre a fiscalização; o registro de imóveis; as garantias para os adquirentes de lotes e as garantias para a execução das obras de urbanização; ao ordenamento dos procedimentos entre a aprovação do projeto e o início das obras do loteamento.

Os participantes sentiram, no entanto, a necessidade de maior entendimento sobre a REURB (Lei Federal nº 13.465/2017) e seus reflexos no âmbito municipal. Assim, foi decidido que na reunião seguinte, haveria uma exposição sobre o assunto pelo representante da Procuradoria Geral do Município (PGM), Procurador Luiz Roberto da Mata. Além disso, seria apresentada uma minuta da versão preliminar da estrutura proposta para o Título do Parcelamento do Solo.

Reunião em 24/05/21

A sexta reunião foi iniciada, cumprindo o compromisso assumido na reunião de 17/05/2021, com a apresentação sobre a REURB (Lei Federal nº 13.465/2017) e seus reflexos no âmbito municipal, feita pelo representante da Procuradoria Geral do Município (PGM), Procurador Luiz Roberto da Mata.

Em seguida, a sessão foi aberta aos debates sobre o tema da Regularização Fundiária. A troca de ideias envolveu questões ligadas:

- à irregularidade de loteamentos e fiscalização;
- às formas de regularização presentes na REURB; e

- à avaliação de elaboração de legislação específica para regulamentar a REURB no âmbito municipal e sua inserção no Plano Diretor.

Após a rica discussão sobre o tema da regularização, foi apresentada a versão revista da minuta da estrutura proposta para o Título do Parcelamento do Solo, traçando um comparativo com a versão preliminar exposta na reunião anterior.

3.3.4.2.6. - O Grupo 6

O Grupo 6 teve como Coordenadores Mariana Barroso (CPL/SMPU) e Silvio Coelho (CPL/SMPU) e discutiu assuntos referentes ao Título VI, denominado DO USO E OCUPAÇÃO DO SOLO.

O Grupo 6 teve como documento base a proposta de Lei de Uso e Ocupação do Solo desenvolvida pela então SMU e encaminhada à Câmara de Vereadores em 2018 através do PLC nº 57/2018. A orientação recebida foi de que as minutas de LUOS e LPS fossem unificadas, passando a compor uma só proposta de lei complementar, neste sentido, coube ao título que trata do uso e ocupação do solo, além da conceituação de todos os parâmetros e seus critérios de aplicação, a definição do Zoneamento e de todos os parâmetros urbanísticos para o território municipal, tarefa antes atribuída aos PEUs, que passam a ter novo papel, mais associado à indicação de projetos e ações estruturantes do território a nível local.

Desta forma, o trabalho do Grupo pautou-se pela adaptação da minuta a essas mudanças, principalmente, na discussão de alguns temas, destacando-se como principais questões:

1. o cardápio de zonas:

- as zonas aplicadas às favelas precisaram ser mais discutidas, considerando principalmente se serão instituídas ZEIS e/ou AEIS;
- a zona que substituirá a AC1 e AC2: área central seguirá tendo destaque específico por sua característica ou se adequará ao Zoneamento normal como ZCS ou outras zonas baseadas nos estudos recentes;
- a zona específica para o Plano Piloto; e
- a zona de operações especiais, como aeroportos, cemitérios, áreas militares, entre outros.

2. o tratamento dos usos e atividades e inserção do EIV/RIV simplificado; e

3. a discussão dos conceitos dos parâmetros:

- Taxa de Permeabilidade x Superfície Livre Mínima: debate que resultou no pedido de aprofundamento deste tema pela SMAC, RioÁguas e GeoRio; e
- Taxa de Ocupação x varandas do COES.

O trabalho do Grupo 6

Fase Interna

Nesta primeira etapa do trabalho, interna e restrita à equipe formada por funcionários da Prefeitura (SMPU, IPP e IRPH), foram realizadas 3 reuniões online, pela plataforma Zoom, nos dias 02, 09 e 16 de março de 2021, sempre de 16:00 as 18:00h.

Mariana Barroso(CPL/SMPU) e Silvio Coelho (CPL/SMPU) foram convidados para coordenar o grupo e ficarem responsáveis pela redação do Título VI da proposta de revisão do Plano Diretor. Entre as atribuições destes coordenadores estava a organização e a sistematização do trabalho, que consistia, entre outras atividades, em:

- criar um grupo de e-mail referente ao Grupo 6;
- marcar as reuniões e convidar os demais participantes, elencando os assuntos a discutir;
- atualizar os nomes dos integrantes no grupo de e-mail e repassar essa atualização para as planilhas do Grupo 6 no drive planodiretor.smpu, bem como à Andrea Pulici e Theodoro Fuly, do IPP, sobre os novos integrantes para que seus nomes fossem atualizados no hub do Grupo 6;
- dar acesso ao drive compartilhado somente para os novos integrantes que fizessem parte da Prefeitura;
- atualizar os drives compartilhados com os documentos e a sistemática de organização dos trabalhos do grupo (“plano de vôo” do trabalho, template das apresentações, protocolo para participação nas reuniões, listas de presença, elaboração de atas, etc);
- manter atualizado o calendário das reuniões do grupo em cada drive; e
- dar ciência à Gerente de Macroplanejamento e à equipe do IPP das informações referentes ao Grupo 6.

Como para os demais grupos, foram criadas quatro pastas:

1. Documentos em subsídios;
2. Documentos em elaboração;
3. Atas de reuniões; e
4. Lista de participantes.

Fase Externa

Esta segunda etapa do trabalho, ampliada, contou, além da equipe da Prefeitura (SMPU + IPP + IRPH); com membros do CTPD - Comitê Técnico Permanente de Acompanhamento do Plano Diretor, integrado por diversos órgãos da Prefeitura; diversas entidades da sociedade civil; representantes da Câmara dos Vereadores e convidados, listados no final deste relatório.

Reuniões

Foram realizadas 6 reuniões online, através da plataforma Zoom, nos dias 20 e 27 de abril e 04, 11, 18 e 25 de maio de 2021, também sempre de 16:00 as 18:00h.

Reunião em 20/04/21

A primeira reunião teve por objetivo apresentar aos representantes das entidades e convidados o escopo dos títulos relativos ao Uso e Ocupação do Solo, bem como fazer um

histórico da legislação relativa ao tema e colher sugestões sobre o método de trabalho proposto.

A Coordenadora do grupo, Mariana Barroso fez uma longa e elucidativa apresentação para nivelar o conhecimento de todos sobre a legislação de uso e ocupação do solo. Em seguida, foi apresentada a proposta de discussão do conteúdo nas semanas seguintes, em duas fases, a saber:

Na primeira etapa, foram discutidos três temas:

- conceitos das zonas;
- uso do solo e impactos (Estudo de Impacto de Vizinhança); e
- grupamentos.

Na segunda etapa, houve a discussão por Área de Planejamento:

- AP1;
- AP2;
- AP3;
- AP4; e
- AP5.

Ao longo da semana, foi encaminhada uma enquete para os integrantes do grupo, aberta até segunda-feira, dia 26/04/2021, às 18:00h. O objetivo desta enquete foi a subdivisão dos grupos.

Reunião em 27/04/21

Na segunda reunião teve início a dinâmica de divisão do grupo em subgrupos temáticos relacionados ao conteúdo do título, da seguinte forma:

- Subgrupo 1 – Zoneamento e Parâmetros Urbanísticos: A discussão pautou-se na proposta do Zoneamento, com a apresentação dos conceitos de Zonas a serem aplicados no território municipal. A criação da Zona de Especial Interesse Social – ZEIS, para favelas e loteamentos declarados (atualmente denominada AEIS), foi bem recebida pelos participantes, com proposta de criação de outras subcategorias de ZEIS, como a de promoção de Habitação de Interesse Social. Houve críticas à adaptação de algumas zonas da legislação vigente à uma nova nomenclatura;
- Subgrupo 2 – Usos e Atividades: foram discutidos critérios e formas de controle - EIV/RIV. Foi feita uma apresentação relatando o histórico do tratamento dos usos e atividades a partir do Decreto nº 322/76, com a tipologia como forma de controle da intensidade dos usos, até ao tratamento dos Planos de Estruturação Urbana (PEUs) mais recentes, baseados no controle dos impactos no meio urbano, utilizando as regras aplicadas pelos órgãos responsáveis pelo sistema viário e pelo meio ambiente; e
- Subgrupo 3 – Grupamentos: Foi feita uma breve introdução, onde foram esclarecidos os conceitos de grupamentos e seus diferentes tipos; a diferença entre grupamento e loteamento; conceito de vias internas; as obrigações de doações de um grupamento e o que é um grupamento de áreas privativas. A discussão seguiu com comentários.

Ao longo da semana foi enviado, para os participantes externos, o texto comentado dos principais itens discutidos e o texto integral da legislação proposta para exame, propositura de alterações e discussão na próxima reunião.

Após o período de discussão de cada Subgrupo, o Grupo 6 reuniu-se para ouvir o relato das discussões ocorridas nos Subgrupos, seguido de debate. Foi apontada a grande proximidade entre os temas tratados nos Subgrupos 1 e 2 e do Grupo 3 - Grupamento, com o Parcelamento do solo.

Reunião em 04/05/21

Na terceira reunião teve continuidade a dinâmica de divisão do Grupo em subgrupos temáticos relacionados ao conteúdo do Título, da seguinte forma:

- Subgrupo 1 - Zoneamento e Parâmetros Urbanísticos: A discussão teve continuidade com a discussão da proposta do Zoneamento e a relação de usos e atividades relacionados às mesmas, para o território municipal. Houve a discussão sobre o cardápio de zonas e a sugestão de substituição de algumas nomenclaturas;
- Subgrupo 2 - Usos e Atividades: critérios e formas de controle – EIV/RIV: Foi feita uma apresentação e discussão do PLC 105/2015, projeto de lei complementar apresentado pelo Poder Executivo para a regulamentação do Estudo de Impacto de Vizinhança - EIV, voltado a empreendimentos de grande porte; e
- Subgrupo 3 - Grupamentos: Foi feita a discussão sobre os tipos de grupamentos propostos a saber:
 - Grupamento Residencial I – constituído por mais de duas edificações unifamiliares ou bi-familiares no mesmo terreno;
 - Grupamento residencial II – constituído por duas ou mais edificações multifamiliares no mesmo terreno;
 - Grupamento tipo vila – constituído por três ou mais unidades residenciais justapostas e ou superpostas, dotadas de acessos independentes através de área comum descoberta;
 - Grupamento não residencial – constituído por duas ou mais edificações comerciais, de serviços ou industriais, no mesmo terreno;
 - Grupamento misto – constituído por duas ou mais edificações, no mesmo terreno, com unidades residenciais e não residenciais; e
 - Grupamento de áreas privativas – constituído por áreas de terreno de uso privativo particular, destinadas a implantação de edificações unifamiliares ou bifamiliares e áreas de uso comum.

Foram ainda discutidas as contrapartidas exigidas e as condições para sua implantação.

Após o período de discussão de cada Subgrupo, o Grupo 6 reuniu-se para ouvir o relato das discussões ocorridas nos Subgrupos, seguido de debate.

Reunião em 11/05/21

Na quarta reunião, a discussão se concentrou na explicação dos parâmetros urbanísticos, como Gabarito; IAT; e Taxa de Ocupação, responsáveis pela conformação do volume

construído nos lotes. Foi demonstrada a relação entre estes e a estrutura fundiária e o papel da legislação urbanística na conformação e transformação dos bairros. Foi reforçada a importância da participação de todos com o envio de contribuições, sendo feita uma apresentação pelo geógrafo Leandro Souza sobre a possibilidade de contribuição através do Mapa Colaborativo.

A representação da distribuição na Cidade das densidades construídas, existentes e projetadas, ajudou a demonstrar como o estímulo à ocupação, considerando apenas a legislação urbanística, pode não acontecer como planejado. Através de fotos foi ilustrado como o resultado depende de diversas características locais, e que áreas com parâmetros urbanísticos semelhantes podem ter ambiências muito diferentes. A largura das ruas e a arborização das mesmas, a integração das áreas construídas com o espaço público, além de estrutura fundiária compatível com os parâmetros urbanísticos, são alguns exemplos que acabam por fazer diferença na ambiência das diferentes áreas da Cidade.

Foi ressaltada a importância do tratamento dos espaços públicos através de projetos urbanos qualificadores do local, bem como o tratamento e articulação viária de áreas em processo de ocupação, como é o caso da região de Vargens. Foi destacada nos debates a incompatibilidade entre os parâmetros do PEU Vargens e a fragilidade ambiental da área.

Dada a importância da reflexão sobre a influência dos usos e parâmetros urbanísticos no território, não houve a subdivisão em subgrupos essa semana, para que os integrantes do Grupo 6 seguissem para a discussão dos parâmetros por AP, que ocorreu nas reuniões, seguintes com uma base comum de informações.

Reunião em 18/05/21

A quinta reunião teve início com a explanação da metodologia de discussão do Zoneamento e parâmetros por Área de Planejamento, o que obteve grande resistência dos integrantes do grupo. Foi informado de que haveria uma reunião extra, além daquela prevista para o dia 25/05, que ocorreu em 01/06.

Em seguida, houve a apresentação da Paula Merlino (IRPH), onde foram apresentadas as áreas protegidas pela UNESCO e sua zona de amortecimento, bem como os critérios de análise de projetos por parte do IRPH. Após o debate sobre o tema, o grupo foi subdividido por APs, com os seguintes temas principais:

- AP1 e AP2: A discussão teve início com a AP-2.1- Zona Sul e as principais questões levantadas foram: não representação das ZEIS ou de AEIS junto ao Zoneamento. Foi explicado que no momento de elaboração da proposta não haviam ainda as ZEIS e que as AEIS entrariam sobrepostas ao Zoneamento. Mudança de Zoneamento para o Cosme Velho de ZR-1 para ZRM-1, bem como de área do Jardim Botânico onde, na proposta poderiam ocorrer atividades de serviço. Foi explicitado que os parâmetros no Cosme Velho seriam os mesmos de ZR-1, com gabarito mais elevado apenas na Rua Cosme Velho, conforme vigora atualmente. Foi pedido que não houvesse alteração dos parâmetros em vigor, que ocorreriam através dos PEUs. Houve ponderação sobre os problemas para aproveitamento dos casarões no Cosme Velho e Santa Teresa, o que exige uma solução.

- AP-4: A reunião teve início com a apresentação do Mapa Participativo, disponível na Plataforma do Plano Diretor, com a concentração de sugestões na área de Vargens. Em seguida, foram apresentadas as propostas preliminares de Macrozoneamento e Mesozoneamento para a região e o zoneamento elaborado para LUOS/2018, com explicação da ZPP (Zona do Plano Piloto) e das zonas propostas para a área do PEU Vargens. Foi explicado que esta proposta de zoneamento, de 2018, estava em processo de revisão, para melhor compatibilização com o Macrozoneamento e o Mesozoneamento, que estavam sendo concluídos. Também foi abordada a proposta em desenvolvimento pela SMAC de criação de Unidade de Conservação na área das Vargens. Após, foi apresentado o Mapa de Índices de Aproveitamento do Terreno básicos propostos, alcançando no máximo 1. No debate, os pontos principais foram:
 - a diferença entre ZEIS e AEIS e a não representação das ZEIS ou de AEIS, sendo explicado que a proposição de ZEIS estava em curso;
 - a necessidade de incremento da fiscalização de ocupações irregulares e de atuação do Poder Público em comunidades, como no Rio das Pedras e na Muzema;
 - as dificuldades de transposição das regras do Decreto 3046/81, incluindo PALs com parâmetros, para os novos critérios e nomenclatura de zonas, de modo a não alterar significativamente o desenho urbano e a densidade projetada pelo Plano Piloto; e
 - como se daria a aplicação da Outorga Onerosa e como seriam definidos os Coeficientes de Aproveitamento Máximos (CAM).

- AP-5: Foi apresentado o zoneamento elaborado para a LUOS/2018, com explicação gradual das zonas, partindo das mais restritivas (ZCA) para as mais permissivas (ZRM/ZCS). Durante a explicação foram mostrados os aspectos que nortearam a proposição das zonas e mesmo seus limites. Houve ainda valiosas intervenções, que enriqueceram o debate. Quanto a apresentação da proposta, foram discutidos:
 - a releitura do zoneamento em vigor, com adaptação para nova nomenclatura e aprimoramento dos limites segundo a realidade atual das localidades e seus potenciais;
 - os estudos e levantamentos da fragilidade ambiental e potencial agrícola; e
 - a avaliação das condições de infraestrutura e viárias para manutenção ou renovação do zoneamento em vigor.

Foi sugerido o cruzamento de dados e sobreposições para evidenciar conflitos existentes na proposta, com visualização de relevo para melhorar a percepção da área. Foram dadas explicações sobre as condições de adensamento da área, vinculadas às condições de infraestrutura e seu grau reduzido em comparação com a legislação em vigor.

Reunião em 25/05/21

Na sexta reunião, a discussão se deu inicialmente com informes sobre as 52 contribuições/demandas apresentadas pela população no Contribua ! (presente na plataforma do Plano Diretor) específicas para o Grupo 6, comentadas segundo temas mais recorrentes.

Em seguida foi apresentada a proposta de Macrozoneamento e Mesozoneamento desenvolvida no Grupo 2 e sua relação com o Zoneamento. Apesar de não haver um rebatimento direto entre essas escalas de trabalho, as Mesozonas acabam por agrupar algumas Zonas com características relacionadas às diretrizes das Mesozonas. Foi abordada a relação das Mesozonas com a aplicação de instrumentos urbanísticos para a captação e aplicação de recursos.

Quanto ao Zoneamento, foram abordadas algumas questões relativas às Zonas de Especial Interesse Social (ZEIS), as Áreas de Especial Interesse Social (AEIS) e à Zona Residencial Unifamiliar (ZR-1) que, em algumas áreas da Cidade tem problemas com a grande limitação no uso e aproveitamento dos imóveis.

O tema da ZR-1 foi novamente abordado em algumas intervenções do debate, bem como a questão do transporte na Cidade, principalmente quanto ao transporte aquaviário, transporte ativo e a ampliação do sistema metroviário. Foi indagado também sobre a intenção de tornar o Rio de Janeiro uma cidade biofílica com implementação de soluções voltadas para a natureza, como os jardins de chuva, renaturalização e descobrimento dos rios canalizados, entre outras. Houve intervenções sobre o Estudo de Impacto de Vizinhança / Relatório de Impacto de Vizinhança (EIV/RIV), a eficácia da Taxa de Permeabilidade, a preocupação com o uso das áreas públicas por particulares (quiosques, calçadas com mesas e cadeiras, entre outras), bem como sobre propostas voltadas para a região do Grande Méier.

3.3.4.3. Reuniões Plenárias

Primeira Reunião Plenária (16/04/2021, de 16:00 às 19:00h)

No final da primeira semana, no dia 16/04/2021, a equipe técnica da Prefeitura, liderada pelo então Secretário Washington Fajardo, recebeu todos os representantes das entidades inscritas no Chamamento Público para uma reunião de boas vindas e explicações sobre a proposta da Secretaria Municipal de Planejamento Urbano. A gravação desta reunião está disponível na plataforma, através do link <https://www.youtube.com/watch?v=5UxbouaDOt4>.

Segunda Reunião Plenária (30/04/2021, de 16:00 às 19:00h)

Essa plenária contou com a participação de mais de cento e cinquenta participantes pelo aplicativo Zoom e teve transmissão ao vivo pelo canal da Secretaria Municipal de Planejamento Urbano no Youtube.

Teve início com a apresentação das novidades na plataforma planodiretor.rio, como o Caderno Ilustrado do Diagnóstico, o Mapa Colaborativo para todos os grupos, e todo o material disponibilizado pelos seis grupos de trabalho, com acesso irrestrito. Foi também comentado o resultado parcial da primeira enquete (mais de 6.300 respostas), além da seção Contribua! com 246 sugestões até àquela data.

Em seguida, foi proposto que os representantes das entidades participantes dos grupos de trabalho realizassem apresentações sobre os assuntos em discussão por seus grupos.

Inicialmente foram propostas duas alternativas de horários: durante a semana em horários extra; ou, nas próximas reuniões plenárias, com palestras de 20 minutos de duração.

A apresentação seguiu com a proposta da estrutura da lei e os principais pontos de mudança em relação ao Plano Diretor em vigor, foram, a saber:

- elaboração de uma lei única, integrando o Plano Diretor com o Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo; e
- a adoção e regulamentação do coeficiente básico = 1, ou menor para toda a cidade.

Por fim, foram apresentados os principais pontos da lei, que devem ter espelhamento entre os diversos grupos.

Em seguida, os Coordenadores dos grupos fizeram breves relatos sobre os trabalhos da semana, antes do início do debate aberto na plenária.

Dentre as diversas falas, os principais questionamentos, queixas e sugestões foram:

- os problemas tecnológicos nas reuniões, com falhas de conexão dos participantes e apresentadores, o que dificultou o trabalho;
- a demanda pela abertura dos microfones de todos os participantes em todas as reuniões durante todo o tempo da reunião;
- a alteração da metodologia, com enquetes sendo respondidas apenas pelos representantes externos à Prefeitura;
- a isonomia nos tempos das falas;
- a eliminação das apresentações pela Prefeitura nas plenárias, consideradas longas;
- o rechaçamento da proposta de ampliação do número de reuniões semanais, com a indicação de reorganização dos grupos para abrigar as eventuais apresentações de especialistas;
- a sugestão de tornar as reuniões dos grupos quinzenais, intercalando-as com reuniões entre os grupos para assuntos comuns, nas semanas alternadas;
- a solicitação de uma relatoria compartilhada dos grupos de trabalho;
- a crítica ao jargão técnico, e ao conteúdo complexo, de difícil entendimento por setores mais populares dos participantes; e
- a demanda, por diversos participantes da plenária, para a extensão do cronograma.

O então Secretário de Planejamento Urbano, bem como os Coordenadores dos grupos de trabalho ouviram as críticas e sugestões, esclareceram alguns pontos da metodologia e concordaram com a necessidade de manter os horários de reuniões restritos aos previstos no Edital de Chamamento Público.

Foi enfatizada pelo Secretário a necessidade de se manter o cronograma, tendo em vista o longo período de estudos e discussões que antecedeu a essa etapa de elaboração da lei, acrescentando a premência por mudanças na legislação em vigor, que não possui mecanismos para viabilizar e atender à função social da cidade.

Terceira Reunião Plenária (07/05/2021, de 16:00 às 18:00h)

A plenária teve início com informes gerais dados pela Coordenadora dos trabalhos, Valéria Hazan, que pontuou questões sobre a organização e agradeceu aos representantes de

entidades que se comprometeram a realizar apresentações relacionadas aos temas em debate em seus grupos de trabalho.

Valéria Hazan esclareceu que as inscrições para essas apresentações estavam sendo feitas através do formulário enviado a todos os representantes de entidades que responderam ao Chamamento Público, e que estava sendo organizada a agenda conforme as datas de interesse dos palestrantes, bem como respeitando a conexão entre os assuntos.

Em seguida, passou a palavra à primeira palestrante, Professora Eva Vider, da Escola Politécnica da UFRJ, que apresentou o tema Plano Diretor para as pessoas. Eva Vider ressaltou as questões que devem ser consideradas para a melhoria da qualidade de vida dos moradores da Cidade, a partir das vocações econômicas; geração de trabalho e renda; mobilidade ativa; e espaços públicos, seguindo a tendência mundial das cidades de 15 minutos de distância, em consonância com a Agenda 2030 da ONU-Habitat.

Em seguida, foi dada a palavra ao Geógrafo Brasileiro Vito Fico, da Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SMAC, que apresentou a proposta de definição de uma Macrozona de Proteção e Qualificação Ambiental para a revisão do Plano Diretor. A apresentação contou com mapas, fotos e matérias de jornal sobre o sítio urbano, a paisagem e os ecossistemas da Cidade, a relação dos índices de áreas verdes do Município por Região Administrativa, passando pelo Bioma Mata Atlântica.

Em seguida, apresentou as bases de dados utilizadas para a formulação da proposta, com destaque para as áreas protegidas; áreas de relevante interesse ambiental; cursos d'água e áreas suscetíveis à inundações. Em seguida, apresentou a proposta da Macrozona, com a subdivisão em cinco mesozonas, com diferentes níveis de proteção, visando promover efeitos positivos imediatos sobre a vida urbana, na Saúde, na redução dos riscos ao sítio urbano e na promoção de uma Cidade social e ambientalmente mais justa.

O terceiro palestrante foi o Arquiteto José Antonio Hoyuela Jayo, representante do ICOMOS, que apresentou a palestra Metodologia, Níveis e Escalas de Planejamento: o exemplo dos trabalhos do projeto PRODOC 4018, UNESCO – IPHAN. A apresentação demonstrou como foram as etapas de análise; diagnóstico; análise de riscos; integração e gestão, utilizando informações georeferenciadas e propostas de macrozoneamento e de áreas de restrição à ocupação da própria Prefeitura, gerando atributos e sistemas que resultaram em níveis diferenciados de qualificação e conservação a serem considerados nas normas de preservação. Por fim, a proposta do plano de ação trouxe importantes diretrizes em consonância com a política do Patrimônio Cultural, em debate nas propostas para o Plano Diretor.

A quarta palestrante foi a Arquiteta Maria Lucia Vianna Pecly, do PROARQ-UFRJ, que apresentou a pesquisa Sustentabilidade Social: a codificação do desenho urbano como ferramenta de qualidade na HIS. A pesquisa apresenta uma ferramenta de gestão utilizada no Reino Unido para os projetos de Habitação de Interesse Social, englobando desde as qualidades desejáveis dos projetos nas escalas do bairro, do quarteirão e do lote, como orçamentos a serem seguidos e forma de participação da comunidade.

A palestrante ressaltou que não é um manual, mas, sim, um documento de base, com compromissos que devam ser assumidos pelo Poder Público, visando aumentar a qualidade dos projetos, desde sua elaboração, à execução e à pós-ocupação, e que poderia servir de subsídio para instrumentos de gestão a serem elencados no âmbito da revisão do Plano Diretor.

Em seguida, foi aberto o debate para a plenária, com diversos comentários e perguntas para os palestrantes. Merece destaque a fala da Sra. Silvia Baptista, da Coletiva Popular de Mulheres da Zona Oeste, que mencionou a situação de extrema pobreza pela qual passa significativa parcela da população carioca, e a importância da preservação ambiental, convergente com a segurança alimentar, respaldada pela preservação dos aquíferos e condições para a manutenção das atividades agrícolas na Cidade.

Quarta Reunião Plenária (14/05/2021, de 16:00 às 18:00h)

A plenária teve início com informes gerais dados pela Coordenadora dos trabalhos, Valéria Hazan, que agradeceu aos representantes das entidades que se disponibilizaram a realizar apresentações relacionadas aos temas em debate em seus grupos.

Divididas em três blocos temáticos, as apresentações foram consecutivas, após o que, foi aberto o debate.

O primeiro bloco teve como mote a Mobilidade Urbana, sendo a primeira palestra intitulada Mobilidade e Acessibilidade: o Direito à Cidade, proferida pelos Arquitetos Regina Cohen, representando o COMDEF-RIO (Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência) e Arnaldo Lyrio, do CAU/RJ (Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio de Janeiro). Os palestrantes discorreram sobre os conceitos de acessibilidade, deficiência e inclusão, que estão em constante evolução, segundo a convenção da ONU. Foi destacada a necessidade da acessibilidade ser concebida desde o projeto. Em seguida, foi apresentado o Decreto Federal nº 5.296/2004, com os principais conceitos a serem seguidos em legislações municipais.

Ao longo da palestra foram apresentados bons e maus exemplos de acessibilidade em cidades brasileiras, em espaços públicos, edificações, estações de transporte e também em ônibus, metrô, etc. Por fim, foi ressaltada a responsabilidade coletiva pela acessibilidade, seja na elaboração de legislações e projetos, seja na execução de obras, bem como na fiscalização, e na manutenção das obras, além da cobrança, pela sociedade, de que a Cidade contemple a acessibilidade universal.

A segunda apresentação foi realizada por Letícia Bortolon, do ITDP (Instituto de Políticas de Transporte e Desenvolvimento) com o título Análise de dados de GPS e GTFS para priorização de vias para implementação de faixas exclusivas de transporte coletivo no Rio de Janeiro. Nela a palestrante explicou a metodologia da pesquisa, realizada em 2020, cujas três principais etapas foram:

1. a identificação de trechos lentos;
2. a priorização e o faseamento; e
3. as propostas e resultados.

Foram identificados os gargalos nas faixas existentes, com o direcionamento dos estudos para as vias mais congestionadas da cidade. Por fim, a palestrante esclareceu que essa pesquisa se alinha a outros estudos do ITDP, que preconizam o alinhamento da política de mobilidade urbana ao uso e a ocupação do solo, a fim de evitar:

- grandes deslocamentos diários pela população;
- a criação de novas infraestruturas; e
- novos impactos ambientais.

O segundo bloco teve como temática os Instrumentos de Política Urbana do Estatuto da Cidade e de Acesso à Moradia. A primeira palestra foi realizada pelo Arquiteto e Professor da Universidade Veiga de Almeida, Edson Agostinho Maciel. Intitulada Instrumentos do Estatuto da Cidade e o Acesso à Moradia, a apresentação teve início com a proposta de que os instrumentos representam uma estratégia para a revisão do Plano Diretor. Em seguida, o palestrante apresentou o cardápio de instrumentos do Estatuto da Cidade, detendo-se, principalmente, na explicação sobre aqueles de indução do desenvolvimento urbano e de acesso à terra.

Em seguida, houve a apresentação da Advogada e Pesquisadora Tarcyla Fidalgo, das Comunidades Catalisadoras (ComCat), que apresentou a palestra O potencial do Termo Territorial Coletivo (TTC) no rol dos instrumentos urbanísticos do Plano Diretor. A palestrante apresentou as características básicas do TTC e suas vantagens sobre outros instrumentos de regularização fundiária, tais como:

- a gestão coletiva da propriedade;
- a separação da propriedade do terreno e das construções; e
- o maior potencial de garantia da segurança da posse para populações vulnerabilizadas.

Ficou evidente que a estrutura do TTC seria adequada à regularização da posse de áreas ocupadas em que há a dificuldade de individualização dos terrenos. O instrumento prevê a criação de uma pessoa jurídica sem fins lucrativos, com o fim específico de ser o adquirente da terra. A partir disso, é firmado o contrato de direito de superfície entre essa pessoa jurídica (como concedente) e os moradores (como superficiários). Naturalmente, os moradores atuam conjuntamente na gestão da área. Esse instrumento já é operacionalizado em diversos países da América do Sul e a palestrante divulgou o endereço de uma plataforma para os interessados em conhecerem mais sobre o TTC: www.termoterritorialcoletivo.org.

Valéria Hazan complementou informando que Tarcyla encaminhou à Coordenação do Plano Diretor uma proposta de texto sobre o instrumento para ser incorporada ao Título III, que estava sendo analisada pela equipe coordenadora desse título.

A última apresentação foi feita pelo Sr. Wellington Alves de Souza, da entidade da sociedade civil Haja Paciência! Intitulada *Crescimento desenfreado de prédios na Zona Oeste e sua falta de infraestrutura*, trouxe o testemunho de um morador do bairro de Paciência sobre o adensamento da região causado pela construção de condomínios residenciais do programa Minha Casa Minha Vida. Segundo o Sr. Wellington, muitos desses

condomínios apresentam problemas de esgotamento sanitário, tendo em vista não haver rede de esgotos em grande parte da região, assim, suas Estações de Tratamento de Esgoto - ETE não são ligadas à rede, dessa forma, após ao período de cerca de um ano da inauguração dos conjuntos, as construtoras interrompem a manutenção do sistema de esgoto, gerando inúmeros problemas para os moradores de toda a área. O palestrante reclamou também de problemas de drenagem e assoreamento dos rios da região.

Após essa apresentação, foi aberto espaço para o debate e a Sra. Silvia Baptista questionou o encerramento das inscrições para apresentações nas plenárias antes do prazo previsto. A Coordenadora Valéria Hazan esclareceu que todas as propostas encaminhadas (3 para 07/05/2021; 6 para 14/05/2021; sendo que uma não pode ser realizada por problemas técnicos e 7 para 21/05/2021) foram acolhidas nas datas prioritizadas pelos palestrantes. Informou ainda que a plenária seguinte (em 28/05/2021) teria, naturalmente, a apresentação pela Prefeitura de alguns trabalhos, mas, que poderia acolher novas propostas que fossem solicitadas por email. Dito isso, a Sra. Silvia Baptista informou que se reuniria com sua entidade (Coletiva Popular de Mulheres da Zona Oeste) para decidir sobre sua apresentação nesta próxima plenária.

Seguiram-se perguntas sobre as apresentações e, no fim, foi informado o calendário das próximas audiências públicas, conforme anunciado pelo cronograma publicado na plataforma.

Quinta Reunião Plenária (21/05/2021, de 16:00 às 19:00h)

A plenária teve início com informes gerais sobre a publicação do anúncio das primeiras audiências públicas temáticas, que foram virtuais e ocorreram em 07, 08 e 09/06/2021, sempre de 19:00 às 22:00h. Os detalhes foram publicados na plataforma planodiretor.rio.

Em seguida, foi anunciada a apresentação da então Subsecretária de Habitação do Município, Marcela Abla, que realizou a palestra intitulada *A participação da Secretaria Municipal de Habitação na revisão do Plano Diretor*. Inicialmente apresentou a estrutura organizacional da SMH e os principais marcos temporais de sua atuação, discorrendo sobre os objetivos da SMH, cujo principal seria a ampliação da oferta de unidades habitacionais. Seguiu discorrendo sobre os quatro eixos de atuação da SMH, a saber:

1. fomento à produção de habitação de interesse social;
2. idealização de projeto de urbanização integrado à construção;
3. ações sócio-habitacionais acompanhando o programa de HIS; e
4. regularização urbanística e fundiária.

Em seguida, Marcela Abla sintetizou a Política de Habitação, presente nos diversos títulos da revisão do Plano Diretor. Esclareceu também aspectos sobre a lei que prevê o Plano Municipal de Habitação de Interesse Social, que seria iniciado em breve, após a reativação do Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação, que teria a participação da população em todas as etapas do processo.

Foi passada a palavra ao arquiteto Jorge Castro, representando o Centro Brasileiro de Estudos de Saúde – CEBES, que proferiu a palestra intitulada *Transversalidade da Saúde nas Políticas Setoriais Urbanas*. A abordagem foi sobre a transversalidade da questão da Saúde, em um conceito ampliado, relacionado às diversas políticas setoriais. Por fim,

explicou como as pandemias, como a que vivemos atualmente do covid-19 – e como àquelas que já vivemos em tempos passados –, provocam investigações sobre mudanças no cenário urbano. Por fim, discorreu sobre a importância da cooperação entre entidades como a FIOCRUZ e as organizações sociais na promoção da saúde pública.

Terminada a apresentação, foi realizada, pelos Arquitetos Rose Compans e Lucas Faulhaber, representantes do CAU/RJ, a palestra intitulada *Desafios para um Rio saudável e democrático*. Inicialmente foi feito um balanço das realizações do Plano Diretor em vigor, e os instrumentos de gestão implementados e não regulamentados. Em seguida, discorreram sobre os reassentamentos e a dinâmica imobiliária formal na última década. Por fim, apresentaram os desafios do Plano Diretor em elaboração, relacionando o que precisaria ser mudado, retirado, incluído, modificado, priorizado ou reforçado.

Seguiu-se a essa apresentação a palestra da Professora e Arquiteta Vera Tângari, da FAU/UFRJ. Intitulada *Tecidos Urbanos e Espaços Livres na Cidade do Rio de Janeiro*, é o resultado de pesquisas do grupo interdisciplinar Sistemas de Espaços Livres no Rio de Janeiro – SEL-RJ, vinculado ao Grupo ProLUGAR do PROARQ-FAU/UFRJ. Vera Tângari iniciou explicando a proposta de conceito - método - pesquisa - ação. A partir das questões:

- Que paisagens deixamos como herança?
- Que cidade produzimos?
- Que tipo de espaço construímos?
- Em qual suporte físico nos assentamos?
- Quais as infraestruturas que dispomos?
- Para quem e para que projetamos?
- Para quem e como ensinamos?
- Quando e para onde avançamos?

Em seguida explicou a visão multiescalar, partindo da metrópole e estruturas ecológicas até aos usos e apropriações dos lugares cotidianos. Também explicou o método de trabalho, com a análise de inúmeros dados e mapas, para chegar à análise sobre as praças e demais espaços livres públicos na Cidade do Rio de Janeiro e seu reatamento em dados socioeconômicos das diversas regiões da Cidade, demonstrando suas disparidades. Por fim, apresentou o trabalho realizado em cooperação com o Plano de Desenvolvimento Sustentável - PDS, em que foram produzidos, por milhares de alunos da rede municipal de ensino, mapas afetivos da Cidade, mostrando um caminho para o futuro.

A última exposição foi realizada pela Microbiologista Ambiental Marlise Araujo, representando a Associação Brasileira de Combate ao Lixo no Mar - ABLM, que apresentou a palestra *Gestão do Lixo que chega na Baía de Guanabara*. A partir de dados e fatos históricos, discorreu sobre a falta de governança que se reflete na insalubridade da baía. Finalizou com a ideia do que a sociedade espera do Plano Diretor:

- uma governança forte para a restauração da Baía de Guanabara;
- uma legislação que proteja os programas e projetos de longo prazo; e
- o envolvimento da sociedade ativamente nas decisões que envolvam o uso do solo e as licenças para empreendimentos de risco.

Seguiu-se o debate, com cerca de quinze manifestações. Alguns questionaram o processo de elaboração da revisão do Plano Diretor durante a pandemia. A maioria discorreu sobre a Zona Oeste, seja em relação às águas dos rios e da Baía de Sepetiba, que estão secando e sofrendo com a implantação de indústrias e siderúrgicas, seja sobre a importância da manutenção de áreas agrícolas para a segurança alimentar do Município, ou ainda sobre a falta de infraestrutura de transportes efetiva e sobre a violência sistêmica contra as mulheres.

Sexta Reunião Plenária (28/05/21, de 16:00 às 19:00h)

A plenária teve início com informes sobre as apresentações planejadas, sendo quatro de representantes da sociedade civil e por fim a apresentação do Instituto Pereira Passos – IPP e da Secretaria Municipal de Planejamento Urbano - SMPU, com a síntese dos trabalhos dos grupos nas semanas anteriores.

Tendo em vista a ausência dos dois primeiros palestrantes programados, foi dada a palavra à senhora Silvia Baptista, representante da Coletiva Popular de Mulheres da Zona Oeste. A apresentação, intitulada *Cidade Antirracista, Cidade para o Bem Viver*, apresentou a trajetória da Coletiva Popular de Mulheres da Zona Oeste, desde 2006, com foco em ações voltadas para a qualidade de vida das mulheres negras. Apresentou, a partir de dados da Prefeitura organizados no Diagnóstico Intersetorial do Plano Diretor, a necessidade de se dar visibilidade às mulheres negras nas políticas públicas, tendo em vista estas representarem 29% da população carioca. Silvia Baptista destacou a conexão entre os locais de moradia periféricos e o enfrentamento da violência no cotidiano das mulheres, bem como a necessidade de alternativas para a mudança dessa realidade.

Em seguida, foi realizada a apresentação de Rita de Cássia Gonçalo Alves, da Ralves Educação Sócio-cultural e Ambiental. Intitulada *Como fazer política nas cidades? Gênero, Território, Participação*, a palestra propôs repensar o Planejamento Urbano a partir da perspectiva de uma Cidade para as mulheres e das dimensões de gênero, raça e classe.

Lembrando que as mulheres representam 53,15% dos habitantes do Município, Rita de Cássia Gonçalo Alves colocou os temas da habitação, da ocupação e da mobilidade da mulher na Cidade e os desafios enfrentados em função das jornadas duplas, triplas, da precariedade dos transportes públicos, e da ausência de espaços de lazer próximos às moradias. Por fim, propôs diretrizes para uma Cidade mais amigável para as mulheres.

Na sequência, Carlos Krykhtine, do Instituto Pereira Passos – IPP, apresentou as novidades na plataforma planodiretor.rio, tendo em vista as informações sobre as audiências públicas virtuais e híbridas que ocorreram a partir de 07/06/2021. Ressaltou que as inscrições para as audiências seriam realizadas pela plataforma. Informou ainda que a coluna Contribua! foi encerrada em relação às contribuições para os grupos e passaria a receber contribuições relacionadas às audiências públicas.

Logo a seguir, foi passada a palavra à Andrea Pulici, do Instituto Pereira Passos - IPP, que apresentou os resultados da primeira enquête realizada na plataforma, e que teve mais de dez mil respostas. Foram ressaltados os pontos positivos e negativos dos bairros e áreas de planejamento da cidade, a partir das respostas dos moradores.

Valéria Hazan, da Secretaria Municipal de Planejamento Urbano, fez uma apresentação sucinta dos resultados dos trabalhos dos seis grupos nessas sete semanas, a partir dos desafios apontados na apresentação do Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, na plenária anterior.

Em prosseguimento, a Sra. Maria da Penha Macena, do Plano Popular da Vila Autódromo, pediu a palavra para apresentar a experiência do plano para sua coletividade, realizado em parceria da comunidade com a Universidade Federal Fluminense - UFF. A sua fala foi complementada pela da Arquiteta Poliana Monteiro, que à época prestou assessoria técnica à Vila Autódromo. Em seguida, foi aberto o debate.

O principal tema discutido foi o Sistema de Controle, Uso e Regularização do Solo - SICOS, apresentado no Grupo 4 (que teve como nome final Sistema Integrado de Controle do Uso, Ocupação e Regularização do Solo Urbano - SICOS). Houve muitas intervenções mencionando o receio do texto disponibilizado na plataforma representar a ampliação das remoções de comunidades carentes existentes na Cidade.

Foram mencionadas experiências passadas de milhares de remoções. A equipe da SMPU esclareceu que o texto disponibilizado na plataforma recebeu diversas contribuições na reunião do Grupo 4 de 27/05 (portanto, no dia anterior a essa plenária), que ainda seriam incorporadas ao texto e, em breve, publicadas na plataforma. Foi esclarecido ainda que esse sistema não tinha por objetivo a remoção de comunidades, e sim o controle do uso irregular do solo, que ocorre também de diversas formas, inclusive em áreas públicas, em bairros consolidados da Zona Sul, em canais, calçadas, praças, etc.. Caso não houvesse esse controle, haveria uma imensa interferência no cotidiano de milhares de habitantes da Cidade. Após amplo debate sobre o assunto, foi também solicitada reunião devolutiva com o Grupo 4, após as audiências públicas, para apresentação do texto consolidado.

Por fim, foi realizada uma breve explanação do Sr. Claudio D´ Avila, do Pacto do Outeiro da Glória, intitulada *Vila Harmônica Cooperativa*. A apresentação disse respeito a adaptação de contêineres industriais para residências e foi disponibilizada à Coordenação dos trabalhos para ser repassada aos interessados.

A reunião foi encerrada, com o agradecimento da equipe organizadora a todos os participantes, e o esclarecimento de que os canais de comunicação, através de email e da plataforma do planodiretor.rio continuariam disponíveis.

3.3.5. As propostas advindas das audiências públicas

Passada a fase de discussões, no âmbito dos 6 grupos de trabalho, e após um hiato de tempo para conformação da proposta de texto da minuta de Revisão do Plano Diretor, o Município do Rio de Janeiro, através da Secretaria Municipal de Planejamento Urbano, realizou 9 audiências públicas (3 temáticas, 5 híbridas e 1 de leitura e discussão da minuta) para divulgar e debater o Projeto de Lei Complementar para o novo Plano Diretor da Cidade do Rio de Janeiro, à saber:

3.3.5.1. 07/06/2021 - 1ª Audiência Pública Temática: Clima e Meio Ambiente

Realizada de maneira remota, através do aplicativo *Zoom* e com transmissão ao vivo pela plataforma de compartilhamento de vídeos *Youtube* (link da gravação: <https://www.youtube.com/watch?v=-Mq3lmyYcLQ&t=944s>), o Município do Rio de Janeiro, através da Secretaria Municipal de Planejamento Urbano, realizou a 1ª Audiência Pública, cujo tema foi: Clima e Meio Ambiente. Esta reunião teve a duração de 3:40 min (das 19h até as 22:40h) e contou com a participação de 163 (cento e sessenta e três) participantes das três esferas do serviço público, de entidades classistas e da sociedade civil organizada.

Destacaram-se as presenças de **Washington Fajardo** (então Secretário Municipal de Planejamento Urbano), **Eduardo Cavaliere** (então Secretário Municipal de Meio Ambiente), que fizeram apresentações iniciais, **Tarcísio Motta** (Vereador do PSOL), e **Viviane Tardelli** (Defensora Pública do Núcleo de Terras e Habitação - NUTH).

A reunião foi secretariada pela Gerente de Macroplanejamento da SMPU, **Valéria Hazan**, tendo como responsável pelo *chat*, **Rodrigo da Veiga** (IPP), e, como responsável pela ata, **Alberto Taveira** (SMPU).

As principais sugestões dos participantes, a maioria já englobada pelo texto da minuta, foram:

- que as manifestações populares fossem incorporadas à lei, e que o Plano Diretor seja participativo trazendo as contribuições da população mais vulnerável;
- que o tema central fosse a habitação de interesse social e a não remoção, presentes no Plano Diretor atual;
- que fosse pensada uma política pública habitacional que contemplasse o déficit habitacional da cidade;
- que se respeite o meio ambiente, num convívio harmônico com o homem que nele habita;
- que sejam respeitados parâmetros tais como o direito à vida, o direito ao meio ambiente saudável e o direito social à moradia, previstos em nossa Constituição;
- que observemos o *Mais Valerá*, que tem uma interface com a questão do crescimento desordenado em áreas com bolsões de vegetação preservada;
- que talvez devamos rever e destombar algumas áreas, pois, a cidade está num movimento contínuo e desordenado de ocupação, assim, precisamos ter uma visão e controle real do território, muitas vezes dominado pela favela, pela milícia ou pelos dois ao mesmo tempo;
- que o poder público encare de frente o problema do crescimento das favelas, que está tomando toda a nossa cidade e o Estado como um todo;
- que haja uma maior integração da cidade e seus diversos planos (Plano Diretor; PPA; plano de proteção da Mata Atlântica; Plano Estratégico; etc.), com a região metropolitana e o instituto criado para cuidar do planejamento desta região, o que é fundamental numa série de aspectos ambientais importantes como lixo e água;
- que, em relação aos objetivos, além de uma lista de estratégias e projetos, haja também objetivos e metas, para alcançarmos a cidade que de fato estamos construindo, pois, depois de fazermos aquilo tudo (se fizermos), não está claro se chegaremos a cidade de 15 minutos. Precisamos ter objetivos de desenvolvimento

sustentável, que são fundamentais para a escolha do que será ou não será feito na cidade;

- que fique claro qual é a meta de abastecimento de água com qualidade para a cidade; assim como a da qualidade do ar (em relação a mudança da matriz de transporte, tempos de viagens, outros modais, etc.); além da meta para o aumento da segurança e a diminuição da suscetibilidade à inundações, desabamentos e mudanças climáticas; bem como a meta para a habitação e regularização urbanística e fundiária que tem a ver com o meio ambiente; etc.;
- que haja maior articulação entre o Plano Diretor e o Plano de Desenvolvimento Sustentável;
- que tenha um artigo no Capítulo I com objetivos e metas, já apontando para o marco lógico de indicadores de como se acompanhar, pois, sem isso, não há o que acompanhar no Título 4 através dos conselhos criados para uma efetiva gestão democrática;
- que mensuremos as metas, deixando-as claras e articuladas com as ações previstas nas políticas, estratégias, diretrizes, objetivos genéricos qualitativos, articulando-as com os planos plurianuais e a lei orçamentária, pois, é o orçamento público que garante a implementação de algumas ações, para que o plano diretor não seja apenas um rol de intenções muito bonito, positivo e competente, por sinal, pois, do jeito que está, não conseguimos imaginar a cidade que teremos nos próximos 10 anos;
- que a consolidação das áreas de proteção ambiental, as unidades de conservação além das novas sejam regidas pela égide da participação comunitária e as já existentes, as APAS, que recebam conselhos gestores com participação comunitária e de entidades da sociedade civil, para que estas unidades de conservação sejam acolhidas pelas comunidades para que vençamos problemas como desmatamento, invasões, falta de drenagem, etc.;
- que revertamos o desmonte das equipes técnicas da Prefeitura feito na administração passada;
- que tenhamos a volta dos Mutirões de Reflorestamento, os Guardiões dos Rios e dos Garis Comunitários;
- que se faça um levantamento dos cursos d'água para sabermos em que condições hídricas de potabilidade estão e em relação aos depósitos de resíduos sólidos;
- que seja implantada a coleta seletiva de lixo (resíduos sólidos domésticos) para geração de renda, emprego, possibilitando uma cidade com outra perspectiva de futuro;
- que seja ampliada a arborização urbana e as podas orgânicas e não econômicas para a redução das ilhas de calor;
- que seja criado um zoneamento sonoro com o mapeamento de zonas de ruído; usos compatíveis e mesclados e não usos incompatíveis em áreas sensíveis para que que seja reduzida a poluição sonora;
- que seja incorporado o IPTU Verde à Outorga Onerosa do Direito de Construir. O IPTU Verde poderia, inclusive, “conversar” com a criação de um “Distrito Neutro”, no qual seriam previstos descontos no IPTU para usos necessários numa área e não existentes, enquanto estes acontecessem nela;
- que seja implementada a APA de Inhoaíba com a inclusão da Serra da Paciência, área que agrega aspectos ambientais e culturais;
- que seja construído o Parque Realengo Verde, na área da antiga Fábrica de Cartuchos do Exército;

- que seja criado um parque florestal em Jacarepaguá (APA), nos moldes do existente no Grajaú, essencial para a proteção daquela região;
- que sejam realizadas audiências sobre o diagnóstico da cidade, que ignora vários processos acontecidos na cidade nos últimos anos, como as remoções forçadas e mal menciona a questão do projeto do Porto-Maravilha;
- que sejam abordados os vários questionamentos e propostas que foram elencados no *Fórum Popular do Plano Diretor – Rio de Janeiro* (<https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSdzi8fYaCFBfF5qfalCvxKdrB0HVKXY2mSbYjnTrjgylbhmYg/viewform>), organizando pelo CAU, junto com cerca de 80 entidades;
- que sejam re-naturalizados nossos recursos hídricos, conforme feito em Seul;
- que o Rio de Janeiro seja cada vez mais verde e tenhamos cada vez menos perdas arbóreas;
- que no Plano Diretor não tenhamos apenas os objetivos e as estratégias, mas, também o como chegar a isso, talvez estabelecendo metas com prazos;
- que não criemos barreiras à ventilação e à circulação do ar, visto que temos a expectativa de construção de prédios no Horto e na orla da região portuária;
- que não criemos novas macrozonas de ocupação incentivada (macrozonas de reestruturação incentivada, na atual proposta) sem uma avaliação do impacto ambiental na infra-estrutura, como o que aconteceu na Freguesia/Jacarepaguá, uma macrozona incentivada que viveu um *boom* imobiliário depois do PEU Taquara de 2004, o que levou à perda de mais de 24ha de mata urbana, sem nenhuma melhoria na infra-estrutura;
- que continuem valendo as prioridades de restrições ambientais sobre projetos urbanísticos, como previsto no plano diretor de 2011;
- que tenhamos muito zelo com as áreas da APA da Serra dos Pretos Forros, da APA do Várzea Country Clube (Morro Inácio Dias) e da vertente norte do Parque Nacional da Tijuca, pois, nelas nascem os importantes rios Jacaré e Faria;
- que seja respeitada a Lei 5.248, de 2011, que cria a Política Municipal de Mudanças Climáticas e tem instrumentos importantíssimos, entre eles o Fórum de Políticas de Mudanças Climáticas e Desenvolvimento Sustentável, e que este saia do papel;
- que as áreas agrícolas passem a existir no Plano Diretor;
- que pensemos numa cidade descarbonizada e para isso precisamos tirar do papel a Política Municipal de Mudanças Climáticas;
- que tenhamos uma "república de conselhos", onde as questões sejam discutidas democraticamente com a população;
- que os terrenos do Exército, o maior latifundiário na cidade, sejam comprados pela Prefeitura e transformados em área de especial interesse;
- que os serviços públicos tenham seus indicadores ambientais, sociais e econômicos estabelecidos e monitorados. Que tenhamos indicadores municipais;
- que, atendo-se ao tema do verde, para a preservação ambiental, já que as florestas são absorvedoras de carbono, tenhamos monitoramento e que isso receba o apoio da área social e acadêmica, sendo importante a reconstituição dos conselhos;
- que sejam preservados e despoluídos os rios Sarapuí e Piraquara, na área de Mallet e Realengo, bem como recomposta a vegetação de seu entorno;
- que a Economia Circular faça parte do corpo teórico que embasa as políticas públicas do Plano Diretor, pois, sabemos que no debate meio ambiente X desenvolvimento econômico, estes sempre se posicionaram como opostos;

- que sejam incluídas as cooperativas de catadores de lixo na questão dos resíduos sólidos.

3.3.5.2. 08/06/2021 - 2ª Audiência Pública Temática: Vulnerabilidades Sociais

Realizada de maneira remota, através do aplicativo *Zoom* e com transmissão ao vivo pela plataforma de compartilhamento de vídeos *Youtube* (link da gravação: <https://www.youtube.com/watch?v=zExfN4O7jWA>), o Município do Rio de Janeiro, através da Secretaria Municipal de Planejamento Urbano, realizou a 2ª Audiência Pública, cujo tema foi: Vulnerabilidades Sociais. Esta reunião teve a duração de 3:01 min (das 19h até às 22:01h) e contou com a participação de 109 (cento e nove) participantes das três esferas do serviço público, de entidades classistas e da sociedade civil organizada. Destacaram-se as presenças de **Washington Fajardo** (então Secretário Municipal de Planejamento Urbano), **Daniel Soranz** (Secretário Municipal de Saúde), **Edson Diniz** (Redes de Desenvolvimento da Maré), **Fernando Cavallieri** (IPP), **Marcela Abla** (então Subsecretária da SMH) que fizeram apresentações iniciais, **Tarcísio Motta** (Vereador do PSOL) e **Luiz Roberto da Mata** (PGM).

A reunião foi secretariada pela Coordenadora Técnica de Projetos do IPP, **Andrea Pulici**, tendo como responsável pelo *chat*, **Rodrigo da Veiga** (IPP), e, como responsável pela ata, **Alberto Taveira** (SMPU).

As principais sugestões dos participantes, a maioria já englobada pelo texto da minuta, foram:

- que tornemos a cidade um ambiente mais saudável que permita às pessoas viverem mais e melhor;
- que organizemos os sistemas de saúde nos territórios, estabelecendo o perfil destes territórios;
- que integremos os sistemas de saúde com os sistemas de informação para o planejamento, o monitoramento e a organização da vida das pessoas na cidade, uma vez que temos muita informação no sistema de saúde que poderia ser compartilhada com o IPP, com a SME e com a SMAS;
- que olhemos como essa cidade está configurada hoje, pois, o Plano Diretor tem um desafio de como tratar a desigualdade estrutural em que o Rio de Janeiro hoje se encontra;
- que tratemos da questão estrutural que é a Educação para não “naturalizar” nossas desigualdades;
- que o Plano Diretor projete uma cidade com os pés no chão, uma cidade mais igual e mais justa, diminuindo as desigualdades gritantes que temos hoje entre os territórios da cidade. Para isso temos que ter políticas de estado, pois, sofremos muito com a última gestão municipal que desfez uma série de avanços conseguidos, porque tratou questões de estado como questões de governo;
- que criemos políticas e ações que vão para além do governo, inseridas em ações de políticas de estado com políticas públicas que possam atender isso;
- que integremos a favela à cidade, mas, não a essa cidade desigual que temos hoje, mas, a uma cidade mais democrática, mais aberta e que olha para esses espaços;

- que tratemos, por exemplo, Jacarezinho, Maré, Alemão, como integrantes reais da cidade e que não admitamos que nesses espaços a lei seja suspensa e o arbítrio e o autoritarismo se instalem, criando mecanismos para que seus moradores, que sofrem tanto com essas desigualdades, sejam reconhecidos como cidadãos como os dos outros bairros da cidade;
- que a Prefeitura trate, como corresponsável que é, da questão da segurança pública, principalmente, com políticas preventivas e de incentivo;
- que resgatemos as lonas culturais que sofreram um verdadeiro “desmonte”, pois, a dimensão cultural é fundamental para a criatividade dos jovens que produzem a alma carioca e que tem pouquíssimo apoio. Precisamos trabalhar com projetos estruturais e estruturantes, pensando em longo prazo e pensando em políticas de estado, pois, esse será o salto que o novo Plano Diretor pode dar, criando de fato uma cidade mais justa e mais igualitária, que não fique só no conceito;
- que tratemos de nossas “vulnerabilidades urbanas” como: terrenos improdutivos; insegurança na posse das moradias; as distâncias enormes percorridas; as calçadas com obstáculos; as ruas sem árvores; as enchentes e deslizamentos; a escassez de espaços de lazer; a violência; as epidemias duradouras e as emergências climáticas;
- que tenhamos uma política habitacional que dê conta de nossas necessidades;
- que fomentemos a produção habitacional de interesse social;
- que promovamos a urbanização integrada;
- que promovamos a regularização urbanística e fundiária;
- que promovamos as ações sócio-habitacionais;
- que promovamos a melhoria habitacional e a assistência técnica, com normatização elaborada nesta administração, visando a redução da inadequação habitacional e a melhoria da qualidade de vida das famílias;
- que retomemos o Projeto Favela-Bairro;
- que promovamos a regularização urbanística e fundiária;
- que proporcionemos assessoria e assistência técnica;
- que viabilizemos a Locação Social;
- que os vazios urbanos em nossa cidade sejam transformados pela Prefeitura em áreas de especial interesse para habitação, ajudando a freiar a especulação imobiliária;
- que pensemos em como administrar esse novo parque imobiliário a ser criado com a proposta de Locação Social;
- que, quanto ao problema da insegurança alimentar, devamos dar mais espaço nas favelas cariocas para o Programa de Hortas Urbanas;
- que levantemos a demanda por restaurantes populares municipais, aliando a isso a possibilidade de fornecimento de documentos e da criação de uma agência de empregos populares;
- que sejam construídas creches populares para que mães-solo possam trabalhar sabendo que seus filhos terão cuidados e alimentação;
- que, sobre as arenas e lonas culturais abandonadas, sejam feitos investimentos e editais de fomento aos artistas;
- que sejam criadas mais Clínicas da Família, com a meta de termos uma por bairro;
- que, sobre a superlotação dos ônibus, façamos a integração do sistema com o BRT, pois, muitas linhas de ônibus foram retiradas;
- que sejam garantidas algumas demandas conquistadas no Plano Diretor de 2011, como, por exemplo, o art. 163, que trata da política de meio ambiente e de proteção

das coberturas vegetais e suas áreas estratégicas, pois, o que vemos na nossa Baía de Guaratiba e na da Guanabara é a grande ocupação dos manguezais pelas empresas;

- que as áreas de manguezal continuem como estratégicas para que não sejam permitidos grandes empreendimentos imobiliários nelas;
- que sejam mantidos os art. 254 (que trata das diretrizes das políticas de agricultura e pesca); o art. 255 (que é de fomento à pesca); e o art. 256 (que é de fomento à agricultura sustentável);
- que seja criado uma espécie de auxílio aos pescadores nas épocas de defeso, a exemplo do que acontece em outros municípios, como Maricá e Parati;
- que sejam feitas melhorias na APA das Brisas, como foi feito na Barra da Tijuca em relação ao Bosque da Barra, pois, a zona oeste é uma região muito carente desse tipo de benefício;
- que o Plano Diretor seja, não o produto do governo eleito e sim da sociedade que discutiu com o governo eleito, que apresentou uma proposta inicial sobre a qual nos debruçamos;
- que não sejam desvinculados todos os recursos dos fundos que não estejam baseados e lastreados na Lei Orgânica e em Leis Complementares, como o Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social;
- que as contribuições dadas nos GT's e sua incorporação à proposta não se tornem um "pacto de fé", sem sabermos de que forma isso será feito, pois, também não temos acesso a essa metodologia. Que seja explicitado à sociedade como essas sugestões e críticas serão efetivamente incorporadas na minuta que será encaminhada à Câmara;
- que pactuemos de uma forma mais nítida e profunda a questão da remoção-zero;
- que os temas apresentados tenham uma maior aprofundamento, como, por exemplo, o do racismo ambiental, e o quanto a condição de gênero, notadamente das mulheres, que em algumas áreas é mais vulnerabilizada e que as políticas e propostas, tanto para as mulheres, quanto para a população negra e também para outros grupos minorizados, que tem muito a ver com as políticas setoriais, caminhem nesse sentido;
- que pensemos nos aspectos das áreas rurais da cidade e o território urbano;
- que pensemos na melhoria sócio-ambiental da cidade. A zona oeste tem uma história de receber pessoas que vêm de outras partes da cidade, em virtude de inúmeras remoções, inclusive, no período das Olimpíadas, configurando um quadro de populações pobres que vivem num ambiente que precisa de melhorias;
- que pensemos sobre o envelhecimento das comunidades tradicionais, como as comunidades pesqueiras, as comunidades quilombolas, as comunidades que também produzem economia, na perspectiva do patrimônio cultural. Temos poucas vilas culturais, poucas vilas de pescadores, poucos tombamentos referentes a essas comunidades na cidade. Isso poderia ser articulado com a idéia do turismo cultural, do turismo sustentável e das economias populares numa articulação que pode trazer muita riqueza para nós numa outra perspectiva;
- que pensemos na articulação da habitação com a questão da mobilidade, pois, o BRT trouxe avanços, mas, muitas perdas também, uma vez que a retirada de diversas linhas de ônibus fez surgir uma estrutura de transporte coletivo alternativo, como vans, em condições, muitas vezes precarizadas;

- que pensemos a cidade como um todo, pensando nos fundos e nos recursos, pois, os moradores e contribuintes já pagam um IPTU muito alto e, entretanto, muitas vezes essa riqueza não é distribuída igualmente;
- que as secretarias criem um programa em que os líderes comunitários sejam fiscais, para apoiar as associações de moradores, orientando nossas construções (puxadinhos), retomando o papel que as milícias e o tráfico assumiram;
- que pensemos na segurança alimentar e a produção agro-ecológica, pois, existem áreas na região das AP3 e AP5 para fazer isso; e
- que pensemos na proteção da Floresta do Camboatá e esse resquício de Mata Atlântica.

3.3.5.3. 09/06/2021 - 3ª Audiência Pública Temática: Economia Urbana

Realizada de maneira remota, através do aplicativo *Zoom* e com transmissão ao vivo pela plataforma de compartilhamento de vídeos *Youtube* (link da gravação: <https://www.youtube.com/watch?v=WF8pljk5x74>), o Município do Rio de Janeiro, através da Secretaria Municipal de Planejamento Urbano, realizou a 3ª Audiência Pública, cujo tema foi: Economia Urbana. Esta reunião teve a duração de 3:01 min (das 19h até às 22:01h) e contou com a participação de 81 (oitenta e um) participantes das três esferas do serviço público, de entidades classistas e da sociedade civil organizada. Destacaram-se as presenças de **Washington Fajardo** (então Secretário Municipal de Planejamento Urbano), **Mauro Osorio** (Economista e Doutor Professor da UFRJ), **Pedro Abramo** (Economista e Doutor Professor da UFRJ) e **Eugênia Loureiro** (Arquiteta, Urbanista, Doutora em Ciência da Informação e Gerente de Normas e Informações Urbanísticas da SMPU), estes três últimos fizeram apresentações iniciais, além de **Tarcísio Motta** (Vereador do PSOL) e **Luiz Roberto da Mata** (PGM).

A reunião foi secretariada pelo Diretor Executivo do IPP, **Carlos Krykhtine**, tendo como responsável pelo *chat*, **Rodrigo da Veiga** (IPP), e, como responsável pela ata, **Alberto Taveira** (SMPU).

As principais sugestões dos participantes, a maioria já englobada pelo texto da minuta, foram:

- que tenhamos uma política pública para habitação que dê conta dos vazios urbanos na Visconde de Niterói, na Avenida Brasil, na Leopoldo Bulhões, etc.;
- que as atividades econômicas devam estar sempre vinculadas a noções de planejamento de usos múltiplos compatíveis;
- que devemos colocar no Plano Diretor a estratégia do bairro como referência de planejamento, pois, existem relações de proximidade e de rede entre as pessoas que se perdem se elas tem que sair do seu território para morar em locais distantes. “Descobrimos” com a pandemia a distância à pé, com a conseqüente valorização do local, do bairro, para o atendimento das necessidades dos moradores e trabalhadores da região;
- que adotemos a economia circular, que já embasa as políticas públicas européias, e tem auxiliado no desenho de políticas públicas ambientais com foco no desenvolvimento sustentável a partir da crise econômica de 2008 e, atualmente,

num cenário de crise pandêmico, enxergando o duelo meio ambiente X desenvolvimento econômico;

- que o Rio de Janeiro se integre ao plano da Fundação Ellen MacArthur como uma cidade circular, pois, o Rio tem o talento e o dote para estar com estes outros centros urbanos na vanguarda cultural do desenvolvimento econômico sócio-ambiental;
- que incentivemos a criação de mais serviços, principalmente o comércio, nas regiões com maior vulnerabilidade e de programas de construção civil para redução do déficit de moradias;
- que a discussão sobre Moradia Inclusiva torne-se presente no Plano Diretor, como em praticamente todas as grandes cidades americanas – Nova Iorque, São Francisco, Washington, Boston, San Diego, Austin, etc. –, que tem instrumentos de moradia inclusiva, sobretudo em relação a introdução de cotas. Há uma vasta literatura consolidada sobre isso, e assegura que em Seul uma parte da solução do problema de informalidade urbana foi resolvido por uma política de cotas de moradia, onde todos os empreendimentos imobiliários previam cotas para famílias de baixa renda. O plano diretor de São Paulo tem um zoneamento de inclusão habitacional que se articula com as ZEIS, mas, que tem uma particularidade própria;
- que a discussão do zoneamento de inclusão habitacional entre de forma importante no debate, já que este é um instrumento muito usual em outros países e cidades;
- que consideremos a questão da agricultura, fundamental por uma série de fatores, principalmente, como importância estratégica no planejamento territorial da cidade, no sentido de preservar o território, além de sua importância na segurança alimentar e na revitalização da agricultura tradicional, não só a agricultura urbana praticada no município, mas, principalmente, na AP4 e na AP5;
- que delimitemos as áreas agrícolas existentes e demarquemos as potenciais, pois, isso é fundamental para a preservação e salubridade do território;
- que os ativos do Exército, que em última análise pertencem à população e são áreas públicas, sejam devolvidos para o uso da população, achando interessante sua sugestão de devolução destas para proteção ambiental para aliviar o excesso de adensamento da cidade. Uma dessas áreas é o Quartel do Leblon, um quarteirão, que mereceria, ao ser descontinuada, ser devolvida à população como área de contemplação e de lazer;
- que as boas intenções do Plano Diretor sejam materializadas nos seus parâmetros;
- que seja adaptado o discurso acerca da economia circular, até como estratégia de *marketing*, propagandeando o Rio como uma cidade que está na vanguarda do desenvolvimento sócio-ambiental. Estratégia importante para conseguir fundos internacionais de investimento, focados na economia circular, além de termos uma profusão de ESGs (*Environmental, Social and Governance*, ou Ambiental, Social e Governança, em português), principalmente a partir da pandemia, pois, seria importante se apropriar de seu discurso, de seus termos e de seus conceitos, posicionando estrategicamente o Rio como uma cidade-vitrine do Brasil, além de São Paulo, nesse assunto;
- que valorizemos o turismo e a cultura de base comunitária (comunidades tradicionais: pesqueiras, agrícolas e quilombolas), pois, vemos um processo de descentralização da cidade, tendo o centro ainda como área mais importante, mas, com o surgimento de outras centralidades nos bairros, valorizando essa economia que parece de pequena escala, mas, que é geradora de emprego e base cultural;

- que pensemos no crescimento na renda do turismo histórico e ecológico, ainda mais com os compromissos assumidos com o Rio+30, pois, a História do Brasil tem como cenário principal de vários de seus grandes atos a cidade do Rio de Janeiro, mas, não conseguimos gerar empregos e renda com isso. Não há placas informativas da história da cidade e os percursos turísticos são localizados apenas no centro e zona sul. O Rio de Janeiro é uma cidade global que não gera empregos com a divulgação de sua imagem;
- que o território agrícola seja garantido por lei ele, caso contrário ele não tem condições de competir com as outras atividades, pois, a atividade agrícola, principalmente a urbana e familiar, é muito frágil, sendo subsidiada no mundo inteiro, precisando dessa proteção do estado. A delimitação do território agrícola, bem como a possibilidade de sua expansão, servirá para manter estrategicamente a qualidade do território da cidade, ajudando a impedir o processo de metástase urbana de expansão horizontal indiscriminada, a que estamos submetidos hoje;
- que sejam revistos os lotes de 1000 (mil) m² para a agricultura tradicional, pois, com esta área não é possível produzir, e, portanto, eles têm que ser compatíveis com o corte que a atividade exige;
- que pensemos nos resíduos sólidos nas comunidades, pois, eles acabam afetando a qualidade da água em geral e de algumas atividades econômicas como a pesca, as rotas turísticas, além da saúde;
- que a coleta seletiva premiada poderia ser um aspecto importante da economia circular, com bom funcionamento nas comunidades;
- que pensemos no turismo de base comunitária, que promove a identidade cultural local e cita o exemplo de Olinda (PE); e
- que façamos programas de educação patrimonial capitaneados pela Prefeitura, através do IRPH, junto com as comunidades, e que estes seriam uma forma de ativar a economia urbana.

3.3.5.4. 14/06/2021 - 1ª Audiência Pública Híbrida: Área de Planejamento 1 (AP1) (4ª Audiência Pública)

Realizada de maneira remota, através do aplicativo *Zoom*, e presencial, na Sala Cecília Meirelles (Largo da Lapa, 47 - Centro), e com transmissão ao vivo pela plataforma de compartilhamento de vídeos Youtube (*link* da gravação: https://www.youtube.com/watch?v=7monh1QyQ_w), o Município do Rio de Janeiro, através da Secretaria Municipal de Planejamento Urbano, realizou a 1ª (primeira) Audiência Pública Híbrida Territorializada, referente a AP1 (Região Central), para divulgar e debater o Projeto de Lei Complementar para o novo Plano Diretor da Cidade do Rio de Janeiro. Esta reunião teve a duração de 3:20min (das 19h até as 22:20h) e contou com a participação de 38 (trinta e oito) participantes presenciais e 90 (noventa) participantes *online*, num total de 128 (cento e vinte oito) participantes das três esferas do serviço público, de entidades classistas e da sociedade civil organizada. Destacaram-se as presenças de **Washington Fajardo** (então Secretário Municipal de Planejamento Urbano), **Valéria Hazan** (Gerente da Gerência de Macroplanejamento da SMPU), **Andrea Pulici** (Coordenadora Técnica de Projetos do IPP) e **Thais Garlet** (Gerente da Gerência de Planejamento Local da AP1, da SMPU), estas três últimas fizeram apresentações iniciais, além de **Pedro Duarte** (Vereador do NOVO) e **Luiz Roberto da Mata** (PGM).

A reunião foi secretariada pelo Diretor Executivo do IPP, **Carlos Krykhtine**, tendo como responsável pelo *chat*, **Bruna Miceli** (SMPU), e, como responsável pela ata, **Daniele Soares** (SMH).

As principais sugestões dos participantes, a maioria já englobada pelo texto da minuta, foram:

- que a APA de Santa Teresa seja revista, sem alterar os parâmetros de preservação urbanística, porém, liberando atividades econômicas e de serviços nas ruas principais de acesso e circulação, como, Rua Almirante Alexandrino, Rua Joaquim Murtinho, Rua Murtinho Nobre, Rua Cândido Mendes, Rua Santa Cristina, Ladeira de Santa Teresa, Rua Hermenegildo de Barros, Rua Monte Alegre, Rua Paschoal Carlos Magno, Rua do Oriente e Rua Progresso;
- que sejam melhorados os acessos principais ao bairro de Santa Teresa via Glória, como as Ruas Cândido Mendes e Santa Cristina, promovendo mudanças no trânsito e no estacionamento de veículos;
- que seja reconhecida a vocação turística e cultural de Santa Teresa. A Lei nº 495, de 1984, preserva alguns aspectos importantes do bairro, mas, é também responsável pelo abandono dos casarões e da cultura própria, revertendo sua decadência social e urbanística;
- que seja consolidada a APA de Santa Teresa com a reconversão de usos voltada para atender demandas habitacionais, transformando os casarões em edificações multifamiliares, evitando o uso comercial, que traz sérios impactos viários a partir do adensamento das ruas, sobretudo com eventos noturnos e as dificuldades que geram, principalmente a poluição sonora;
- que seja feito o reflorestamento das encostas, a arborização urbana, a manutenção das praças e quintais públicos, a manutenção do mobiliário urbano histórico e o controle das obras irregulares nas encostas de Santa Teresa;
- que seja incentivado o turismo de base comunitária que empregue moradores que possam transmitir a história, a identidade e a cultura local;
- que o bairro do Caju se torne uma área de apoio industrial e logístico ao Porto do Rio de Janeiro, porém preservando os espaços urbanos, pois, este é o maior ponto de arrecadação de ICMS do Estado, é o maior ponto de geração de emprego por metro quadrado e é o maior ponto de arrecadação de ISS. A transformação do Caju em uma área de apoio logístico atrairia empresas, investimentos e mobilidade urbana para a região;
- que seja incluída a 1ª R.A., que abrange os bairros portuários, no Plano Reviver Centro já que apesar desses bairros terem sido impactados pelo Projeto do Porto Maravilha, recentemente foi admitido que o projeto falhou e avalia que ele não beneficiou de fato os moradores locais;
- que o Parque da Quinta da Boa Vista seja ser melhor aproveitado;
- que se dê atenção aos bondes de Santa Teresa, patrimônio tombado, cujos moradores do Largo das Neves estão sem o bonde Paula Matos já fazem dez anos. Esse meio de transporte popular, que é a cara de Santa Teresa, está tendo sua memória apagada. No local há somente uma linha de ônibus que atende a população, mas, que não funciona aos domingos e à noite;
- que se incluam praças verdes, tal como em Maricá, com hortas comunitárias;

- que os casarões abandonados em Santa Teresa, além do uso multifamiliar, também abriguem empórios comerciais, escritórios de *co-working* e pequenas fábricas domiciliares;
- que seja aberta a Rua Paschoal Carlos Magno aos domingos para circulação sem carros, trazendo até um comércio ambulante nesse dia, já que muitos moradores locais vivem da atividade comercial;
- que o espaço do Quarto Centenário possa funcionar como um hotel provisório para que pessoas provenientes das pequenas favelas, ainda em início de ocupação, sejam ali abrigadas enquanto se realizam obras de infraestrutura e de habitação social nesses locais;
- que se ocupe os edifícios públicos abandonados e deteriorados com atividades culturais, residenciais e comerciais, antes que estes sejam ocupados por grupos tóxicos da sociedade;
- que a zona portuária seja ocupada por edificações de uso misto ou residencial, evitando a construção de torres comerciais que não contemplam a visão e ocupação para o turismo e a cultura;
- que seja adotado um cinturão de segurança na região do Centro;
- que seja reativado o teleférico da Providência, que custou também a casa de muitas pessoas que moravam há vinte ou trinta anos na comunidade e há cinco anos não funciona, levando três anos para ficar pronto e com um tempo de operacionalização de pouco mais de um ano;
- que haja uma extensão do tempo de discussão do plano, com a finalização da Revisão somente após a vacinação contra a covid 19 da maior parte da população, conseguindo-se, assim, a exigência legal e insubstituível da participação da sociedade civil na discussão do Plano antes do envio para a Câmara;
- que exista a possibilidade de requalificar esses prédios abandonados através de processos com auto gestão e com participação ativa dos moradores, uma forma de se manter o controle e a garantia de permanência com qualidade, tal como a ocupação Manoel Congo, na Cinelândia, que teve sua requalificação com uso de recursos do Minha Casa Minha Vida Entidades;
- que, em relação ao Reviver Centro, seja feita uma revisão na questão da concessão de benefícios através da operação interligada, permitindo que os parâmetros edilícios dos bairros da AP-2 e AP-3 sejam excedidos, o que impactará na qualidade da ambiência urbana, pois, vários locais, como Ipanema, Leblon e Copacabana, estão na iminência de perder sua ambiência, inclusive sequência de edifícios, muitos deles sobrados; e
- que o fato de o Plano Diretor aplicar o IAT menor ou igual a 1 para toda a Cidade no sentido de recolher recursos para um fundo de urbanização, torna sem sentido e controversa essa operação interligada.

3.3.5.5. 15/06/2021 - 2ª Audiência Pública Híbrida: Área de Planejamento 2 (AP2) (5ª Audiência Pública)

Realizada de maneira remota, através do aplicativo *Zoom*, e presencial, no Planetário da Gávea (Rua Vice-Governador Rúbens Berardo, 100 - Gávea), e com transmissão ao vivo pela plataforma de compartilhamento de vídeos Youtube (*link* da gravação: <https://www.youtube.com/watch?v=W4i4C5oJXIA>), o Município do Rio de Janeiro, através

da Secretaria Municipal de Planejamento Urbano, realizou a 2ª (segunda) Audiência Pública Híbrida Territorializada, referente a AP2 (Zona Sul e Grande Tijuca), para divulgar e debater o Projeto de Lei Complementar para o novo Plano Diretor da Cidade do Rio de Janeiro. Esta reunião teve a duração de 3:13min (das 19h até as 22:13h) e contou com a participação de 22 (vinte e dois) participantes presenciais e 78 (setenta e oito) participantes *online*, num total de 100 (cem) participantes das três esferas do serviço público, de entidades classistas e da sociedade civil organizada. Destacaram-se as presenças de **Washington Fajardo** (então Secretário Municipal de Planejamento Urbano), **Valéria Hazan** (Gerente da Gerência de Macroplanejamento da SMPU), **Andrea Pulici** (Coordenadora Técnica de Projetos do IPP) e **Mariana Barroso** (Coordenadora de Planejamento Local da SMPU), estas três últimas fizeram apresentações iniciais, além de **Tarcísio Motta** (Vereador do PSOL), **Pedro Duarte** (Vereador do NOVO) e **Luiz Roberto da Mata** (PGM).

A reunião foi secretariada por **Julia Queiroz** (SMPU), tendo como responsável pelo *chat*, **Rodrigo da Veiga** (IPP), e, como responsável pela ata, **Juliana Couto (SMAS)**.

As principais sugestões dos participantes, a maioria já englobada pelo texto da minuta, foram:

- que, já que a captação de recursos é algo difícil frente ao cenário instável, político-econômico do país, ao invés do olhar “macro” desses grandes projetos, tenhamos uma condução mais “micro”, de iniciativas locais, mais eficazes, como, por exemplo, o aumento de incentivos, como o IPTU verde;
- que, já que a região tem uma grande demanda residencial, pleiteemos a transformação para uso residencial dos hotéis remanescentes da época das Olimpíadas que não foram finalizados, a fim de exercerem uma das funções sociais da propriedade, que é a habitação;
- que seja dada continuidade à Lei 136, em que existem alguns imóveis que foram da APAC de Botafogo, que não são tombados, apenas preservados e que estão em terrenos muito bons, que podem produzir empreendimentos, mas por conta da preservação a legislação do IPHAN engessa investimentos nesses imóveis;
- que seja feita a revisão da existência de recuos em Botafogo, viabilizando o alargamentos das ruas, como a São Clemente, pela demanda dos carros e possibilitando a construção que hoje não consegue ser executada porque as casas antigas não podem mais ser demolidas;
- que o Cosme Velho seja uma área restritiva e que sejam pensados quais usos poderiam ser permitidos para que a área tivesse um mínimo de dinamismo, já que o que está previsto é que ela se transforme numa ZRM, uma zona residencial multifamiliar, com o gabarito muito alto, e pelo Anexo 7, seriam 8 pavimentos naquela região;
- que a Praça Saens Peña tenha bares na Avenida Gabriela Prado Maia Ribeiro, como na Rua Nelson Mandela, em Botafogo, trazendo vida noturna na praia;
- que sejam trazidos cinemas como o Cinema Estação ou Itaú Cinemas, para a Praça Saens Peña, resgatando o histórico-cultural da Saens Peña, como terra do cinema;
- que seja melhorada a iluminação na Rua Haddock Lobo até o Maracanã;
- que sejam retirados do Jardim de Alah os grandes equipamentos da COMLURB e da Rio-Águas, (escavadeira e trator);
- que seja feito um mapeamento dos vazios e dos imóveis públicos da Prefeitura e dos outros entes públicos, com a necessidade de mostrar quais são e o que fazer

com eles e quais usos dar a eles. Precisamos saber sobre esses vazios e as áreas subutilizadas, e não apenas de casos emblemáticos, e que a primeira ação é ter um diagnóstico consolidado sobre isso, demarcar essas áreas e destinar usos a elas. Esses imóveis serem alienados para cobrir o caixa da Prefeitura;

- que seja feita uma demarcação das áreas vazias nas AEIS, pois não adianta falar que existe o instrumento de AEIS vazias e a Prefeitura, ano após ano, não demarcar;
- que tenha uma audiência pública para apresentação da minuta;
- que seja diminuída a restrição ao uso de caminhões em certos horários, pois as cooperativas de reciclagem têm dificuldade de atuar na área da AP2 e no Centro e que esses caminhões poderiam ter uma autorização especial para que pudessem prestar esse serviço, por serem áreas que estão mais dispostas a contratar particularmente a coleta seletiva;
- que pensemos, com relação a operação interligada Reviver Centro, que ela não é uma questão apenas de adensamento, é também uma questão de degradação da qualidade urbana nesses ambientes que restaram, como por exemplo a entrada da luminosidade natural, com uma perda significativa de qualidade de ambiência urbana nesses logradouros;
- que sejam devolvidos os espaços públicos à população, para ser um alívio à cidade;
- que, com relação à Grande Tijuca, ela seja toda incluída na mesozona de contenção ao adensamento, pois, a região não tem mais capacidade de suportar mais adensamento;
- que os debates sejam instrumentalizados, pois, não se consegue ver o mapa ou as informações colocadas. Devemos pensar nisso, pois, senão essas audiências públicas tornam-se apenas parte da burocracia para defender determinados interesses, mas, a audiência pública não pode ser apenas isso, tem que haver participação popular;
- que precisamos pensar num cronograma de retorno, para debater sobre os documentos apresentados;
- que seja incorporada a ideia do Plano Diretor de São Paulo dos espaços públicos de propriedade privada, e que possamos trazer isso também para o nosso Plano Diretor de forma a alterar a legislação urbanística, padrões edifícios e, em contrapartida, coloca-se o livre acesso público, desejando que isso possa se multiplicar pela cidade;
- que, sobre os imóveis e terrenos públicos (que a Prefeitura, assim como o Estado não conseguem ter um sistema que responda de forma rápida, quais estão abandonados ou que possuem uso ou não, dificultando a administração de seu parque imobiliário), a Prefeitura tenha um prazo de tempo para dar alguma destinação aos imóveis, e que, caso isso não aconteça, que ela tenha que fazer a alienação, inclusive os recursos podendo ir para o Fundo de Desenvolvimento Urbano, para que eles não fiquem tanto tempo abandonados e depredados;
- que, com relação a AP2, tenhamos a possibilidade de serem desmembrados os lotes muito grandes que não retratam mais a demanda imobiliária da cidade hoje;
- que seja possível a conversão de imóveis unifamiliares em imóveis multifamiliares, debatendo, bairro a bairro, pois, sabemos que a demanda por imóveis na zona sul é muito grande;
- que, sobre a questão dos terrenos do Metrô, que eles, como pagam IPTU, possam ter o IPTU Progressivo;

- que, na questão dos hotéis, não arranжемos solução ou uma lei para resolver o problema de empresários que não cumpriram o acordo, devendo-se negociar um retorno, demolindo e construindo no gabarito da legislação anterior;
- que, na questão dos hotéis, que a solução, que a lei previa era que, se não fossem concluídas as obras a tempo dos jogos, os imóveis teriam que ser demolidos, mas, a demolição de uma construção quase acabada ou acabada não é uma solução ambientalmente razoável, devendo-se pagar uma contrapartida. A transformação para uso residencial já seria uma outra questão, podendo acontecer em relação aos hotéis antigos, que estão obsoletos;
- que, sobre os recuos doados, eles possam ser utilizados para cálculo do potencial construtivo;
- que o Jardim Botânico tenha um PEU, pois, diversos bairros do Rio passaram por intervenções do Projeto Rio-Cidade e o Jardim Botânico não;
- que tenhamos cuidado com as calçadas, com a mobilidade, com os postes da Light que se repetem a cada 50m e seu emaranhado de fios;
- que o Metrô seja concluído;
- que as grandes residências na Gávea, que acabam ficando vazias, seja por problemas econômicos ou de segurança, tenham flexibilizado o seu uso, sem impactos no trânsito ou no meio ambiente;
- que seja tratada a ordenação da fiação em todas as ruas que não foram privilegiadas pelo Projeto Rio-Cidade;
- que seja contemplada alguma solução para fazer o trajeto do Metrô entre Tijuca e Zona Sul ficar mais rápido, mais direto;
- que a Tijuca seja tratada como um mini-centro, ressaltando seus polos gastronômicos, de comércio e serviços;
- que seja mitigada a questão dos alagamentos da cidade, que, mesmo com a execução de obras, ainda ocorrem;
- que o Plano Diretor pense na Tijuca como um lugar turístico, uma opção para se ficar e gerar essa mobilidade para os outros pontos turísticos da cidade; e
- que o cidadão possa fazer o monitoramento das políticas públicas, uma espécie de pós-Plano Diretor, para que possamos acompanhar de forma permanente e *online* como está o avanço do processo.

3.3.5.6. 16/06/2021 - 3ª Audiência Pública Híbrida: Área de Planejamento 3 (AP3) (6ª Audiência Pública)

Realizada de maneira remota, através do aplicativo *Zoom*, e presencial, no Parque Madureira (Arena Carioca Fernando Torres), localizado na Rua Soares Caldeira, 115 - Madureira, e com transmissão ao vivo pela plataforma de compartilhamento de vídeos Youtube (*link* da gravação: (<https://www.youtube.com/watch?v=F6wcCKfKTrE&t=1s>), o Município do Rio de Janeiro, através da Secretaria Municipal de Planejamento Urbano, realizou a 3ª (segunda) Audiência Pública Híbrida Territorializada, referente a AP3 (Zona Norte), para divulgar e debater o Projeto de Lei Complementar para o novo Plano Diretor da Cidade do Rio de Janeiro. Esta reunião teve a duração de 3:11min (das 19h até às 22:11h) e contou com a participação de 29 (vinte e nove) participantes presenciais e 75 (setenta e cinco) participantes *online*, num total de 104 (cento e quatro) participantes das três esferas do serviço público, de entidades classistas e da sociedade civil organizada. Destacaram-se

as presenças de **Washington Fajardo** (então Secretário Municipal de Planejamento Urbano), **Diego Vaz** (Subprefeito da Zona Norte), **Valéria Hazan** (Gerente da Gerência de Macroplanejamento da SMPU), **Andrea Pulici** (Coordenadora Técnica de Projetos do IPP) e **Maria Luiza Korenchender** (Gerente da Gerência de Planejamento Local da AP3, da SMPU), estas três últimas fizeram apresentações iniciais, além de **Luiz Roberto da Mata** (PGM).

A reunião foi secretariada por **Valéria Hazan** tendo como responsável pelo *chat*, **Felipe Mandarin** (IPP), e, como responsável pela ata, **Juliana Couto** (SMAS).

As principais sugestões dos participantes, a maioria já englobada pelo texto da minuta, foram:

- que discutamos a cidade na Conferência da Cidade;
- que sejam realizadas mais audiências públicas em outras áreas das Áreas de Planejamento, para popularizar o Plano Diretor;
- que pensemos nas mudanças climáticas não só em relação a Ilha do Governador, como outras áreas insulares do município;
- que alcancemos a meta de urbanização de favelas;
- que dotemos de praças o bairro de Ramos e de Madureira;
- que pensemos no perigo para a cidade real, da especulação imobiliária realizada por grandes incorporadoras e também pelas milícias;
- que pensemos na regularização das frações de terrenos, pois, se incentivarmos o remembramento, serão necessárias as escrituras ou fazer uma regularização fundiária especial, instituindo no plano diretor o REURB especial;
- que tenhamos um plano, como o Reviver Centro para a área do BROP (Bonsucesso, Ramos, Olaria e Penha);
- que reativemos as linhas de ônibus retiradas, repensando as formas de alimentação;
- que aumentemos os espaços cicloviários;
- que seja construído o Parque Municipal Nise da Silveira, no Engenho de Dentro;
- que tenhamos maior arborização na Zona Norte;
- que tenhamos um plano de moradia pública voltada à população de baixa renda;
- que tenhamos um processo de adensamento da AP3 bastante cuidadoso, resguardando todas as suas qualidades e ambiência;
- que aumentemos a oferta de equipamentos culturais nessa região, e não apenas em Madureira e Méier; e
- que pensemos na carência de amenidades urbanas na AP3, mas, também no seu entorno e na facilidade de locomoção até essas áreas.

3.3.5.7. 17/06/2021 - 4ª Audiência Pública Híbrida: Área de Planejamento 4 (AP4) (7ª Audiência Pública)

Realizada de maneira remota, através do aplicativo *Zoom*, e presencial, na Grande Sala da Cidade das Artes, localizado na Av. das Américas, 5.300 - Barra da Tijuca, e com transmissão ao vivo pela plataforma de compartilhamento de vídeos Youtube (*link* da gravação: (<https://www.youtube.com/watch?v=eGOBvt8G8NE>), o Município do Rio de

Janeiro, através da Secretaria Municipal de Planejamento Urbano, realizou a 4ª (quarta) Audiência Pública Híbrida Territorializada, referente a AP4 (Barra da Tijuca e Jacarepaguá), para divulgar e debater o Projeto de Lei Complementar para o novo Plano Diretor da Cidade do Rio de Janeiro. Esta reunião teve a duração de 3:19min (das 19h até às 22:19h) e contou com a participação de 31 (trinta e um) participantes presenciais e 82 (oitenta e dois) participantes *online*, num total de 113 (cento e treze) participantes das três esferas do serviço público, de entidades classistas e da sociedade civil organizada. Destacaram-se as presenças de **Washington Fajardo** (então Secretário Municipal de Planejamento Urbano), **Raphael Lima** (Subprefeito da Barra da Tijuca), **Talita Galhardo** (Subprefeita de Jacarepaguá a Zona Norte), **Valéria Hazan** (Gerente da Gerência de Macroplanejamento da SMPU), **Andrea Pulici** (Coordenadora Técnica de Projetos do IPP) e **Pedro Durão** (Gerente da Gerência de Planejamento Local da AP4, da SMPU), estes três últimos fizeram apresentações iniciais, além de **Luiz Roberto da Mata** (PGM).

A reunião foi secretariada por **Valéria Hazan** tendo como responsável pelo *chat*, **Silvio Coelho** (SMPU) e pelas inscrições para intervenções, presencialmente, **Theodoro Fuly** (IPP), além de ter, como responsável pela ata, **Alberto Taveira** (SMPU).

As principais sugestões dos participantes, a maioria já englobada pelo texto da minuta, foram:

- que seja permitido o desmembramento dos lotes abaixo da cota 60m, e que, como quase toda a Estrada do Joá está acima desta cota, seja pensada essa questão, em relação ao IPHAN e a Secretaria de Meio Ambiente;
- que sejam retomadas as obras de dragagem e das barragens de contenção do Rio Grande, na área da Taquara;
- que seja melhorada a sinalização e conservação nas estradas da Ligação, do Rio Grande, do Boiúna, nas proximidades das saídas da Linha Amarela;
- que seja colocada em prática a renaturalização dos rios, prevista no Plano Diretor de 2011;
- que, ao se aumentar o gabarito, seja feita uma avaliação prévia sobre o suporte da infraestrutura local para esse adensamento populacional;
- que pensemos sobre o adensamento que ocorrerá na região, com a construção de 2 empreendimentos da Construtora Tenda (Minha Casa Minha Vida), que gerarão 936 unidades habitacionais, além do Shopping Park Jacarepaguá, sem, ao que parece, nenhum estudo de impacto de vizinhança, comprometendo a já caótica mobilidade local;
- que seja construída a ponte projetada por Lúcio Costa, parte do Plano Piloto da Baixada de Jacarepaguá e que seja melhorada a mobilidade urbana do local e dado um acesso melhor à Barra da Tijuca, seja por essa ponte ou por uma estrada por trás do Shopping Via Parque, que em parte já está feita;
- que pensemos no adensamento ao longo dos corredores viários, como a Avenida das Américas e dos BRTs, bem como em outros trechos de logradouros importantes;
- que pensemos no aumento de 2 a 4º Celsius na temperatura mundial daqui a 8 ou 10 anos (dados da ong americana *Climate Central*) e que isso implicaria na subida das águas, tendo como consequência a quase total inundação da região da AP4, especialmente na orla da Barra e Recreio, além da baixada de Jacarepaguá;

- que pensemos nas áreas tombadas (como Pedra da Panela e Morro do Rangel, entre outras) que se acham num movimento contínuo e desordenado de ocupação pelas milícias, pelas favelas ou por ambos;
- que criemos unidades de conservação na região do Maciço da Tijuca e sua vertente voltada para Jacarepaguá, áreas com muitas construções e especulação imobiliária, inibindo seu adensamento;
- que definamos zonas que se desenvolvam em degradê, a partir dos eixos viários, com comércio e serviços, e para as periferias, residências e áreas de proteção ambiental, com menos adensamento populacional;
- que continuem os estudos de impacto de vizinhança da região do Canal do Anil, em Jacarepaguá, com propostas para os moradores/pescadores;
- que pensemos numa melhor drenagem e saneamento na região do Itanhangá;
- que seja construída uma segunda ponte para o Itanhangá, da Av. das Américas (atrás do Supermercado Extra) até a Av. Engenheiro Souza Fº, planejada a muito tempo, pois, os congestionamentos hoje são gigantescos no horário do *rush*;
- que seja ampliada a rede metro-ferroviária, com a Linha 4 do Metrô indo até ao Recreio;
- que seja pensado, apesar de não ser na AP4, um novo plano, tipo Lúcio Costa, para a região pós-túnel da Covanca;
- que seja repensado o PEU das Vargens, baseando-o no de 2009, que reconhece a região como de enorme impacto ambiental, paisagístico e social e nele seja criada uma Área Especial Interesse Ambiental, alé de que seja absorvida a proposta de Área de Proteção Permanente, da Secretaria de Meio Ambiente, endossada pelo Plano Popular das Vargens;
- que sejam construídas moradias para famílias de baixa renda na Taquara;
- que seja repensada a canalização do Rio Grande (onde há cerca de 400 moradias registradas em sua calha), com o cadastramento das famílias atingidas para depois ser feito o projeto;
- que sejam pensadas diretrizes para o transporte aquaviário nas lagoas da AP4, pois, o que existe não tem fiscalização, ordenação ou algum estudo sobre seu impacto ambiental na área;
- que, com relação à Segurança, seja repensada, sobretudo nas grandes avenidas e em seus pontos de ônibus uma iluminação ao nível do pedestre para que se resolva o problema, pois, neste logradouros as luminárias são muito altas e a arborização muitas vezes impede sua perfeita iluminação;
- que sejam repensados os antigos projetos, como os mergulhões da Avenida General Felicíssimo Cardoso, fronteiro ao Barrashopping; da Avenida Afonso Arinos de Melo Franco e da Associação Bosque Marapendi - ABM, para acabar com os nós viários ali existentes;
- que seja repensado o projeto de uma ligação, na Rua Jornalista Antonio Marinho, da Av. Sernambetiba com o Parque das Rosas;
- que lutemos não só pelos campos alagados das Vargens, mas, por toda a áreas de mangue da cidade que ainda sobrevivem, pois, são fundamentais para a defesa da floresta, desse fragmento importante de Mata Atlântica e, mais do que isso, para as fontes de água pura e potável, inclusive com influência importante na mitigação das emergências climáticas;
- que seja feito o desenho de uma unidade de conservação integral, de tipo zoológico, para os Campos de Sernambetiba, pois, para combater a extrema

vulnerabilidade social, água e agricultura são fundamentais para combater as ilhas de calor e as fortes inundações;

- que tenhamos um Rio sem Remoções (Despejo Zero);
- que seja defendida a agricultura urbana, com estudos de impacto de vizinhança e seus relatório autoaplicáveis;
- que sejam construídos espaços para equipamentos urbanos, como aqueles para a área da cultura para a Baixada de Jacarepaguá, assim como investimentos nos que já existem como, a Lona Cultural Jacob do Bandolim e o Espaço Cultural Vila Juça (sic), além da atual Biblioteca de Jacarepaguá que está sem teto, com seu acervo largado numa sala apertada e com risco de desabamento na Lona Cultural Jacob do Bandolim;
- que, agora, com a Freguesia sendo incluída na Macrozona de Controle e Requalificação, tenhamos uma Casa de Cultura incluída no Plano Diretor, que poderia abrigar essa biblioteca;
- que tenhamos, em relação à mobilidade urbana na AP4, o retorno do transporte pendular na área de Jacarepaguá, pois, a Baixada de Jacarepaguá possui mais de 1 milhão de moradores e, quase um toque de recolher extraoficial, com os ônibus parando de circular entre as 22 e 23h da noite. Os moradores têm que andar mais de 40 minutos entre suas casas e os pontos de ônibus mais próximos, precisando também que fazer, às vezes, 2 ou 3 baldeações para chegarem a seus destinos, principalmente os moradores das áreas mais periféricas. Além disso, apesar de estarem à cerca de 30 minutos das praias, não têm linhas de ônibus diretas para estas, sendo importante que o transporte público também dê acesso ao lazer;
- que seja pensada, pela fragilidade do sistema Vargens e de sua população, que sua ocupação seja restringida ao máximo;
- que sejam pensadas, no zoneamento das Vargens, áreas agrícolas; e
- que sejam repensados os grupamentos unifamiliares acima da cota 60m, que podem extrapolar para as encostas com cobertura vegetal. O exemplo de lotes de 10 mil m² permitiria a instalação de 10 unidades habitacionais, ou seja, de 10 áreas desmatadas, que somadas as ruas internas de ligação e acesso, aumentaria mais ainda o problema, podendo comprometer também a estabilidade das encostas.

3.3.5.8. 18/06/2021 - 5ª Audiência Pública Híbrida: Área de Planejamento 5 (AP5) (8ª Audiência Pública)

Realizada de maneira remota, através do aplicativo *Zoom*, e presencial, na Grande Sala da Cidade das Artes, localizado na Av. das Américas, 5.300 - Barra da Tijuca, e com transmissão ao vivo pela plataforma de compartilhamento de vídeos Youtube (*link* da gravação: (https://www.youtube.com/watch?v=N1hM_VN5pz0), o Município do Rio de Janeiro, através da Secretaria Municipal de Planejamento Urbano, realizou a 5ª (quinta) Audiência Pública Híbrida Territorializada, referente a AP5 (Campo Grande e Santa Cruz), para divulgar e debater o Projeto de Lei Complementar para o novo Plano Diretor da Cidade do Rio de Janeiro. Esta reunião teve a duração de 3:52min (das 19h até às 22:52h) e contou com a participação de 56 (cinquenta e seis) participantes presenciais e 80 (oitenta) participantes *online*, num total de 136 (cento e trinta e seis) participantes das três esferas do serviço público, de entidades classistas e da sociedade civil organizada. Destacaram-se as presenças de **Washington Fajardo** (então Secretário Municipal de

Planejamento Urbano), **William Coelho** (Secretário Municipal de Ciência e Tecnologia), **Valéria Hazan** (Gerente da Gerência de Macroplanejamento da SMPU), **Andrea Pulici** (Coordenadora Técnica de Projetos do IPP), **Pedro Duarte** (Vereador do Partido NOVO), **William Siri** (Vereador do PSOL) e **Felipe Manhães** (Gerente da Gerência de Planejamento Local da AP5, da SMPU), além de **Luiz Roberto da Mata** (PGM).

A reunião foi secretariada por **Valéria Hazan** tendo como responsável pelo *chat*, **Márcio Martins** (SMPU), além de ter, como responsável pela ata, **Daniele Soares** (SMH).

As principais sugestões dos participantes, a maioria já englobada pelo texto da minuta, foram:

- que seja pensada a questão da água, do saneamento e da defesa dos campos alagados que se estendem de Jacarepaguá até Santa Cruz;
- que revisemos a questão alimentar e a defesa das áreas agrícolas, destacando sua vizinhança de Santa Cruz com o polo industrial e que abandonemos as indústrias poluentes dando ênfase a empregos ligados à questão climática;
- que sejam pensadas medidas contra a violência sofrida pelas mulheres com estatísticas dos espaços onde as mulheres são violentadas na AP5, especialmente as mulheres negras (dados da pesquisa feita pela Geógrafa **Daniele Farias**) e que ampliemos os equipamentos de defesa aos direitos da mulher na região;
- que sejam pensadas as questões pertinentes à segurança alimentar e a agricultura familiar no Maciço da Pedra Branca, com grandes produtores de caqui e banana, entre outros, que vem sendo invisibilizada. A agricultura do Maciço da Pedra Branca vem impedindo que o local seja ocupado por novos condomínios e que hoje a preocupação é que esses produtores permaneçam em suas áreas;
- que seja dado o retorno recíproco das autoridades, na proporção do investimento que lhes é dado, através da segurança, da saúde, da cultura e dos demais setores, à Zona Oeste, região mais importante da cidade, a maior arrecadadora de impostos, com maior extensão territorial e com o maior colégio eleitoral;
- que sejam pensadas novas localizações para projetos habitacionais tipo Minha Casa Minha Vida (como os de Nova Sepetiba 1 e 2), que não em áreas agrícolas, pois, acarretam a chegada de uma população que não se identifica com os bairros e não preservam seu patrimônio histórico, além de gerar problemas de congestionamentos, pois, o inchaço populacional não veio acompanhado de infraestrutura;
- que seja pensada a grande importância econômica da área do Matadouro de Santa Cruz para o município do Rio de Janeiro desde o século XIX, deixando como herança para os dias de hoje a parte cultural, que não é valorizada pela Prefeitura ou pela sociedade, sofrendo esse patrimônio com invasões, falta de limpeza e manutenção, violência, ocupação irregular e depredação dos prédios históricos;
- que o Plano Diretor seja uma política de Estado e não de Governo, com a fundamental e ampla escuta aos moradores e que isso não ocorre, pois, somente em Campo Grande há 47 sub-bairros, completamente diferentes um dos outros;
- que seja repensado o projeto, tipo Minha Casa Minha Vida, nas terras do Ana Gonzaga, na Estrada do Cantagalo, uma rua sem saída, com aproximadamente cinco mil moradores, um lugar tranquilo e histórico, além do projeto que pretende fazer uma passagem de Inhoaíba para Santa Cruz, por dentro da localidade do Cantagalo;

- que tenhamos a continuidade do Programa Bairro Maravilha, para sanar os problemas de água, saneamento, transporte e pavimentação, na região de Cosmos e Paciência, principalmente na divisão entre a Estrada do Campinho e a Estrada da Paciência, que corta os bairros de Santa Margarida, 29 de Março, Conjunto Campinho e Palmares. Essas são áreas que dentro daquilo que se entende por desenvolvimento urbano, ainda não têm uma coleta de lixo, muito menos uma coleta seletiva;
- que seja pensado como praticar cultura, se questões mínimas de sobrevivência não foram ainda atendidas;
- que seja pensada a enorme dificuldade com transporte público na região, basicamente servida pelo trem e o sofrimento dos moradores para ter acesso ao BRT, pois, a situação vem piorando porque o transporte público não acompanha o crescimento da cidade;
- que sejam defendidas as águas dos mares, rios e principalmente dos mangues, que são exemplos de resiliência e produzem 95% dos alimentos que o homem utiliza;
- que seja feita a limpeza do Canal do Rio Piaí, o qual antigamente era chamado de Enseada das Garças e que hoje sofre alagamentos devido à grande presença de esgoto e materiais orgânicos;
- que sejam pensadas ações para uma maior oferta de empregos para a região, pois, o tempo gasto com locomoção é um dos principais fatores para uma maior qualidade de vida. A oferta de empregos local ajudaria o desenvolvimento, com a permanência de pessoas e do consumo na própria região, aumentando também a oferta de serviços e de cultura;
- que seja repensado o zoneamento para a APA da Serra da Capoeira Grande, especialmente na Estrada do Magarça, com a possibilidade de implantação de ecovilas nessas novas zonas, instrumentalizando alguma forma de cobrança de IPTU ecológico, já que na região há mais de 50% de áreas de preservação permanente, sem condições de aproveitamento edilício e com substancial diferença no valor do IPTU;
- que seja repensada a questão agrícola, que é fundamental para toda a região, sem a supressão dessas áreas em Santa Cruz, prevista pela LUOS, com sua delimitação em Lei, não só daquelas já existentes, mas, também, daquelas potencialmente vocacionadas para a agricultura. As áreas agrícolas tem importância estratégica para a ocupação do território como elemento de controle, sem falar da importância enorme dessa atividade para a população e para o município. O Plano Diretor tem que considerar o território da cidade como urbano e rural, pois, a atividade agrícola é frágil e necessita de proteção. A agricultura tradicional de escala tem que ter sua permanência e ampliação garantidas no território municipal;
- que sejam repensados os parâmetros de ocupação do território na AP5, que não podem impactar a qualidade da ambiência urbana nem a do ambiente natural, além das áreas frágeis sujeitas à inundação, que não podem ser ocupadas;
- que sejam repensados o saneamento e o esgoto da região, que, com a ocorrência de chuvas, gera inundação e a proliferação de doenças;
- que seja feito um projeto para a despoluição das lagoas da Barra, da Lagoa Rodrigo de Freitas e dos mananciais, pois, nossas lagoas e nossos mares são a grande fonte de oxigênio, assim, de que adianta fazer um projeto para aumentar as florestas se continuamos poluindo as lagoas, os rios e o mar;
- que seja pensado um tipo de expansão agrícola sem desmatamento;
- que sejam implementados BRT's elétricos;

- que seja projetada uma rodoviária ao lado da Rua Campo Grande próxima à linha do trem, que reuniria todos os ônibus que se aglomeram na estação, além dos ônibus intermunicipais que ficam no entorno do mercado São Tiago;
- que sejam projetados espaços de lazer e cultura na região, com a reestruturação real de todas as praças da AP5, no estilo da Praça Guilherme da Silveira, em Bangu, colocando nelas estruturas para eventos culturais e modalidades esportivas além do futebol, o que proporcionaria a geração de empregos e estimularia a circulação de pessoas, podendo ser um atrativo para o surgimento de novos pólos gastronômicos nos bairros;
- que seja pensada a criação de um Centro de Operações na Zona Oeste, para fiscalizar de forma mais ágil, sendo interligado aos Batalhões de Polícia para melhorar a questão da segurança pública;
- que seja criada uma malha cicloviária em Campo Grande ligada a um bicicletário público e seguro, gerido pela Prefeitura e localizado próximo à estação;
- que seja pensada a reestruturação da Avenida Brasil com a instalação de empresas voltadas ao conhecimento, o que causaria menor impacto ambiental;
- que seja instalado um novo Ceasa para escoamento da produção agrícola da região;
- que seja repensado o projeto para a Floresta de Camboatá, que fica no limite entre a AP3 e a AP5, no qual a implantação do novo autódromo preserve a floresta, pois, a Floresta do Camboatá abriga três lagos que absorvem as águas das chuvas;
- que sejam repensados os fluxos de transporte, empregabilidade e cultura e a mobilidade para a região, algo inegociável, pois, não há sentido em se pensar a Zona Oeste sem proporcionar acessibilidade a todo o sistema de transportes, com um grande impacto que essa precariedade causa na vida das pessoas desde a primeira infância, na medida em que os pais, por necessidade, passam um tempo maior ausentes;
- que sejam repensadas as áreas verdes e as unidades de conservação como necessidades socioambientais devido à situação de emergência climática que vivemos. Há diversas problemáticas ambientais na região da Zona Oeste, com povoados e comunidades costeiras sendo afetadas pelos efeitos das mudanças climáticas. As áreas de proteção ambiental devem ter uso sustentável. As unidades de conservação tem que ter planos de manejo para que não haja perda de biodiversidade;
- que seja retirada a estação do BRT do Centro de Santa Cruz, pois, a praça é muito importante para os moradores locais, bem como o retorno das linhas de ônibus importantes do transporte público;
- que seja construída uma Delegacia da Mulher e da Criança;
- que seja implantada uma Escola Técnica em Realengo;
- que seja implantado o Parque Verde de Realengo; e
- que seja pensada a expansão do Metrô até a Zona Oeste.

3.3.5.9. 09/08/2021 - 9ª Audiência Pública: Minuta do Projeto de Lei Complementar para o novo Plano Diretor da Cidade do Rio de Janeiro

Realizada de maneira remota, através do aplicativo *Zoom*, com transmissão ao vivo pela plataforma de compartilhamento de vídeos Youtube (*link* da gravação:

(https://www.youtube.com/watch?v=Ud3788Dik_Y), o Município do Rio de Janeiro, através da Secretaria Municipal de Planejamento Urbano, realizou a 9ª (nona) Audiência Pública para divulgar e debater a Minuta do Projeto de Lei Complementar para o novo Plano Diretor da Cidade do Rio de Janeiro. Esta reunião teve a duração de 3:34min (das 19h até às 22:34h) e contou com a participação de 154 (cento e cinquenta e quatro) participantes *online* das três esferas do serviço público, de entidades classistas e da sociedade civil organizada. Destacaram-se as presenças de **Luis Gabriel Denadai** (Coordenador Geral de Planejamento e Projetos da SMPU), **Carlos Krykhtine** (Diretor Executivo do IPP), **Andrea Pulici** (Coordenadora Técnica de Projetos do IPP), **Márcio Martins** (Coordenador do Escritório de Planejamento e Metas), **Valéria Hazan** (Gerente da Gerência de Macroplanejamento da SMPU), **Mariana Barroso** (Coordenadora de Planejamento Local, da SMPU), **Thaís Garlet** (Gerente da Gerência de Planejamento Local da AP1 e da AP2, da SMPU), **Maria Luiza Korenchandler** (Gerente da Gerência de Planejamento Local da AP3, da SMPU), **Pedro Durão** (Gerente da Gerência de Planejamento Local da AP4, da SMPU), **Felipe Manhães** (Gerente da Gerência de Planejamento Local da AP5, da SMPU), **Laura Di Blasi** (Presidente do IRPH), **Pedro Duarte** (Vereador do Partido NOVO), além de **Luiz Roberto da Mata** (PGM).

A reunião foi secretariada por **Valéria Hazan**, tendo como responsável pelo *chat*, **Bruna Miceli** (SMPU), além de ter, como responsável pela ata, **Alberto Taveira** (SMH).

Valéria Hazan fez um preâmbulo, historiando o escopo do trabalho realizado para essa revisão ao longo do tempo. Informou que a revisão do Plano Diretor iniciou-se em 2018 com discussões no âmbito do Comitê Técnico de Acompanhamento do Plano Diretor – CTPD, formado por técnicos municipais de mais de 20 órgãos e secretarias, que realizaram um extenso diagnóstico setorial da cidade, publicado em nossa plataforma.

Ao longo de 2019 e 2020, foram realizadas diversas reuniões semanais com entidades da sociedade civil convidadas a participar desse processo, nas quais foram debatidos diversos temas, ampliando e incorporando propostas à revisão. Em 2021 foram feitas, durante o primeiro semestre e a partir do edital de chamamento público, reuniões com 111 entidades da sociedade civil, que se inscreveram e foram distribuídas em 6 grupos de trabalho, conforme suas preferências e expertises. Todo esse trabalho gerou uma massa crítica de informações e também uma minuta preliminar do projeto de lei de revisão do Plano Diretor.

Durante o mês de junho de 2021 foram realizadas, ainda sem a minuta definitiva, 8 audiências públicas: 3 temáticas (*online*) e 5 híbridas (*online* e presencial), estas em cada uma das Áreas de Planejamento da Cidade. Por fim, na data de 09/08/2021 foi realizada a última audiência (*online*), sobre a minuta do Plano Diretor, perfazendo 9 audiências públicas, à saber:

- 1ª Audiência Pública (*online*) - Temática sobre CLIMA e MEIO AMBIENTE (07/06/2021);
- 2ª Audiência Pública (*online*) - Temática sobre VULNERABILIDADES SOCIAIS (08/06/2021);
- 3ª Audiência Pública (*online*) - Temática sobre ECONOMIA URBANA (09/06/2021);
- 4ª Audiência Pública (híbrida: *online* / presencial) - sobre as áreas de planejamento da cidade – AP1 (Centro e Paquetá) (14/06/2021);

- 5ª Audiência Pública (híbrida: *online* / presencial) - sobre as áreas de planejamento da cidade – AP2 (Tijuca e Zona Sul) – 15/06/2021;
- 6ª Audiência Pública (híbrida: *online* / presencial) - sobre as áreas de planejamento da cidade – AP3 (Zona Norte) – 16/06/2021;
- 7ª Audiência Pública (híbrida: *online* / presencial) - sobre as áreas de planejamento da cidade – AP4 (Jacarepaguá e Barra da Tijuca) – 17/06/2021; e
- 8ª Audiência Pública (híbrida: *online* / presencial) - sobre as áreas de planejamento da cidade – AP5 (Zona Oeste) – 18/06/2021; e, por fim, esta;
- 9ª Audiência Pública (*online*) - sobre a MINUTA DO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR PARA O NOVO PLANO DIRETOR (09/08/2021)

É importante ressaltar que durante todo o processo houve outras formas de participação técnica e popular, além das reuniões dos 6 grupos de trabalho e das audiências públicas, através:

- do canal **Contribua !** - onde foram recebidas mais de 400 contribuições, todas respondidas por nossos técnicos. Infelizmente, após a publicação da minuta, recebemos apenas 10 novas contribuições, mas, esse canal continuou aberto para o recebimento de críticas e o contínuo aprimoramento da minuta;
- de 2 (duas) enquetes, com a adesão de cerca de 15 mil pessoas; e
- de 1 (uma) jornada, em parceria com o *ColaB Comunitas*.

Assim, o processo para a revisão do Plano Diretor veio sendo trabalhado já a bastante tempo, estando atualmente na fase de aprimoramento da minuta que, levada ao COMPUR antes dessa audiência, também recebeu críticas e sugestões, o que proporcionou uma reestruturação em sua organização, após o que, foi reapresentada ao COMPUR. Em seguida, o Prefeito **Eduardo Paes** fez, juntamente com o Secretário Municipal de Planejamento Urbano **Washington Fajardo**, uma apresentação desta minuta, reorganizada, aos Vereadores.

Esse projeto de lei esteve também, em análise pela Procuradoria Geral do Município, cujo Procurador **Luiz Roberto da Mata** observou de perto todo o processo de trabalho, e acompanhou esta audiência para dirimir qualquer dúvida no âmbito jurídico.

Oportunamente o Prefeito encaminhará esse projeto de lei à Câmara dos Vereadores, onde ele seguirá o rito processual normal, com a ampliação do debate democrático.

Luis Gabriel Denadai fez uma apresentação detalhada sobre a proposta de Minuta do Projeto de Lei Complementar para o novo Plano Diretor da Cidade do Rio de Janeiro, com duração de cerca de 40min., cujo conteúdo integral foi publicado em nosso *site* (<https://planodiretor-pcrj.hub.arcgis.com/pages/audiencias#tematicas>).

Após a apresentação foi aberta a palavra para os debates, questionamentos e intervenções dos participantes, por blocos de 5 intervenções de 3 minutos cada, inscritos pela ordem, com as perguntas e dúvidas sendo respondidas por **Luis Gabriel Denadai**, **Valéria Hazan**, **Mariana Barroso**, **Thais Garlet**, **Maria Luiza Korenchender**, **Pedro Durão**, **Felipe Manhães** e **Brasiliano Vito Fico**.

3.4. A compatibilização da minuta com outros planos, leis e propostas

3.4.1. O Plano de Desenvolvimento Sustentável e Ação Climática e a Nova Agenda Urbana da ONU



Fig. 51 - Print da aba sobre o PDS e o PAC, cujo link é <https://www.rio.rj.gov.br/web/planejamento/pds>



Fig. 52 - Print da capa da Nova Agenda Urbana da ONU, cujo link é <https://habitat3.org/wp-content/uploads/NUA-Portuguese-Brazil.pdf>

O texto do PLC 44/2021 se alinha ao Plano de Desenvolvimento Sustentável - PDS e à Nova Agenda Urbana da ONU, fazendo menção direta aos mesmos, desde seus Princípios, Objetivos e Diretrizes da Política Urbana, a saber:

- Art. 3º - A política urbana será implementada com base no cumprimento dos seguintes princípios:
 - I – alinhamento com os preceitos da Agenda 2030 e seus Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – ODS, e aos princípios e diretrizes da Nova Agenda Urbana da Organização das Nações Unidas – ONU, desenvolvidos no Plano de Desenvolvimento Sustentável da Cidade do Rio de Janeiro – PDS;

Este princípio se consolida em diversos objetivos e diretrizes da Política Urbana também dispostos no Título I do PLC.

A relação com o PDS se amplia no Título II, quando trata da Estrutura Urbana Básica, expressa no Art. 45, conforme reproduzido a seguir:

- Art. 45 - A Estrutura Urbana Básica é composta pelos elementos territoriais que condicionam e caracterizam a ocupação urbana, que no Município do Rio de Janeiro é formada por:
 - I – ambiente natural, composto por áreas não urbanizadas e constituído pelos maciços e baixadas, florestas urbanas, manguezais, faixas litorâneas e a rede hidrográfica;
 - II – Corredores de Sustentabilidade, conforme definidos no Plano de Desenvolvimento Sustentável e Ação Climática, Decreto Rio nº 48.940, de 04/06/2021, e suas revisões; e
 - III – ambiente construído,

Os Corredores Verdes e Azuis, que compõem os Corredores de Sustentabilidade do PDS foram mapeados e incorporados nas Macrozonas de Proteção Integral e de Uso Sustentável. Também constam no zoneamento em Zonas de Conservação Ambiental.

Muitas das ações estruturantes propostas pelo PDS foram transpostas no Anexo I, como parte das ações das políticas setoriais.

Com todas essas ações, pretende-se de fato integrar o planejamento territorial de médio e longo prazo do Município.

3.4.2. O Plano Municipal de Habitação de Interesse Social - PMHIS



Fig. 53 - Print da capa do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social, cujo link é http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/6165511/4162114/pmhis_

Introdução

A moradia é direito social estabelecido na Constituição Federal e na Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro. Ao mesmo tempo é um componente estratégico para o planejamento das cidades. O direito à cidade e a defesa da função social da propriedade, aliados à democratização da gestão urbana, assegurados pelos artigos 182 e 183 da Constituição Federal de 1988 e posteriormente pelo Estatuto da Cidade, são os princípios que fundamentam a atuação do poder público para prover acesso à moradia digna para a população, notadamente àquela em situação de vulnerabilidade social.

O Plano Municipal de Habitação de Interesse Social - PMHIS é o instrumento norteador para que se construa um conjunto de objetivos, metas, diretrizes e planos de ação e intervenção para o setor habitacional, sendo fundamental para a implementação da Política Habitacional e a integração urbana, sobretudo, dos assentamentos precários. Além disso, é o requisito básico de adesão ao Sistema Nacional de Habitação - SNH e acesso aos recursos do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social - FNHIS, um dos componentes de receita do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social - FMHIS.

O primeiro Plano Municipal foi aprovado pelo Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social - CGFMHIS, em 2012, com base nos princípios e diretrizes do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Sustentável - PDDUS, do Município do Rio de Janeiro, instituído pela Lei Complementar nº 111, de 2011.

O processo de elaboração do novo PMHIS, com o incremento da Lei Complementar nº 201, de 2019, tem como base as orientações, diretrizes e objetivos nela estabelecidos em consonância com os demais planos de estruturação da política urbana e de formulação estratégica.

No PLC 44/2021, a Política de Habitação é apresentada no Título I, tendo por objetivo a redução do déficit e da inadequação habitacional. São apresentados os programas prioritários para cumprir esse objetivo, com o entendimento da necessidade de detalhamento através da execução do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social.

O PLC 44/2021 traz ainda instrumentos para viabilizar as ações da política de habitação e da política de regularização urbanística e fundiária, como a Outorga Onerosa do Direito de Construir, a Arrecadação de Imóveis, o PEUC entre outros previstos no Título III - Dos Instrumentos da Política Urbana.

Visando ampliar a compreensão sobre a complementaridade com o PLC 44/2021, são apresentados a seguir os encaminhamentos sobre o PMHIS propostos pela equipe da Secretaria Municipal de Habitação, órgão gestor da política habitacional no Município.

Objetivo do PMHIS

O objetivo do novo PMHIS é elaborar estratégias visando a organização da política pública habitacional na Cidade do Rio de Janeiro, articulada às políticas nacional e estadual de habitação, coadunado ao Plano Diretor, que é o instrumento básico da política urbana e é parte integrante do processo de planejamento do Município, orientando as ações dos

agentes públicos e privados e as prioridades para a aplicação dos recursos orçamentários e dos investimentos.

Nesse intuito, há que observar ainda a agenda dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas - ODS, na perspectiva de equacionar o déficit e a inadequação habitacional no município, estabelecendo as metas, as linhas programáticas e as ações para o horizonte temporal do PMHIS até 2030, definindo os instrumentos necessários para alcançá-las, em coordenação com os agentes públicos e privados e as instâncias de representação da sociedade civil. O plano de ação do PMHIS deve ser revisado nos períodos de abrangência dos Planos Plurianuais - PPA, considerando os processos de monitoramento e avaliações sistemáticas.

Além disso, a pandemia evidenciou a necessidade de intervir sobre os fatores determinantes da saúde no espaço construído. Nesse sentido, o novo plano deverá pautar-se na articulação da política de habitação com as políticas de saúde, meio ambiente e infraestrutura urbana, visando a formação de alianças intersetoriais, de forma integradora e multidisciplinar, valorizando em todo o processo a participação comunitária para enfrentamento das questões relacionadas ao ambiente urbano e habitação saudáveis.

Grupo de Trabalho

Segundo o que expressa a LC nº 201/2019, o primeiro passo na construção do PMHIS é a elaboração de uma metodologia para a sua execução.

Sendo assim, um Grupo de Trabalho foi instituído pela Resolução “P” SMH nº 271, de 16/12/2021, e alterado pela Resolução “P” SMH nº 021 de 11/02/2022, para o desenvolvimento da metodologia de revisão do PMHIS, a ser submetida à análise e aprovação do CGFMHIS. A LC nº 201/2019 estabelece que em caso de ausência do Conselho Municipal de Habitação o mesmo poderá ser substituído pelo Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social para a aprovação da metodologia.

O grupo, composto por técnicos representantes da Secretaria Municipal de Habitação - SMH, contando com a participação de representantes do Instituto Pereira Passos - IPP, realizou discussões ao longo dos meses de janeiro e fevereiro de 2022. Como resultado, foi estruturada a metodologia seguindo as orientações expressas na Lei Complementar e consolidado neste documento.

Este GT também está elaborando um pré-diagnóstico que será apresentado no CGFMHIS, seguindo o rito estabelecido nesta metodologia, e que será apresentado e discutido com os representantes da sociedade civil nas futuras oficinas temáticas, distribuídas por Áreas de Planejamento - APs.

O GT também consolidará todos os textos pertinentes às discussões sobre o Plano de Ação, assim como o documento final do PMHIS, a ser aprovado pelo CGFMHIS.

Orientações estabelecidas na LC nº 201/2019, para elaboração do PMHIS

A proposta metodológica é a base para o desenvolvimento de todo o PMHIS. Deve estabelecer as referências principais para o plano, como o horizonte temporal, os prazos de revisão, a articulação com os planos estadual e nacional, o cronograma para o desenvolvimento do trabalho, as suas etapas, o processo participativo adotado, a articulação entre os produtos parciais, a estrutura da proposta final do plano, assim como o monitoramento e avaliação dos resultados.

Diante disso, seguindo as orientações expressas na referida Lei, devem ser observados na metodologia:

1. Processo Participativo

Garantir a participação da sociedade civil, através das instâncias representativas e do debate com a sociedade, contribuindo para a gestão democrática em todas as suas etapas de elaboração, implementação e monitoramento.

2. Ampla Divulgação

Ampla divulgação do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social, o que inclui a disponibilização na página eletrônica da SMH e da Prefeitura para divulgação de todas as atividades e documentos referentes ao plano e publicação no Diário Oficial do Município; a articulação com as secretarias que possuem maior capilaridade na cidade através de seus equipamentos (SMS, SME, SMAS,...); bem como com as lideranças comunitárias. As etapas que envolvem a participação da sociedade civil, como oficinas, audiências e consultas públicas devem ser precedidas de convocação, com pelo menos vinte dias de antecedência, assim como a publicização dos documentos, temas e elementos para discussão.

3. Diagnóstico da Política Habitacional

Estruturação de um escopo de diagnóstico abordando os temas que tratam do déficit e da inadequação habitacional; da vulnerabilidade socioambiental; e da infraestrutura urbana, entre outros temas indicados na LC nº 201/2019, conforme abaixo:

Eixo I - Diagnóstico do déficit habitacional e das habitações inadequadas, bem como de seus componentes, incluindo a distribuição geográfica dentro da cidade;

Eixo II - Diagnóstico das habitações em área de risco, incluindo mapas com as fontes de risco habitacional;

Eixo VI - Diagnóstico das comunidades tradicionais;

Eixo III - Diagnóstico da existência e funcionamento das infraestruturas e serviços urbanos;

Eixo V - Diagnóstico dos imóveis vazios ou subaproveitados, incluindo identificação de imóveis que podem ser utilizados para fins habitacionais, explicitando natureza do proprietário (privado, Município, Estado ou União);

Eixo IV - Diagnóstico das habitações sem regulamentação urbanística ou fundiária;

Eixo VII - Diagnóstico das Áreas de Especial Interesse Social; e

Eixo VIII - Diagnóstico dos conjuntos e condomínios habitacionais de baixa renda.

4. Plano de Ação

A partir do diagnóstico, elaborar a proposição dos eixos de discussão para o debate público, a estruturação das linhas programáticas, visando a estruturação dos programas e

a definição das metas de curto, médio e longo prazo. Os planos de ação devem obrigatoriamente apontar para a universalização do direito à habitação digna.

As linhas programáticas propostas de maneira preliminar seguem abaixo e ainda serão amplamente discutidos e incrementados a partir do diálogo com a sociedade civil:

Eixo 1 - Planejamento, Gestão e Desenvolvimento Institucional (instrumentos para efetividade à função social da propriedade);

Eixo 2 - Provisão de Moradia (incluir ATHIS);

Eixo 3 - Moradia Social;

Eixo 4 - Intervenção em Assentamentos Precários;

Eixo 5 - Financiamento da Política Municipal de Habitação de Interesse Social (Fontes de Recurso)

5. Monitoramento e avaliação

Permitir mecanismos de avaliação anual do PMHIS, através de relatório de acompanhamento da política habitacional, entre outros instrumentos.

Proposta de vigência do PMHIS e Coordenação Geral de Elaboração do PMHIS

Com base nas orientações expressas na Lei Complementar nº 201/2019, a proposta metodológica considera:

- O PMHIS terá a vigência de 8 anos, no qual o plano de ação, vinculado ao PPA, deverá ser revisto a cada 4 anos;
- No arranjo institucional definido para a elaboração do PMHIS a coordenação geral cabe a Secretaria Municipal de Habitação, com o apoio institucional do Instituto Pereira Passos. O Grupo de Trabalho, instituído pela Resolução “P” SMH nº 021 de 11/02/2022 é o ponto focal e responsável pela execução das etapas de elaboração do PMHIS;
- Conforme estabelecido na LC nº 201/2019, cabe ao CGFMHIS acompanhar e fiscalizar o processo de elaboração do plano, devendo ser informado e consultado ao longo das etapas; e
- A participação da sociedade civil para além do CGFMHIS é garantida no processo de elaboração do PMHIS através das consultas públicas, das oficinas técnicas de discussão sobre o diagnóstico e sobre o Plano de Ação, assim como nas discussões de cada produto nas audiências públicas.

3.4.3. A Lei Complementar nº 229/21 (Reviver Centro)



Fig. 54 - Print de parte da aba sobre o Reviver Centrol, cujo link é <https://reviver-centro-pcrj.hub.arcgis.com/>

O Reviver Centro é um plano de recuperação urbanística, cultural, social e econômica da região central da Cidade do Rio de Janeiro, elaborado no início de 2021 e aprovado como [Lei Complementar nº 229](#) em 14/07/2021, durante o período de discussão da revisão do Plano Diretor.

O maior objetivo deste plano é atrair novos moradores, aproveitando as construções existentes e os terrenos que estão vazios há décadas em uma área da cidade com infraestrutura e patrimônio cultural de sobra. A criação de novas áreas verdes, o estímulo à mobilidade urbana limpa e a ativação do espaço público através da arte também fazem parte da proposta. Suas características fundamentais estão descritas a seguir:

- Incentivos à reconversão e conservação das edificações existentes e à produção de unidades residenciais na área da II Região Administrativa - II R.A., bairros do Centro e Lapa,
- Contempla um conjunto de programas e projetos:
 - I - Programa de Locação Social;
 - II - Programa de Moradia Assistida;
 - III - Programa de Esculturas e Arte Urbana;
 - IV - Programa de Conservação Crítica dos Monumentos;
 - V - Distrito de Baixa Emissão;
 - VI - Distrito de Conhecimento do Centro;
 - VII - Distrito da Vivência e Memória Africana no Rio de Janeiro;
 - VIII - Programa de Autogestão.
- Se coaduna com os objetivos e diretrizes do Plano de Desenvolvimento Sustentável e Ação Climática - PDS
- Deve ser revisto a cada dois anos.

Tendo em vista a aprovação desta Lei no período de elaboração da revisão do Plano Diretor, todas as prerrogativas nele previstas foram assimiladas no que diz respeito ao uso e ocupação do solo e contrapartidas devidas através de Operação Interligada.

3.4.4. A Lei Complementar nº 232, de 07/10/2021 (Lei da Reconversão)

A [Lei Complementar nº 232](#), aprovada em sete de outubro de 2021, estabelece condições especiais de incentivo para reconversão de imóveis protegidos e de edificações existentes, regularmente construídas e licenciadas.

Veio regulamentar a matéria da reconversão já prevista nos capítulos VI e VII da [Lei Complementar nº 198/2019](#), que instituiu o COES - Código de Obras e Edificações Simplificado do Município do Rio de Janeiro.

A reconversão de imóveis vazios, subutilizados, preservados ou tombados é citada em outros trechos do projeto de lei de revisão do Plano Diretor, associada às políticas de estímulo ao uso residencial, ocupação de vazios urbanos e recuperação do patrimônio

cultural visando a conservação e inserção dos imóveis tombados e preservados à dinâmica urbana.

Como o conteúdo da LC 232/2021 foi exaustivamente debatido, visto que sua primeira versão foi formulada através do PLC 85/2012, todos os preceitos nela previstos sobre a reconversão de imóveis foram assegurados na revisão do Plano Diretor.

Conforme explicitado no Título VII, Capítulo I, o artigo 455 estabelece que as condições especiais de incentivo à reconversão de imóveis tombados, preservados e de edificações existentes, regularmente construídas e licenciadas, definidas em norma específica, prevalecem sobre o disposto na Lei Complementar que estabelece o novo Plano Diretor. Como o envio da revisão do projeto de lei do Plano Diretor à Câmara Municipal precedeu a aprovação da LC 232/21, não foi mencionada a numeração da mesma.

3.5. A consolidação da minuta do Projeto de Lei Complementar

Após a finalização das discussões nos Grupos de Trabalho, no COMPUR e nas Audiências Públicas, a equipe técnica da SMPU consolidou a primeira versão de minuta do projeto de lei complementar e a disponibilizou na plataforma planodiretor.rio.

As apresentações e discussões no âmbito do COMPUR prosseguiram, conforme já relatado neste relatório.

Ao longo do mês de julho a equipe técnica da SMPU recebeu ainda contribuições através do canal Contribua! da plataforma, também já relatado em tópico anterior. Foram feitos ajustes técnicos e a minuta do Projeto de Lei Complementar foi encaminhada à Procuradoria Geral do Município - PGM - pelo então Secretário Municipal de Planejamento Urbano em 27 de julho de 2021 para análise e validação.

Nesta data, esta mesma versão da minuta do projeto de lei e seus anexos foram disponibilizados na plataforma planodiretor.rio.

Após minucioso exame, a Procuradoria Geral do Município (PGM) encaminhou à SMPU a [Manifestação Técnica](#) do i. Procurador Luiz Roberto da Mata, da PG/PADM, sobre o projeto de lei, datada de 20 de agosto de 2021. O destaque nesta manifestação técnica foram as ponderações que dizem respeito a aspectos do próprio conteúdo da revisão do Plano Diretor, que ainda que expresse desejos da sociedade civil, podem entrar em conflito com o ordenamento jurídico que dá os contornos da revisão.

Em seguida, a equipe técnica da SMPU elaborou as devidas correções na proposta, e o PLC revisado foi encaminhado novamente à Procuradoria Geral do Município para nova avaliação, em 10 de setembro de 2021, acompanhado de [parecer da SMPU/CGPP/GM](#) com os devidos esclarecimentos.

Foram incluídas revisões em função de demandas originadas na audiência pública realizada em 09.08.21 e pela plataforma planodiretor.rio. Foi realizada a compatibilização de normas de uso e ocupação do solo propostas com legislações recentemente aprovadas, como a Lei Complementar 229/2021 - Reviver Centro, bem como com outras propostas em estudo para a região de Vargens e o ordenamento específico para a reconversão de imóveis - LC 232/2021, conforme mencionado anteriormente neste relatório.

A equipe técnica procurou atender a todos os pontos ressaltados na Manifestação Técnica, além de aprimorar outros por iniciativa própria.

Por fim, em 14 de setembro de 2021, a PGM encaminhou de volta à SMPU o processo com nova avaliação e o nada a opor ao encaminhamento ao Exmo. Sr. Prefeito para a validação da proposta e encaminhamento à Câmara Municipal.

Cabe ressaltar que a participação do representante da PGM - i. Procurador Luiz Roberto da Mata - nos trabalhos de revisão do Plano Diretor, especialmente nas diversas audiências, teve por principal escopo ponderar a existência de uma ordem jurídica que desse contornos do que se poderia atingir através de um ordenamento urbano municipal, buscando, assim, não criar na própria sociedade civil expectativas incompatíveis com o que poderia resultar daqueles trabalhos de revisão, e contribuiu para o bom encaminhamento das propostas em todas as etapas.

Desta forma, através da Mensagem nº 37, em 21 de setembro de 2021, o Exmo. Sr. Prefeito encaminhou à Câmara Municipal o PLC nº 44/2021 para dar início ao trâmite legislativo da proposta.

3.6. O processo contínuo de monitoramento do Plano Diretor

As propostas contidas no Projeto de Lei Complementar nº 44/2021 não se encerram com a aprovação da lei. Muitas dependem do acompanhamento previsto no Título VI, desenvolvidas no âmbito do Grupo de Trabalho 4, que tratam DAS ESTRATÉGIAS DE IMPLEMENTAÇÃO, ACOMPANHAMENTO E GESTÃO DEMOCRÁTICA DO PLANO DIRETOR, através da articulação intersetorial.

Assim, no Capítulo I - Das Disposições Gerais; Seção III - Da Articulação Intersetorial, o art. 415 enuncia:

- Art. 415. São instrumentos da articulação intersetorial:
 - I – os Sistemas de que tratam esta Lei Complementar:
 1. Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Urbana, Ambiental e da Paisagem Cultural – SIPLAN;
 2. Sistema Integrado de Controle do Uso, Ocupação e Regularização do Solo Urbano – SICOS;
 3. Sistema Municipal de Informações Urbanas – SIURB;
 4. Sistema Municipal de Proteção e Defesa Civil da Cidade – SIMPDEC;

5. Sistema Municipal de Inovação – SMINOVA; e
6. Sistema Integrado de Enfrentamento da Vulnerabilidade Urbana – SIEVU;

- Ainda segundo o Art. 415, além destes 6 sistemas, também são instrumentos da articulação intersetorial:

II – Conselhos e Fundos associados aos Sistemas constantes no inciso I;

III – os planos regionais, elaborados em conformidade com o disposto no Título III desta Lei Complementar, coordenados pelo órgão municipal de planejamento urbano e que contarão com a participação dos demais órgãos setoriais responsáveis pelas políticas públicas;

IV – os planos e programas setoriais, elaborados pelos órgãos setoriais responsáveis pelas políticas públicas; e

V – demais instrumentos de política urbana listados no Título III desta Lei Complementar.

Parágrafo único. Poderão, complementarmente, se constituir em instâncias de cooperação na articulação intersetorial, o Plano Estratégico, a Agenda 2030 e outras que venham a ser criadas com esta finalidade.

No Capítulo II - Do Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Urbana, Ambiental e da Paisagem Cultural - SIPLAN; Seção I - Da Articulação e Coordenação Intersetorial, o Art. 416 institui o SIPLAN como coordenador da implementação dessa articulação intersetorial, bem como de seu monitoramento:

- Art. 416. Para a plena implementação da Política Urbana proposta por este Plano Diretor, fica instituído o Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Urbana, Ambiental e da Paisagem Cultural – SIPLAN, através do qual se dará o processo contínuo e integrado de planejamento urbano do Município do Rio de Janeiro e a articulação intersetorial necessária para sua efetiva execução e monitoramento.

Parágrafo único. O processo de planejamento urbano, de que trata este artigo, compreende:

I – formulação contínua da Política Urbana, através da regulamentação, detalhamento, revisão e atualização de diretrizes, programas e instrumentos do Plano Diretor;

II – gerenciamento e implementação do Plano Diretor, através da execução e integração intersetorial de planos, programas, projetos urbanos e ações decorrentes de suas propostas, assim como pela gestão de seus instrumentos legais; e

III – acompanhamento e monitoramento contínuos do processo de implementação do Plano Diretor e avaliação de seus resultados.

Estas propostas serão detalhadas por regulamentação do Poder Executivo, em até noventa dias após a aprovação do PLC, com o desenho do Marco Lógico e a definição de indicadores de resultados e impactos do Plano, conforme metodologia de monitoramento a ser desenvolvida no âmbito do SIURB.

REVISÃO
DO **PLANO**
DIRETOR DE
DESENVOLVIMENTO
URBANO
SUSTENTÁVEL
RELATÓRIO 2021

**A VERSÃO FINAL DA
MINUTA DO PROJETO
DE LEI COMPLEMENTAR
ENTREGUE**



4. A versão final da minuta do PLC nº 44/2021

O encaminhamento à Câmara Municipal da Mensagem nº 37, em 21 de setembro de 2021, pelo Exmo. Sr. Prefeito, encerrou a etapa de elaboração da revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Sustentável pelo Poder Executivo, para dar início ao trâmite legislativo da proposta.

O PLC nº 44/2021 incorporou as normas de uso, ocupação e parcelamento do solo, com a finalidade principal de dar maior efetividade ao planejamento urbano no Município do Rio de Janeiro. Desta forma, pretende-se evitar uma situação que perdurou desde a edição do primeiro Plano Diretor, quando todo um novo direcionamento do desenvolvimento urbano ficou prejudicado pela convivência com um ordenamento de uso e ocupação do solo fragmentado, construído ao longo de cinquenta anos.

A estrutura do PLC resultou em sete títulos, com o total de 467 artigos. Os títulos adicionados em relação à LC nº 111/2011, Plano Diretor em vigor, dizem respeito aos Títulos IV - Parcelamento do Solo e V - Uso e Ocupação do Solo. A seguir é apresentada a síntese das alterações na estrutura do Plano Diretor.

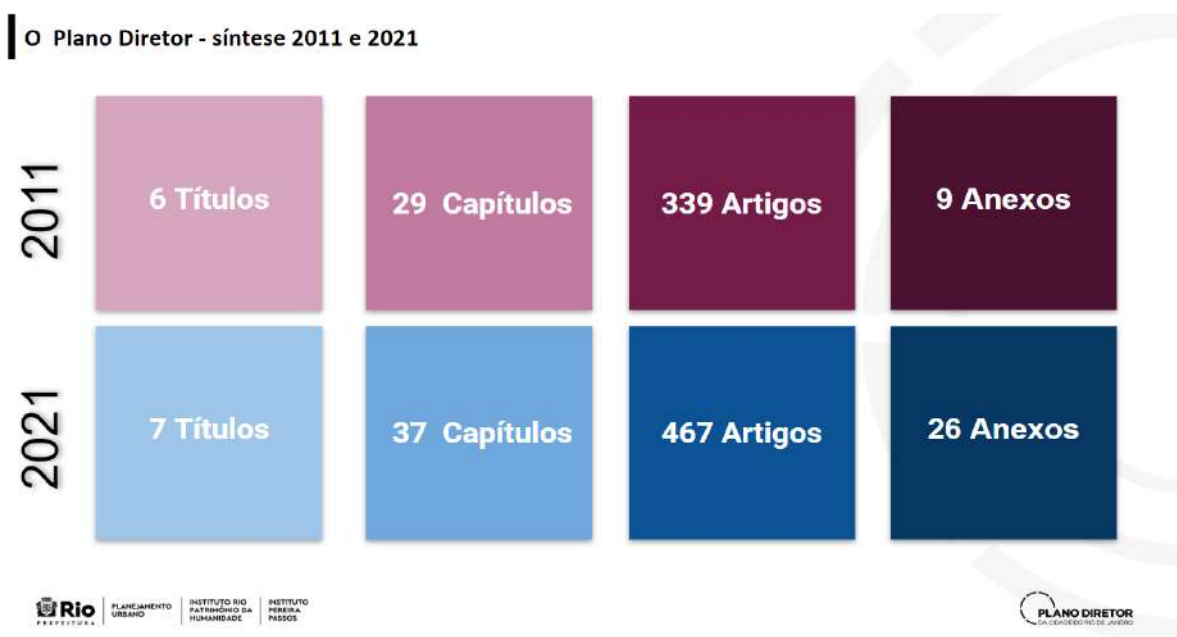


Fig. 55 - Comparativo das estruturas da LC 111/2011 e do PLC 44/2021

O corpo da Lei, que contém 339 artigos na LC 111/2011, passou para 467 artigos, mas tendo em vista a incorporação das normas de parcelamento, uso e ocupação do solo, e a previsão de revogação de mais de cinquenta dispositivos, tornou-se mais efetivo. A seguir, a ilustração apresenta o comparativo dos títulos do Plano Diretor, na versão de 2011 e na de 2021.

O Plano Diretor - Estrutura 2011 x 2021 - Corpo da Lei

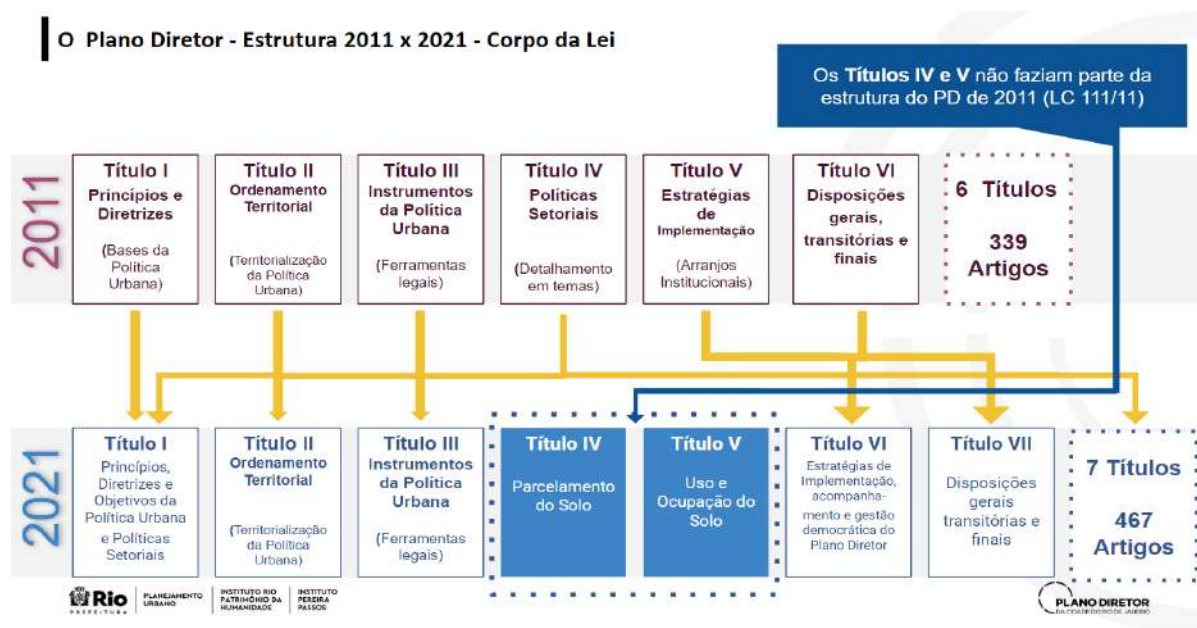


Fig. 56 - A Estrutura do Plano Diretor em 2011 e em 2021 - corpo da Lei.

O Título I foi dividido em três capítulos, conforme o esquema a seguir.

O Plano Diretor - síntese Título I



Fig. 57- A Estrutura do Título I em 2011 e em 2021 - corpo da Lei.

O conteúdo principal deste título diz respeito aos desejos para a cidade, expressos nos princípios, objetivos e diretrizes da política urbana. Algumas das políticas setoriais permaneceram no corpo da lei, mas a maioria migrou para o Anexo I, visando dar maior objetividade ao conteúdo e correlacionar os objetivos, diretrizes e ações estruturantes através de planilhas, o que só se viabilizou no anexo.

Título I - Da Política Urbana e das Políticas Setoriais



Fig. 58 - A Política Urbana e as políticas setoriais no PLC 44/2021.

O Título II, que trata do ordenamento territorial, apresenta a estrutura urbana básica e os conceitos norteadores, como uma sucessão de camadas para se chegar à proposta de macroordenamento territorial. Embora a estrutura deste título tenha sofrido pouca alteração, conforme se verifica na figura a seguir, o conteúdo foi bastante alterado e as Macrozonas resultantes passam de 4, com contornos coincidentes com a divisão administrativa da cidade, na LC 111/2011, para 7 macrozonas com contornos referenciados a acidentes geográficos principalmente.

O Plano Diretor - síntese Título II

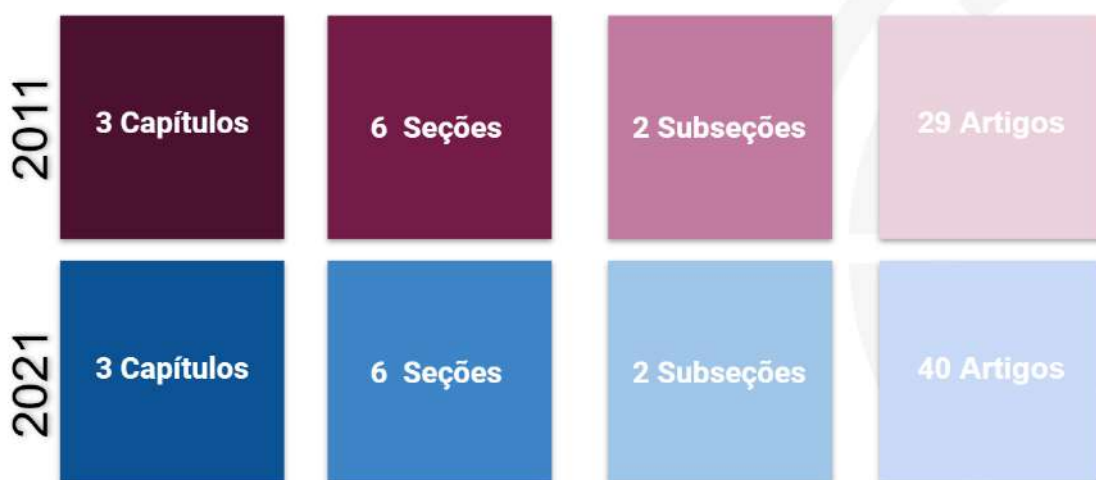
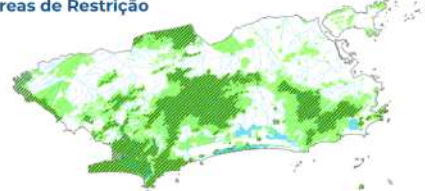


Fig. 59 - A Estrutura do Título II em 2011 e em 2021 - corpo da Lei.

Título II - Ordenamento territorial



Áreas de Restrição



Vetores de Desenvolvimento



Centralidades



Fig. 60 - Os conceitos norteadores do ordenamento territorial apresentados no Título II do PLC 44/2021

TRANSFORMAR 4 MACROZONAS EM 7

ORDENAMENTO TERRITORIAL MACROZONAS 2011

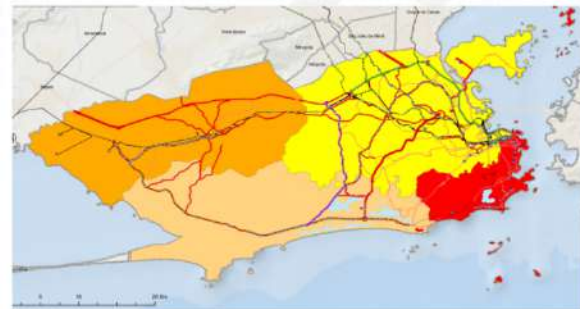
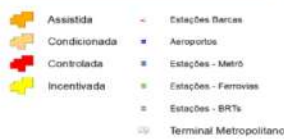


Fig. 61 - As quatro macrozonas da LC 111/2011

Conforme se verifica nas figuras 61 e 62, o ordenamento territorial proposto enfatiza os maciços e baixadas, com a criação da Macrozona de Proteção Integral. As unidades de conservação de uso sustentável são representadas na Macrozona de Uso Sustentável. As áreas de entorno dos corredores de transportes são vistas como de Estruturação Urbana, a faixa litorânea expressa o Controle da Ocupação e as áreas dos complexos logísticos, industriais e aeroportos recebem a designação de Desenvolvimento Estratégico. A Estruturação Urbana objetiva a recuperação do tecido urbano degradado e o fortalecimento dos centros de bairros.

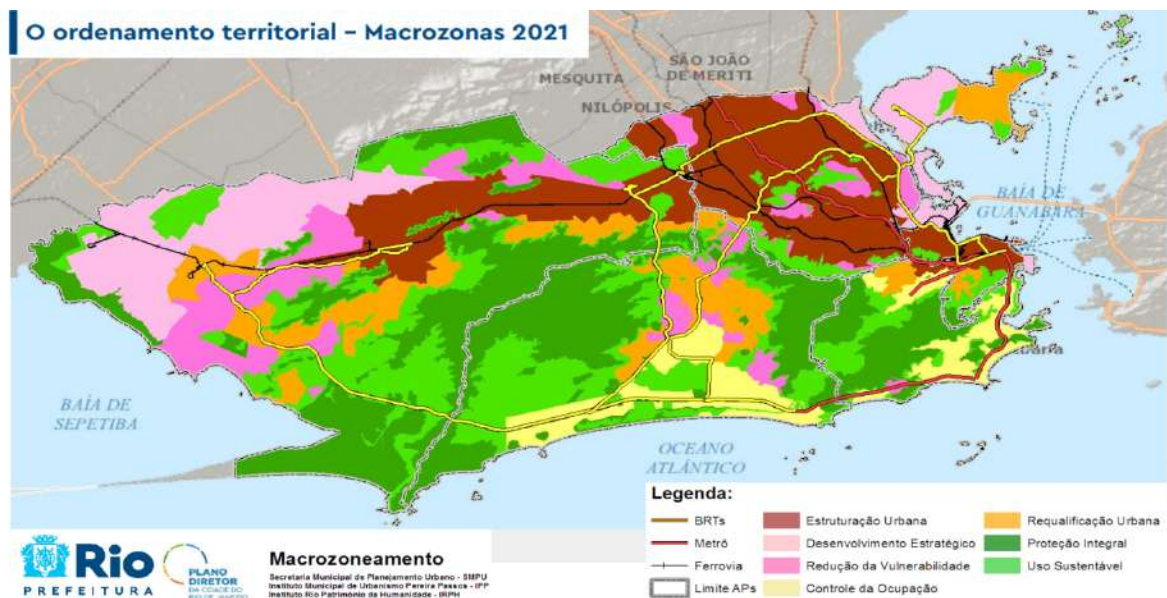


Fig. 62 - As sete macrozonas do PLC 44/2021

Cada uma dessas Macrozonas apresenta diretrizes, desenvolvidas através das propostas para o uso e ocupação do solo, expressas no Título V do PLC 44/2021.

Macrozoneamento - Plano Diretor 2021

Estruturação Urbana

- I - Reestruturar a infraestrutura existente, recuperar o tecido urbano degradado e adequá-lo à necessidade de conexão das centralidades municipais e metropolitanas, existentes e projetadas, fortalecendo, em especial, os centros de bairro;
- II - Prover habitação de interesse social - HIS e equipamentos urbanos e comunitários ao longo dos eixos de transporte de alta e média capacidade;
- III - Aperfeiçoar a integração entre os modais de transporte e incentivar a mobilidade ativa.

Desenvolvimento Estratégico

- I - Promover a manutenção e expansão das atividades relacionadas à pesquisa e desenvolvimento científico e tecnológico, à indústria e logística no território;
- II - Limitar a expansão da ocupação em áreas sem infraestrutura ou em áreas com usos incompatíveis com o uso residencial.

Fig. 63 - As diretrizes das Macrozonas no PLC 44/2021

Macrozoneamento - Plano Diretor 2021

Redução da Vulnerabilidade

- I - Ampliar o acesso à infraestrutura e a oferta de equipamentos urbanos e comunitários, em especial nos assentamentos populares existentes;
- II - Melhorar a habitabilidade, promover a urbanização de favelas com regularização fundiária de interesse social e prover habitação de interesse social direcionada ao reassentamento de famílias residentes na região, desde que em áreas infraestruturadas ou mediante sua implantação;
- III - Fomentar a instalação de atividades produtivas e de serviços que empreguem mão de obra local;
- IV - Ampliar a cobertura e a permeabilidade da rede de transportes e fomentar a mobilidade ativa.



Fig. 64 - As diretrizes das Macrozonas no PLC 44/2021

Macrozoneamento - Plano Diretor 2021

Requalificação Urbana

- I - Priorizar o investimento público em mobilidade e saneamento;
- II - Controlar o adensamento construtivo e populacional, condicionando-o à ampliação da infraestrutura, onde couber;
- III - Melhorar a ambiência urbana, com investimentos em equipamentos urbanos e comunitários e áreas livres.



Controle da Ocupação

- I - Proteger e valorizar a paisagem urbana e o ambiente natural e cultural existentes, assegurando a manutenção da relação entre o mar e montanha;
- II - Recuperar gradualmente os investimentos do poder público que tenham resultado ou venham a resultar na valorização de imóveis urbanos;
- III - Promover a ocupação ou reconversão de imóveis vazios ou subutilizados, em especial das edificações tombadas ou preservadas.

Fig. 65 - As diretrizes das Macrozonas no PLC 44/2021

Macrozoneamento - Plano Diretor 2021

Uso Sustentável

- I - Limitar o adensamento construtivo e a intensidade da ocupação de forma a promover um ambiente de transição em torno das áreas protegidas;
- II - Promover a mistura de usos de baixo impacto e baixa intensidade de ocupação, não geradores de viagens e ruídos;
- III - Manter e expandir a atividade agrícola de baixo impacto, em especial a praticada:
 - a) pela agricultura familiar;
 - b) pela adoção de Sistemas Agroflorestal de Produção; e
 - c) na produção de essências florestais e sementes
- IV - Criar novas Unidades de Conservação e ampliar as existentes quando necessário ou conveniente, de acordo com os estudos realizados pelo órgão de tutela.

Proteção Integral

- I - Aperfeiçoar a proteção e a gestão integrada das Unidades de Conservação de Proteção Integral e das Áreas de Preservação Permanente;
- II - Implantar ações de reflorestamento e de recuperação de áreas degradadas;
- III - Criar corredores ecológicos conectando os remanescentes florestais e as áreas de uso sustentável.



Fig. 66 - As diretrizes das Macrozonas no PLC 44/2021

O Título III trata dos Instrumentos da Política Urbana em ambas as versões do Plano Diretor. Na proposta do PLC 44/2021 alguns instrumentos ganharam relevância e se tornaram auto aplicáveis, como a Outorga Onerosa do Direito de Construir e o PEUC. Este é um dos títulos de maior complexidade do PLC, pois os instrumentos são as ferramentas para viabilizar os desejos expressos no Título I no ordenamento territorial expresso no Título II.

Título III - Síntese da estrutura



Fig. 67 - A síntese da estrutura do Título III no PLC 44/2021

Título III - Instrumentos da Política Urbana



Fig. 68 - Os instrumentos presentes do Título III no PLC 44/2021, conforme sua classificação e organização em capítulos

Os instrumentos de gestão foram divididos em capítulos, conforme suas finalidades. A classificação dos mesmos está representada nas figuras 68, 69 e 70.

Título III - Instrumentos da Política Urbana

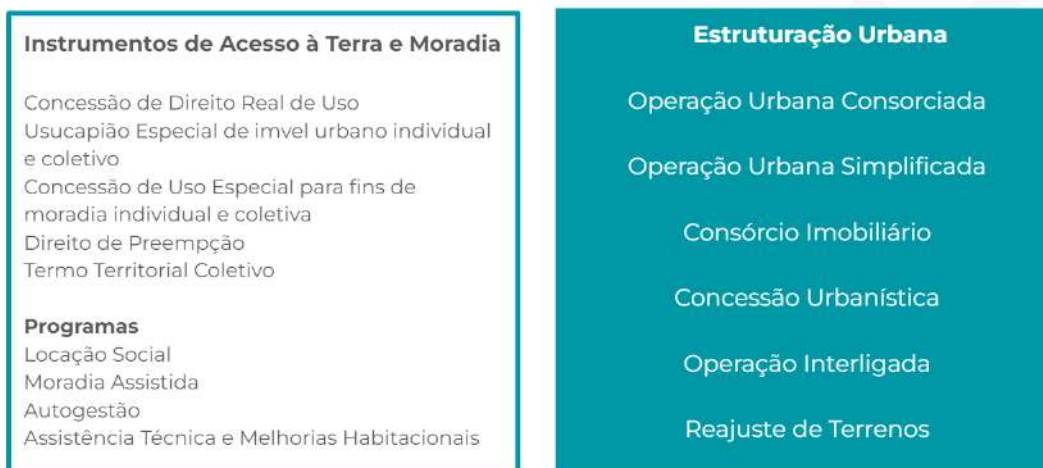


Fig. 69 - Os instrumentos presentes do Título III no PLC 44/2021, conforme sua classificação e organização em capítulos

Título III - Instrumentos

de Gestão do Patrimônio Cultural

Patrimônio Cultural de Natureza Material;
Patrimônio Arqueológico;
Paisagem Cultural;
Patrimônio Cultural de Natureza Imaterial;
Educação Patrimonial;
Monitoramento;
Incentivos e Benefícios Fiscais e Financeiros



Rio PREFEITURA | PLANEJAMENTO URBANO | INSTITUTO RIO PATRIMÔNIO DA HUMANIDADE | INSTITUTO PÉREIRA PASSOS



Gestão Ambiental

Unidades de Conservação da Natureza
Áreas de Preservação Permanente
Sítios de Relevante Interesse Paisagístico e Ambiental

Controle e Monitoramento Ambiental

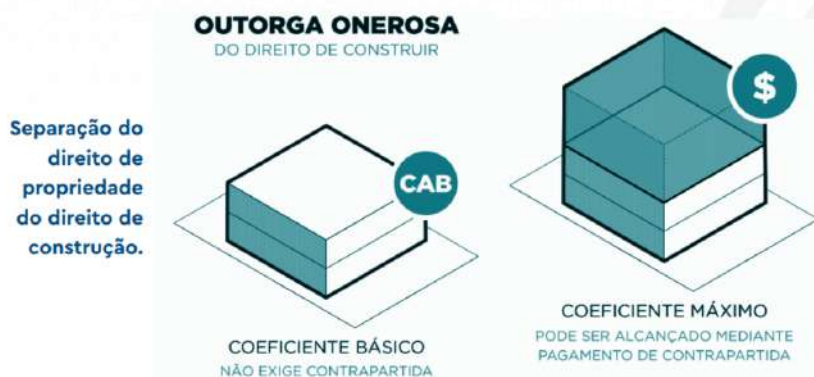
Medida Compensatória
Auditoria Ambiental

PLANO DIRETOR DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

Fig. 70 - Os instrumentos presentes do Título III no PLC 44/2021, conforme sua classificação e organização em capítulos

Conforme já mencionado anteriormente neste relatório, a Outorga Onerosa do Direito de Construir foi um dos instrumentos que suscitou maior discussão. A proposta é de auto regulamentação, com a implementação de um coeficiente básico (CAB), sem contrapartida, igual a 1 ou menor que 1, em toda a cidade. Para alcançar o coeficiente máximo (CAM), é necessário o pagamento de contrapartida, conforme a fórmula de cálculo presente no PLC, respeitando um período de transição, conforme representado nas figuras a seguir.

Criação de Outorga Onerosa do Direito de Construir



Rio PREFEITURA | PLANEJAMENTO URBANO | INSTITUTO RIO PATRIMÔNIO DA HUMANIDADE | INSTITUTO PÉREIRA PASSOS

PLANO DIRETOR DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

Fig. 71 - O esquema explicativo da Outorga Onerosa do Direito de Construir

Título III - OUTORGA ONEROSA

DESTINAÇÃO DOS RECURSOS FINALIDADES

Outorga Onerosa do direito de construir (contrapartida financeira):

$$CF = 0,80 \times [ATE - (S \times CAB)] \times VUP \times FIS$$

Regularização fundiária

Ordenamento e direcionamento da expansão urbana

Implantação de equipamentos urbanos e

comunitários

Criação de espaços públicos de lazer e áreas verdes

Proteção de áreas de interesse histórico, cultural ou paisagístico

Criação de unidades de conservação ou proteção de outras áreas de interesse ambiental

Execução de programas e projetos habitacionais de interesse social

Constituição de reserva fundiária

CF é a contrapartida financeira a ser paga ao Município em moeda corrente

ATE é a Área Total Edificável do Empreendimento (excluídas as áreas não computáveis)

S é área do terreno

CAB é o Coeficiente de Aproveitamento Básico

VUP é o Valor Unitário associado a sua tipologia construtiva no IPTU por m² x 0,3.

FIS é o fator de interesse social que pode variar de 0 (zero) a 1,0 (um)



PLANEJAMENTO URBANO

INSTITUTO RIO PATRIMÔNIO DA HUMANIDADE

INSTITUTO PEREIRA PASSOS

PLANO DIRETOR

Fig. 72 - A fórmula de cálculo e a destinação dos recursos da Outorga Onerosa do Direito de Construir

Conforme se verifica na figura a seguir, foi previsto o Fator de Interesse Social para a OODC, isentando determinados tipos de edificações da cobrança.

Título III - OODC - A forma de aplicação -

O Fator de Interesse Social e de Incentivo ao Desenvolvimento Econômico

SEM A INCIDÊNCIA DE COBRANÇA DA OUTORGA

Habitação de Interesse Social – HIS

Hospitais Públicos

Escolas Públicas

Unidades Administrativas Públicas

Entidades Privadas de Serviço Social e de **Formação**

Profissional Vinculadas ao Sistema Sindical

Instituições de Cultura, Esporte e Lazer

Habitação do Mercado Popular – até 250 mil reais – Fator 0,6

Hospitais e Clínicas – Fator 0,25



PLANEJAMENTO URBANO

INSTITUTO RIO PATRIMÔNIO DA HUMANIDADE

INSTITUTO PEREIRA PASSOS

PLANO DIRETOR

Fig. 73 - As edificações isentas de OODC no PLC 44/2021

O Título IV do PLC 44/2021 traz a normativa de parcelamento do solo, com a consolidação de normas que vigoram desde 1970. A estrutura deste Título foi dividida em 5 capítulos, conforme representado na ilustração a seguir.

Título IV - Síntese da estrutura



Fig. 74 - A síntese da estrutura do Título IV do PLC 44/2021

A principal inovação de conteúdo é a introdução do Relatório de Diretrizes Territoriais, além da ampliação da largura mínima de calçadas para novos logradouros, viabilizando a arborização pública e a acessibilidade universal.

Título IV - Normativas

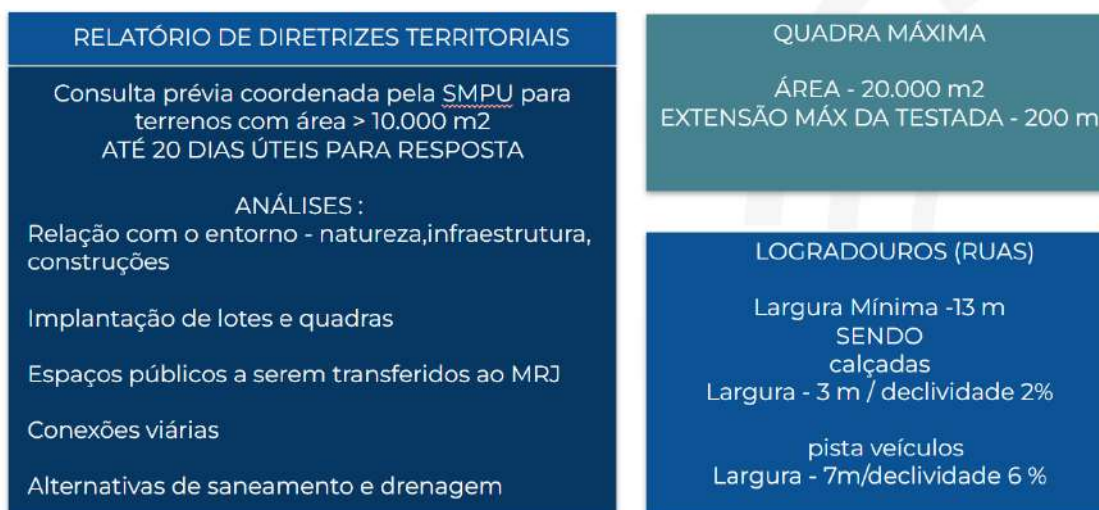


Fig. 75 - O conteúdo principal do Título IV do PLC 44/2021

A proposta de transferências obrigatórias (doações) prevista no Anexo XXV, como complemento ao conteúdo do Título IV também altera a legislação vigente. Atualmente somente são exigidas doações para glebas acima de 30.000 m² e as regras variam conforme a área da cidade. Alguns Planos de Estruturação Urbana alteraram as normas do Decreto 3.800/1970, Regulamento de Parcelamento da Terra. A proposta do PLC 44/2021 unifica os percentuais em toda a cidade e se relaciona às áreas previstas para as quadras como parâmetro mínimo.

Título IV - Normativas

**TRANSFERÊNCIAS OBRIGATÓRIAS
ANEXO XXV - QUADRO 25.1**

Área do lote ou gleba	Percentual mínimo de áreas verdes	Percentual mínimo de área para equipamentos públicos	Percentual mínimo para os logradouros	Total do percentual mínimo de destinação de área pública (%)
>20.000m ² e <= 40.000m ²	10	10	não exigido	20
> 40.000m ²	10	10	15	35

Logos: Rio Prefeitura, Planejamento Urbano, Instituto Rio Patrimônio da Humanidade, Instituto Pereira Passos, Plano Diretor da Cidade do Rio de Janeiro.

Fig. 76 - As transferências obrigatórias previstas no PLC 44/2021 para novos parcelamentos

O Título V apresenta as regras para o uso e ocupação do solo para todo o Município, com a pretensão de revogar os PEUs e o Decreto 322/76 - Regulamento de Zoneamento, em vigor.

Este processo de revisão, com a padronização dos conceitos de zonas e de regras de ocupação dos terrenos, vem sendo consolidado desde 2013, com a primeira versão da Lei de Uso e Ocupação do Solo (PLC 33/2013) encaminhado à Câmara Municipal após a aprovação da LC 11/2011, Plano Diretor em vigor.

A proposta foi revista em 2017 - 2018, já com a transcrição e revisão dos parâmetros de zonas, adaptados às novas demandas da população, e encaminhada à Câmara Municipal como PLC 57/2018.

Em 2021, a equipe liderada pela Coordenadora de Planejamento Local, Mariana Barroso, empreendeu novos esforços de revisão e atualização das propostas, absorvendo críticas às mudanças em bairros consolidados, especialmente na zona sul.

Desta forma, o Título V apresenta todos os conceitos para o uso e ocupação do solo, com os parâmetros sistematizados no Anexo XXII em tabelas organizadas por Área de Planejamento e os mapas do zoneamento representados por Regiões Administrativas no Anexo XXIII.

Este título traz ainda conceitos inovadores - como os espaços privados de uso público - inspirados na gentileza urbana do Plano Diretor de Belo Horizonte e nos POPs de Nova York.

Trata ainda dos conceitos para os projetos dos espaços públicos, como um guia para os órgãos públicos e concessionárias que atuam sobre calçadas, largos, praças e parques.



Fig. 77 - Síntese da estrutura do Título V no PLC 44/2021

O Zoneamento proposto no primeiro capítulo traz dezenove zonas, com especificidades locais traduzidas em subzonas. Sistematiza e reduz as diferenças entre as mais de cento e oitenta zonas existentes na legislação em vigor. Permite a compreensão, em um único mapa, do zoneamento de toda a cidade, simplificando também o licenciamento.

A inovação no zoneamento foi a inclusão das Zonas de Especial Interesse Social (ZEIS) com o reconhecimento de favelas consolidadas na cidade, e que diferenciam-se de zonas de uso misto por não terem a vinculação ao lote como parâmetro para a sua ocupação.

Título V - O Zoneamento proposto

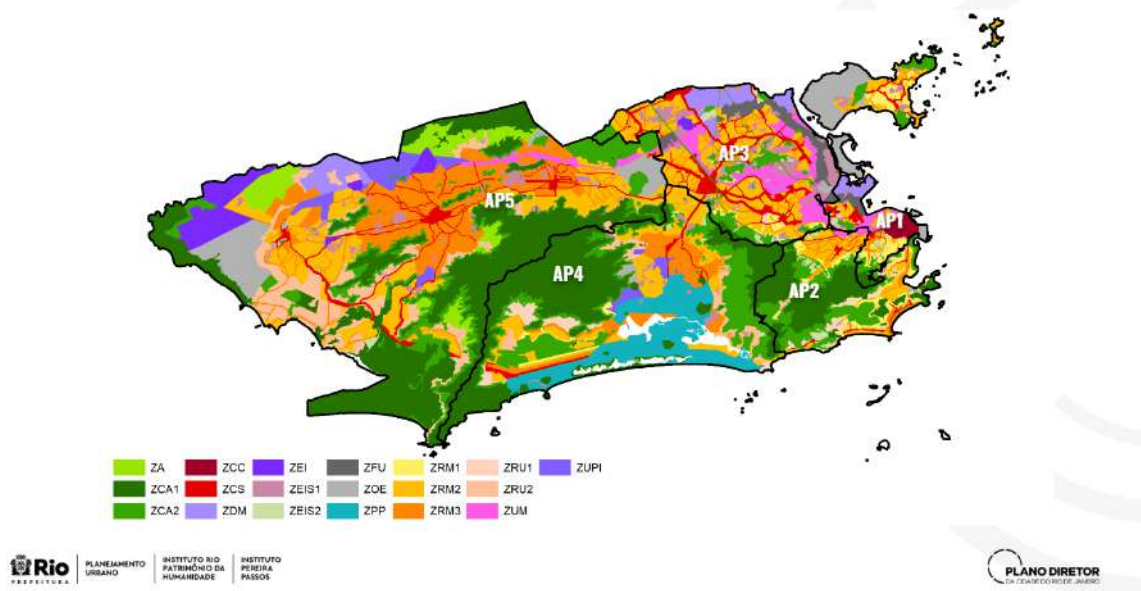


Fig. 78 - O zoneamento proposto no Título V

Dentre os parâmetros de uso e ocupação do solo, destacam-se os Coeficientes de Aproveitamento, CAB (Básico) e CAM (Máximo).

Título V - Capítulo III - Parâmetros de Ocupação - CAB

COEFICIENTE DE APROVEITAMENTO BÁSICO | CAB

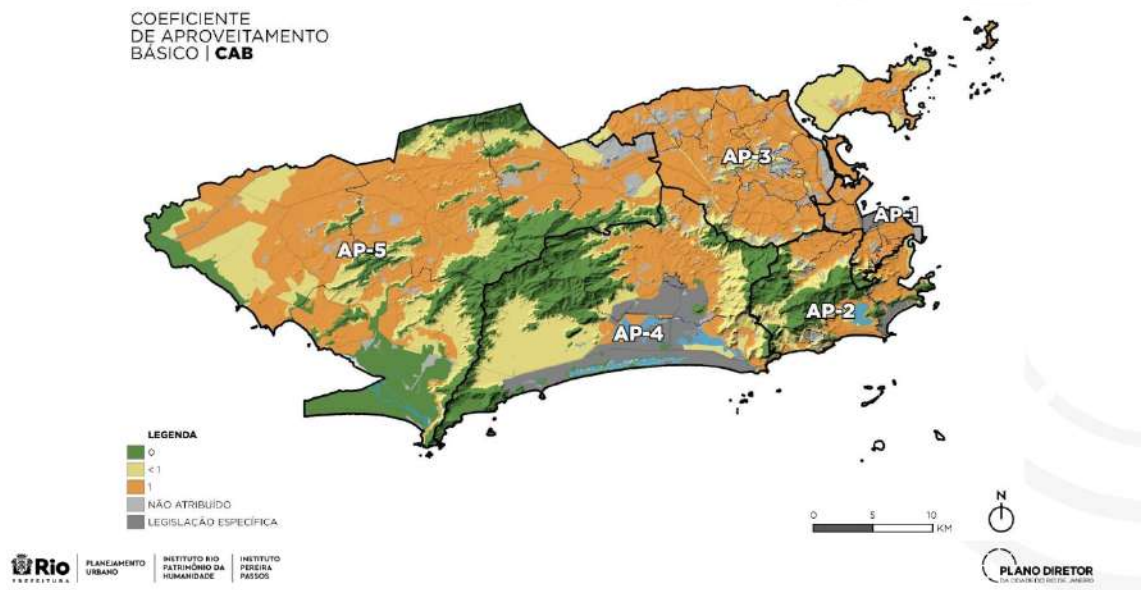


Fig. 79 - O Coeficiente de Aproveitamento Básico - CAB proposto

Título V - Capítulo III - Parâmetros de Ocupação - CAM

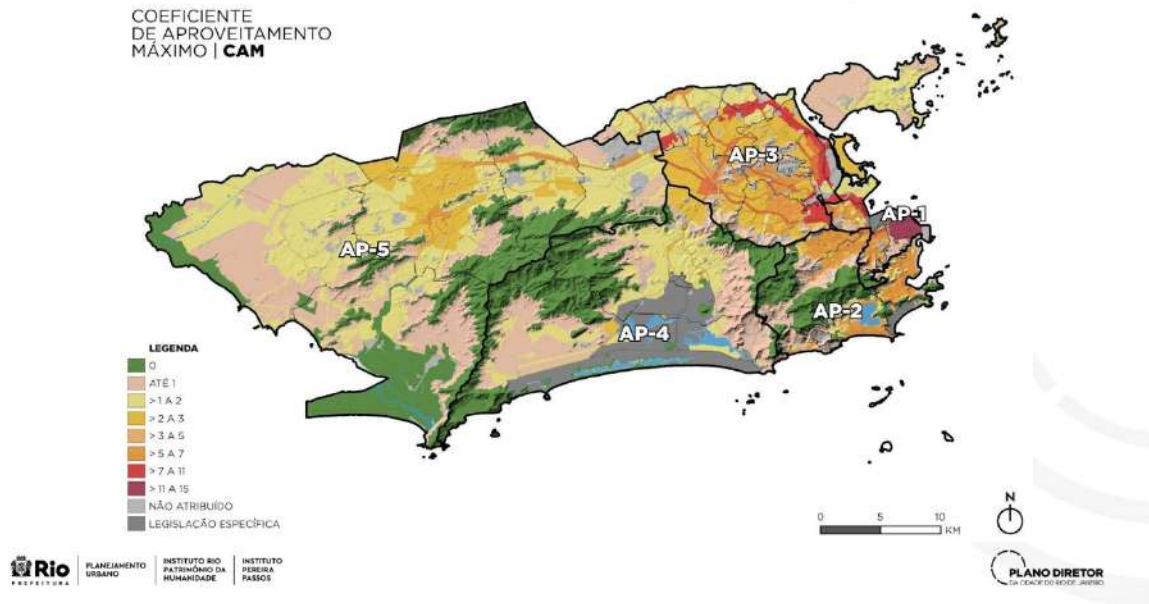


Fig. 80 - O Coeficiente de Aproveitamento Máximo - CAM proposto

Outra inovação trazida neste título foi relativa à padronização na contagem do número de pavimentos das edificações. A proposta de cômputo de todos os pavimentos em toda a cidade permite a melhor compreensão da norma diante de elementos qualificadores da paisagem urbana e a simplificação na elaboração de estudos de viabilidade, além da transparência da informação para a população. Atualmente, cada norma em vigor computa os pavimentos de forma distinta, podendo ser todos computáveis ou não. Em alguns bairros é permitido acrescentar pavimentos de garagem, uso comum ou cobertura sem computar no total do número de pavimentos da edificação.

O Título VI teve seu conteúdo tratado no item 3.6. desse relatório, sobre o processo contínuo de monitoramento do Plano Diretor. O objetivo deste título é assegurar a implementação da lei de forma integrada intersetorialmente e com o acompanhamento pela população. Sua estrutura está dividida em sete capítulos, conforme demonstrado na figura a seguir.

Título VI - Síntese da estrutura



Fig. 81 - A estrutura do Título VI no PLC 44/2021

O SIPLAN - Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Urbana, Ambiental e da Paisagem Cultural é reforçado na proposta com a integração de representantes dos diversos conselhos ligados às políticas setoriais.

A proposta traz ainda um fórum dos conselhos municipais, visando aprimorar a interlocução entre os mesmos e a execução das diversas políticas.

Esta articulação intersetorial está expressa na figura a seguir.



Fig. 82 - A articulação intersetorial expressa no Título VII do PLC 44/2021

O Título VII traz as disposições gerais, transitórias e finais do projeto de lei em três capítulos, conforme representado na figura a seguir.



Fig. 83 - A estrutura do Título VII no PLC 44/2021

Complementam o conteúdo expresso no corpo da lei 26 Anexos, em sua maioria relativos ao novo ordenamento de uso e ocupação do solo.

O Plano Diretor - Estrutura 2011 x 2021 - Anexos

2011	Anexo I	Anexo II	Anexo III	Anexo IV	Anexo V	Anexo VI	Anexo VII	Anexo VIII	Anexo IX
	Macrozonas de Ocupação	Mapa das Macrozonas	Diretrizes por Macrozona	Áreas sujeitas a intervenção	Ordenação para o planejamento	Mapa das Regiões de Planejamento	Índices de Aproveitamento do Terreno	Coefficientes de Aproveitamento mediante OODC	Demandas prioritárias por AP

2021	Anexo I	Anexo II	Anexo III	Anexo IV	Anexo V	Anexo VI	Anexo VII	Anexo VIII	Anexo IX	Anexo X	Anexo XI	Anexo XII	Anexo XIII
	Objetivos, diretrizes e ações políticas setoriais	Áreas de Planejamento	Regiões de Planejamento	Regiões Administrativas	Bairros	Bacias hidrográficas	Mapa: Divisões Administrativas	Quadro: Divisões Administrativas	Estrutura Urbana Básica	Áreas de Restrição e Ocupação	Vetores DOTS	Sistema de Centros	Hierarquização de Centros

2021	Anexo XIV	Anexo XV	Anexo XVI	Anexo XVII	Anexo XVIII	Anexo XIX	Anexo XX	Anexo XXI	Anexo XXII	Anexo XXIII	Anexo XXIV	Anexo XXV	Anexo XXVI
	Macrozoneamento	Relação entre as unidades espaciais	Macrozonas e CAM	Instrumentos da Política Urbana	Fator de Redução Social	Usos Permitidos por Zona	Classificação dos Impactos	Tipos de Grupamentos	Tabelas de Parâmetros por AP	Mapa de Zoneamento por AP	Figuras	Quadros e Tabelas	Fórmulas

Fig. 84 - Os Anexos na LC 111/2011 e no PLC 44/2021

O [PLC nº 44/21](#) conforme encaminhado à Câmara Municipal foi publicado na plataforma [planodiretor.rio](#), com todos os anexos e também com as camadas dos mapas de macrozoneamento e zoneamento acessíveis para baixar.

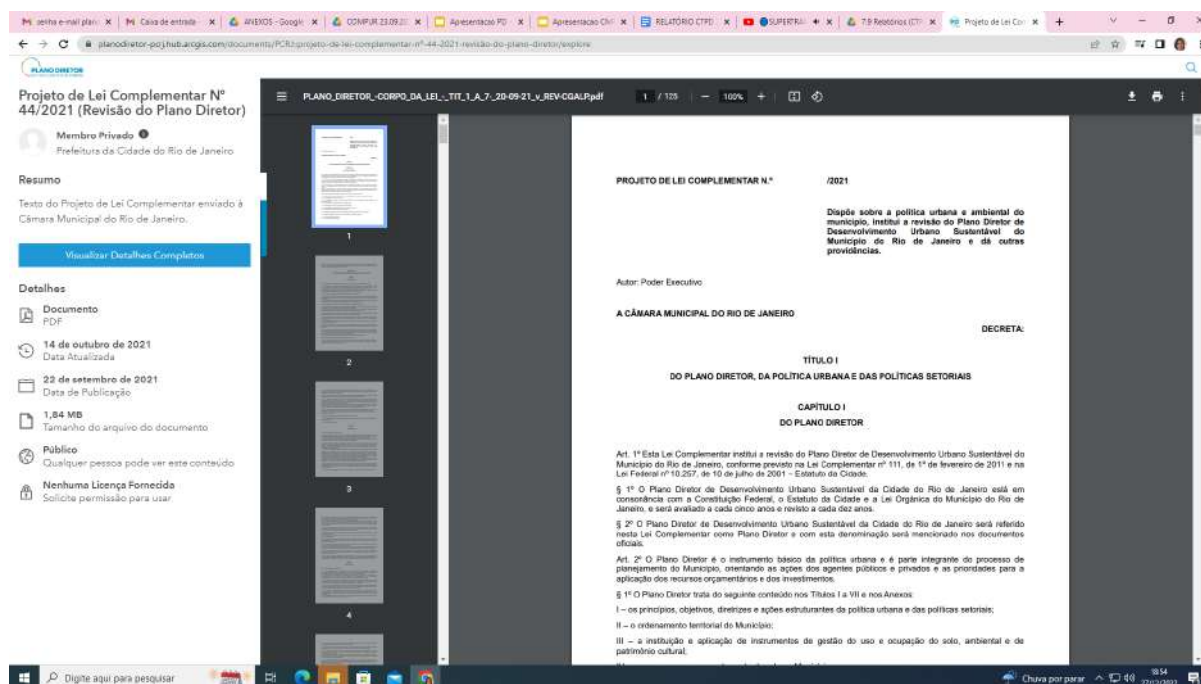


Fig. 85 - Print de parte da aba sobre o PLC nº 44/2021 na plataforma [planodiretor.rio](#)

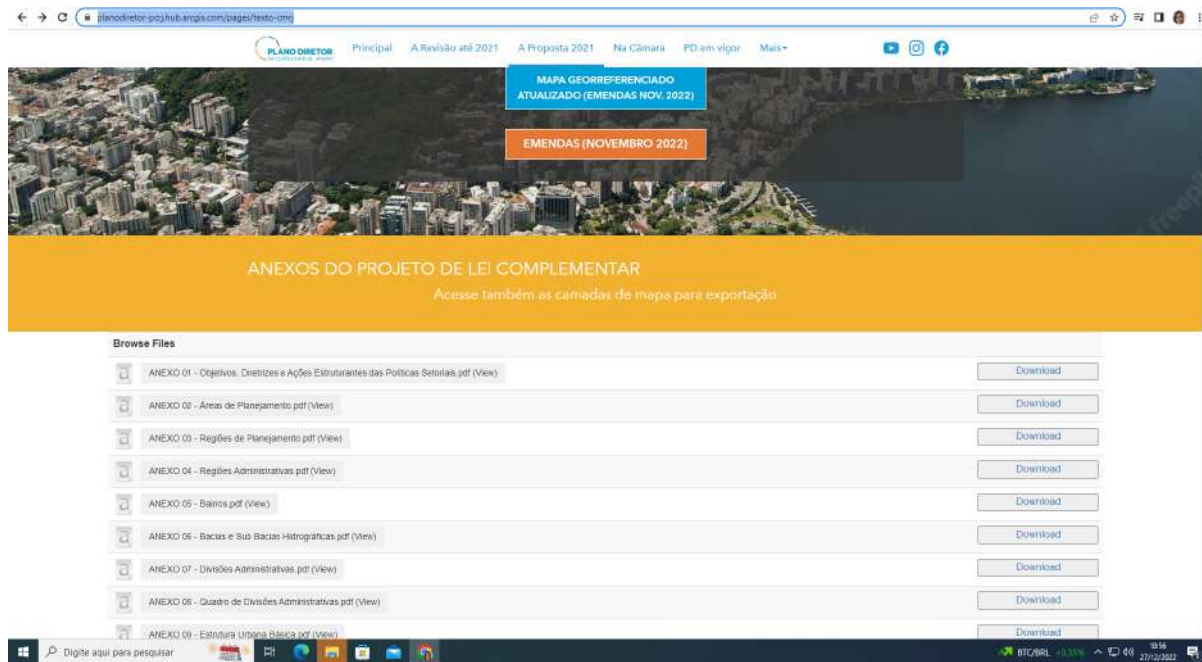


Fig. 86 - A página da plataforma planodiretor.rio com os anexos ao PLC 44/2021

REVISÃO
DO **PLANO**
DIRETOR DE
DESENVOLVIMENTO
URBANO
SUSTENTÁVEL
RELATÓRIO 2021

5

O ACOMPANHAMENTO DO PROCESSO PÓS ENTREGA



5. O acompanhamento do processo pós entrega em 2021

O processo de finalização do PLC 44/2021 foi acompanhado pela sociedade civil e por ONGs que contribuíram em algumas etapas do processo de diagnóstico e elaboração do projeto de lei .

Mesmo antes do encaminhamento da minuta de revisão do Plano Diretor à Câmara de Vereadores, em agosto de 2021, foi recebido parecer sobre a minuta da revisão do Plano Diretor com os comentários e contribuições do WRI Brasil, instituição global de pesquisa com atuação em mais de 50 países.

A equipe desta instituição contribuiu com questões estruturais, principalmente nas áreas de mobilidade, transportes, estacionamentos e pólos geradores de tráfego; mobilidade ativa e hierarquia viária; espaços públicos; DOTS - Desenvolvimento Orientado ao Transporte Sustentável; análise da relação entre as diretrizes, em especial as vinculadas ao DOTS, e os parâmetros e instrumentos associados, considerando macrozoneamento, zoneamento e instrumentos de estruturação urbana; e fundos municipais.

Em setembro de 2021, a Comunitas/Colab enviou o relatório final de apoio à participação no PLC 44/2021, como resultado do projeto de engajamento dos cidadãos do Rio de Janeiro e da Região Metropolitana em uma jornada de conteúdos educativos na plataforma do Colab, na qual puderam aprender mais sobre o Plano Diretor e a gestão da cidade, já descrito no item 2.4. deste relatório.

Dentre os principais impactos destacados, foi verificado que a temática do Plano Diretor foi abordada e discutida em pelo menos 116 bairros da cidade, com parceria interna com as Secretarias Especiais da Juventude e da Mulher.

Em 05 de outubro de 2021, foi realizada reunião de instalação da Comissão Especial do Plano Diretor da Câmara dos Vereadores do Município do Rio de Janeiro. A página eletrônica com todas as informações sobre essa comissão pode ser acessada [neste link](#).

Em 15 de outubro de 2021, foi publicado no Diário da Câmara Municipal do Rio de Janeiro o relatório final da Comissão de Representação instituída pela Resolução da Mesa Diretora nº 10.392/2021 para “estudo e avaliação do vigente Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Sustentável do Município do Rio de Janeiro, instituído pela Lei Complementar nº 111, 1º de fevereiro de 2011, com vista a subsidiar a apresentação do respectivo Projeto de Lei Complementar por Comissão Especial específica de revisão decenal no ano em curso de 2021”.

O relatório apresenta justificativa, prazos, constituição da comissão especial, um resumo das audiências públicas realizadas pelo Poder Executivo, considerações finais e recomendações, apresentadas no item 3.3.3. deste Relatório e no ANEXO 1.

Ainda em outubro de 2021, no dia 28, foi realizada uma apresentação do Poder Executivo para a Comissão Especial do Plano Diretor, na Câmara dos Vereadores, onde foi apresentado um resumo de todo o processo de desenvolvimento da revisão do Plano Diretor, passando pelo extenso diagnóstico da situação atual da cidade do Rio de Janeiro, às prioridades do Plano Diretor, o processo de participação da população a as principais proposições do PLC 44/2021, por título. A apresentação completa segue no ANEXO 2.

No início de novembro, no dia 03, os assessores dos Vereadores participantes da Comissão Especial do Plano Diretor da CMRJ foram recebidos no Auditório do Instituto Pereira Passos para uma apresentação do aplicativo criado pela SMPU e IPP para visualização dos dados georreferenciados do PLC 44/2021. O conteúdo apresentado segue no ANEXO 3.

Ainda em novembro de 2021, a Secretaria Municipal de Planejamento Urbano (SMPU) recebeu ofício do Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro (TCM-RJ) solicitando informações a respeito de todo o processo de Revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Sustentável do Município do Rio de Janeiro, respondido em extenso relatório.

Por fim, como fruto da participação da Secretaria Municipal de Planejamento Urbano (SMPU) no Projeto ANDUS (Apoio à Agenda Nacional de Desenvolvimento Urbano Sustentável no Brasil) foi apresentado como projeto final de mentoria para o município do Rio de Janeiro o desenvolvimento da estratégia de acompanhamento da aprovação do Plano Diretor, com ênfase na comunicação dos instrumentos de gestão do uso e ocupação do solo.

O Projeto ANDUS é um projeto de cooperação técnica executado pelo Ministério do Ministério Regional (MDR) e Ministério do Meio Ambiente (MMA) em parceria com o Ministério Alemão do Meio Ambiente, Proteção da Natureza e Segurança Nuclear (BMU, sigla em alemão), apoiado pelo Ministério Alemão do Interior para Construção e Pátria (BMI, sigla em alemão) e implementado por meio da Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) GmbH.

Dentre as principais atividades desenvolvidas para chegar em tal resultado, que foi apresentado na Semana Nacional de Desenvolvimento Urbano Sustentável, foi realizada discussão ampla dos conceitos de instrumentos de gestão do uso e ocupação do solo, com o compartilhamento de casos de sucesso no Brasil, além de discussão aplicada ao Município do Rio de Janeiro em mentoria individual, baseada na proposta para o texto inserido na revisão do Plano Diretor (PLC 44/2021).

O nome final do projeto foi “Projeto Plano na Rua: Estratégia de Comunicação do Plano Diretor do Rio de Janeiro”, que contou com a mentoria da urbanista e consultora com experiência em planejamento e instrumentos de financiamento urbano, Camila Maleronka (ver ANEXO 4).

REVISÃO
DO **PLANO**
DIRETOR DE
DESENVOLVIMENTO
URBANO
SUSTENTÁVEL
RELATÓRIO 2021



CONSIDERAÇÕES FINAIS



6. Considerações finais

Os trabalhos desenvolvidos e apresentados pelo CTPD ao longo dos anos de 2019 e 2020 foram fundamentais para subsidiar a proposta de revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Sustentável da Cidade do Rio de Janeiro para a próxima década. A partir destes foi elaborado extenso conjunto de ideias que constituíram a base para as discussões com a sociedade civil organizada sobre as temáticas de ordenamento territorial, uso e ocupação do solo, instrumentos da política urbana, políticas setoriais, sistemas e fundos, governança, infraestrutura e manutenção, além de desenvolvimento socioeconômico, realizadas nos seis grupos de trabalho criados.

Estas discussões, depois consolidadas na fase de audiências públicas, destacaram como prioridades:

- a questão da habitação de interesse social;
- a mobilidade urbana;
- a resiliência às mudanças climáticas e a mitigação de seus efeitos;
- a recuperação econômica do comércio e dos serviços;
- a produção alimentar; e
- a criação de espaços de uso público e áreas verdes.

Fomentaram, assim os debates mais urgentes para a Cidade, capitaneado por um novo Ordenamento Territorial, envolvendo:

- a construção democrática;
- a simplificação da legislação;
- a reestruturação do sistema de transportes;
- o financiamento da urbanização, notadamente nas áreas de risco;
- o fomento ao espaço público e privado sustentáveis; e
- à criação e proteção de parques e cinturões verdes.

O trabalho desenvolvido para a formular a proposta de ordenamento territorial, com a definição e o mapeamento de macro e mesozonas, possibilitou espacializar os diferentes desejos de cidade, elaborados e sintetizados como as Bases da Política Urbana, em princípios, objetivos e diretrizes. Esta territorialização permitiu que essas escalas de planejamento sejam mais aplicáveis, principalmente quando relacionadas aos instrumentos urbanísticos.

Quanto aos instrumentos da política urbana, além daqueles previstos no Estatuto da Cidade e na LC 111/2011, foram incluídos novos instrumentos, ampliando a gama ferramental para a aplicação da política urbana.

No que tange às políticas setoriais, percebeu-se uma necessidade de dar igual peso às políticas diretamente relacionadas com a política urbana (meio ambiente, patrimônio cultural, transportes, saneamento ambiental, habitação e regularização urbanística e fundiária) tal qual às demais políticas, como a de governança, infraestrutura e manutenção, e desenvolvimento socioeconômico, além das políticas sociais que apresentam rebatimento direto no uso do solo, com a implementação de seus equipamentos. Isso aconteceu por demanda interna dos órgãos do CTPD em conjunto com a sociedade civil

organizada, resultando propostas para objetivos, diretrizes e ações estruturantes mais adequadas à estas políticas.

Por fim, a divulgação do material internamente desenvolvido, tanto pela Gerência de Macroplanejamento - GM, quanto pelo Comitê Técnico de Acompanhamento do Plano Diretor - CTPD, por meio da plataforma digital <https://planodiretor-pcrj.hub.arcgis.com/>, de caráter inovador e dinâmico, tornou-se uma ferramenta fundamental para um diálogo mais amplo com a sociedade civil, sendo possível realizar enquetes, envio de trabalhos e documentos sobre a revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Sustentável da Cidade do Rio de Janeiro e onde poderemos acompanhar a sua implementação após a aprovação pela Câmara dos Vereadores.

As audiências públicas foram seminais para a transparência do processo democrático, porém, será primordial a conjugação destes novos meios digitais de comunicação aos tradicionais (como rádio, jornal e TV) e também àqueles presentes na ponta de lança dos órgãos da Prefeitura (como monitores com comunicação institucional presentes no CASS, secretarias, hospitais, UPAs, Clínicas da Família, postos de saúde, Naves do Conhecimento, escolas, GLFs, etc.) para que a Prefeitura possa atingir todas as camadas sociais de forma ágil, através da inclusão digital e da informação tradicional.

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO DE ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL -
SMPU Nº 01/2021
COORDENADORES E INTEGRANTES DOS GRUPOS DE TRABALHO

Valéria Magiano Hazan
Coordenação Geral

Carlos Krykhtine
Coordenador de Tecnologia e Infraestrutura

GRUPO 1 - Princípios, diretrizes e objetivos da política urbana e territorialização das políticas setoriais

Coordenadores:

Fernando Cavallieri - **IPP**
Mariana Barroso - **SMPU**
Brasiliano Vito Fico - **SMAC**
Eliane Harumi Sakamoto - **SMPU**
Claudia Grangeiro - **SMPU**
Paula de Oliveira Camargo - **IRPH**
Juliana Couto - **SMAS**
Nathalia Rocha - **SME**

Equipe SMPU - IPP - IRPH:

Alberto Taveira - **SMPU**
Andrea Pulici - **IPP**
Christiane Oliveira - **SMPU**
Denise Slutzky - **IRPH**
Eliane Harumi Sakamoto - **SMPU**
Luiz Gabriel Denadai - **SMPU**
Rafael Koury - **IRPH**
Tatiana Biff - **SMPU**
Thaís Garlet Biagini - **SMPU**
Theodoro Fuly - **IPP**
Valéria M. Hazan - **SMPU**

Equipe Entidades (Chamamento Público):

Articulação do Plano Popular das Vargens: Giovana Berti/Elizabeth David Bastos

Associação Brasileira de Combate ao Lixo Marinho – ABLM: Ricardo Lucio Picanço
Portugal/Marlise Alves Vieira de Araújo

Associação Comercial e Industrial de Recreio e Vargens - ACIR: Ezequiel das
Chagas/Marco Aurelio de Oliveira Paes

Associação de Condomínios de Barra Bonita: Antônio Carlos de Assis Silva/Júlio
César Jesus de Sa

Associação de Moradores da Gávea - AMAGAVEA: Marcia Adler/Lucia Souza Leite

Associação de Moradores e Amigos de Laranjeiras - AMAL: Cárin Regina
D’Ornellas/Maria da Gloria Figueiredo de Souza

Associação dos Amigos do Parque Nacional da Tijuca: João Luiz Garcia de Souza / Janjão

Associação dos Moradores do Recreio dos Bandeirantes - AMOR: Simone Giacobbo Kopezynski/Teresa Cristina da Rosa Balbino

Associação dos Moradores e Amigos de São Conrado - AMASCO: José Britz/Maria Edina Portinari

Associação Empresarial de Campo Grande, Rio de Janeiro: Guilherme Leite Eisenlohr/Selma Crisostomo de Sales

Associação Recicla Ambiental Social: Joseandro Freire Vieira/Suelem Lima

Associação Redes de Desenvolvimento da Maré: Henrique Gomes/Everton Pereira da Silva

Câmara de Comércio, Indústria e Serviços do Brasil - CISBRA: Paulo Manuel Lenz Cesar Protasio/John Cuttino

Câmara Empresarial do Rio: Paulo Manuel Lenz Cesar Protasio/Celso Luiz de Souza Garcia

Casa de Cultura Sarava Bien experiência criativa: Paulinho Sacramento/Ana Chagas

Centro de Articulação de Populações Marginalizadas: Luiz Carlos Amaral Gomes/Marcelo Luiz Ivanir dos Santos

Centro de Integração na Serra da Misericórdia: Ana Paula Santos/Marcelo Correa da Silva

Circo Crescer e Viver (Programa Social Crescer e Viver): Junior Perim (Sergio Perim Faria Junior)/Renier Crohare Molina

Clube de Engenharia: José Stelberto Porto Soares/Élvio Lima Gaspar

Comissão de Segurança no Ciclismo do RJ - CSC-RJ: Raphael Pazos

Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio de Janeiro - CAU RJ: Noêmia Lucia Barradas Fernandes/Arnaldo de Magalhães Lyrio filho

Conselho Internacional de Monumentos e Sítios - ICOMOS-BRASIL: Julio Cesar Sampaio/Rosina Trevisan

Conselho Municipal de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência - COMDEF RJ: Regina Cohen/Teresa Balbino

Conselho Popular do Rio de Janeiro: Marcello Claudio Nunes Deodoro/Breno Botelho Ribeiro

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Rio de Janeiro - CREA-RJ: Júlio Artur Villas Boas/ Yasmin da Silva Juliace

Federação das Associações de Moradores do Município do Rio de Janeiro - FAM RIO: Regina Chiaradia/Maria Carolina Moreira de Lima

Federação dos Hospitais e Estabelecimentos de Saúde do Estado do Rio de Janeiro - FEHERJ: Edimar Rocha Santos/Daniela Di Blasi Pinto

Folia Carioca: Folia Carioca

Frente Ampla Suburbana: Mariana de Araujo Lopes/Rafael Gomes Ramos

Fundação CDDH Bento Rubião: Valério da Silva/Ricardo de Gouvêa Corrêa

Instituto Black Bom: Antonio Carlos Ribeiro Coelho/Samira Terezinha Cohen

Instituto Com a Palavra: Flavia Faria Lima/Sergio Faria Lima

Instituto de Arquitetos do Brasil - IAB RJ: Natália Kochem Bittencourt/Cláudio Frare Crispim

Instituto JNG - Projetos de Inclusão Social: Flavia Poppe de Figueiredo Muñoz/João Sousa Machado

Instituto Raízes em Movimento: Alan Brum Pinheiro/Renato Oliveira Lima

Missão Rocinha: William de Oliveira/Amanda ferreira da silva
Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas - MLB: Juliete Pantoja Alves/Renan Carvalho
Museu do Graffiti /Rongo RJ: Carlos André do Nascimento/David dos Santos Pereira
Núcleo de Assessoria Jurídica Universitária popular Luiza Mahin (UFRJ): Fernanda Maria da Costa Vieira/Mariana Trotta Dallalana Quintans
Observatório de Favelas do Rio de Janeiro: Aruan Francisco Diogo Braga/Lino Azeredo da Silva Teixeira
Ordem dos Advogados do Brasil - OAB/RJ: José Ricardo Pereira Lira/Vinícius Monte Custódio
Pastoral de Favelas: Glauca Ferreira Lima de Brito/Cláudio da Rocha Santos
Programa de Engenharia Urbana da Escola Politécnica da UFRJ - PEU/POLI/UFRJ: Eva Vider/Lorena Dias Tenório
Programa de Extensão - Rede de Agroecologia da UFRJ: Luísa Albuquerque Ferrer Pinheiro/Renan Cruz Tielas Barcia
Programa de Pós-Graduação em Geografia - PPGG/UFRJ: William Ribeiro da Silva/Ana Luiza Coelho Netto
Regional Rio de Janeiro da FIABCI-BRASIL: Frederico Price Grechi/Claudio Kawa Hermolin
Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio de Janeiro - SARJ: Yana Mitsu Franco Inoue/Johanna Weglinski
Sindicato dos Empregados no Comércio do Rio de Janeiro: Theófilo Codeço Machado Rodrigues/João Carlos de Carvalho
Sociedade dos Engenheiros e Arquitetos do Estado do Rio de Janeiro - SEAERJ: Leonam Estrella Figueiredo
Transporte Ativo: Fernando José Cavalcanti Lobo /Rodrigo Lages Vitória
União Brasileira de Mulheres - UBM - seção Rio de Janeiro: Regina de Fatima de Souza/Maria Aparecida Santos de Oliveira
União Espiritualista de Umbanda do Estado do Rio de Janeiro: Leonardo Mattos da Costa/Jair José Pereira Ribeiro
União por Moradia Popular do Rio de Janeiro - UMP: Aparecida Mercedes/Jurema da Silva Constancio
Universidade Veiga de Almeida - UVA - Curso de Arquitetura e Urbanismo: Carlos Murdoch Fernandes/Giovanna Rita Rabelo de Matos Silva Arruda

Equipe Câmara dos Vereadores:

Ver. Alexandre Isquierdo - **DEM**

Carlos José Ferreira de Abreu e Lima - **Representante do Gabinete do Presidente Carlo Caiado**

Ver. Rafael Aloisio Freitas - **Presidente da Comissão de Representação do Plano Diretor**

Vera Casarenko - **Representante do Gabinete do Presidente**

Convidados:

Barbara Barros - **C40**

Carlos Rogério - **CBH BG**

Jorge Azevedo de Castro - **Centro Brasileiro de Estudos de Saúde - Cebes**

Marcelo Guimarães Araújo - **Centro Brasileiro de Estudos de Saúde - Cebes**

Pedro Ribeiro - **C40**
Priscila Coli - **UC Berkeley**
Rejany Ferreira dos Santos - **CBH-BG - Subcomitê Oeste**
Luiz Assumpção Paranhos Velloso Junior - **FECOMÉRCIO - RJ Titular**
Alessandro Cadarso - **FECOMÉRCIO - RJ Suplente**
Thais Brandão Mileze - Defensoria Pública do RJ - **Núcleo de Terras e Habitação**
Douglas Emil - Defensoria Pública do RJ - **Núcleo de Terras e Habitação**

GRUPO 2 - Ordenamento Territorial

Coordenadores:

Bruna Santos Miceli - **SMPU**
Felipe Mandarinó - **IPP**
Leandro Souza - **IPP**

Equipe SMPU - IPP - IRPH:

Alexandre Sansão - **SMPU**
Alexandre Younes - **SMPU**
Ana Paula Casassola - **SMPU**
André Zambelli - **IRPH**
Andrea Pulici - **IPP**
Consuelo Ventura - **SMPU**
Fabiana Motta - **IPP**
Fabrícia Vitovsky - **SMPU**
Felipe Manhães - **SMPU**
Isabel Mattar - **SMPU**
Juliana Mattos - **SMPU**
Laura Di Blasi - **IRPH**
Lie Kobayashi - **IRPH**
Luis Gabriel Denadai - **SMPU**
Maria Luiza Korenchandler - **SMPU**
Mariana Barroso - **SMPU**
Marcelo Viseu - **SMPU**
Marisa Valente - **IPP**
Michelle Lima - **IRPH**
Pedro de Barros Correia - **SMPU**
Rubens Moreira - **SMPU**
Tatiana Biff - **SMPU**
Valéria Hazan - **SMPU**

Comitê Técnico de Acompanhamento do Plano Diretor (CTPD):

Amanda Rodrigues - **COR**
Ana Maria Luna de Oliveira - **RIO ÁGUAS**
Brasiliano Vito Fico - **SMAC**
Fernanda Novaes - **SMH**
Jean Caris - **SMFP**
Luciane Moutinho - **SMTR**

Luiza Bafti - **SEOP**
Luiz Roberto da Mata - **PGM**
Michele Santos - **COR**
Rogério Sganzerla - **SEOP**
Wanderson José dos Santos - **RIO ÁGUAS**
Zulmira Maria Silva Tostes - **PGM**

Equipe Entidades (Chamamento Público):

Associação Brasileira de Combate ao Lixo Marinho - ABLM: Paulo Fernando Garreta Harkot/Marlise Alves Vieira de Araújo

Associação Comercial e Industrial de Recreio e Vargens - ACIR: Leandro Martins Tavares de Lima/Marco Aurelio de Oliveira Paes

Associação Cristã de Moços do RJ: Juliana Peniche Lopes/Adriana Manso

Associação de Geógrafos Brasileiros - Seção Rio de Janeiro - AGB Rio: Adrielle Saldanha Clive/Julia Berezovoya Assis

Associação de Moradores e Amigos de Vargem Grande - AMAVAG: João Pedro Maciente Rocha/Renato Gomes da Rocha

Associação de Moradores e Amigos do Jardim Botânico - AMAJB: Nelci Frangipani/Carla Belletti

Associação dos Moradores e Amigos de São Conrado - AMASCO: José Britz
Marlene Parente Pinto

Associação Filantrópica Arte Salva Vidas: Aldari Luiza Marques da Silva/Ednilson Sacramento da Silva

Clube de Engenharia: Jéssica do Nascimento Pereira/Ibá dos Santos Silva

Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio de Janeiro - CAU RJ: Lucas Alencar Faulhaber Barbosa/Rodrigo Cunha Bertamé Ribeiro

Conselho Internacional de Monumentos e Sítios - ICOMOS-BRASIL: Antonio Hoyuela/Rafael Winter Ribeiro

Conselho Popular do Rio de Janeiro **Emilia Maria de Souza:** Maria da Penha Macena

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Rio de Janeiro - CREA-RJ: José Ricardo Cardoso Domingues/Jorge Mendes Vieira de Carvalho

Federação das Associações de Ambulantes do Estado do Rio de Janeiro: Marcelo Rubens Vieira Veras/Luiz Antonio fernandes

Federação das Associações de Moradores do Município do Rio de Janeiro - FAM RIO: Mauro Luiz Salinas do Rosário/Isabelle de Loys

Fundação CDDH: Bento Rubião/Sandra Hiromi Kokudai/Cibele Gonçalves Azevedo Corrêa

Instituto Casa dos Sonhos: Irineia Diolinda de Jesus

Instituto de Arquitetos do Brasil - IAB RJ: Christiane Duarte Teixeira/Natália Kochem Bittencourt

Instituto de Estudos de Direitos Humanos e do Meio Ambiente - IEDHMA: Silvana Di Iulio Moreira/Sandra Regina Campos do Couto Beltrão

Instituto de Políticas de Transporte e Desenvolvimento - ITDP Brasil: Iuri Barroso de Moura/Clarisse Cunha Linke

Movimento Baía Viva: Sérgio Ricardo de Lima/Adelino Matias de Carvalho

Ordem dos Advogados do Brasil - OAB/RJ: José Ricardo Pereira Lira/Vinícius Monte Custódio

Pastoral de Favelas: Eliane Sousa de Oliveira/Cláudio da Rocha Santos

Programa de Engenharia Urbana da Escola Politécnica da UFRJ - PEU/POLI/UFRJ: Marcelo Gomes Miguez/Bruno Cândido da Silva

Programa de Pós-Graduação em Geografia - PPGG/UFRJ: Marcos Góis/Gisela Aquino Pires do Rio

Programa de Pós-Graduação em Urbanismo - PROURB-FAU/UFRJ: James Miyamoto

Rede Carioca de Agricultura Urbana: Maria Bernardete de Castro Montesano

Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio de Janeiro - SARJ: Izidoro Jeronimo da Rocha/Mauri Vieira da Silva

Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio de Janeiro Marco Antonio **Barbosa:** Rubem Corveto Azeredo

Sociedade dos Engenheiros e Arquitetos do Estado do Rio de Janeiro - SEAERJ: Claudia Muricy

Sos lagoas: Cristiana Queiroga

União por Moradia Popular do Rio de Janeiro - UMP: Alessandra Nzinga/Claudio da Silva Pereira

Universidade Veiga de Almeida - UVA - Curso de Arquitetura e Urbanismo: Carlos Murdoch Fernandes/Carolina Trindade Rufino dos Santos

Viva Rio Sebastião Correia dos Santos: Marília Andrade da Rocha

Equipe Câmara dos Vereadores:

Carlos José Ferreira de Abreu e Lima -**Representante do Gabinete do Presidente Carlo Caiado**

Rafael Aloisio Freitas - **Presidente da Comissão de Representação do Plano Diretor Rosa Fernandes -PSC**

Vera Casarenko - **Representante do Gabinete do Presidente**

Convidados:

Agenor Cunha da Silva - **CBH BG - Subcomitê Lagoa Rodrigo de Freitas**

Alessandro Cadarso - **FECOMÉRCIO - RJ Suplente**

Barbara Barros -**C40**

Carlos Rogério - **CBH BG**

Jorge Azevedo de Castro - **Centro Brasileiro de Estudos de Saúde - Cebes**

Luiz Assumpção Paranhos Velloso Junior - **FECOMÉRCIO - RJ Titular**

Marcelo Guimarães Araújo - **Centro Brasileiro de Estudos de Saúde - Cebes**

Pedro Ribeiro - **C40**

Priscila Coli - **UC Berkeley**

Douglas Emil - Defensoria Pública do RJ - **Núcleo de Terras e Habitação**

Lucas Souza de Carvalho - Defensoria Pública do RJ - **Núcleo de Terras e Habitação**

GRUPO 3 - Instrumentos da Política Urbana

Coordenadores:

Carolina Machado Martins- SMPU

Eugênia Loureiro - SMPU
Julia Francisca Queiroz - SMPU
Marcio Menezes Martins - SMPU

Equipe SMPU - IPP - IRPH:

Adriana Vial - IPP
Beatriz Garcia - IPP
Henrique Fonseca -IRPH
Jeanice Magina - IRPH
Juliana Oakin - IRPH
Luis Gabriel Denadai -SMPU
Márcio Menezes Martins -SMPU
Mauro Reis -SMPU
Ruth Aono - IPP
Valéria Hazan - SMPU

Comitê Técnico de Acompanhamento do Plano Diretor (CTPD):

Adriana Barreto de Lima - SMH
Ana Paula Perini - SMDEIS/SUBCLU
Daniel Mancebo - FP/SUBPAR/EPL
Ester Genuncio - SECONSERVA
Glória Torres -SMDEIS/SUBCLU
Izabel Mendes - SMH
Jean Caris - SMFP
José Henrique Cantarino - SMFP
Leandro Maravilha Bezerra - SMDEIS/SUBDEI
Lídeo Valle - SECONSERVA
Luiz Roberto da Mata - PGM
Marcel Grillo Balassiano - SMDEIS/SUBDEI
Márcia Giannini - SMAC
Ney Vidal - SMDEIS/SUBCLU
Rebeca Bittencourt - SMTR
Renata Jardim - FP/SUBPAR/EPL
Roberto Goulart - SMDEIS/SUBCLU
Sávio Machado - FPJ
Teresa Rosolem de Vassimon - RIOURBE
Vladimir de Souza - RIOURBE
Zulmira Maria Silva Tostes - PGM

Equipe Entidades (Chamamento Público):

Associação de Amigos do Museu Histórico da Cidade: Adriana de Lima
Bocaiuva/Paulo Roberto Spranger

Clube de Engenharia: Affonso Augusto Canedo Netto/Paulo Cezar Martins Ribeiro

Sindicato dos Empregados no Comércio do Rio de Janeiro: Ana Paula Pereira Brito
Costa/Natália Silva Trindade

**Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Rio de Janeiro -
CREA-RJ:** Cármen Lúcia Petraglia/Ana Paula Sant'Anna Masiero

Conselho Internacional de Monumentos e Sítios - ICOMOS-BRASIL: Claudio Antonio Santos Lima Carlos/Antonio Hoyuela

Pastoral de Favelas: Cláudio da Rocha Santos/Eliane Souza de Oliveira

Instituto de Arquitetos do Brasil - IAB RJ: Cláudio Frare Crispim/Christiane Duarte Teixeira

Programa de Pós-Graduação em Urbanismo - PROURB-FAU/UFRJ: Cristovão Fernandes Duarte/Andréa de Lacerda Pessôa Borde

Universidade Veiga de Almeida - UVA - Curso de Arquitetura e Urbanismo: Edson Agostinho Maciel/Carlos Murdoch Fernandes

Federação dos Hospitais e Estabelecimentos de Saúde do Estado do Rio de Janeiro - FEHERJ: Edimar Rocha Santos/Daniela Di Blasi Pinto

Programa de Engenharia Urbana da Escola Politécnica da UFRJ - PEU/POLI/UFRJ: Eduardo Linhares Qualharini/Luiz Henrique Costa Oscar

Obra Social Filhos da Razão e Justiça: Fausto Madeira/Andre Paiva

Federação das Associações de Moradores do Município do Rio de Janeiro - FAM RIO: Francisco de Assis Couto Teixeira/Cristina Moore Portella

União por Moradia Popular do Rio de Janeiro - UMP: Jurema da Silva Constancio/Grazia de Grazia

Instituto Brasileiro de Administração Municipal - IBAM: Henrique Gaspar Barandier/Jéssica Ojana Araújo Wili

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro: Humberto Kzure-Cerquera/Claudio Antonio Lima Carlos

Escola de Arquitetura e Urbanismo – Universidade Federal Fluminense: Isabela Bacellar Brandão Guimarães/Fernanda Furtado de Oliveira e Silva

Associação dos Moradores e Amigos de São Conrado - AMASCO: José Britz Marcio Ardelio de Souza

Ordem dos Advogados do Brasil - OAB/RJ: José Ricardo Pereira Lira/Vinícius Monte Custódio

Associação Empresarial e de Moradores da Tijuca - NOVA TIJUCA:Jaime Figueira Miranda de Freitas/José Augusto Carvalhal Cerqueira

União por Moradia Popular do Rio de Janeiro - UMP: Jurema da Silva Constancio/Grazia de Grazia

Programa de Pós-Graduação em Geografia - PPGG/UFRJ: Leticia Parente Ribeiro/Marcos Góis

Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio de Janeiro - CAU RJ:Luciana da Silva Mayrink/Lucas Alencar Faulhaber Barbosa

Instituto Agenda Urbana Brasil: Luciana Vilar do Freitas Figueras/Danielle de Carvalho Mascarenhas

Teia de Solidariedade Zona Oeste:Maraci dos Santos Soares Poliana Monteiro

Associação Comercial e Industrial de Recreio e Vargens - ACIR: Marco Aurélio de Oliveira Paes/Ezequiel das Chagas

Quinquagésima Sétima Subseção da OAB/RJ (OAB Barra da Tijuca):Marcus Antonio Silva Soares/Carlos Gabriel Feijó de Lima

Sociedade dos Engenheiros e Arquitetos do Estado do Rio de Janeiro - SEAERJ: Mônica Bahia Schlee/José Barreto Ferreira

Programa de Pós-Graduação em Arquitetura - PROARQ/FAU/UFRJ: Maria Lucia Vianna Pecly/Caroline Rutigliane Sampaio

Associação de Moradores e Amigos do Jardim Botânico - AMAJB: Nelci Frangipani/Carla Belletti

Fundação CDDH Bento Rubião: Ricardo de Gouvêa Corrêa/Sandra Hiromi Kokudai

Ralves Educação Sócio-cultural e Ambiental: Rita de Cassia Gonçalo Alves

Centro Comunitário de Capacitação Profissional: Paulo da Portela/Robson Custódio Mendes

Movimento dos Pequenos Agricultores: Rodrigo Leitão Garcia/Leile Silvia Candido Teixeira

Associação de Moradores de Paquetá - MORENA: Ronaldo de Moraes Brilhante/Catherine Jacqueline Suzane Gallois

Instituto Nacional de Desenvolvimento Humano - INADH: Rosely Soares da Silva/Gisele Silva Estevam

Associação de Moradores do Méier: Sergio Alves Monteiro Alves/Jorge Luis de Souza Barata

Conselho Popular do Rio de Janeiro: Simone Alves dos Santos Rodrigues/Marcello Claudio Nunes Deodoro

Instituto Novo Brasil pelo Carimbo Solidário: Sônia Maria Andrade dos Santos/Ilan Chveid

Comunidades Catalisadoras - ComCat: Tarcyla Fidalgo Ribeiro/Felipe Cruz Akos Litsek

Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio de Janeiro - SARJ: Tatiana Barreto/Izabela Factorine Favilla Nunes

Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico: Tatiana Cotta Gonçalves Pereira/Larissa Santana

Equipe Câmara dos Vereadores:

Carlos José Ferreira de Abreu e Lima - **Representante do Gabinete do Presidente**

Felipe Nin Ferreira - **Suplente/Gabinete Ver. Tainá de Paula**

Luis Fernando Valverde Salandía - **Titular/ Gabinete Ver. Tainá de Paula**

Ver. Rafael Aloisio Freitas - **Presidente da Comissão de Representação do Plano**

Diretor

Ver. Tainá de Paula - **PT**

Vera Casarenko - **Representante do Gabinete do Presidente**

Convidados:

Barbara Barros - **C40**

Carlos Rogério - **CBH BG**

Cynthia Souza - **CBH BG Subcomitê Jacarepaguá**

Jorge Azevedo de Castro - **Centro Brasileiro de Estudos de Saúde - Cebes**

Marcelo Guimarães Araújo - **Centro Brasileiro de Estudos de Saúde - Cebes**

Pedro Ribeiro - **C40**

Priscila Coli - **UC Berkeley**

Luiz Assumpção Paranhos Velloso Junior - **FECOMÉRCIO - RJ Titular**

Alessandro Cadarso - **FECOMÉRCIO - RJ (Suplente)**

Daniel Mendes Mesquita de Souza - **Defensoria Pública do RJ - Núcleo de Terras e Habitação**

Viviane Carnevale Hellmann - **Defensoria Pública do RJ - Núcleo de Terras e Habitação**

GRUPO 4 - Estratégias de implementação, acompanhamento e gestão democrática do Plano Diretor

Coordenadores:

Alberto Taveira
Helena Rego
Andrea Pulici

Equipe SMPU - IPP - IRPH:

Alberto Taveira - **SMPU**
Andrea Pulici - **IPP**
Fernando Cavaliere - **IPP**
Helena Rego - **SMPU**
Luis Gabriel Denadai - **SMPU**
Luiz Murillo Tobias - **IPP**
Luiz Paulo Leal - **IRPH**
Rodrigo Veiga - **IPP**
Valéria Hazan - **SMPU**

Comitê Técnico de Acompanhamento do Plano Diretor (CTPD):

Amanda Rodrigues - **COR**
Ana Carolina Martins - **SMFP**
Bianca da Silva Baldez - **SEAC**
Brasiliano Vito Fico - **SMAC**
Daniel Mancebo - **FP/SUBPAR/EPL**
Daniele Soares - **SMH**
Fernanda Silva - **SMC**
Flávia Piana - **SMC**
Izabel Mendes - **SMH**
Jean Caris - **SMFP**
Jéssica Nascimento - **SMH**
João Victor Spala Lino - **SMTR**
Juliana Couto - **SMAS**
Lucas Padilha - **SMAC**
Luiz Roberto da Mata - **PGM**
Marcus Faustini - **SMC**
Michele Santos - **COR**
Rebeca Costa Bittencourt Augusto - **SMTR**
Renata Jardim - **FP/SUBPAR/EPL**
Wanderson Santos - **RIOAGUAS**
Zulmira Maria Silva Tostes - **PGM**

Equipe Entidades (Chamamento Público):

AJA PACIÊNCIA!!! - Wellington Alves de Souza/Hugo Moreira da Silva
Associação Comercial e Industrial de Recreio e Vargens - ACIR - Marco Aurélio de Oliveira Paes/José Carlos Sampaio JR.
Associação dos Moradores e Amigos de São Conrado - AMASCO - José Britz/Maria Edina Portinari
Caminha Rio - Thatiana Murillo
Centro Comunitário de Capacitação Profissional Paulo da Portela Robson Custódio Mendes
Clube de Engenharia: Fátima Sobral Fernandes/Maria Izabel Castro de Sousa
Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio de Janeiro - CAU RJ: Marcus Pedro Oneto Fiorito/Luciana da Silva Mayrink
Conselho Popular do Rio de Janeiro: Mario Sergio Ignácio Brum/Simone Alves dos Santos Rodrigues
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Rio de Janeiro - CREA-RJ: Antonio Eulálio Pedrosa Araújo/Catarina Luiza de Araújo
Federação das Associações de Moradores do Município do Rio de Janeiro - FAM RIO: Tania Maria Ramos Costa do Nascimento
Federação dos Hospitais e Estabelecimentos de Saúde do Estado do Rio de Janeiro - FEHERJ: Edimar Rocha Santos/Daniela Di Blasi Pinto
Fundação CDDH: Bento Rubião/Itamar Silva/Valério da Silva
Fundação Getúlio Vargas: Marco Aurelio Ruediger/Beatriz da Silveira Meirelles Pinheiro
Instituto de Arquitetos do Brasil - IAB RJ: Miriam Victoria Fernandez Lins/Maria Isabel de Vasconcelos Porto Tostes
Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional - IPPUR/UFRJ: Orlando Alves dos Santos Junior/Mariana da Gama e Silva Werneck
Ordem dos Advogados do Brasil - OAB/RJ: José Ricardo Pereira Lira/Vinícius Monte Custódio
Pastoral das Favelas - Cáritas: Paula Veronica Padilha Carvalho/Glaucia Ferreira Lima de Brito
Programa de Engenharia Urbana da Escola Politécnica da UFRJ - PEU/POLI/UFRJ: Armando Carlos de Pina Filho/ Vincenzo Castro Cardeles
Programa de Pós-Graduação em Geografia - PPGG/UFRJ: Paulo Pereira Gusmão/Rafael Winter Ribeiro
Rede de Educação Ambiental do Rio de Janeiro: Jacqueline Guerreiro Aguiar/Jorginaldo William de Oliveira
Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio de Janeiro - SARJ: Núbia França de Oliveira Nemézio/Gabriel Peres de Avellar
União por Moradia Popular do Rio de Janeiro - UMP: Grazia de Grazia/Jurema da Silva Constancio

Equipe Câmara dos Vereadores:

Carlos José Ferreira de Abreu e Lima - **Representante do Gabinete do Presidente**

Ver. Mônica Benício - **PSOL**

Ver. Rafael Aloisio Freitas - **Presidente da Comissão de Representação do Plano**

Diretor

Vera Casarenko - **Representante do Gabinete do Presidente**

Convidados:

Alessandro Cadarso - **FECOMÉRCIO - RJ Suplente**
Ana Clara Maciel - **Defensoria Pública do RJ - Núcleo de Terras e Habitação**
Barbara Barros - **C40**
Fernanda Frias - **Defensoria Pública do RJ - Núcleo de Terras e Habitação**
Jorge Azevedo de Castro - **Centro Brasileiro de Estudos de Saúde - Cebes**
Luiz Assumpção Paranhos Velloso Junior - **FECOMÉRCIO - RJ Titular**
Marcelo Guimarães Araújo - **Centro Brasileiro de Estudos de Saúde - Cebes**
Pedro Ribeiro - **C40**
Priscila Coli - **UC Berkeley**

GRUPO 5 - Parcelamento do Solo**Coordenadores:**

André Peixoto
Juliana Povoleri

Equipe SMPU - IPP - IRPH:

Adriano Alem -**IPP**
André Peixoto - **SMPU**
Denise Slutzky -**IRPH**
Juliana Povoleri -**SMPU**
Luis Gabriel Denadai -**SMPU**
Marcelo Freitas -**SMPU**
Maria Helena Röhe Salomon -**SMPU**
Patrícia Brito -**IPP**
Silvio Coelho -**SPMU**
Valéria Hazan -**SMPU**

Comitê Técnico de Acompanhamento do Plano Diretor (CTPD):

Amanda Rodrigues - **COR**
Ana Carla Badaró - **CETRIO**
Ana Maria Luna de Oliveira - **RIO AGUAS**
Ana Paula Perini - **SMDEIS/SUBCLU**
Caio Toshiro Watanabe Mottinha - **RIOLUZ**
Carlos Papera - **SUBCLA**
Glória Torres - **SMDEIS/SUBCLU**
João Bosco Accioly de Mattos - **RIOLUZ**
Letícia Nóbrega Fonti - **CETRIO**
Lídeo Valle - **SECONSERVA**
Luiz Roberto da Mata - **PGM**
Luiza Bafti - **SEOP**
Márcia Giannini - **SMAC**
Maria Josefa Restum - **FPJ**
Michele Santos - **COR**

Paulo Silva - **SUBCLA**
Rogério Sganzerla - **SEOP**
Sávio Machado - **FPJ**
Sílvia Borba - **SMDEIS/SUBCLU**
Sílvio Leal - **SMDEIS/SUBCLU**
Teresa Fragoso - **SMH**
Wanderson José dos Santos - **RIO AGUAS**
Zulmira Maria Silva Tostes - **PGM**

Equipe Entidades (Chamamento Público):

Associação Brasileira dos Escritórios de Arquitetura do Rio de Janeiro - ASBEA:

Luiz Othon Agnese Bezerra de Mello/Fernando José Barbosa da Costa Junior

Associação Comercial e Industrial de Recreio e Vargens - ACIR: José Carlos Sampaio Jr./Leandro Martins Tavares de Lima

Associação de Moradores da Gávea - AMAGAVEA: Luiza Maria B. Carneiro/Lucia Souza Leite

Associação de Moradores Monte das Oliveiras da Rua Tejo: Ernesto José da Costa Filho/Sonia Ribeiro de Jesus

Associação dos Moradores e Amigos de São Conrado - AMASCO: José Britz
Luiz Antônio Cattapan

Clube de Engenharia: Sérgio Niskier/Edinaldo José de Souza

Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio de Janeiro - CAU RJ: Leonam Estrella Figueiredo/Rosemary Compans da Silva

Conselho de moradores de loteamentos da cidade do Rio de Janeiro: Cláudio Silva Rangel

Conselho Internacional de Monumentos e Sítios - ICOMOS-BRASIL: Isabelle Cury/Rafael Winter Ribeiro

Conselho Popular do Rio de Janeiro: Breno Botelho Ribeiro/Daniela Ramos Petit

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Rio de Janeiro - CREA-RJ: Francisco Lima da Costa/Luiz Cláudio Pinheiro dos Santos

Federação das Associações de Moradores do Município do Rio de Janeiro - FAM RIO: Licínio Machado Rogério

Federação dos Hospitais e Estabelecimentos de Saúde do Estado do Rio de Janeiro - FEHERJ: Edimar Rocha Santos/Daniela Di Blasi Pinto

Fundação CDDH: Bento Rubião/Sandra Hiromi Kokudai/Cibele Gonçalves Azevedo Corrêa

Instituto de Arquitetos do Brasil - IAB RJ: Maria Isabel de Vasconcelos Porto Tostes/Miriam Victoria Fernandez Lins

Ordem dos Advogados do Brasil - OAB/RJ: José Ricardo Pereira Lira/Vinícius Monte Custódio

Pastoral de Favelas: Cláudio da Rocha Santos/Glaucia Ferreira Lima de Brito

Permacultura lab: Paolo de Castro Martins Massoni/Clara Ribeiro Trevia de Almeida

Programa de Engenharia Urbana da Escola Politécnica da UFRJ - PEU/POLI/UFRJ: Gisele Silva Barbosa/Ronan de Oliveira Pereira Bezerra

Quinquagésima Sétima Subseção da OAB/RJ - OAB Barra da Tijuca: Marcus Antonio Silva Soares/Carlos Gabriel Feijó de Lima

Sindicato de Arquitetos no Estado do Rio de Janeiro - SARJ: Evelyn da Silva Corrêa/Gustavo Ribeiro de Souza Mota

Sociedade dos Engenheiros e Arquitetos do Estado do Rio de Janeiro - SEAERJ: Luiz Antonio Porto de Sá

Universidade Veiga de Almeida - UVA - Curso de Arquitetura e Urbanismo: Letícia de Lima Viana/Giovanna Rita Rabelo de Matos Silva Arruda

Equipe Câmara dos Vereadores:

Carlos José Ferreira de Abreu e Lima - **Representante do Gabinete do Presidente**
Eliel do Carmo - **DC**

Felipe Nin Ferreira - Suplente - **Gabinete Ver. Tainá de Paula**

Luciana da Silva Mayrink - Titular - **Gabinete Ver. Tainá de Paula**

Ver. Rafael Aloisio Freitas - **Presidente da Comissão de Representação do Plano Diretor**

Ver. Tainá de Paula - **PT**

Ver. Thaís Ferreira - **PSOL**

Vera Casarenko - **Representante do Gabinete do Presidente**

Convidados:

Barbara Barros - **C40**

Jorge Azevedo de Castro - **Centro Brasileiro de Estudos de Saúde - Cebes**

Marcelo Guimarães Araújo - **Centro Brasileiro de Estudos de Saúde - Cebes**

Pedro Ribeiro - **C40**

Priscila Coli - **UC Berkeley**

Luiz Assumpção Paranhos Velloso Junior - **FECOMÉRCIO - RJ Titular**

Alessandro Cadarso - **FECOMÉRCIO - RJ Suplente**

Thais Brandão Mileze - **Defensoria Pública do RJ - Núcleo de Terras e Habitação**

Daniel Mendes Mesquita de Souza - **Defensoria Pública do RJ - Núcleo de Terras e Habitação**

GRUPO 6 - Uso e Ocupação do Solo

Coordenadores:

Mariana Barroso

Sílvio Coelho

Equipe SMPU - IPP - IRPH:

Alexandre Younes - **SMPU**

Ana Paula Casassola - **SMPU**

Christiane Oliveira - **SMPU**

Eliane Harumi Sakamoto - **SMPU**

Eugenia Loureiro - **SMPU**

Fabrcia Vitovsky - **SMPU**

Felipe Manhães - **SMPU**

Flavia Abranches - **IRPH**
Isabel Mattar - **SMPU**
Juliana Mattos - **SMPU**
Julia F. D. Lira Queiroz - **SMPU**
Luis Gabriel Denadai - **SMPU**
Marcelo Viseu - **SMPU**
Maria Luiza Korenchandler - **SMPU**
Mariana Barroso - **SMPU**
Marisa Valente - **IPP**
Paula Merlino Machado - **IRPH**
Pedro Durão - **SMPU**
Silvio Coelho - **SMPU**
Tatiana Bif - **SMPU**
Thiago Maia - **IPP**
Valéria Hazan - **SMPU**

Comitê Técnico de Acompanhamento do Plano Diretor (CTPD):

Amanda Rodrigues - **COR**
Ana Carla Badaró - **CETRIO**
Ana Carolina Martins - **SMFP**
Ana Paula Perini - **SMDEIS/SUBCLU**
Brasiliano Vito Fico - **SMAC**
Carlos Papera - **SMDEIS/SUBCLA**
Glória Torres - **SMDEIS/SUBCLU**
Janete Lifchitz - **SMH**
Letícia Nóbrega Fonti - **CETRIO**
Luiz Roberto da Mata - **PGM**
Luiza Bafti - **SEOP**
Marcela Tuler - **GEO RIO**
Marcelle Da Silva Araujo - **SMTR**
Maria Clara - **SMH**
Marisa Gobbi - **SMH**
Michele Santos - **COR**
Nelson Meirim - **GEO RIO**
Paulo Silva - **SMDEIS/SUBCLA**
Roberto Macedo Goulart - **SMDEIS/SUBCLU**
Rogério Sganzerla - **SEOP**
Vinícius de Oliveira - **SMAC**
Wanderson dos Santos - **RIO AGUAS**
Zulmira Maria Silva Tostes - **PGM**

Equipe Entidades (Chamamento Público):

Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa - AS-PTA: Caroline dos Santos Santana/Marcio Mattos de Mendonça

Associação Brasileira dos Escritórios de Arquitetura do Rio de Janeiro - ASBEA: Celso Rayol Junior/Sonia Lopes da Silva

Associação Carioca de Blocos e Bandas: Marcelo Luiz Ivanir dos Santos/Carla Pinheiro Wendling

Associação Comercial e Industrial de Recreio e Vargens - ACIR: Marco Aurélio de Oliveira Paes/José Carlos Sampaio JR.

Assoc. Comerc. e Industrial do Lgo da Barra, Itanhangá, Joá, Joatinga e Adjacências - ACIBARRINHA: Alexander Vieira da Costa/Rogério Aquim

Associação de Moradores da Gávea - AMAGAVEA: Dario Roitberg/Luiza Maria B. Carneiro

Associação de Moradores e Amigos de Laranjeiras - AMAL: Maria da Glória Figueiredo de Souza/ Cárin Regina D'Ornellas

Associação de Moradores e Amigos de São Conrado - AMA São Conrado: Raphael Menache Nigri/Roberto Pereira do Carmo Bleuler

Associação de Moradores e Amigos do Jardim Botânico - AMAJB: Nelci Frangipani/Carla Belletti

Associação dos Moradores e Amigos de São Conrado - AMASCO: José Britz
Marlene Parente Pinto

Centro Comunitário de Capacitação Profissional Paulo da Portela: Robson Custódio Mendes

Circuito Carioca de Artes e Culturas: Karla Maria Costa/Eduardo Canto Costa

Clube de Engenharia: Licínio Machado Rogério/Manuel de Almeida Martins

Coletiva Popular de Mulheres da Zona Oeste: Silvia Regina Nunes Baptista/Marina Ribeiro

Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio de Janeiro - CAU RJ: Rosemary Compans da Silva Paulo/Oscar Saad

Conselho Internacional de Monumentos e Sítios - ICOMOS-BRASIL: Isabelle Cury/Rafael Winter Ribeiro

Conselho Popular do Rio de Janeiro: Maria da Penha Macena/Daniela Ramos Petit

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Rio de Janeiro - CREA-RJ: Caio Flávio de Souza Azevedo/Gisele Bejgel de Epelbaum

Escola de Arquitetura e Urbanismo – Universidade Federal Fluminense: Cristina Lontra Nacif Sergio Rodrigues Bahia

Federação das Associações de Moradores do Município do Rio de Janeiro - FAM RIO: Hugo da Costa/Marcelo V Peçanha

Federação dos Hospitais e Estabelecimentos de Saúde do Estado do Rio de Janeiro - FEHERJ: Edimar Rocha Santos/Daniela Di Blasi Pinto

Fundação CDDH Bento Rubião: Cibele Gonçalves Azevedo Corrêa/Itamar Silva

Guiadas Urbanas: Karolynne do Nascimento Duarte/Vilson Luiz Pereira da Silva

Instituto de Arquitetos do Brasil - IAB RJ: Fabio Ferraz Pereira Memoria/Maria Isabel de Vasconcelos Porto Tostes

Instituto de Cidadania da Unidos da Tijuca: Felipe Vieira dos Santos/Carla Cristina da Silva

Instituto de Pesquisa e Extensão - IPE: Rogério Borba da Silva/Saulo Ramos de Souza

Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional - IPPUR: Alex Ferreira Magalhães/Gilberto Herminio da Silva Filho

Instituto Lotta de Cultura e Recreação: Fernando Nascimento de Souza/Luís Claudio Fernandes Machado

Mestrado Profissional em Projeto e Patrimônio da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFRJ - MPPP/FAU/UFRJ: Rogerio Goldfeld Cardeman/Vera Regina Tângari

Ordem dos Advogados do Brasil - OAB/RJ: José Ricardo Pereira Lira
Vinícius Monte Custódio

Pastoral de Favelas: Eliane Souza de Oliveira/Paula Verônica Padilha Carvalho

Pacto do Outeiro da Glória: Cláudio d'Ávila/Leonardo Kohout

Programa de Engenharia Urbana da Escola Politécnica da UFRJ - PEU/POLI/UFRJ: Mauro Henrique Alves de Lima Junior/Maria Giulia Arcanjo da Silva

Programa de Pós-Graduação em Arquitetura - PROARQ/FAU/UFRJ: Bruno Luis de Carvalho da Costa/Aline Pires Veról

Programa de Pós-Graduação em Geografia - PPGG/UFRJ: Carla Madureira/Rafael Winter Ribeiro

Quinquagésima Sétima Subseção da OAB/RJ - OAB Barra da Tijuca: Marcus Antonio Silva Soares/Carlos Gabriel Feijó de Lima

Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio de Janeiro - SARJ: Rodrigo Cunha Bertamé Ribeiro/Valéria Fialho

Sindicato dos Empregados no Comércio do Rio de Janeiro: Rodrigo Lopes Cavalcanti Ribeiro/Rodrigo de Araújo Costa

Sociedade dos Engenheiros e Arquitetos do Estado do Rio de Janeiro - SEAERJ: Angela Botelho/Leonam Estrella Figueiredo

Universidade Veiga de Almeida - Programa de Pós Graduação stricto sensu em Direito - PPGD: Claudia Franco Correa/Morgana Paiva Valim

Universidade Veiga de Almeida - UVA - Curso de Arquitetura e Urbanismo: Carlos Murdoch Fernandes/Edson Agostinho Maciel

Equipe Câmara dos Vereadores:

Carlos José Ferreira de Abreu e Lima - **Representante do Gabinete do Presidente**

Henrique Korman - **Suplente - Gabinete Ver. Pedro Duarte**

Luciana da Silva Mayrink - **Titular - Gabinete Ver. Tainá de Paula**

Luis Fernando Valverde Salandía - **Suplente - Gabinete Ver. Tainá de Paula**

Naiara Amorim Carvalho - **Suplente - Gabinete Ver. Pedro Duarte**

Ver. Pedro Duarte - **Novo**

Ver. Rafael Aloisio Freitas - **Presidente da Comissão de Representação do Plano**

Diretor

Ver Tainá de Paula - **PT**

Vera Casarenko - **Representante do Gabinete do Presidente**

Ver. Vitor Hugo - **MDB**

Convidados:

Barbara Barros - **C40**

Jorge Azevedo de Castro - **Centro Brasileiro de Estudos de Saúde - Cebes**

Marcelo Guimarães Araújo - **Centro Brasileiro de Estudos de Saúde - Cebes**

Pedro Ribeiro - **C40**

Priscila Coli - **UC Berkeley**

Luiz Assumpção Paranhos Velloso Junior - **FECOMÉRCIO - RJ Titular**

Alessandro Cadarso - **FECOMÉRCIO - RJ Suplente**

Daniel Mendes Mesquita de Souza - Defensoria Pública do RJ - **Núcleo de Terras e Habitação**

Ana Clara Maciel - Defensoria Pública do RJ - **Núcleo de Terras e Habitação**